



ANDERSON DA SILVA ALMEIDA

...como se fosse um deles:
ALMIRANTE ARAGÃO

Memórias, silêncios e ressentimentos
em tempos de ditadura e democracia



...como se fosse um deles

Anderson da Silva Almeida

...como se fosse um deles:

ALMIRANTE ARAGÃO

Memórias, silêncios e ressentimentos
em tempos de ditadura e democracia



Universidade Federal Fluminense

REITOR

Sidney Luiz de Matos Mello

VICE-REITOR

Antonio Claudio Lucas da Nóbrega

Eduff - Editora da Universidade Federal Fluminense

CONSELHO EDITORIAL

Aníbal Francisco Alves Bragança (presidente)

Antônio Amaral Serra

Carlos Walter Porto-Gonçalves

Charles Freitas Pessanha

Guilherme Pereira das Neves

João Luiz Vieira

Laura Cavalcante Padilha

Luiz de Gonzaga Gawryszewski

Marlice Nazareth Soares de Azevedo

Nanci Gonçalves da Nóbrega

Roberto Kant de Lima

Túlio Batista Franco

DIRETOR

Aníbal Francisco Alves Bragança

Copyright © 2016 Anderson da Silva Almeida
Copyright © 2016 Eduff - Editora da Universidade Federal Fluminense

Série Nova Biblioteca, 22

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da editora.

Direitos desta edição cedidos à
Eduff - Editora da Universidade Federal Fluminense
Rua Miguel de Frias, 9, anexo/sobreloja - Icaraí - Niterói/RJ
CEP 24220-008, Brasil
Tel.: +55 21 2629-5287 - Fax.: +55 21 2629-5288
www.eduff.uff.br - faleconosco@eduff.uff.br

Impresso no Brasil, 2017

Foi feito o depósito legal.

Sob a história, a memória e o esquecimento
Sob a memória e o esquecimento, a vida
Mas escrever a vida é outra história
Inacabamento.

Paul Ricouer
A memória, a história, o esquecimento

Sumário

Prefácio - De volta ao álbum - *Samantha Viz Quadrat* | 9

Prólogo | 13

Introdução | 19

Capítulo I – A foto que falta no álbum: Aragão e as refregas das memórias | 25

O quadro invisível | 28

Os silêncios e ressentimentos das memórias | 30

Sujeitos e contextos | 33

As visões de bombordo | 39

Um cisne vermelho? Aragão e a memória institucional | 43

A gestão memorial | 52

Capítulo II – De soldado paraibano a almirante nacionalista | 59

Corpo de Fuzileiros Navais: apontamentos históricos | 60

Peguei um Ita no Norte! | 69

Mais um Cândido? | 72

A formação militar | 77

Não era para “qualquer um” | 80

Vivendo e aprendendo | 82

Entre bailes e bailéus | 91

O soldado político | 97

O nacionalismo de esquerda | 106

A renúncia de Jânio Quadros | 113

Operação Bagrinho | 116

A posse como comandante-geral (ComGer) | 118

Capítulo III – Aragão e o golpe de 1964 | 127

Dóceis resistentes | 144

A posse de Castelo Branco | 152

Suzano, o bom companheiro? | 158

O presidiário | 162

A vida nas embaixadas | 166

Os fuzileiros na República Dominicana | 172

Capítulo IV – Exílio: entre rotas e <i>derrotas</i>	177
“Como el Uruguay <i>no hay</i> ”?!	179
Brizola sai na frente	201
“Cabo” Anselmo, sensação em Havana?!	205
Letras revolucionárias	211
Vivendo os socialismos	215
Almirante na terra do <i>timoneiro</i>	219
Sr. Federico! Regresso e <i>adiós Uruguay</i>	226
Vivendo a “experiência chilena”	234
O almirante e o coronel – Aragão “visita” Perón	248
Capítulo V – Do Tejo à Guanabara	253
O “25 de Novembro”	265
Os atentados?	272
A última estação!	280
Capítulo VI – A última retinida	287
O manifesto	296
PMDB – o novo, nem tão seguro, porto	303
A absolvição jurídica	306
A volta nos braços dos marinheiros	310
Dilma Aragão, a guardiã da boa memória do pai	315
Os fragmentos	318
O soldado desconhecido	320
Conclusão	327
Fontes	333
Referências	335
Lista de abreviaturas e siglas	349
Agradecimentos	353

Prefácio

De volta ao álbum

No dia 11 de novembro de 1998, morria, aos 91 anos de idade, o almirante Cândido da Costa Aragão, um dos símbolos da resistência ao golpe civil-militar de 31 de março de 1964. Aragão, o *almirante vermelho* ou o *almirante do povo*, morria como um anônimo, sem honras políticas ou militares. Embora sua foto sendo carregado nos braços dos marinheiros envolvidos na rebelião da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) seja um dos símbolos mais fortes dos acontecimentos pré-golpe e esteja presente em várias publicações sobre 1964, a trajetória de Aragão é praticamente desconhecida da maioria dos brasileiros.

Na tese defendida em 2014 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense e agora transformada no livro *...como se fosse um deles. Almirante Aragão: memórias, silêncios e ressentimentos*, Anderson Almeida busca, através da abordagem biográfica, elucidar a trajetória de uma das figuras mais importantes daqueles idos de 1964.

Não é a sua primeira pesquisa sobre os homens de farda branca no Brasil. Em seu percurso acadêmico, tem buscado desvendar a história dos militares que disseram *não* e resistiram ao golpe e à ditadura, e que por isso foram perseguidos, tiveram a carreira e até mesmo a vida interrompidas pela ação da repressão. Em sua dissertação de mestrado *Todo o leme a bombordo – marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil: da rebelião de 1964 à anistia*,¹ também defendida no Programa de Pós-Graduação em História e premiada pelo Edital de Publicação do Memórias Reveladas do Arquivo Nacional, ele analisou a trajetória dos homens que faziam parte da AMFNB. Marinheiros que foram estigmatizados pelas esquerdas por conta do cabo Anselmo, o grande trai-

¹ ALMEIDA, Anderson. *Todo o leme a bombordo – marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil: da rebelião de 1964 à anistia*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

dor da luta armada, e pelas direitas como um dos responsáveis pela agitação que levou ao rompimento democrático no Brasil.

Todos esses homens, de patentes ou não, foram *esquecidos* e viraram um tabu dentro da Marinha brasileira. No caso de Aragão, o silêncio do Corpo de Fuzileiros Navais pode ser percebido no *hall* dos almirantes e nos livros publicados pela instituição. Ali, nesses espaços reservados aos grandes nomes da Marinha, mesmo após 53 anos, Aragão está ausente. Sem quadro, sem foto, sem imagem. O que demonstra como as Forças Armadas brasileiras ainda precisam refletir sobre o passado autoritário e a sua relação com a memória, a verdade e a justiça.

Aragão era negro, pobre, nordestino, com várias anotações em sua ficha de carreira. Não era o que se idealizava dentro de um quadro extremamente elitista que eram as Forças Armadas brasileiras naquela época. Mas era também da cúpula militar do governo João Goulart, comprometido com a democracia e ciente das condições sub-humanas que os marinheiros ainda enfrentavam na segunda metade do século XX.

Para dar conta do desafio, Anderson Almeida percorreu diversos arquivos no país e no exterior. No Brasil, pesquisou nas sedes do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e de Brasília, no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, no Arquivo Público do Estado de São Paulo, no Arquivo Edgard Leuenroth, da Universidade de Campinas, na Biblioteca Nacional, na Biblioteca da Associação Brasileira de Imprensa, no Arquivo Eclesiástico da Paraíba e no Cartório Azevedo Bastos, em João Pessoa. Como ex-marinheiro e pesquisador, cruzou o oceano Atlântico atrás de documentação sobre o tempo que Aragão viveu no exílio em Lisboa, Portugal. Lá pesquisou no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, no Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, na Biblioteca Nacional de Portugal, na Fundação Mário Soares e na Associação 25 de Abril, e também ouviu comandantes portugueses que receberam o velho almirante e lhe deram acolhida no momento em que seu próprio país passava por transformações após uma longa ditadura.

Ao longo de oito anos, tive a honra de acompanhar o crescimento acadêmico e pessoal do Anderson Almeida desde a sua monografia do curso de especialização em História Contemporânea, na própria UFF, orientei o seu mestrado e o seu doutorado. Os seus dois trabalhos são ao mesmo tempo belos exemplos da pesquisa histórica e do encontro de um ex-marinheiro com uma instituição que omite de seus integrantes acontecimentos e figuras-chave dos seus quadros. Nesse sentido, rompe barreiras e silêncios, quebra tabus e expõe ressentimentos.

O livro, que chega às mãos do leitor através da Eduff, mostra que a ditadura civil-militar, mesmo sendo um tema extremamente estudado pelas ciências humanas e sociais, abraçado por jornalistas e homens e mulheres que contam a sua história durante os anos autoritários, ainda contém muitos episódios que nos convidam e desafiam a conhecer a história dos *anos de chumbo*.

Em tempos em que vivemos no país uma forte instabilidade política, vemos parlamentares defendendo a figura de torturadores em pleno Congresso Nacional e cartazes nas ruas pedindo uma nova intervenção militar, o livro é incentivo e um convite à reflexão sobre a nossa história recente, sobre a ditadura e a democracia.

Niterói, outono de 2017

Samantha Viz Quadrat

Professora de História da América Contemporânea
Universidade Federal Fluminense

Prólogo

...como *se fosse* um deles!

Pretérito imperfeito do subjuntivo

O pretérito imperfeito do subjuntivo é usado para indicar dúvidas, desejos, incertezas, probabilidades e sentimentos.

Petúnias amarelas

Em 2008, havia se passado mais de uma década de minha aprovação para o Corpo de Praças da Marinha. Ingressei em 1996, fiquei um ano em regime de internato na Escola de Aprendiz-Marinheiros de Pernambuco e depois fui navegar nas águas calmas dos rios Paraguai e Paraná, fronteira Brasil-Bolívia-Paraguai, como membro da guarnição do Navio-Transporte *Paraguassu*, sediado na cidade de Ladário, pantanal do Mato Grosso do Sul. Em 1999, fui aprovado para compor o Quadro de Músicos do Corpo de Fuzileiros Navais e fiz o curso no Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo (CIASC), localizado na Ilha do Governador, Rio de Janeiro.

Como tocador de bombardino, participei de inúmeras cerimônias em homenagens a batalhas navais, aniversários de quartéis, passagens de comando, recepções a autoridades, procissões, Dia do Marinheiro, Independência do Brasil, retretas, aniversários de cidades, eventos esportivos etc. Vez ou outra tinha curiosidade em saber por que o almirante Tamandaré era o patrono da Marinha e tinha uma melodia especial só para ele, a *Marcha Tamandaré*. Também ficava curioso em descobrir por que cada nível hierárquico entre os almirantes (contra-almirante, vice-almirante e almirante de esquadra) possuía seu toque especial. Ai do mestre da banda que executasse a melodia errada. Quando a bronca não vinha de cima, os próprios músicos passavam a criticá-lo, na surdina, pelo equívoco cometido.

Nessas andanças marciais, conheci nome de tudo quanto é almirante. Desde os estrangeiros que atuaram por aqui, como o escocês Thomas Alexander Cochrane, o Lord Cochrane – considerado herói nacional por sua atuação nos conflitos da Independência do Brasil –, até os mais celebrados, Tamandaré, Barroso, Alexandrino, Wandenkolk, homenageados anualmente e com seus nomes em navios e em importantes centros de instruções da Marinha no Rio de Janeiro.

A Marinha é uma força que preza muito pela tradição, e as cerimônias reforçam para os mais jovens a necessidade de culto aos “heróis” do mar. Salvo raríssimas exceções, como é o caso do marinheiro Marcílio Dias,² os grandes estabelecimentos da instituição – situados em grandes complexos com capacidade para receber milhares de militares por dia – homenageiam os almirantes. Também os navios recebem nomes de almirantes e oficiais como uma maneira de perpetuá-los na instituição. Dessa maneira, algumas *fragatas*³ receberam os nomes de Rademaker, Greenhalgh, Bosísio. Outros navios trazem os nomes de Graça Aranha, Almirante Saboia, Almirante Guillobel, Amorim do Valle, Almirante Maximiano, dentre outros.

No Corpo de Fuzileiros Navais, instituição que abordarei com mais detalhes ao longo do livro, os mais celebrados são Sylvio de Camargo e Milcíades Portela Alves, ambos com seus nomes em grandes Centros de Ensino. Invariavelmente, aspectos biográficos desses personagens cruzaram meu caminho em algum momento de minha trajetória como membro da Marinha.

Nos livros extrainstituição, já tinha ouvido falar de outros personagens que marcaram a história da Marinha de Guerra e do Brasil, dessa vez de forma dolorosa para a instituição – às vezes

² Marcílio nasceu na cidade do Rio Grande (RS) em fins de 1843 ou início de 1844 (a data exata é desconhecida). Aos 12 anos, aproximadamente, foi encaminhado para a Escola de Grumetes, no Rio de Janeiro (Ilha de Villegaignon), onde iniciou sua carreira como aprendiz-marinheiro. Se tornaria herói da Marinha do Brasil ao morrer durante a Batalha Naval do Riachuelo na Guerra do Paraguai, em 1865. Foi homenageado com seu nome no maior hospital da Marinha, localizado no Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.mar.mil.br/5dn/vultos/marcilio.htm>. Acesso em: 24 jan. 2014.

³ *Fragatas* são classes de navios de guerra que possuem grande capacidade de deslocamento e armamentos variados, como antiaéreos, antissubmarinos e de superfície.

envolvendo oficiais do alto escalão, às vezes os chamados praças.⁴ O caso mais conhecido é o da Revolta dos Marinheiros de 1910 (Revolta da Chibata), que tem como figura mais emblemática o marinheiro João Cândido Felisberto. Há ainda o episódio do orador exaltado da assembleia rebelde dos marinheiros de 1964, José Anselmo dos Santos, o “cabo” Anselmo. Sobre 1910, a Marinha se encarregou de fornecer sua própria versão dos acontecimentos, já sobre 1964, ainda permanece o silêncio institucional.

Foi em 2008, investigando o movimento dos marinheiros de 1964, mais precisamente a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) e as trajetórias dos marujos e fuzileiros após o golpe, que me deparei com outro almirante. Este, a Marinha tinha escondido de mim. Tinha escondido dos soldados fuzileiros, tinha escondido dos meus amigos músicos, tinha ocultado dos seus jovens oficiais, talvez até dos almirantes que não vivenciaram o período.

Procurei nas memórias das esquerdas e o encontrei. Nas memórias dos generais, como veremos no decorrer da pesquisa, também o achei. Em jornais, revistas, livros de memórias, de reportagens, de entrevistas, ele também estava lá. Só não o encontrei nos álbuns dos fuzileiros de outrora. Fiquei confuso!⁵

Aplaudido com entusiasmo pelos sargentos do Automóvel Clube? Homenageado com almoço no Copacabana Palace? Desafiado para um duelo pelo governador Carlos Lacerda? Excluído? Reintegrado? Comandante-Geral dos Fuzileiros? Esperança de resistência ao golpe? Preso, exilado, torturado? Queria invadir o Brasil? Cuba, Marighella, guerrilha? Expulso do Uruguai? Chile, Allende, Portugal, Revolução dos Cravos? Argentina, Venezuela, Anistia? Almirante Vermelho? Almirante do povo? Soldado? Carregado nos ombros de marujos rebeldes ...como se fosse um deles?

Calculei rapidamente que entre 1964 e 2008 haviam se passado 44 anos. Talvez, com um pouco de sorte, ainda o encontrasse

⁴ Praças são os militares situados entre as graduações de soldado ou marinheiro a suboficial (Marinha e Aeronáutica) ou subtenente (Exército). Já os oficiais estão situados do tenente até os generais (almirante e brigadeiro também são considerados oficiais-generais).

⁵ Abordarei com mais destaque essas fontes e esse silêncio no primeiro capítulo do livro.

vivo para uma entrevista. Não sobre ele especificamente, naquele momento eu queria saber mesmo era sobre a Rebelião dos Marinheiros,⁶ por que ele se deixara carregar nos ombros? Por que os marinheiros o elevaram como herói?

Fiquei a ver navios, há uma década ele já estava sepultado no Cemitério São Francisco Xavier, no Caju, zona portuária do Rio de Janeiro. Demorei em ir até lá, afinal, um personagem que na Marinha, nas esquerdas, nos livros de divulgação, nas memórias militares e até na historiografia do período não era visto com muita simpatia, não me empolgava tanto, apenas incomodavam-me suas aparições coadjuvantes, sombrias e repentinas ao longo das leituras e entrevistas. Mas o jogo começou a virar quando os documentos me inundaram de Aragão. Dezenas, centenas, milhares de páginas elaboradas pelos órgãos de repressão sobre o almirante misterioso. Em Campinas, os processos após o Golpe. Em Brasília, a vigilância constante durante o exílio. No Rio de Janeiro, o prontuário da polícia política. Em Portugal, mais documentos sobre o exílio.

Cursei o mestrado ainda como tocador de bombardino, mas, em 2010, deixei a Marinha após conseguir uma bolsa de estudos para cursar o doutorado. O texto que aqui escrevo, apesar de reconhecer meu interesse pessoal na biografia do investigado, é um trabalho acadêmico, uma biografia histórica, não uma *Ode* a Aragão, ou um *Dobrado*⁷ Almirante Aragão.

E foi na condição de pesquisador que, quase quatro anos depois, mais precisamente em 3 de novembro de 2013, depois de cruzar o Atlântico e ter ido até Lisboa, ter visitado a Paraíba, ido a Brasília, São Paulo, Campinas... desci do ônibus na passarela número um da Avenida Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. Era chegada a hora de conhecer a morada eterna do personagem que

⁶ A dissertação foi construída entre 2008 e 2010, sob orientação da professora Samantha Viz Quadrat, na Universidade Federal Fluminense – UFF, e agraciada com o Prêmio Memórias Reveladas do Arquivo Nacional no mesmo ano, originando o livro *Todo o leme a bombordo – Marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil: da Rebelião de 1964 à Anistia* (Almeida, 2012).

⁷ *Dobrado* é um gênero musical, sem letra, geralmente em andamento de marcha, característico das bandas de música. Geralmente é composto para homenagear cidades, datas históricas, instituições, pessoas etc.

me atormentava há alguns anos. Devo frisar que não estava só no interesse em saber mais sobre o personagem. Agora, já contava com o apoio de amigos doutorandos, professores da educação básica, historiadores de grandes universidades brasileiras, militares portugueses que participaram da Revolução dos Cravos, os marujos e fuzileiros de 1964, amigos fuzileiros ainda na ativa. Até a chamada grande mídia havia destacado Aragão.⁸

Cheguei, depois de certa dificuldade de localização, à quadra 38, sepultura número 1967, do gigantesco cemitério. Depois de longos minutos bisbilhotando a vizinhança de Aragão, observando todo o ambiente, em um cenário praticamente deserto, percebi que seu túmulo era o único coberto por uma folhagem crescida em uma estrutura montada com finos tubos de ferro, arames e galhos vivos cruzados horizontalmente, formando centenas, talvez milhares de encruzilhadas.

Apesar de não ter encontrado nenhum sinal de visitação no dia anterior, Dia de Finados, as folhas verdes da ensolarada primavera carioca estavam em perfeita harmonia com o amarelo ouro das flores que embelezavam a planta. Logo verde e amarelo? Procurei o nome da flor e descobri que se chama *petúnia amarela*. Mais ainda, entre os vários significados atribuídos a ela, estão: revelações, a força [espiritual] que esclarece o mal-entendido. Às vezes aparece com o significado de *obstáculo*. E, para minha surpresa, também é apresentada como sinal de *ressentimento*.

⁸ Ver o jornal *O Globo*, 31 de agosto de 2013, editorial. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>

Introdução

Se a história de um simples soldado pode ser considerada “história vista de baixo”, o que diríamos se esse mesmo soldado chegasse a oficial-general? Viraria “história vista de cima”? E se esse general não fosse um herói de guerra, um comandante visionário que acerta em todas as decisões? Se ele não fosse um exímio estrategista, criador de doutrinas ou um grande teórico da arte bélica? Se ele não fosse ajudado pelo destino?

E se ele entrasse para a história por se recusar a usar as armas em algum momento de sua vida e por isso ser preso, perseguido, e ter que se mudar constantemente de um país para outro sob vigilância permanente? Se, apesar disso tudo, ele fosse considerado herói por algumas tantas pessoas?

Como as respostas prontas não servem para resolver essas questões, aqui estamos com o objetivo de buscar explicações, dentro da complexidade que cerca um trabalho de *biografia histórica*⁹ (Schmidt, 2000, p. 66 e 67). Navegaremos por vários continentes. América do Sul, América Central e Caribe, Ásia, Europa. Com uma extensão tão grande a ser percorrida, escolhi alguns portos específicos. A outros lugares fui levado pelas correntes. Aqui apresento as seis travessias mais significativas dessa saga, algumas mais longas, outras nem tanto.

No primeiro capítulo, intitulado “A foto que falta no álbum: Aragão e as refregas das memórias”, apresento as disputas e batalhas memoriais sobre o investigado, que não dizem respeito apenas sobre passado, mas, acima de tudo, sobre o presente. As memórias – envolvidas em silêncios e ressentimentos –, se revelam

⁹ Utilizo o termo *biografia histórica* para marcar posição em relação às diferenças que envolvem as biografias escritas com fontes, metodologias e ferramentas de outros campos do conhecimento, como jornalistas, literatos, sociólogos etc. De acordo com Benito Bisso Schmidt, “embora possa soar *démodé*, historiadores e jornalistas [acredito que mais os primeiros], por dever de ofício, têm um maior compromisso com o *mundo real*, enquanto que cineastas e literatos podem contar com uma margem mais significativa de invenção. Cf. Schmidt, 2000, p. 66 e 67.

*divididas*¹⁰ (Portelli, 2006, p. 103-130) não apenas entre os campos opostos, golpistas *versus* legalistas, mas com variações dentro dos próprios grupos.

Para a construção desse capítulo, além dos textos teóricos e metodológicos sobre o trabalho com memórias que me forneceram o suporte necessário para a interpretação das fontes, utilizei livros memoriais, entrevistas, publicações institucionais do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) e textos publicados ainda em 1964, o que alguns pesquisadores da teoria da história chamam de “história imediata”. Considero importante destacar que os depoimentos, utilizados como recursos privilegiados na composição do capítulo, foram analisados não apenas como fontes, mas também como objetos a serem interpretados, criticados e questionados. Como bem adverte Lucileide Cardoso (2012, p. 29), “os depoimentos não são apenas meras exteriorizações de realidades, mas expressam um novo fato a ser investigado, erigindo-se enquanto discurso específico que reclama a sua legitimidade frente a outros discursos [...]”.

A análise de imagens, no sentido literal do termo, também foi de grande relevância para esse capítulo inicial.

“De soldado paraibano a almirante nacionalista” é o título da segunda travessia. Nesse momento do livro, inicio uma abordagem reveladamente biográfica, não isolando o personagem em um universo particular, mas, sobretudo, situando-o em cada contexto específico; na paisagem; no cenário. Do início de sua carreira militar, nos anos 1920, até sua chegada no cargo de comandante-geral do CFN, em 1963, às vezes ele pode aparecer apenas como observador, mas certamente estava sendo influenciado pelos acontecimentos que estava visualizando e vivenciando. Tento

¹⁰ As memórias *divididas* são aqui apresentadas com inspiração em Portelli, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de julho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: Ferreira, Marieta; Amado, Janaína (Org.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006, p. 103-130. Nesse texto, através de um estudo de caso, o autor nos esclarece que, “quando falamos numa memória dividida, não se deve pensar apenas num conflito entre a memória comunitária pura e espontânea e aquela ‘oficial’ e ‘ideológica’, de forma que, uma vez desmontada esta última, se possa implicitamente assumir a autenticidade não mediada da primeira. Na verdade, estamos lidando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas”. *Ibidem*, p. 106.

não fazer oposição e separação entre sujeito e contexto, pois a relação entre ambos é intrínseca, dialética, ambos constroem e são construídos ao mesmo tempo. Separá-los como coisas distintas é uma falsa questão, como nos adverte com imensa propriedade Carlos Antonio Aguirre Rojas (2000, p. 31 e 32):

Pues el error que ha originado la antinomia aí referida há sido, muy posiblemente, el de asumir al individuo como si fuese una entidade absolutamente formada, como algo ya dado y establecido, concibiendo a su vez al contexto como algo simple, lineal, e igualmente constituído bajo una forma ya determinada, con lo cual el problema que parecia imponerse era el de como era posible correlacionar al elemento A con el universo B, es decir a esse individuo ya dado con esse contexto igualmente determinado. Pero si, em cambio, entendemos al individuo es el contexto y, si esse contexto en parte son los propios individuos, cambia el modo de ver a ambos términos del problema y al problema mismo, cambio del cual derivan diversas consecuencias importantes.

Também nesse capítulo ficará evidente minha opção pela história política, sem deixar de mencionar aspectos culturais, logo sociais, do período histórico e do universo no qual Aragão estava imerso em cada momento escolhido.

A instituição no qual Aragão estava inserido, o CFN, também ganha destaque e aqui apresento uma subdivisão praticamente independente da Marinha, com tradições, doutrina e objetivos muito específicos. Considero esse mergulho na instituição de fundamental importância para a compreensão da forma de agir e de pensar do investigado e entender de que maneira os agentes políticos e a sociedade em geral se relacionavam ou identificavam a tropa que ficou fiel ao presidente João Goulart.

Aqui ganham destaque as fontes “oficiais”, como os documentos arquivados no Arquivo Edgard Leuenroth, da Unicamp, que constituem o acervo do Projeto Brasil Nunca Mais – BNM. Principalmente o processo BNM-028, que apurou as atuações dos almirantes e demais oficiais da Marinha que permaneceram ao

lado de Jango. Nesse processo, Aragão é a figura central. Consta nele toda a trajetória de Aragão na Marinha, punições, elogios, condecorações, como também toda sua atuação política, principalmente a partir de 1955.

Outras fontes utilizadas com regularidade foram os jornais da época. Como forma de transportar o leitor para dentro dos debates travados calorosamente nas décadas de 1950-1960, os textos jornalísticos – também construções de realidades – nos ajudaram a descartar hipóteses e a confirmar suspeitas. Sempre cruzando sistematicamente com outros documentos e levando em questão as clássicas perguntas: “quem produziu determinado documento? Em que situação? Com quais interesses?” (Schmidt, 2000, p. 66).

O golpe de 1964; a relação de Aragão com os praças que faziam parte da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB); a não resistência ao golpe; a prisão de Aragão e o asilo na embaixada do Uruguai até sua partida para o exílio, são as temáticas principais do terceiro capítulo. Também construído com múltiplas fontes, a intenção é apresentá-lo como um personagem ativo no biênio 1964-1965, dividindo opiniões tanto na Marinha quanto na classe política que disputava o controle político do País. São os anos nos quais ele mais aparecerá na grande mídia, principalmente impressa, e que também irão marcar definitivamente sua presença no cenário político brasileiro e nas memórias sobre o período. Aqui, mais do que nunca, ele assume o protagonismo na cena do golpe, embora ao lado dos vencidos. Sua trajetória nos anos seguintes será marcada, indelevelmente, pela derrota do governo Jango, que também foi sua derrota, em particular. São momentos de tensões, indecisões e frustrações que o acompanharão nas demais singraduras...

No capítulo quatro, o soldado paraibano *ganha o mundo*. O tempo do exílio na América Latina e suas passagens pela Ásia. Entre raízes e radares (Rollemberg, 1999),¹¹ entre rotas e derrotas, será um tempo de aprendizado, de experiências muito particulares e também de transformações individuais e coletivas. Será o tempo das metamorfoses, dos codinomes. Tempo de intrigas,

¹¹ A expressão é de Denise Rollemberg, autora de livro homônimo. Ver Rollemberg, 1999.

de traições. De chegadas e despedidas. Do desejo de voltar, da vontade de ficar. Do Uruguai da democracia plena ao início do processo de fechamento no governo de Pacheco Areco, passando por Cuba de Fidel; a China de Mao Zedong; o Vietnã de “gente morta caindo ao chão”; do Chile de Salvador Allende à Argentina do peronismo.

Mais do que nunca, peço a atenção aqui para as fontes utilizadas. Na impossibilidade de viajar a cada país por onde Aragão passou ou entrevistar quem com ele esteve ou conviveu ao longo dessa fase de desterro, menos como opção, mais como limitação, os documentos produzidos pela ditadura – particularmente do Centro de Informações do Exterior, CIEX – foram utilizados como referências principais no capítulo. Nesse sentido, por mais que eu tenha filtrado e analisado sistematicamente cada informação, faço minhas as palavras de Daniel Aarão Reis e reivindico que os documentos citados sejam lidos como “expressão de uma realidade social complexa. E que às vezes são ecos invertidos dessa realidade” (Reis, 1981, p. 8).

O capítulo cinco abrange as duas últimas estações do exílio até sua volta ao Brasil. “Do Tejo à Guanabara”, passando antes pela Venezuela, apresento-lhes um Aragão prestigiado em pleno processo revolucionário português iniciado pelos “Capitães de Abril”, no ano de 1974. A vigilância permanente dos órgãos de segurança brasileiros, inclusive na Europa; a tentativa de Aragão de ser um agente da Revolução portuguesa; e seus contatos com militares anti-imperialistas ou antifascistas, como preferem os patricios, são pontos destacados no capítulo.

No esforço de pluralizar as fontes, a investigação sobre a fase do exílio de Aragão em Portugal foi enriquecida com meu estágio naquele país, o que me possibilitou visitar arquivos lusitanos e realizar entrevistas com pessoas que lá conviveram com Aragão. Dessa forma, apresento documentos salvaguardados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT); Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AMNE) e Biblioteca Nacional de Portugal (BNP). Nesse sentido, essa fase do exílio apresenta um maior número de fontes que as demais.

“A última retinida” é o nome do capítulo final do livro. Apresento aqui um panorama de como se deu o retorno de Aragão ao Brasil após seu longo exílio, e como ele tentou se reinserir no contexto político do País no início dos anos 1980. Após essa fase, a temática das memórias, dos silêncios e ressentimentos que exploro no primeiro capítulo volta a ter destaque, agora com uma abordagem direcionada para as “reparações” de Cândido Aragão. A estreita relação com sua filha Dilma também é apresentada, não apenas entre pai e filha, mas também de uma pessoa que acabou envolvendo-se nos acontecimentos políticos da época. Por fim, sua “volta” triunfal nos/aos braços dos marinheiros e fuzileiros rebeldes de 1964.

Confesso que tentei não cair, mas tentei mesmo, na armadilha que o historiador Charles Firth chamou de “*paradoxo do sanduíche*” – um pouco de sujeito, um pouco de contexto (ou vice-versa), sem relacionar um ao outro (Loriga, 1998, p. 248; Schmidt, 2012, p. 196; Borges, 2011, p. 223). Mas, às vezes, ao virar a esquina, o sanduíche aparecia numa bela imagem na parede de uma lanchonete e eu não conseguia escapar. Entretanto, os ingredientes não aparecem como “obras do destino”. Foram escolhas, minhas e do biografado. Espero que o resultado seja agradável.

Capítulo I

A foto que falta no álbum: Aragão e as refregas das memórias¹²

*A biografia é um gênero difícil: “exigimos dela os escrúpulos da ciência e os encantos da arte, a verdade sensível do romance e as mentiras eruditas da história”.*¹³

André Mourais

No dia 12 de novembro de 1998, um dos principais jornais do País divulgou o falecimento de Cândido da Costa Aragão. O enterro foi anunciado e um obituário publicado:

O Brasil vivia dias tensos em 27 de março de 1964, com as forças armadas em ebulição, às vésperas do golpe que derrubou o governo João Goulart. A data marcou a recondução, pelo já quase deposto presidente, do almirante Cândido da Costa Aragão ao comando do Corpo de Fuzileiros Navais. Muito ligado a Jango, o militar paraibano foi carregado nos ombros de marinheiros e fuzileiros navais, no que foi considerado uma imprudência naqueles dias turbulentos, marcados pela revolta de parte das tropas. Três dias depois (véspera do golpe), o estopim: uma festa da Associação dos Sargentos e Suboficiais da PM teve Aragão como convidado de honra, um sinal de que a Marinha estaria se articulando para defender o governo contra os revoltosos do Exército que partiam de Minas Gerais para a Guanabara. O almirante estaria mobilizando os fuzileiros navais para atacar o Palácio Guanabara, onde conspirava o governador Carlos

¹² Uma versão resumida desse capítulo foi publicada em ALMEIDA, Anderson da S. A foto que falta no álbum: o almirante Aragão e as refregas das memórias – imagens, silêncios e (res) sentimentos. In: QUADRAT, Samantha V. e ROLLEMBERG, Denise. História e memória das ditaduras do século XX, vol.1. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2015, p. 211-231.

¹³ André Mourais, citado em Dosse, 2009, p. 59-60.

Lacerda. O levante contra o governo venceu – e Aragão foi preso na madrugada de 2 de abril. Ao longo da vida, ele negou a tentativa de ataque, embora considerasse que “seria normal neutralizar o comportamento político do senhor Carlos Lacerda, que fazia virulenta oposição ao presidente”. No dia 14, o almirante foi transferido para a reserva pelo Ato Institucional n. 1 e teve seus direitos políticos cassados por dez anos. Solto em agosto, pediu asilo na embaixada do Uruguai antes de ser novamente detido. Dias depois, foi afastado da Marinha pelo presidente, o marechal Castelo Branco. Durante um longo exílio, passou por Uruguai, Cuba, China, Vietnã do Norte, Argélia, Egito, Tchecoslováquia, Chile e Portugal. Voltou ao Brasil com a anistia de outubro de 1979. Ao chegar, Aragão foi preso por peculato, ficando 49 dias detido. Acabou absolvido e depois foi reformado pelo presidente João Figueiredo. Cândido Aragão casou-se duas vezes – com Naide Aragão, mãe das duas filhas do almirante, Diva e Dilma; e depois com a chilena Aldalina Bobadilla. O militar morreu ontem de manhã, no Hospital Marcílio Dias, após longo período de enfermidade. Seu enterro será hoje, às 11h, no Cemitério São Francisco Xavier, no Caju.¹⁴

Dias antes, Aragão estivera internado no Hospital Naval Marcílio Dias, no Lins, zona norte da capital carioca, acometido por um tipo de infecção que chega a ser comum na maioria dos idosos. Na certidão de óbito consta como *causa mortis*: septicemia, pneumonia de aspiração e demência vascular.¹⁵ Embora o enterro tivesse sido amplamente divulgado, a Marinha não enviou guarda de funeral, rito tradicional nas Forças Armadas, principalmente para militares do alto escalão.

Como relatado no obituário, aquele senhor de aparência frágil que estava sendo sepultado já havia comandado um dos mais expressivos Corpos das Forças Armadas brasileiras – o Corpo de

¹⁴ BN. *O Globo*, 12 nov. 1998, p. 21.

¹⁵ BRASIL, Estado do Rio de Janeiro. 10ª Circunscrição do Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato Freguesia de Engenho Novo, 5ª Zona, Méier. Certidão de Óbito de Cândido da Costa Aragão expedida em 14 de nov. 1998. Cópia do documento gentilmente cedida por Dilma Aragão.

Fuzileiros Navais –, tropa especial da Marinha de Guerra. Embora nenhuma honra lhe tenha sido prestada, nenhuma banda militar tivesse aparecido para render-lhe as homenagens e sequer um corneteiro para executar o *toque de silêncio* – melodia executada nos funerais militares –, alguns senhores apareceram. Eram marinheiros e fuzileiros de 1964. O silêncio daquele dia por parte da Marinha era um forte sinal de que algo na trajetória daquele militar não teria sido visto com bons olhos pelos oficiais-generais¹⁶ da mais antiga das nossas Forças Armadas.

Ao lembrar o funeral de Aragão, o suboficial fuzileiro Paulo Novaes Coutinho, que era soldado em 1964, desabafou:

Eu tive a honra de participar de sua sepultura, eu e mais três companheiros. E ele tava numa Kombi lá na porta do Cemitério do Caju, sem nenhuma referência. Não foi reservada nenhuma capela sequer. Nós pegamos o corpo [...], a Marinha não mandou nada. Uma falta de respeito, uma falta de grandeza com um homem da importância do almirante Aragão. Pode não ter importância para o Conselho do Almirantado elitista, mas para nós, soldados fuzileiros navais da época, teve importância porque ele deu o exemplo que pode ser seguido: de entrar como soldado, de pé no chão, e sair como almirante, prestando serviço ao nosso país e não sendo testa de ferro dos interesses do estrangeiro aqui dentro. Então fizemos algumas falações na Alameda do Cemitério do Caju e sepultamos o almirante Aragão na presença de sua filha e de sua última esposa e alguns companheiros, inclusive um ajudante de ordens do qual não lembro o nome agora. O almirante Aragão teve uma homenagem prestada por pessoas simples que fomos nós, que soubemos valorizar a sua postura como componente do Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil.¹⁷

Aquele velório, envolvido pela simplicidade e a discrição, certamente não era de um herói, pelo menos para a Marinha. Um

¹⁶ Todas as Forças Armadas possuem o chamado ciclo de oficiais-generais. Na Marinha, fazem parte desse ciclo o contra-almirante, o vice-almirante e o almirante de esquadra. Em tempo de guerra existe o posto de *almirante*.

¹⁷ Depoimento de Paulo Novaes Coutinho ao autor. Rio de Janeiro, 9 de nov. 2008.

tom de mistério cercava o ambiente. Era possível um almirante não ter toda pompa em seu funeral? Talvez algo precisasse ser esclarecido. Falava-se de um segredo que já durava mais de 45 anos em uma fortaleza quase inacessível, mas que fica muito perto de todos, às margens da Baía da Guanabara, no Rio de Janeiro. É lá, na Fortaleza de São José, na Ilhas das Cobras, sede do Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), que fica a chave do cofre. Nele está guardado um quadro, pintado em dezembro de 1963, mas que foi retirado do lugar em março de 1964.

Obviamente, estou exercitando minha capacidade imaginativa, mas, ao mesmo tempo em que não posso afirmar que o quadro existe, tenho certeza de que uma imagem não está onde deveria.

O quadro invisível

Em 2008, no contexto das celebrações que marcaram o bicentenário da chegada da corte portuguesa ao Brasil, o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), corporação subordinada à Marinha do Brasil (MB), patrocinou o lançamento de um luxuoso livro de fotografias, encomendado um ano antes, com o objetivo de comemorar os duzentos anos da instituição. Nas páginas finais, uma destacada galeria de irretocáveis pinturas, onde constam os bustos dos históricos comandantes-gerais. Perfilados lado a lado, trajando o imponente uniforme vermelho-garança, dois oficiais superiores e quinze almirantes compõem uma galeria de “vultos notáveis” ou “faróis de longo alcance”, expressões que a Marinha utiliza em referência a seus heróis.¹⁸ Composto pelos oficiais que estiveram no topo da pirâmide hierárquica a partir da década de 1930, o álbum destaca aqueles que foram os chefes supremos dos soldados-marinheiros a partir do ano de 1932, quando o então Regimento Naval passou a ter a denominação que permanece até os dias atuais: Corpo de Fuzileiros Navais.

Ainda sobre a galeria de “notáveis”, constatamos que há um vazio. Entre dezembro de 1963 e março de 1964, ninguém.

¹⁸ Essas expressões podem ser conferidas em Bittencourt, 2006, p. 183.

Nenhum nome, nenhuma pintura, nenhum uniforme. Silêncio, só o silêncio. Silêncio das letras, silêncio das imagens, silêncio na imagem. Naquele período, o CFN foi comandado por Cândido da Costa Aragão, oficial que ficou ao lado do presidente João Goulart por ocasião do golpe civil-militar de 31 de março de 1964. É dele a foto que falta no álbum.¹⁹ O álbum dos “exemplos” a serem seguidos. O panteão dos que foram escolhidos pela instituição como símbolos de liderança, de inteligência, de amor à pátria e de dedicação à Marinha e ao CFN, ou seja, a galeria dos *heróis*. Os heróis construídos. Inventados.²⁰



Álbum publicado em 2008. Aragão deveria constar entre o sexto e o sétimo oficiais. Entre dezembro de 1963 de março de 1964 ficou o vazio nas datas e na imagem²¹

¹⁹ A imagem em questão encontra-se em: *Fuzileiros Navais: combatentes anfíbios do Brasil*, 2007, p. 143.

²⁰ A palavra *invenção* aqui empregada não deve ser associada a algo inverídico ou mentiroso. Empregamos aqui a abordagem de Celso Castro, no sentido do “passado recriado por referência a um estoque simbólico anterior e que precisa guardar alguma verossimilhança com o real, sob risco de não vingar”. In Castro, 2002, p. 10-11.

²¹ *Fuzileiros Navais: combatentes anfíbios do Brasil*, 2007.

Por que o quadro teria sido retirado – ou não foi incluído? Será que os historiadores e memorialistas do Corpo de Fuzileiros Navais teriam *esquecido* um dos seus chefes hierárquicos, ou estariam cumprindo ordens? Teria sido a primeira e única vez em que aquele “erro” ocorreu? Haveria uma “razão”, uma justificativa para aquele vazio, ou seria simplesmente uma desatenção, um *problema de memória*? Seria apenas um esquecimento, ou um caso de silêncio, de ressentimento?

Em contraste ao livro fotográfico da Marinha, a imagem de Aragão é quase que obrigatória em obras que tratam do contexto do golpe de 1964. Inúmeros livros, escritos por historiadores, jornalistas e memorialistas, trazem sua presença aos olhos dos leitores, inclusive na imagem de capa.²² Porém, constatamos que há um descompasso em relação ao destaque dado a ele nas ilustrações e a ausência quase que completa de análises sobre sua participação política no período em questão. Independente do posicionamento político dos autores das obras, quer à esquerda, quer à direita, o que prevalece também é um forte silêncio sobre Aragão. Aparecem nas obras rápidas referências, fragmentadas, quase sempre negativas, sem nenhum aprofundamento ou tratamento analítico. Dessa forma, surgem algumas indagações: fora da questão institucional, esquerdas e direitas teriam razões para silenciar sobre Aragão? Sua trajetória antes e depois do golpe justificaria esse relativo ostracismo? Ou ainda, existiriam outras memórias que apresentam o personagem com enfoques mais detalhados e problematizados?

Os silêncios e ressentimentos das memórias

Ver, geralmente, implica lembrar. Se as lembranças são indesejáveis, então o melhor seria tentar apagá-las. Nessa perspectiva, o *silêncio* então seria uma estratégia, um meio de tentar

²² Para essas referências, ver: Figueiredo, 1993, imagem de capa; Gaspari, 2002, p. 99; Rodrigues, 2004, p. 125; e Bastos, 2006, p. 264.

exterminar das memórias um passado incompreensível. Esse indizível, impronunciável, não é uma característica que marca apenas “perdedores” ou vencidos. Não raramente, os vitoriosos também calam, principalmente quando a glória foi conquistada de maneira difícil de explicar.

No entanto, como bem advertiu Pierre Laborie (2003, p. 52-55), o silêncio possui várias faces, e o que pode parecer um inocente esquecimento na realidade é uma forma de se recordar, de lembrar. O silêncio pode ser percebido não como uma perda de memória, e sim uma preservação obstinada do segredo, menos uma recusa de se recordar, mas uma maneira de se recordar. Para Laborie, “a escolha do silêncio, quando ele tem lugar, portanto, de memória, exprime o sentimento de certo passado que se tornou incompreensível, inexplicável para os que ‘não estavam presentes’ e não o viveram de dentro dele”.²³ Ainda segundo o autor francês, “o silêncio possui várias faces, e o que pode parecer um inocente esquecimento na realidade é uma forma de se recordar, de lembrar”. E, para o silêncio que será exemplificado no objeto em discussão:

Há também silêncio quando a memória transmitida apaga um elo do evento que cai mal na reconstrução da lógica do conjunto que a estrutura, que perturba seu sentido e sua coerência. Trata-se de um detalhe na narração de um fato que cimenta uma memória de grupo ou no outro extremo da escala de um episódio marcante da memória nacional. (Laborie, 2003)

Os silêncios das memórias – individual, coletiva ou institucional – também podem ser compreendidos com a colaboração de Michael Pollak (1989, p. 13) sob a ótica da *gestão* da memória, quando destaca que “um passado que permanece mudo é muitas vezes menos o produto do esquecimento do que um trabalho de gestão da memória segundo as possibilidades de comunicação”. Ou seja, por que a Marinha lembraria um “corteador de subalterno” e “sem idoneidade moral”, expressões utilizadas por oficiais

²³ Idem.

em referência a Aragão.²⁴ Ou, ainda, por que as esquerdas se pronunciarão sobre um “perdedor”, que não teria tido iniciativa, coragem e determinação de resistir ao golpe?

A problemática do silêncio também pode ser operada através da questão do ressentimento destacado por Pierre Ansart (2004, p. 19), no sentido da existência do *ressentimento* não só do escravo, do subalterno, do dominado. De acordo com Ansart, existe também “o ódio recalcado dos dominantes quando se encontram em face da revolta daqueles que consideravam inferiores. Ressentimento reforçado pelo desejo de reencontrar a autoridade perdida e vingar a humilhação experimentada”. Conceitualmente, o ressentimento também foi problematizado por Marc Ferro (2009, p. 191), segundo o qual “na história, o ressentimento foi a matriz das ideologias contestatórias, de esquerda como de direita. As frustrações que o suscitam, tanto as promessas traídas como as decepções ou as feridas infligidas, provocam uma cólera impotente que lhe dá consistência”. Ainda segundo o historiador francês,

A experiência de voltar a viver a ferida do passado é mais forte que a vontade de esquecer. E assim a existência do ressentimento mostra como é artificial o corte entre o passado e o presente, que deste modo vivem um no outro, tornando-se o passado um presente mais presente que o presente. Transformação de que a história oferece muitos testemunhos.

E continua sua análise:

O ressentimento não é apanágio daqueles que no início identificávamos como vítimas: escravos, classes oprimidas, povos vencidos etc. A investigação descobre que, simultânea ou alternadamente, o ressentimento pode afetar, inibir não apenas uma das partes em causa, mas as duas. O caso da reação que se segue a uma revolução é óbvio, mas os percursos deste tipo são múltiplos e variados. Esta reciprocidade, síncrona ou alternada, é um dos viveiros que lhe asseguram a perenidade. Devemos a Pierre Nora

²⁴ Abordaremos detalhadamente essas expressões no segundo capítulo.

ter identificado estes lugares de memória, quer se trate da Escola ou da Igreja, da comemoração ou da celebração.

Na chave desse ressentimento, indicaremos possibilidades para o entendimento dos silêncios que envolvem as memórias sobre o personagem. Do lado dos militares, o ressentimento de ter visto um oficial-general sendo carregado nos ombros por praças “rebelados”. O ressentimento de ter como irmão de armas um almirante que se recusou a usar a força para reprimir uma rebelião de marinheiros e fuzileiros. Nas esquerdas, o ressentimento da derrota, do ego ferido em virtude das armas que não chegaram.²⁵

Sujeitos e contextos

Na manhã do dia primeiro de abril de 1964, no Palácio da Guanabara, sede do governo estadual, o governador Carlos Lacerda desafiou um militar de alta patente das Forças Armadas fiel ao presidente João Goulart. Não era um general, um coronel, um major do Exército Brasileiro (EB), instituição que, em tese, teria o maior número de militares decididos a defender a qualquer preço o governo constitucional de João Goulart. Por uma cadeia de rádio, Lacerda, um dos líderes civis do golpe, proclamou:

O Palácio da Guanabara está sendo atacado, neste momento, por um bando de desesperados. Fuzileiros, deixem suas armas, porque vocês estão sendo tocados por um oficial inescrupuloso. Almirante Aragão! Almirante Aragão! Assassino, monstruoso! Incestuoso miserável. Deixe seus soldados e venha decidir comigo essa parada. Almirante Aragão, não se aproxime porque eu te mato com o meu revólver!²⁶

²⁵ Para um maior aprofundamento do movimento dos marinheiros, cf. Rodrigues, 2004, e Almeida, 2012.

²⁶ Villa, 2004, p. 220. Acrescentamos trechos dessa fala de Carlos Lacerda que está disponível em: http://www.franklinmartins.com.br/som_na_caixa_gravacao.php?titulo=lacerda-ameaca-matar-o-almirante-aragao-pronunciamento#. Consultado em: 10 ago. 2009. Na realidade, o ataque não ocorreu, o governador Lacerda agiu com base em informações desconstruídas que transitavam naquele fatídico dia.

Esse episódio traz uma questão interessante: um almirante, sendo desafiado pelo rádio, passando a ideia de que era o único temido pelos civis e militares golpistas no Rio de Janeiro. Em inúmeras fontes, conforme demonstraremos em seguida, esse personagem foi aparecendo cada vez mais, a ponto de “duelar” em termos de espaços ocupados e participações significativas, com o famoso Anselmo, o presidente da Associação dos Marinheiros de 1964 que ficou conhecido posteriormente como “cabo Anselmo”.²⁷

Já em 1964, a obra organizada por Alberto Dines, *Os idos de março e a queda em abril*, se tornou uma grande referência para entendermos como parte da imprensa interpretou e retratou aquele momento de turbulência política. Nas páginas finais do trabalho, encontramos uma imagem do almirante Aragão. A foto foi tirada na assembleia dos sargentos no Automóvel Clube do Rio de Janeiro, o último encontro do governo Jango. Na imagem, Aragão, vestido de terno e gravata, voltado para a plateia, ergue o braço esquerdo e é aplaudido pelos presentes. No entanto, o que mais nos impressionou foi um trecho do texto que ilustra a fotografia: “[...] o Almirante Aragão [...] repetiu seus espetáculos de ópera-bufa” (Dines, 1964, anexos). Agora, este personagem aparecia não somente como o que foi pronunciado por Carlos Lacerda – *assassino, incestuoso* –, também era apontado como um ator, da pior categoria, de ópera-bufa, e não foi o único espetáculo, era uma repetição. Sobre o mesmo episódio, o ministro da Justiça de João Goulart, Abelardo Jurema, publicou em seu livro de memórias que, naquela noite de 30 de março de 1964, somente o almirante Aragão o superou em aplausos. Era mais uma informação instigante e que abria caminho para outras direções investigativas, afinal, aqueles aplausos deveriam ter algum significado.

Em outras imagens que dizem respeito aos turbulentos dias que antecederam o golpe civil-militar de 1964, Aragão é presença constante. No intervalo entre os dias 27 – fim da

²⁷ José Anselmo dos Santos era marinheiro de primeira-classe em 1964. Presidente da AMFNB, foi elevado à condição de líder da rebelião dos marinheiros ocorrida poucos dias antes do golpe de 1964. Após o golpe, foi expulso da Marinha e fez curso de guerrilha em Cuba. Em 1971, passou a colaborar com os órgãos da repressão e ficou conhecido como o maior traidor da esquerda armada no Brasil.

rebelião dos marinheiros – e 31 de março, não é difícil encontrarmos sua fotografia nos jornais e revistas semanais. Imagens nas quais o almirante *fuzileiro-naval* aparece dando autógrafos, posando ao lado dos marinheiros, visitando marujos feridos, ou, surpreendentemente, carregado nos ombros como um herói.²⁸ Sua grande exposição midiática naqueles dias foi consequência direta de ter contrariado a decisão do ministro da Marinha, Sylvio Motta, de reprimir com o uso da força a assembleia permanente dos marinheiros e fuzileiros navais no Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara.²⁹

O ministro havia determinado a prisão de Aragão por insubordinação e o destituído do cargo de comandante-geral do CFN. Com a decisão do presidente João Goulart de atender as reivindicações dos marujos e a posse do almirante Paulo Mário da Cunha Rodrigues como ministro, Aragão reassumiu o comando e foi carregado nos ombros por um grupo de marinheiros libertados.

A força simbólica das imagens daqueles tumultuados dias resistiu ao tempo, e a importância delas pode ser expressa pela sua constante reprodução em diversas obras que retratam o contexto em tela, inclusive em publicações recentes, conforme já destacamos.³⁰ Agora, ele não era apenas o desafeto de Lacerda, nem o *ator de ópera-bufa*. Ele apareceu como um líder, com tratamento de herói, carregado nos ombros, dando autógrafos. Por que ele foi tão reverenciado por marinheiros e fuzileiros rebeldes e tão indesejado por setores da sociedade, como nos exemplos da classe política representada por Lacerda?

²⁸ Algumas dessas imagens estão no jornal *O Globo*, 28 mar. 1964, capa; e jornal Última Hora, 30 mar. 1964, caderno 1, p. 2, e Edição Vespertina, p. 2.

²⁹ Durante os dias 25, 25 e 27 de março de 1964, marinheiros e fuzileiros navais pertencentes à Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) ficaram em assembleia permanente no Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara, para onde foram comemorar o aniversário de dois anos da Associação. Em virtude de o ministro da Marinha não reconhecer oficialmente a entidade e ter mandado prender toda a diretoria dias antes, o episódio ganhou notoriedade da imprensa e o presidente João Goulart foi obrigado a negociar com os marinheiros e a classe política uma saída pacífica. Sua decisão de não reprimir o movimento foi entendida pela oposição e parte da sociedade conservadora como a permissão da quebra da hierarquia e da disciplina nas Forças Armadas. Ver Rodrigues, 2004; Capitani, 1997; Almeida, 2012.

³⁰ Para essas referências, ver: Gaspari, 2002, p. 99; Rodrigues, 2004, p. 125; e Bastos, 2006, p. 264.

Para responder a essas questões, entendemos ser necessário compreendermos como ele apareceu nas memórias dos diversos personagens que vivenciaram o período do golpe e a instalação da ditadura no Brasil, tanto das direitas quanto das esquerdas. Passados alguns anos daqueles acontecimentos, já era possível perceber as nuances, variações e fugas nas construções memoriais. Logo de início, ninguém menos que Carlos Lacerda, o mesmo que o desafiou pelo rádio em 1964. Em depoimento transformado em livro e publicado em 1978, declarou que:

O Almirante Aragão tinha um profundo ressentimento em relação aos demais almirantes, porque ele era o único que vinha de fuzileiro e se considerava, por isso, uma espécie de proletário tolerado pela burguesia. E, vamos dizer a verdade, ela (sic) não era muito admitido no Almirantado nem tomado muito a sério, até por condições de sua vida pessoal. (Lacerda, in Paiva, 1978, p. 284)

Passados quatorze anos do duelo que não houve, Lacerda parece não ter preservado em suas memórias o ódio que expressou no dia do golpe. Pelo contrário, ele deu destaque a um possível preconceito que almirantes tinham em relação ao seu antigo adversário.

Em outra fonte ligada às direitas, o general Carlos de Meira Matos, em entrevista publicada no livro *Visões do golpe: a memória militar de 1964* (D'Araújo; Soares; Castro, 2004, p. 107), mencionou indiretamente o almirante Aragão. Ao se referir à rebelião dos marinheiros, Meira Matos ressaltou: “Um almirante de esquerda que ficou ao lado deles foi carregado em triunfo pelas ruas. Carregaram como se fosse santo em andor. Ah, o brasileiro esquece de tudo, mas tudo isso está fotografado [...]”. Os autores do livro incluíram uma nota de rodapé esclarecendo que o *almirante de esquerda* citado se tratava de Aragão. Na mesma obra, o general Enio dos Santos Pinheiro lembrou que “[...] houve aquela passeata em que tinha um comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, comandante Aragão, que saiu pelas ruas com os soldados. Enfim, eram bandoleiros, não eram mais soldados, não eram mais coisa nenhuma”.

Esses episódios foram tratados por esses militares como símbolos da quebra de hierarquia e considerados decisivos para que um grande número de militares resolvesse apoiar a derrubada do presidente João Goulart.³¹ Como forma de ilustrar essas opiniões, emblemáticas são as palavras de Olympio Mourão Filho, o general que partiu com as tropas de Minas Gerais dando início efetivo ao processo golpista. Relatando um diálogo que teve no dia 27 de março de 1964 com o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, Mourão Filho rememorou:

[...] os marinheiros foram soltos, o cabo Anselmo é o líder da Marinha, o *Aragão é bicho papão* e a Marinha está completamente desmoralizada [...]. Não acha que agora é o momento impossível de ser adiado? Ele me respondeu: “Impossível de ser adiado. Vamos para a luta”. (Mourão Filho, 1978, p. 358)

O general Sílvio Frota lembrou Aragão como o homem que incomodava e ressaltou a imagem que guardou dele no contexto do golpe e nos anos seguintes do período da ditadura.

Homem que confunde prestígio com promiscuidade, foi conduzido nos ombros da marinagem, degradando as Forças Armadas, numa manifestação grotesca de populismo [...]. Após a Revolução de 1964, expulso da Marinha e banido pelo Ato Institucional, não descansou em suas investidas e conspirações contra o governo revolucionário. Vagueava pelo norte da América do Sul, sendo assinalada sua presença várias vezes na Venezuela e na República da Guiana, procurando conseguir bases para operar com guerrilhas no território de Roraima [...]. Era, por tudo isso, *um homem que incomodava* [...]. (Frota, 2006, p. 583 e 584)

Ainda na linha dos oficiais do Exército Brasileiro, mesmo aqueles que eram subalternos e intermediários à época, ficou o retrato de um personagem controverso. O general-de-brigada Euclides Bueno Filho sentenciou: “recordo do almirante Aragão,

³¹ Ibidem, p. 13.

notório comunista, que costumava aparecer abraçado com marinheiros, uma promiscuidade total!” (Atassio, 2007, p. 86).

No mesmo sentido, o general Acrísio Figueira relembrou:

[...] o almirante Aragão optava por dar golpes fatais na hierarquia e na disciplina. Isso tudo para nós, tenentes e capitães, era inconcebível. Como é que um almirante fardado se deixava carregar nos ombros por marinheiros em impressionante baderna? Era uma inversão total de tudo que havíamos aprendido na vida militar. (Atassio, 2007, p. 137)

Dessa forma, percebe-se que jornalistas, políticos e militares do Exército não esqueceram Aragão. Quer preservando a mesma “fotografia” de 1964, ou reconstruindo, resignificando e oferecendo nova interpretação sobre ele, o *silêncio* não é a tônica. A maioria o mantém do lado inimigo, o dos *esquerdistas*, que em pouco tempo iriam “entregar o Brasil aos soviéticos”, “fazer do Brasil uma nova Cuba”, “acabar com as igrejas e a família”, “exterminar as propriedades privadas”, “pintar a bandeira do Brasil de vermelho”, jargões muito eficientes do discurso anticomunista e com forte penetração social nas décadas de 1950-1960.³² Para esses, a quebra da hierarquia militar era o sinal de que a subversão social estava em marcha.

Um almirante nos ombros de soldados e marinheiros era inaceitável, incompreensível e incompatível com a visão de mundo não só de militares, como também da grande parte conservadora da sociedade, que o diga o editorial do *Jornal do Brasil* de 29 de março de 1964, conclamando que as Forças Armadas, e particularmente o Exército, deveriam agir pelo restabelecimento da legalidade e do estado de direito que, segundo o jornal, haviam sido afrontados no *episódio dos marinheiros*.³³ Ou seja, um sonoro chamamento ao golpe.

³² Para um maior aprofundamento sobre o anticomunismo, ver Motta, 2002.

³³ Cf. Netto, Araújo. A paisagem. In: Dines, 1964, p. 59. Voltaremos a esse editorial no segundo capítulo.

As visões de bombordo³⁴

Nas visões das esquerdas, a figura de Aragão aparece bem mais diversificada e com uma maior dinâmica. Vários olhares, distintos retratos, mesmo entre aqueles que, em tese, teriam uma imagem mais simpática desse sujeito histórico. Segundo Paulo de Mello Bastos, que em 1964 fazia parte do secretariado do CGT (Comando-Geral dos Trabalhadores):

o almirante Aragão, homem de pouca cultura que falava muito e agia pouco, se desgastou com a crise [rebelião dos marinheiros], perdendo o acesso ao paiol de munições do Arsenal de Marinha [...]. Havia entendimentos para, em caso de golpe, ele fornecer armas aos ferroviários da Leopoldina [...]. (Bastos, 2003, p. 104)

Em outra obra, Mello Bastos relembrou que “o almirante Cândido Aragão, brizolista, que ficou conhecido como o ‘*Almirante Vermelho*’, era comandante dos fuzileiros navais e apoiou abertamente o levante [dos marinheiros]” (Bastos, 2006, p. 220). Na opinião de Hércules Corrêa, deputado comunista e importante quadro do CGT em 1964, Aragão “era um *boquirroto*, botava pra quebrar [...] também no exílio no Uruguai o Aragão sempre falou mais do que fez. E na hora de conseguir as armas para reagir ao golpe confessou não ter acesso ao paiol” (Bastos, 2006, p. 266).³⁵

Outra voz que se junta a esse coro, é a do editor Enio Silveira, que em 1964 fazia parte do Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI). Em entrevista concedida a Dênis de Moraes, ele afirmou ter tido uma conversa com Aragão na qual o militar teria dito, caso houvesse um golpe da direita, que: “Em menos de meia hora eu tomo a cidade, arraso o Palácio Guanabara”. Enio Silveira sentenciou ainda que “o Aragão, na hora do golpe, *correu*

³⁴ *Bombordo*, na linguagem marinha, é o lado esquerdo da embarcação para quem olha da popa (parte de trás do navio) para a proa (frente do navio).

³⁵ Entrevista de Hércules Corrêa a Paulo de Mello Bastos. O grifo é meu.

pelas ruas como um doido. Um homem que com bravatas falhou completamente” (Moraes, 1989, p. 163, 192).³⁶

Outro personagem que responsabilizou Aragão por uma falsa ideia de que era possível resistir ao golpe é ninguém menos que Luiz Carlos Prestes. Perguntado por Dênis de Moraes se ele seria o autor da declaração na qual se afirmou que *os golpistas teriam suas cabeças cortadas* caso ocorresse o golpe, Prestes esquivou-se: “O Almirante Aragão é que prometia cortar a cabeça dos golpistas que se levantassem contra o governo”.³⁷

Esses últimos depoimentos trazem uma conexão com o pronunciamento de Carlos Lacerda no dia do golpe. Havia, sem dúvida, a esperança das esquerdas e o temor das direitas de que os fuzileiros navais resistissem ao golpe. E não era só isso, vários segmentos, dentre os setores sociais que apoiavam Jango, esperaram as armas do almirante Aragão.

Além dos sindicatos, temos referências de estudantes que citaram essa angústia de ter esperado as armas que não apareceram. Um exemplo dos mais emblemáticos está na obra memorial de Fernando Gabeira, *O que é isso, companheiro?* Esse livro retrata outro Aragão, o almirante da esperança. Nele, Aragão é título de capítulo: “Fica conosco, Aragão” (Gabeira, 1980, p. 15). Em linguagem literária, Gabeira escreveu: “Todos esperavam que Aragão fosse atacar o Palácio Guanabara [...]. Aragão esperava uma ordem do presidente, você [marinheiro Antônio Duarte] esperava uma ordem do Aragão e o tempo ia passando perigosamente”. Em seguida, Gabeira reflete: “De que adiantaria

³⁶ O livro de Dênis de Moraes, publicado em 1989, ou seja, no contexto da aprovação da Constituição de 1988, é uma espécie de busca de explicações para as causas da derrota das esquerdas em 1964. Contando com inúmeros entrevistados que perderam o jogo em 1964, a exemplo de Francisco Julião, Francisco Teixeira, Neiva Moreira, Luís Carlos Prestes e Leonel Brizola, Dênis utilizou o seguinte subtítulo: “As forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões”. Nesse sentido, a exemplo do que já tinha feito Paulo Schilling, com os dois volumes de *Como se coloca a direita no poder*, publicados em 1979 e 1981, respectivamente, o momento era propício para as publicações que tentavam contribuir para exorcizar o fantasma do fracasso das esquerdas atingidas pelo golpe. Nessa mesma linha, ratificando uma espécie de *boom* editorial sobre os derrotados, há a publicação de Hélio Silva, já citada neste trabalho, intitulada *A vez e a voz dos vencidos: militares x militares*, não coincidentemente, publicada no emblemático ano de 1988.

³⁷ Moraes, 1989, p. 261 e 262. A declaração teria sido feita por Luís Carlos Prestes no auditório da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no dia 27 de março de 1964.

um ataque ao Palácio Guanabara? Se Aragão o ordenasse, os oficiais tinham condições de sabotá-lo de mil maneiras” (Gabeira, 1980, p. 19).

Nas memórias de Vladimir Palmeira, estudante de direito em 1964 e líder estudantil em 1968, o mesmo tom dos que esperaram por Aragão: “ Eu fiquei na minha escola [Faculdade Nacional de Direito] esperando as armas que o Almirante Aragão iria mandar. Mas não chegou nada [...]”.³⁸

Nas lembranças do brigadeiro Francisco Teixeira, que antes da criação da Força Aérea Brasileira (FAB) havia sido oficial da Marinha, destaca-se uma pequena explicação sobre o que era o Corpo de Fuzileiros Navais à época e sua opinião de como a Marinha “cuidava” de Aragão:

[O CFN] Era uma infantaria de Marinha, a que a Marinha não dava muita importância. Nos Estados Unidos é poderosíssima, tem vários almirantes e tal. Posteriormente, no Brasil, criaram o quadro de fuzileiros, e hoje o oficial fuzileiro é igual aos outros e tira o curso na Escola Naval.

O Aragão era malvisto na Marinha, malvisto, e sobretudo porque era de origem humilde, meio mulato, de cor, e a Marinha tem um preconceito desgraçado! Mas ele cresceu politicamente [...]. (Teixeira, 1992, p. 251)

Sobre a atuação do almirante paraibano, Teixeira – integrante do chamado dispositivo militar do governo Jango e muito próximo a Aragão no contexto do golpe – indica a percepção sobre Aragão entre as esquerdas naquele contexto e demonstra como depois o quadro mudou, sublinhando que a atuação do almirante fuzileiro teria prejudicado as esquerdas:

O auge dele foi no período do Jango, em que chegou a comandante do Corpo de Fuzileiros Navais. Chegou porque era o mais antigo dos oficiais do Corpo de Fuzileiros. E tinha força, promovia almirantes... Ele não usava de discricção: passava por cima

³⁸ Disponível em: <http://historia.abril.ig.com.br/gente/entrevista-vladimir-pereira-476699.shtml>. Acesso em: 25 ago. 2009.

dos ministros da Marinha e ia diretamente ao Jango, influía na promoção de almirantes... Assim foi fazendo a sua... O homem da Marinha era o Aragão. [...] Então ele tinha muita força política junto às esquerdas, junto a essa coisa toda. Esse é o quadro do Aragão. Agora, nos prejudicou muito, a meu ver, num balanço, e até me comprometeu. (Teixeira, 1992)

Ainda na linha das memórias de *bombordo*, o brizolista Paulo Schilling lembrou que Aragão era chamado de *almirante do povo*, “porque tinha vindo de baixo, da tropa, não passando pelo organismo bitolador elitista e reacionário da Escola Naval” (Schilling, 1981, p. 61).³⁹ Segundo Schilling, os Fuzileiros Navais “era uma das poucas tropas em que o governo podia depositar confiança total para enfrentar o golpe da direita na Guanabara. Sucedia que Aragão era o último comando vinculado ao esquema de Brizola [...] (Schilling, 1981)”.

Contrariando essa afirmação de que Aragão era brizolista, Vito Giannotti o apontou como membro da direção do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1964,⁴⁰ questão que abordaremos ao longo do texto. Já Caio Navarro de Toledo, percebendo as várias versões existentes sobre o perfil político de Aragão, preferiu citar as duas referências: “Na passeata dos marinheiros que comemoravam o indulto presidencial aos revoltosos, Cândido Aragão, conhecido por *almirante vermelho* ou *almirante do povo*, foi carregado em triunfo” (Toledo, in Reis; Ridenti; Sá Motta, 2004, p. 75).⁴¹ A impressão que temos depois dessas referências é que ficou na memória de setores das esquerdas certa responsabilidade do almirante Aragão por não ter havido uma resistência ao golpe, embora o chefe do chamado “dispositivo militar” em 1964 fosse o general Assis Brasil.

A derrota das esquerdas em 1964 contribuiu para o ostracismo que envolve a trajetória do almirante Aragão. Ficaram as

³⁹ A Escola Naval, situada no Rio de Janeiro, é responsável pela formação dos oficiais da Marinha do Brasil. Só os oriundos dessa instituição podem alcançar o posto máximo na carreira da Marinha em tempo de paz, que é almirante de esquadra.

⁴⁰ Giannotti, 2007, p. 176.

⁴¹ O grifo é meu.

refregas das memórias, pejeas. Memórias divididas. E a memória institucional da Marinha também entra em cena, participa, constrói seus *lugares*, seus monumentos. Recria o passado, inventa um futuro, numa guerra inacabada. Que história contar para os soldados que não viveram o momento? Que história contar para militares que não gostam de história, ignoram histórias, mas adoram as glórias?

Um cisne vermelho? Aragão e a memória institucional

Já destaquei como o almirante paraibano foi “relembrado” pela Marinha por ocasião das comemorações dos duzentos anos do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN). Nossa estratégia aqui é tentar levantar alguns aspectos do tratamento memorial dado a Aragão na Marinha e entender como a instituição à qual pertenceu cuidou historicamente da existência de um personagem tão “desvirtuado” em seus quadros, desafinado com a trajetória conservadora, aristocrática e elitista daquela instituição.⁴²

A primeira obra oficial sobre a história do CFN a que tivemos acesso diz respeito a um livreto datilografado de 1974 com o título “Histórico do Corpo de Fuzileiros Navais”. Com apresentação escrita pelo vice-almirante Roberval Pizarro Marques, comandante-geral, o livreto já era um sinal de que Aragão era uma *ovelha indesejada* na história dos fuzileiros navais. Em um trecho dedicado ao período em questão, uma passagem nos chamou a atenção:

⁴² O general Gustavo Moraes Rego Reis destacou que existia na Marinha um grupo de almirantes “linha dura”. Estes eram caracterizados por um “inarredável preconceito contra as duas outras Forças [Armadas] e em particular contra o Exército [...]”. Cf. D’Araújo, 2004, p. 55. Em pesquisa de campo realizada por Celso Castro na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), órgão responsável por formar os oficiais do Exército, alguns cadetes relataram que o “espírito militar” da Marinha era mais elitista, aristocrático e até racista, em comparação com o Exército. Cf. Castro, 2004, p. 98.

Já em 1963, Oficiais Fuzileiros Navais assinaram um *memorial* proclamando ostensivamente o repúdio da Corporação ante a investidura no cargo de comandante-geral de *elemento indigno* de sequer vestir a farda dos Combatentes Anfíbios da Marinha. (Marques, 1974, p. 76)⁴³

Essa citação nos fornece o primeiro indício de como o alto comando dos Fuzileiros Navais, dez anos após os acontecimentos, via o almirante Aragão. Ele era um “elemento indigno”, mas sem nome, não se menciona o seu nome em nenhum momento da pequena obra. Essa foi a tônica que encontramos ao longo de nossa pesquisa inicial, que a partir desse momento foi direcionada para um periódico do CFN, intitulado *O Anfíbio*.⁴⁴ Esse periódico, de publicação anual, além de trazer questões relacionadas à estratégia militar, organizacionais e tecnológicas, esporadicamente traz aspectos que dizem respeito à história dessa peculiar organização militar. Entrevistas com comandantes veteranos compõem uma seção do periódico intitulada Projeto Memória.

Em *O Anfíbio*, o tratamento que encontramos foi o mesmo do livreto de 1974. A citação destacada acima foi disciplinarmente reproduzida, sem alterações, em sucessivas “edições especiais”, destacando-se as de 1974, 1981, 1988.⁴⁵ Mas foi em outra fonte que encontramos um sinal significativo de que o silêncio sobre Aragão era algo muito mais forte do que um simples desprezo, muito mais que um mero mal-estar contra um passado incômodo, que não deveria ser lembrado e exposto para as atuais gerações de oficiais e praças fuzileiros navais.

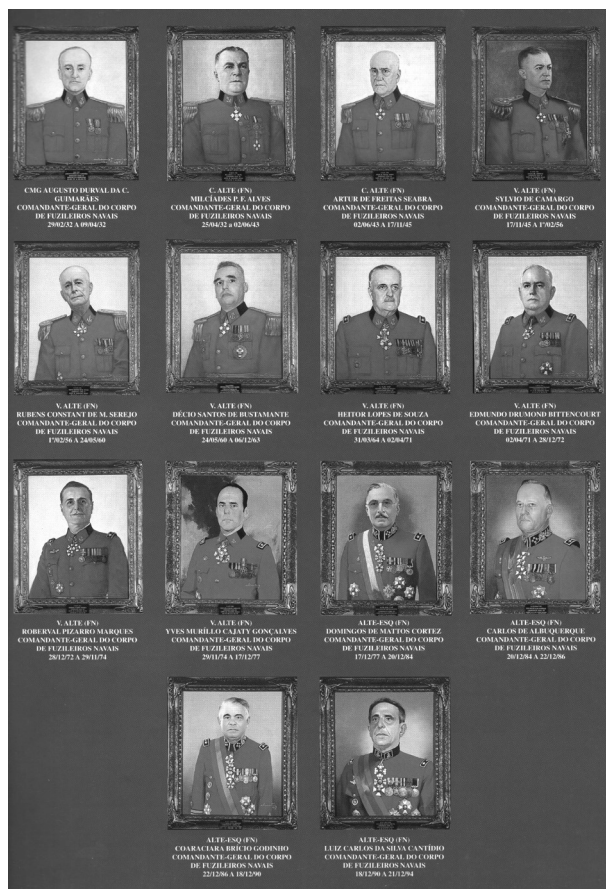
Em 1997, antecedendo em dez anos o livro que citamos no início do capítulo, o Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros

⁴³ Os grifos são meus.

⁴⁴ Como órgão de divulgação do Corpo de Fuzileiros Navais, a primeira revista foi editada em setembro de 1939 com o nome *O Naval*, circulando até 1943. Em março de 1954, surgiu o primeiro jornal dos fuzileiros, denominado *O Anfíbio*, publicado até 1977. A partir de 1961, iniciou-se a edição da Revista dos Fuzileiros Navais, *O Anfíbio*, em circulação até hoje. Cf. *O Anfíbio*, n. 26, ano XXVII, 2008, sumário. Disponível em: <https://www.mar.mil.br/cgcfm/downloads/oanfíbio/Atual/oanfíbio.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2011.

⁴⁵ Disponíveis em: https://www.mar.mil.br/cgcfm/downloads/oanfíbio/index_oanfíbio.htm. Acesso em: 11 jun. 2009.

Navais publicou o primeiro livro fotográfico, só lançado no ano seguinte, para celebrar o aniversário de 190 anos da instituição.⁴⁶ Neste livro, Aragão não havia sido incluído no álbum. O curioso é que naquele ano ele ainda estava vivo, mas a instituição já o eliminara de sua história. Nesse sentido, fica claro que sua ausência em 2008 não era uma questão de descuido, de esquecimento, um lapso de memória. Era sim um silêncio comandado, ordenado.



Álbum histórico do Corpo de Fuzileiros Navais, 1998.⁴⁷

Entre o sexto e o sétimo oficiais deveria constar a imagem de Cândido da Costa Aragão

⁴⁶ Na história oficial do Corpo de Fuzileiros Navais, a data 7 de março de 1808 – chegada da família real portuguesa ao Brasil – é retratada como o marco inicial dessa instituição no Brasil. Cf. Marques, 1974, p. 4.

⁴⁷ *Fuzileiros Navais: combatentes anfíbios do Brasil, 1998.*

No período compreendido entre as duas publicações, mais precisamente em 2005, o almirante Carlos Augusto Costa publicou uma obra onde pretendeu abordar a trajetória da instituição. No livro, o nome de Aragão aparece em uma tabela dos ex-comandantes, e uma legenda informa que foi o único oriundo do Corpo de Praças.⁴⁸ Seria um sinal de que o *ressentimento* havia passado? Parece que não.

Três anos depois, em 2008, nas comemorações dos 200 anos da chegada da corte portuguesa ao Brasil, além do já citado livro fotográfico, mais duas publicações oficiais trataram da história dos fuzileiros navais brasileiros. Uma direcionada aos jovens dos ensinos médio e fundamental, e a outra, uma nova edição de *O Anfíbio*. Na revista, mais uma reprodução literal do texto de 1974.⁴⁹ Preservou-se o mesmo “elemento indigno”, sem revelar quem era.

A terceira e última obra nos trouxe uma surpresa. Pela primeira vez, em pesquisa realizada em publicações do CFN, não encontramos um trabalho destinado somente aos leitores da *caserna*. Com o título *Os fuzileiros navais na história do Brasil*, o livro foi ilustrado com figuras e traços juvenis. Apesar de a obra ser assinada por uma pesquisadora civil, Alba Carneiro Bielinski, na realidade foi uma encomenda institucional. O brasão oficial do CFN está presente na capa.⁵⁰ Seria uma espécie de “historiadora da casa”, na expressão de Pollak.⁵¹ O interessante é que a obra rompeu o silêncio da instituição a respeito de Aragão. Nas linhas que tratam da queda do presidente João Goulart, a abordagem foi feita da seguinte forma:

Entre o final de 1963 e o início de 1964, recrudesceram no Brasil ações que vinham sendo fomentadas para a construção de um caos institucional. Nas Forças Armadas, a ação esquerdista

⁴⁸ Costa, 2005, p. 79. Os praças são militares que vão da graduação de soldado ou marinheiro a subtenente ou suboficial.

⁴⁹ Revista *O Anfíbio*, n. 26, ano XXVII, 2008, p. 45. Disponível em: <https://www.mar.mil.br/cgfn/downloads/oanfíbio/Atual/oanfíbio.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2011.

⁵⁰ Bielinski, 2008.

⁵¹ Pollak, 1989, p. 10. Versão eletrônica disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/43.pdf>. Consultado em: 21 fev. 2012.

vinha sendo gradativamente elaborada, visando à quebra da hierarquia e da disciplina – pilares do militarismo –, e o consequente esfacelamento dessas instituições, esteios da segurança e da soberania nacional.

O presidente da República contava com as forças sindicais comunistas e com alguns grupos militares influenciados pela esquerda, sob a liderança do general Assis Brasil e do almirante Cândido da Costa Aragão, comandante-geral do Corpo de Fuzileiros Navais no período de 6 de dezembro de 1963 a 31 de março de 1964 [...]. (Bielinski, 2008, p. 109)

Pela primeira vez, em 45 anos, o nome de Aragão foi lembrado com certa profundidade em uma publicação oficial do CFN. E a referência a ele não se limitou a essa passagem. Nas páginas seguintes, Bielinski reproduziu um manifesto de oficiais da Marinha, publicado no jornal *Tribuna da Imprensa*, de 10 de novembro de 1963, onde protestavam contra a nomeação do almirante Aragão para o cargo de comandante-geral. Segundo a autora, esse protesto era um sinal da preocupação dos oficiais com o destino da nação.

A Marinha de Guerra do Brasil foi surpreendida com a exoneração intempestiva do comandante-geral do Corpo de Fuzileiros Navais e a nomeação de novo comandante. [...] Seu passado, excluído da Marinha Brasileira, *por não ter idoneidade moral*, seus *processos criminais*, suas *aventuras no campo da política partidária*, seus *tráficos de influência* e, principalmente, suas atitudes como comandante da Guarnição do Quartel Central do Corpo de Fuzileiros, *cortejando subalternos*, minando a disciplina, corrompendo, fazem do almirante Cândido da Costa Aragão o menos indicado dos componentes da nossa tradicional corporação, o Corpo de Fuzileiros Navais, para comandá-lo. [...] E, se amanhã, a cortina negra (sic) do arbítrio, caracterizada pelo golpe de Estado, descer sobre o Brasil, que não se diga que todos concordaram e, silenciosos, caminharam cabisbaixos para o tenebroso desconhecido [...]. (Bielinski, 2008, p. 113)

Todo o silêncio da instituição, durante aqueles anos, fora motivado por essas questões presentes nesse protesto e pela atuação de Aragão na defesa do presidente João Goulart.⁵² Para a Marinha, o problema não foi só ter sido carregado nos ombros por marinheiros e fuzileiros rebeldes em 1964. Tinha algo muito mais forte no passado [processos criminais, atuação política, tráficos de influência, cortejador de subalternos...], um passado reproduzido literalmente em 2008, um passado-presente. O Aragão que emerge desse livro é o mesmo de 1963. O silêncio não era esquecimento. Era lembrança, uma indesejável lembrança.

Entre os oficiais do Corpo da Armada, setor da Marinha de maior prestígio e influência, as lembranças sobre Aragão convergem e assemelham-se às dos oficiais fuzileiros. Em depoimento concedido a pesquisadores do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDoc/FGV), o almirante Ângelo Nolasco de Almeida, que foi ministro da Marinha entre junho de 1961 e setembro de 1962, relembrou alguns momentos tensos relacionados a Aragão:

[...] Cândido Aragão era unha e carne com Brizola. E um dia lá ia haver uma reunião qualquer, o Aragão esteve lá no Ministério e eu disse: “Aragão, não se meta em política, não quero a Marinha envolvida em política, cuidado com esses movimentos políticos aí etc.”. Qual foi no dia seguinte o Aragão vai ao tal negócio do Brizola, pede a palavra e faz discurso político... Não era um caso de prisão minha porque eu era o ministro; ele estava subordinado ao Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros. E então eu vi aquilo, um oficial me informou, trouxe a notícia do jornal e eu telefonei

⁵² É difícil afirmar que essa reaparição de Aragão como o *indesejável* na Marinha foi uma decisão apenas da autora. No período 2004-2008 aconteceram inúmeros lançamentos de livros sobre os 40 anos do golpe e a passagem das quatro décadas do ano rebelde de 1968. As universidades organizaram eventos e debateram esses acontecimentos. Documentários, livros de memórias e jornais de grande circulação levaram o debate para a sociedade. No campo político, com a sucessão de Fernando Henrique Cardoso pelo sindicalista Luís Inácio Lula da Silva em 2003, houve prosseguimento da tentativa de apuração dos crimes cometidos no período da ditadura. Nesse sentido, trazer Aragão de volta pode ter sido uma estratégia institucional para mostrar outra versão aos militares da ativa que não viveram o período em discussão. Para livros e documentários lançados nesse quadriênio, ver bibliografia. Cf. Almeida, 2012.

para o comandante-geral do Corpo de Fuzileiros e disse a ele: “Ó Bustamante, você já teve notícia das declarações do almirante Aragão?”. “Não, não...” “Pois então leia.” E disse a ele: “Olha, você vê se é caso de prisão, hem? [...] Você ouviu o Aragão – porque todo mundo tem que ser ouvido – e vê o que tem que fazer”. Ele depois me telefonou e disse: “Olha, eu já falei com o Aragão, realmente li, e ele confirmou tudo etc. e eu vou prender ele por cinco dias”. Eu disse: “Aragão não, é pouco. Cinco dias é pouco. Almirante, tem que dar exemplo”. [...] Então o Aragão foi preso por dez dias a bordo do Custódio de Melo. Comeu os dez dias de prisão rigorosa lá. E não chiou e ficou preso mesmo. E como ele era unha e carne com o Brizola e ele parece que tinha relações lá com o presidente da República, com o Jango Goulart, eu então comuniquei a ele o caso desagradável [...]. (Almeida, 1986)

Na sequência do depoimento, Nolasco de Almeida demonstra claramente sua percepção do sujeito Aragão e da presença deste no alto escalão da Marinha.

O Aragão não podia ser oficial-general, mas foi oficial-general no governo do Juscelino, por que o nosso ministro, que era o Matoso Maia, não teve coragem de dizer ao Juscelino que não assinava um decreto daqueles. O único mérito do Aragão foi ter partido de soldado e, através de uma série de..., a permanência no coisa (sic), inteligente etc., foi galgando uma série de promoções e chegou a capitão-de-mar-e-guerra. Mas não podia nunca ser um oficial-general [...]. Um oficial que tinha sido transferido para a reserva com inquérito de saques sem fundos, de letra promissória sem pagar... todo sujo na vida particular. Depois, esses negócios vão para a justiça, passam-se os anos e acaba voltando outra vez. Porque aquilo tudo é apagado, aquele troço todo é anulado e o sujeito volta para a Marinha [...]. Mas todos nós estamos sabendo quem é aquela figura. E no entanto nós fizemos desse oficial um oficial-general. Com grande tristeza para todos nós.⁵³

⁵³ Almeida, 1990, p. 518.

É importante ressaltar, nessa passagem, que o almirante da Armada, mesmo não simpatizando com Aragão e tendo feito graves acusações de ordem moral e pessoal – algo comum nas memórias oponentes –,⁵⁴ destacou um aspecto invisível nas memórias dos oficiais que se opunham a Aragão: a inteligência. Porém, o que sobressai mesmo em suas lembranças é o tom melancólico; a mágoa do ministro que não impediu a chegada de Aragão a almirante. O ressentimento coletivo do “todos *nós* sabemos quem é aquela figura, [...] *nós* fizemos desse oficial um oficial-general. Com grande tristeza para todos *nós*”.

No entanto, nas memórias dos marinheiros e fuzileiros que se rebelaram em 1964, diferente das esquerdas e dos militares, o almirante paraibano tem seu lugar. No álbum dos que foram expulsos e perseguidos pela Marinha e que também ficaram à margem dos lugares de memória de setores das esquerdas, Aragão tem seu lugar. A fala do fuzileiro-naval Paulo Novaes Coutinho ilustra bem essa nossa afirmação:

O almirante Aragão foi um homem muito importante. Foi meu comandante-geral. O almirante Aragão valorizava o soldado. Muitos o discriminavam porque ele veio da Paraíba com os pés descalços, como trabalhador braçal, adentrou à Marinha como voluntário e chegou a almirante [...]. O presidente da República passou por cima do almirantado, que é um centro miserável do conservadorismo no País, e o elegeu almirante. E a pequenez desse Conselho do Almirantado é tão grande que pela importância que o almirante Aragão ganhou como representante da nossa raça, como representante dos nossos miscigenados e indígenas do Nordeste, galgou o almirantado.⁵⁵

O marinheiro Raimundo Porfírio Costa também guarda em suas memórias uma imagem muito entusiasmada do almirante Aragão. Porfírio, presidente do Movimento Democrático pela

⁵⁴ Na pesquisa que fiz sobre os marinheiros de 1964, percebi que é comum oficiais da Marinha e setores conservadores da sociedade fazerem acusações de ordem pessoal e moral contra militantes das esquerdas.

⁵⁵ Entrevista de Paulo Novaes Coutinho ao autor. Rio de Janeiro, 9 de nov. 2008.

Anistia e Cidadania (MODAC), nos forneceu o seguinte relato: “Aragão era um mulato que veio para o CFN com 14 anos de idade e ficou como faxineiro, varrendo quartel até completar a idade de ingressar no CFN [...]. Aragão era superdotado, ele era um sujeito com uma inteligência fora do comum [...]”.⁵⁶

Dessa maneira, o Aragão, silenciado e preservado pela Marinha como o *indigno*, sem *idoneidade moral*, aparece nas memórias do fuzileiro Coutinho como um exemplo a ser seguido. O Aragão, *homem de pouca cultura, bravateiro* e que *correu como um doido*, como aparece nas memórias de Mello Bastos e de Ênio Silveira, foi retratado pelo marinheiro Porfírio com um *superdotado*, com uma *inteligência fora do comum*. São memórias que guardam em si disputas, conflitos, negociações. Nem sempre as divergências estão em polos opostos, comumente aparecem dentro das próprias esquerdas. Frequentemente as opiniões convergem nas memórias teoricamente opostas, como é o caso de Paulo Schilling e de Carlos Lacerda. Ambos ressaltaram o preconceito sofrido por Aragão na Marinha.⁵⁷

As lembranças e os silêncios sobre Aragão mostram como as memórias são construídas e reconstruídas sempre a partir do presente. Nesse longo percurso de idas e vindas, de rotas e *derrotas*, de passados-presentes e presentes-futuros, indivíduos e coletividade, sujeitos e instituições apresentam suas “verdades”, em uma refrega sem fim. As memórias sobre Aragão são um bom exemplo nesse sentido.

Em 1961, um livro memorial publicado por um oficial da Marinha o situava entre os notáveis da instituição e incluiu seu nome entre aqueles que cresceram mais, que se distinguiram pela inteligência, pela capacidade de trabalho e também pela sorte “com que os favoreceu a Providência” (Silva, 1961, p. 65). Dois anos depois, o memorial dos oficiais contrários à sua nomeação já ia apresentar outra imagem. Em virtude de suas ligações políticas com Leonel Brizola, por se recusar a reprimir a rebelião dos marinheiros e ter ficado ao lado do presidente João Goulart, teve

⁵⁶ Entrevista de Raimundo Porfírio Costa ao autor. Rio de Janeiro, 20 de mai. 2009.

⁵⁷ Retomarei essa questão do preconceito em momentos seguintes dessa pesquisa.

sua imagem apagada da memória institucional. Embora não haja fonte que assegure seu envolvimento ou sua filiação ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), comumente é lembrado como o *al-mirante vermelho*.

A gestão memorial

A gestão da memória envolve o processo de articulação entre agentes, referenciais e conteúdos. Nesse sentido, torna-se fundamental “identificar os agentes ativos e passivos, como também as práticas de construção de memória. Em termos conceituais, destaca-se a formulação de Pierre Nora (1993), sobre os “lugares de memória” como sendo aquela que consegue dar conta a essa articulação. Ainda sobre os lugares de memória, ressalta-se a ideia de que podem ser entendidos como “pontos de condensação, de sentido material, simbólico e funcional”.⁵⁸ Aqui, ao analisarmos essa gestão memorial da Marinha, não devemos esquecer o processo seletivo no qual esta se desenvolve, através das indagações comuns aos processos de construções memoriais: o que se lembra? Como se lembra e, por que se lembra?

Na análise de Fernando Catroga (2001), é necessário termos a devida compreensão de que “a memória nunca se desenvolverá no interior dos sujeitos, ela precisa de suportes materiais, sociais e simbólicos de memórias”. Dessa forma, entendo que os livros de fotografias dos fuzileiros navais, além de terem essa dimensão de suporte memorial, também podem ser entendidos como um *lugar de memória*. Para Michael Pollak (1989, p. 9), devemos compreender que

[...] a memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das representações do passado que se quer salvaguardar, se integra [...] em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos,

⁵⁸ Mauad, 2008-2009, p. 3.

igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. [incluo aqui as Forças Armadas]. A gestão, nas memórias, silêncios e ressentimentos, visa ainda manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum [...]. Isso significa fornecer um quadro de referências e pontos de referência.

Ainda tendo as memórias como objeto, analisei se essa gestão memorial por parte da Marinha em relação a Aragão tinha alguma eficiência no presente. Nesse sentido, fiz do meu convívio institucional, como músico do CFN,⁵⁹ um laboratório de pesquisa e realizei várias entrevistas e disponibilizei formulários para colegas de trabalho. Entre os que responderam, selecionei militares ainda na ativa, todos praças, que haviam ingressado na instituição desde os anos 1970 até 2010. Nesse grupo, inseri soldados recém-incorporados, cabos, sargentos e suboficiais. O questionário era bem simples, com uma única pergunta: sobre qual desses personagens você já ouviu falar? Na sequência relatei: almirante Tamandaré, almirante Barroso, almirante Aragão, “cabo” Anselmo, marinheiro João Cândido e marinheiro Marcílio Dias.

Dos 48 que responderam ao questionário, apenas dois disseram ter ouvido falar de Aragão. Não coincidentemente, os que tinham ingressado entre 1978 e 1979. Entretanto, não conseguiram dar detalhes sobre o mesmo. Entre os mais jovens, cabos e sargentos dos anos 1980 e 1990, perguntaram-me se era alguma “pegadinha” ter colocado os nomes de Anselmo e Aragão na relação, pois nunca tinham ouvido falar deles. Todos marcaram as opções Tamandaré, Barroso e Marcílio Dias e ainda deram detalhes. Esses acertos não foram gratuitos, pois esses militares são justamente os mais festejados e lembrados anualmente nas cerimônias militares da Marinha.

⁵⁹ No período compreendido entre 1996 e 2010, fui aprendiz-marinheiro, grumete, marinheiro e sargento músico do Corpo de Fuzileiros Navais. Nessa última graduação participei de várias homenagens a almirantes falecidos, cerimônias comemorativas e vivenciei *in loco* o silêncio da Marinha sobre o período da ditadura. Convivi com militares que haviam ingressado no final dos anos 1960 e nas décadas de 1970-2000. Nos hospitais e ambulatórios da Marinha – enquanto aguardam o chamado do médico para a consulta –, não era e não é difícil encontrar senhores de cabelos brancos, saudosos da “Revolução”. Assim, tive contato com várias gerações (no sentido etário) e suas percepções sobre o passado recente da instituição e do País.

Os almirantes Tamandaré⁶⁰ e Barroso⁶¹ são homenageados com bustos, monumentos, avenidas, praças e até cidades espalhadas pelo País. Marcílio Dias, marinheiro imperial que combateu na Guerra do Paraguai, foi homenageado com seu nome no principal hospital da Marinha, localizado no Rio de Janeiro. Já João Cândido também não foi lembrado pelos mais jovens, principalmente os soldados, todos ingressos neste século. Sobre os esquecidos, Anselmo e Aragão, constata-se a eficiência da política de gestão memorial da Marinha. Se a intenção era silenciar e ocultar aspectos indesejáveis para os atuais militares, o objetivo foi atingido.

Sobre essa *gestão* das memórias, faz-se necessário compreendermos que este tipo de operação memorial não deixa de ter sua função. Como bem ressaltou Pollak, “a referência do passado serve para manter a coesão social dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis”. Entretanto, como bem advertiu Daniel Aarão Reis, ao analisar questões que envolvem História e Memória:

[...] em História, quando ainda desenrolam os enfrentamentos nos terrenos de luta, ou mal se encerram, o sangue ainda fresco

⁶⁰ Joaquim Marques Lisboa, o almirante Tamandaré, era natural do Rio Grande do Sul. Ingressou na Academia dos Guardas-Marinhas, mas abandonou-a em 1824, com a deflagração, em Pernambuco, da revolução que precederia a Confederação do Equador, para participar dos combates sob o comando de Lord Cochrane. Retornou em seguida à Academia e logo depois, em 1826, graças à recomendação do almirante Taylor, foi efetivado como segundo-tenente e removido para as guerras do sul [...]. Promovido a almirante em 1867, exonerou-se do comando da esquadra [...]. Foi posteriormente declarado patrono da Marinha. No dia de seu nascimento, 13 de dezembro, comemora-se o dia do marinheiro. Informações disponíveis em: <http://www.mar.mil.br/5dn/vultos/tamandare.htm>. Acesso em: 27 mar. 2012.

⁶¹ Francisco Manuel Barroso da Silva ficou conhecido na história brasileira como *almirante Barroso*. Português de nascimento, tornou-se brasileiro por força da Constituição imperial de 1824. Completou o curso na Academia de Marinha do Rio de Janeiro entre 1826 e 1828, participou com destaque dos combates navais travados durante a guerra contra as Províncias Unidas do Rio da Prata. Também atuou no Grão-Pará, na luta contra a Cabanagem, distinguindo-se na retomada aos rebeldes da povoação de Igarapé-Mirim, em 1836. Durante a Guerra do Paraguai (também chamada de Guerra da Tríplice Aliança), comandou a divisão naval que apoiou a reconquista de Corrientes, em 1865. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/biografias/almirante-barroso.jhtm>. Acesso em: 25 abr. 2012.

dos feridos, e os mortos sem sepultura, já se desencadeiam as batalhas de memória. Nelas os vitoriosos no terreno haverão de se desdobrar para garantir os troféus conquistados. E a vitória que fora sua, no campo de luta, poderão perdê-la na memória da sociedade que imaginavam subjugada. Porque o tempo dá voltas inesperadas. Os derrotados de ontem, na luta aberta, podem ser os vitoriosos de amanhã, na memória coletiva. Nas batalhas de memória, o jogo nunca está definitivamente disputado, as areias são sempre movediças e os pontos considerados ganhos podem ser subitamente perdidos. (Reis, 2004, p. 30)

Se os silêncios da Marinha serão rompidos e a foto de Aragão terá lugar no álbum dos fuzileiros navais apenas o tempo irá dizer. Mas, até lá, fica a inegável constatação de que os *silêncios* raramente são *esquecimentos*, e que o período da ditadura no Brasil ainda guarda muitas histórias e memórias que precisam ser contadas, estudadas e analisadas. Muitos quadros ainda serão pintados! E a refrega continua... Vez ou outra ele reaparece.

Em tese defendida em 2010, Cláudio Beserra Vasconcelos, que pesquisou detalhadamente a política repressiva aplicada a militares no período ditatorial, nos forneceu algumas informações que servirão de ponto de partida para nossa próxima travessia. De acordo com o autor, para os órgãos de segurança Aragão era um homem-chave no dispositivo militar de João Goulart.

Além disso, era acusado de ser ativo participante de reuniões subversivas nas quais se faziam presentes outros militares e líderes sindicais, de manter ligações com políticos e personalidades da esquerda, como Leonel Brizola e Francisco Mangabeira, e de procurar corromper a tropa de fuzileiros navais.

Essas acusações às quais se referiu Vasconcelos estão bem ilustradas no parecer do procurador-geral da Justiça Militar Eraldo Gueiros Leite, que acatou todas as denúncias contra Aragão e endossou os pedidos de condenação nos vários processos nos quais o almirante foi réu após o golpe.

É sem dúvida o maior responsável, entre quantos foram trazidos, com esta ação, à barra do Egrégio Tribunal Militar. Com efeito, a Denúncia, ao fazer a apreciação dos fatos que agasalham o comportamento ilícito deste acusado, lhe dá especial destaque, não apenas pelo seu posto de contra-almirante, mas, particularmente pela ação que desenvolveu no Comando dos Fuzileiros Navais. Ligado à Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, desde sua criação, o contra-almirante Aragão se vinculou decididamente às atividades dos seus associados, todos praças, *como se fora um deles*, com desprezo total às prerrogativas do seu alto posto que dele exigia conduta bem diversa daquela que adotava, perseguindo uma liderança política que lhe desse condições para tomar uma posição de destaque no comando das forças de subversão que ameaçavam fazer ruir a nossa estrutura política e social, como homem de esquerda que é.⁶²

E continua...

Em verdade, esses os propósitos que o animavam, muito mal embuçados sob o rótulo de luta por uma melhor assistência social às praças e maiores reivindicações da classe. Tanto assim, que as provas carreadas para os autos informam das ligações íntimas da Associação dos Fuzileiros Navais, com a CGT e a UNE, organizações civis de marcadas tendências subversivas, empenhadas na mudança do nosso regime. Este acusado, considerado o “homem-chave” do dispositivo militar que prestigiava a subversão no governo João Goulart, dizia abertamente que “desejaria ser Brizola se não fosse Aragão”. Assim, possuído e empolgado da ideia de liderança, incitava por todos os meios e processos aos seus subordinados, intoxicando-os, para deles dispor a qualquer momento que se lhe oferecesse a oportunidade de se mostrar forte com a Associação dos Marinheiros a ficar com o ministro.

Nas enfáticas palavras do procurador, que soam como sentença condenatória, vários aspectos de caráter político-ideológico,

⁶² Unicamp, AEL, BNM, 028, folhas 2805-2809. Ver também Leite, 1975, p. 172-178.

psicológico e sociológico do comportamento de Aragão. A afirmação de que o almirante teria se relacionado com os praças “*como se fora um deles*” e, ainda, “com desprezo total às prerrogativas do seu alto posto que dele exigia conduta bem diversa [...]”, demonstra como o almirante paraibano quebrou práticas e rompeu normas cristalizadas dentro da Marinha e assustou as elites. O desvio de conduta custaria caro.

Seriam essas as razões para o sumiço de seu quadro e para a ausência de honras em seu funeral?

Capítulo II

De soldado paraibano a almirante nacionalista

*A biografia de um rei, ou de um general, não se confunde com a história dos acontecimentos em que um e outro se envolveram. Mas é difícil manter-se a distinção.*⁶³

Philippe Levillain

A trajetória militar do soldado Cândido até tornar-se o almirante Aragão confunde-se com a do próprio destacamento do qual participou na Marinha – o Corpo de Fuzileiros Navais. Alternando momentos de conflitos e de calma, de guerra e de paz, enfrentaram preconceitos, tiveram que superar desconfianças e adversidades. Não seria possível prever nas cartas náuticas como seria o porto de destino ou, até mesmo, se chegariam a algum. Em diversos momentos do século passado, as biografias de ambos, de Aragão e do CFN, se cruzaram em distintas marés, em diferentes portos. Em outros, se afastam, distanciam-se. Ele vira naufrago. O CFN o resgata, torna-se o comandante e as águas voltam-se a se agitar. Não se tornaria um herói. Os heróis não o quiseram. Por quê?

⁶³ Levillain, 2003, p. 146.

Corpo de Fuzileiros Navais: apontamentos históricos

O CFN é institucionalmente vinculado à Marinha de Guerra do Brasil, porém com objetivos, tradições e fins estratégicos bem específicos. Em alguns países é comumente citado como uma quarta Força Armada, a exemplo do *Marines Corps*, nos Estados Unidos. Conhecida como *a força que vem do mar*, seus componentes são chamados de *combatentes anfíbios* e possuem *status* de tropa de elite em relação a militares “comuns” das demais Forças Armadas.⁶⁴ Esse tipo de corporação ganhou notoriedade dos analistas militares após a Segunda Guerra Mundial, quando do êxito da operação militar dos aliados na região da Normandia, França, em junho de 1944. A operação anfíbia teria sido decisiva para a reconquista de Paris, que estava sob domínio alemão desde 1940.⁶⁵

Não existe uma bibliografia acadêmica sobre o histórico dos fuzileiros navais brasileiros. As principais fontes sobre o passado dessa peculiar corporação são os livros e textos publicados por almirantes e oficiais que pertenceram ou pertencem ao Corpo. Os historiadores oficiais e memorialistas da casa evocam um passado glorioso e vitorioso para servir como referência aos jovens oficiais e praças.

Com poucas variações na história institucional, a origem do CFN é recontada a partir da Brigada Real da Marinha portuguesa, criada por D. Maria de Portugal em 1797.⁶⁶ Segundo o almirante Carlos Augusto Costa,

⁶⁴ Cada Força possui seus homens de “elite”. No Exército Brasileiro, os mais conhecidos são os paraquedistas e na Força Aérea os Para-Sar. Na Marinha, os comandos anfíbios e mergulhadores de combate.

⁶⁵ Também chamada de Desembarque da Normandia ou “Operação Overlord”, ocorreu em 6 de junho de 1944 e envolveu paraquedistas e intenso bombardeio aéreo antes do desembarque das tropas anfíbias.

⁶⁶ Costa, 2005, p. 11.

[...] com a transferência de D. João VI e da corte portuguesa, ameaçada por Napoleão, para o Brasil, a Brigada Real da Marinha guarneceu os navios que aportaram no Rio de Janeiro em 1808. Tão logo desembarcou, a Brigada realizou um desfile, em 7 de março, tendo à frente suas bandas de música e marcial, trajando uniformes vistosos e executando dobrados vibrantes, sendo seguida pela população que aplaudia intensamente. Estabeleceu-se que essa data, 7 de março de 1808, fosse considerada como a criação do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) do Brasil (Costa, 2005, p. 11).

Embora as referências históricas sejam de 1808, a atual dominação só se consolidou a partir de 1932, no governo de Getúlio Vargas, quando então a tropa anfíbia passou por uma profunda reestruturação. Antes disso, já havia sido chamada de Batalhão da Brigada Real de Marinha (1821); Batalhão de Artilharia da Marinha do Rio de Janeiro (1822); Imperial Brigada de Artilharia da Marinha (1826); Corpo de Artilharia da Marinha (1827); Corpo de Fuzileiros Navais (1847); Batalhão Naval (1852); Corpo de Infantaria da Marinha (1895); Batalhão Naval (1908); e Regimento Naval (1924), permanecendo até 1932, quando voltou a ser Corpo de Fuzileiros Navais, denominação que perdura até os dias atuais.⁶⁷

Essas mudanças pelas quais passou a tropa dos soldados-marinheiros, muitas vezes, foram provocadas pela conjuntura política de cada momento histórico. Dessa forma, podemos identificar que a mudança ocorrida em 1822 foi em virtude da *Independência do Brasil* – assim a tropa não poderia continuar como Brigada Real de Portugal –, e no período compreendido entre 1893 e início de 1895, já na Primeira República, o então Batalhão Naval deixou de existir em virtude da adesão de oficiais da corporação à Revolta da Armada.⁶⁸ Sobre essa breve interrupção na história da corporação, o tenente Manoel Caetano Silva, em um trabalho memorial, publicou que fuzileiros aderiram à Revolta e que “houve deserção em massa da parte deles, e a tanto

⁶⁷ Costa, 2005, p. 12.

⁶⁸ Silva, 1961, p. 29

chegou que, por causa disso, foram praticamente extintos” (Silva, 1961, p. 29).

Em 1895, a reativação veio com o nome de Corpo de Infantaria da Marinha e um efetivo estipulado em 400 militares.⁶⁹ Nova reformulação aconteceu em 1908, quando voltou a chamar-se Batalhão Naval. Em 1910, outro acontecimento abalou a corporação dos soldados-marinheiros. Dias após a Revolta da Chibata⁷⁰ – na qual centenas de marinheiros de diversos navios da esquadra, sob a liderança do marinheiro João Cândido, se revoltaram contra castigos corporais e por melhores condições de trabalho na Marinha de Guerra – houve uma Revolta no Batalhão Naval.

A interpretação mais recorrente sobre a Revolta do Batalhão Naval⁷¹ trata o episódio como uma simples provocação por parte do governo com o objetivo de decretar estado de sítio e burlar a anistia concedida aos marinheiros que se revoltaram dias antes. No entanto, de acordo com Silva, contemporâneo de militares que testemunharam aquele levante, vários fuzileiros confirmaram a versão segundo a qual aquela revolta teria acontecido pelo seguinte motivo:

[...] ao término da revolta da Esquadra, espalhara-se entre eles [os fuzileiros] o boato de que os castigos corporais tinham sido abolidos, apenas, para os marinheiros, e que eles continuariam sendo castigados do mesmo modo. Em vista disso, os fuzileiros teriam se arrependido de não haverem aderido à revolta no tempo oportuno, e para se verem livres, também, dos castigos, sublevaram-se (Silva, 1961, p. 30).

Nessa nova refrega, “o Batalhão Naval ficou só e, sendo um alvo fixo, não foi difícil destruí-lo”.⁷² Nas palavras de Alba

⁶⁹ Marques, 1974, p. 31.

⁷⁰ Ver Nascimento, 2008.

⁷¹ Para um maior aprofundamento sobre as versões existentes, Cf. Nascimento, 2008, p. 219-246. A chamada Revolta da Chibata e a Revolta do Batalhão Naval são dois momentos de um mesmo processo rebelde envolvendo marinheiros e fuzileiros navais. A proximidade nas datas, a Marinha como o centro convulsionado e a presença de alguns processados nos dois movimentos, tornando-os, comumente, o mesmo objeto de pesquisa. Sobre a segunda revolta ainda necessitamos de uma pesquisa mais densa.

⁷² Nascimento, 2008, p. 63.

Bielinski (2008, p. 84), “a Fortaleza de São José foi intensamente bombardeada e sofreu severos danos”. No dia 10 de dezembro, houve a rendição dos revoltosos, deixando um saldo de 26 mortos. O comandante do levante foi o sargento Jesuíno Leme de Carvalho, conhecido entre os fuzileiros como “Piaba”. Com a vitória do governo, que usou o Exército para bombardear os navais, foi decretado estado de sítio. Na análise de Nascimento (2008, p. 63), “com esse instrumento, o governo do marechal Hermes da Fonseca pôde então agir com toda a liberdade para destruir qualquer foco de rebeldia na Armada. Começou, assim, a perseguição a todos os marinheiros e soldados suspeitos”.

Ainda segundo Álvaro Pereira do Nascimento, a repressão começou no dia seguinte ao fim do levante no Batalhão Naval. Assim que pôs os pés em terra, João Cândido, que recebera a anistia do governo, foi preso sob a acusação de ter manobrado o navio *Minas Gerais*. Assim como ele, “centenas de outros começavam a ser presos e a lotar a Casa de Detenção, quartéis do Exército e da polícia, assim como o presídio da Ilha das Cobras” (Nascimento, 2008, p. 63). Outros tantos foram deportados para o Pará. Mas, a viagem terminou no Acre, “onde foram oferecidos para o trabalho nos seringais e na abertura da ferrovia Madeira-Mamoré”. Ainda durante aquela viagem, marinheiros foram fuzilados sob acusação de estarem tramando uma revolta a bordo do navio.

Entre os que ficaram no Rio de Janeiro, cerca de 210 prisioneiros na Ilha das Cobras, sendo que 18 na mesma cela, insalubre e sem ventilação, nas instalações subterrâneas do Batalhão Naval. Dias antes do Natal de 1910, as notícias nos jornais dão conta da morte de 16 militares que estavam na mesma cela. Entre os dois sobreviventes, João Cândido, que seria enviado dias depois para o Hospital de Alienados com sinais de loucura, segundo os oficiais, e retornaria nos meses seguintes para a Ilha das Cobras, onde cumpriu mais dois anos de pena até ser julgado definitivamente, ao lado dos demais companheiros e dos líderes do movimento Francisco Dias Martins e Gregório Nascimento, quando

foram absolvidos dos processos criminais, mas foram expulsos da Marinha.⁷³

Já o processo da Revolta do Batalhão Naval considerou culpados 93 militares, e mesmo os absolvidos foram expulsos da instituição por mau comportamento.⁷⁴ Essa Revolta marcou definitivamente várias gerações de fuzileiros navais. Sobre o impacto do episódio nos anos seguintes, Silva escreveu:

O quartel dos soldados de infantaria da Marinha, que tinha sido ocupado por tropas do Exército após o desfecho sangrento do belicoso episódio que abalou violentamente os fuzileiros até as suas raízes e os modificou, vetusto e altaneiro, situado no cimo da sua histórica Ilha, fora inteiramente remodelado, pois que sofrera estragos consideráveis [...]. A lembrança dos mortos perturbava os sobreviventes que pareciam ouvir, ainda, na inquietação das noites maldormidas, os gemidos e as lamentações de dor dos companheiros moribundos. Eram visões do passado, de um passado pouco distante, que lhes acudiam à memória e lhes reproduziam na retina o que tinham visto e teriam suportado horrores. O velho quartel lembrava em cada pedra do seu pátio e em cada polegada do seu recinto a epopeia dos desesperados, que culminara com a extinção quase completa de mais uma geração de Fuzileiros Navais (Silva, 1961, p. 33).⁷⁵

Essa passagem na história do CFN constitui-se um dos momentos mais difíceis para a instituição. Certamente não ergueram

⁷³ Nascimento, 2008, p. 71. Posteriormente, em 1964, João Cândido aparecerá em uma Assembleia de Marinheiros, carregado como herói, fruto do resgate de sua história que já vinha desde 1959, quando o jornalista Edmar Morel lançou o livro *A Revolta da Chibata*, obra que se tornou clássica para a compreensão dos acontecimentos de 1910. O movimento dos marinheiros de 1964 será analisado com mais destaque no capítulo 3. Há de se ressaltar que sobre o golpe de 1964, João Cândido, em depoimento que faz parte do acervo do Museu da Imagem e do Som, prestado em 1968, demonstrou toda sua ligação com a vida militar e com seu pensamento patriótico, e declarou que o movimento dos fardados de 1964 era “um movimento de salvação pública [...] porque na minha opinião eles estão trabalhando [...], se não fizerem tudo, farão o que puderem. Esse movimento, sede bem-vindo, que foi um movimento de salvação pública. [...] Eu quero, eu quero ver é um Brasil bom, grande, forte, defendendo os seus, dando fartura aos seus [...]”. Cf. Neto, 2013.

⁷⁴ Marques, 1974, p. 36.

⁷⁵ Atualizei a ortografia.

busto em homenagem a algum rebelde. Entretanto, a exemplo dos marinheiros, os fuzileiros nunca mais foram castigados com a chibata. Esses acontecimentos na Marinha ocorreram poucos dias após a posse do presidente Hermes da Fonseca, oficial do Exército que havia sido ministro da guerra no governo Afonso Pena (1906-1909). Sendo o primeiro militar eleito à Presidência através de um pleito nacional, seria uma questão de honra para o presidente punir os revoltosos da Armada e do Batalhão Naval, como também “reconstruir” a própria Marinha.

Era necessário reorganizar a tropa, agora sem o artifício dos castigos corporais. Depois da sedição de 1910, os fuzileiros foram instalados na Ilha do Governador em um longo processo de reestruturação que demoraria praticamente três anos até que retornassem à Ilha das Cobras, em 1913.⁷⁶ Seis anos depois do retorno às instalações históricas, o Batalhão Naval contava com um efetivo de 660 militares.⁷⁷ Mas esse número passava por constantes variações, acompanhando os turbulentos acontecimentos políticos que sacudiam o País na Primeira República. Dessa forma, o movimento dos tenentes em 1922, também lembrado pelo episódio da Marcha dos Dezoito do Forte, atingiu a estrutura física e administrativa dos fuzileiros navais.

De acordo com Lanna Júnior (2011, p. 317), essa Marcha correspondeu ao desfecho do levante no Forte de Copacabana, o “epicentro de uma série de outros movimentos ocorridos no Distrito Federal – na Vila Militar, na Escola Militar do Realengo, no Forte do Vigia e no 1º Batalhão de Engenharia – em Niterói e no Mato Grosso”. Foram bombardeados alguns alvos estratégicos, entre eles a Ilha das Cobras – sede do Batalhão Naval – e o Depósito Naval. Especificamente sobre os fuzileiros navais, no período dessa revolta – 5 a 8 de julho –, foram destacados para guarnecer postos no Palácio do Catete com o objetivo de proteger o presidente Epitácio Pessoa de um possível ataque dos revoltosos. Com sua sede bombardeada mais uma vez, o Batalhão Naval teve um saldo de três fuzileiros mortos e tantos outros feridos.⁷⁸

⁷⁶ Silva, 1961, p. 31.

⁷⁷ Silva, 1961, p. 34.

⁷⁸ Cf. Bielinski, 2008, p. 87.

As interpretações sobre o levante dos militares do Exército explicitam um momento marcante da participação de oficiais subalternos na política nacional. Pregando contra o “coronelismo”, as farsas eleitorais e em favor da diversificação da economia, do desenvolvimento industrial, entre outras coisas, os *Dezoto do Forte* simbolizavam os anseios da classe média emergente em participar das decisões políticas do País, então concentradas nas mãos das oligarquias regionais e nacionais.

Destacamos que o movimento, analisado de uma forma mais ampla com os que vão ocorrer posteriormente em 1924 (São Paulo, Mato Grosso, Amazonas, Sergipe, Rio de Janeiro e Pará) e a Coluna Prestes, incitou investigações aprofundadas sobre a participação dos militares e das Forças Armadas na política, como também da crise institucional que abalou a Primeira República. Ressalta-se que 1922 também foi o ano da Semana de Arte Moderna e da criação do Partido Comunista Brasileiro.⁷⁹

Sobre o movimento paulista, em julho 1924, um contingente de fuzileiros navais formado por praças das armas de artilharia e infantaria embarcou no *encouraçado Minas Gerais* e combateu com a Força Pública de São Paulo e bombardeou pontos estratégicos, como quartéis e estações ferroviárias.⁸⁰ No mesmo ano, militares que aderiram ao movimento tenentista tomaram o navio *São Paulo* e dominaram a guarnição. Inicialmente cogitaram bombardear o Palácio do Catete, mas decidiram abandonar a Guanabara e foram para o Sul do País. Lá, em função de diversos problemas, inclusive com dificuldades para controlar marinheiros e oficiais presos, os rebeldes decidiram partir para o exílio em Montevidéu e “posteriormente engajaram-se na [chamada] revolução gaúcha”.⁸¹

Constata-se, dessa forma, que não só o Exército disputava espaço político como representante das camadas médias da sociedade. Havia também na Marinha grupos que discutiam e buscavam participar da vida política brasileira. Certamente,

⁷⁹ Júnior, 2011, p. 346.

⁸⁰ Silva, 1961, p. 88 e 89; Bielinski, 2008, p. 89.

⁸¹ Júnior, 2011, p. 327. Para um aprofundamento sobre o movimento tenentista na Marinha, ver: Cascardo, 2005.

integrantes da mais antiga das Forças Armadas não queriam ser apenas expectadores naqueles anos de crise. Quer combatendo ao lado do governo ou aderindo a revoltas, marinheiros e fuzileiros eram tocados e influenciados pelos acontecimentos da política.

Não foi coincidência uma nova reestruturação por que passou o então Batalhão Naval, em 1924. Embora algumas fontes relatem que o contingente anfíbio não passava de 600 militares,⁸² no início daquele ano um decreto foi assinado pelo presidente Artur Bernardes autorizando o aumento do quadro pessoal da corporação para 1.500 homens, através da criação do *Regimento Naval*.⁸³ Bernardes estava sob pressão constante desde quando assumira em novembro de 1922. Em 1923, o movimento tenentista eclodiu no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná, chegando a São Paulo no ano seguinte, conforme já relatamos. A tropa de fuzileiros navais, enviada a diversas cidades entre 1922 e 1924, tinha tradição legalista e de fidelidade aos chefes supremos, desde a época imperial.

O aumento do contingente e a nova estrutura transformariam os fuzileiros navais, nos anos seguintes, em outra corporação, com mais destaque e poder de fogo. Esse processo culminará em 1932 com a criação do *Corpo de Fuzileiros Navais* e dará início a uma nova fase político-estratégica aos soldados-marinheiros, que, algumas vezes, contrariará interesses do *Corpo da Armada*, divisão da Marinha responsável pelo comando dos navios e por indicar o maior número de almirantes. É nesse interstício, entre 1924 e 1932, que chegarão às fileiras do CFN centenas de migrantes nordestinos.

Até 1910 predominava nas fileiras dos fuzileiros grande número de militares recrutados na própria cidade sede, o Rio de Janeiro. Após os acontecimentos daquele ano, houve uma necessidade – tanto na Armada quanto no Batalhão Naval – de buscar jovens em outras regiões do País, destacadamente no Norte e no Nordeste. Era certeza dentro da instituição que os recrutados no RJ desertavam com grande frequência e levavam consigo

⁸² Silva, 1961, p. 34 e 35.

⁸³ Bielinski, 2008, p. 87.

uniformes e objetos da Fazenda Nacional.⁸⁴ Com isso, lembrou Silva, “os nortistas começaram a aparecer em grande quantidade, contratados como voluntários para servir por três anos no Batalhão Naval. Muitos não ficavam porque não passavam na inspeção de saúde, e nesse caso seriam recambiados às suas terras”.

Militares enviados aos diversos estados do Norte/Nordeste faziam o chamamento em locais públicos, e os candidatos, certamente impressionados com os vistosos uniformes e seduzidos pelas promessas de emprego, moradia e a possibilidade de ser autoridade, não demoravam a aparecer. Essa estratégia também era utilizada pelo Exército Brasileiro.

Sobre o aspecto organizacional, no início de 1924, o então *Regimento Naval* tinha nove companhias. Curiosamente, era uma corporação que não formava e não possuía seus próprios oficiais. O comando ficava a cargo de oficiais oriundos do Corpo da Armada, formados na Escola Naval. Também não possuía suboficiais e nem terceiros-sargentos. Nessa distribuição hierárquica, os cabos de esquadra rapidamente eram promovidos a segundo-sargento, depois primeiro-sargento e, por fim, o chamado *brigada*, ou sargento-ajudante, graduação ocupada por apenas um militar.⁸⁵

De acordo com Silva (1961), “só havia uma espécie de especialistas, os artilheiros. Os escreventes e os sinaleiros não tinham curso. Todos os serviços técnicos do Batalhão eram feitos por suboficiais da Armada”. Percebe-se aí a necessidade dessa subdivisão da Marinha de buscar o aperfeiçoamento dos meios humanos e materiais e tentar superar o estigma de uma corporação apenas de guarda, mesmo que reclamassem e buscassem no passado a tradição de tropa de elite. E nesse sentido, o aperfeiçoamento das formas de recrutamento, formação e das regras de promoção e ascensão na carreira seria de fundamental importância.

O mesmo decreto que criara o *Regimento Naval* em 1924 possibilitou o surgimento do primeiro quadro de oficiais fuzileiros navais, os chamados *comissionados*.⁸⁶ Já sobre o recrutamento

⁸⁴ Silva, 1961, p. 98.

⁸⁵ Silva, 1961, p. 38.

⁸⁶ Marques, 1974, p. 38.

dos soldados, os “novos” fuzileiros deveriam ser alfabetizados e ser preparados para enfrentar os desafios que o País teria de superar. Entre tantos que viriam do Nordeste nos anos seguintes, um paraibano desembarcaria no Rio de Janeiro e décadas depois estaria circulando entre generais, políticos, intelectuais, jornalistas e grandes autoridades.

Peguei um Ita no Norte!⁸⁷

Seca e Nordeste⁸⁸ sempre foram sinônimos? Apesar de difícil resposta, pode-se afirmar que pelo menos desde o século XVII os relatos dão conta de notícias de estiagens que assolavam o semiárido brasileiro. A região do atual estado da Paraíba foi atingida inúmeras vezes ao longo de sua história. Pelo menos seis grandes secas no século XVII e sete fortes estiagens no século XVIII estão documentadas e publicadas em pesquisas acadê-

⁸⁷ Nome de uma canção de Dorival Caymmi, gravada em 1945, em alusão aos navios que levavam passageiros no sentido Norte/Nordeste-Sul/Sudeste e tinham seus nomes sempre iniciados com Ita (*Itapé, Itanajé, Itaquiara* etc.). A expressão também deu nome a um samba-enredo da Escola de Samba Salgueiro, em 1993.

⁸⁸ Ressalto aqui que a categoria ou o termo Nordeste só passou a ser empregado pelos órgãos estatais a partir do início do século XX. De acordo com Durval Muniz Albuquerque Júnior “O Nordeste, como todo recorte regional, é uma invenção humana, são os homens que criam e definem as fronteiras regionais ou nacionais. As regiões não estão inscritas na natureza e não existiram desde o começo dos tempos. Todo recorte regional, toda identidade espacial surgiu em um dado momento histórico, emergiu a partir das ações humanas, sejam elas motivadas por interesses econômicos, políticos, sociais, ideológicos etc. Quando uso o termo invenção é para chamar atenção para o fato de que o recorte regional chamado Nordeste não existia até os primeiros anos do século XX. O Brasil costumava ser dividido, até então, em duas áreas: o Norte e o Sul. Entre o final da década de 1910 e a década de 1930 do século XX surgiu o conceito Nordeste, e esta palavra passou a ser usada para nomear uma parte do antigo Norte, aquela área de ocorrência das secas e, por isso mesmo, definida como a área de atuação do IFOCS. A partir do aparecimento oficial da palavra Nordeste no documento que define a área de atuação deste órgão, este termo passou a ser usado por intelectuais e políticos, pelas elites sociais desta área para nomear um espaço que reunia os estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Nos anos 1920 o movimento regionalista e tradicionalista encabeçado por Gilberto Freyre e o Centro Regionalista por ele ideado trataram de dar a este conceito um conteúdo histórico, uma memória e uma pretensa tradição cultural. Disponível em: http://www.passeiweb.com/saiba_mais/atualidades/1247056069. Acesso em: 30 jan. 2013. Para um maior aprofundamento, ver. Albuquerque, 2009.

micas, livros memoriais e romances, dentre outras fontes.⁸⁹ Já no *Oitocentos*, no período compreendido entre 1877-1879, a exemplo do que aconteceu em praticamente todo o Nordeste, a seca veio acompanhada de inúmeras doenças que acometeu milhares de paraibanos. Nos jornais, as notícias dão uma ideia do que ocorria naquela província em 1877:

[...] cartas de amigos de diversas localidades da província asseveram-nos que continua a falta de chuvas no interior; que a seca vai se tornando cada vez mais devoradora e que os emigrantes dos sertões afluem quase diariamente nos brejos em número considerável nenhuma esperança há mais de chuvas em nossos sertões, que estão ficando desertos. Os proprietários estão vendendo os seus gados nas feiras com prejuízos enormes para evitarem a perda total. (Villa, 2001, p. 51-52)

No final do ano, o *Diário de Pernambuco* divulgou o número de flagelados em toda a região. Só na Paraíba, dizia-se que 400 mil pessoas haviam abandonado suas moradias deixando o pouco que tinham. Em todo o Nordeste, cerca de 2 milhões de moradores estavam na mesma situação.⁹⁰ Uma epidemia de varíola nos dois anos seguintes agravou o quadro social. Na então cidade da Paraíba, atual João Pessoa, o cirurgião-mor da Província relatou que os doentes eram levados ao hospital “anêmicos, inchados, paralíticos, ulcerados e fétidos, para não morrerem nas ruas e terem ao menos quem os amortalhe e os carregue para o cemitério público.”⁹¹ Notícias de saques, assassinatos e atos violentos também eram comuns e agravavam ainda mais a situação econômica da região.

Os flagelados não foram somente assolados apenas pela miséria, pela fome e pela perda de tudo que tinham adquirido em anos de árduo trabalho. Nos anos de 1877-1879 diversas vezes forças policiais cometeram atrocidades atacando os retirantes, saqueando casas e assassinando inocentes. Na Paraíba, o jornal

⁸⁹ Ver Villa, 2001, p. 18 e 19. Nesse trabalho, o autor cita grande número de fontes para o assunto em questão.

⁹⁰ Jornal *Diário de Pernambuco*, dez. 1877. Villa, 2001, p. 61.

⁹¹ Villa, 2001, p. 73 e 74.

Areiense de 27 de outubro de 1877 revelou que uma semana antes, próximo à cidade de Areia, uma patrulha policial invadira a casa de um retirante vindo de Souza e surrara o chefe da família. Depois de invadir o quarto da menor Joana, “a solicita em presença da própria mãe da ofendida; e como ela não anuísse às suas solicitações, o sargento a conduziu para fora da casa e, empregando a força, a estuprou”. (Villa, 2001, p. 76)

Nos anos seguintes as cenas se repetiam. Com maior ou menor intensidade, as estiagens marcavam presença. Em 1898, já no Brasil República, o futuro político e escritor paraibano José Américo de Almeida, ainda criança, presenciou cenas tão fortes que, passadas quase quatro décadas, as relatou como “uma macabra procissão de múmias. [...] Depois de terem palmilhado os sertões longínquos, mortos de sede, de fome e de fadiga, ainda marchavam, caveirosos e arquejantes, atrás de um conforto inatingível”.⁹²

Na passagem para o século XX, a impressão é que nada de novo ocorria na região. O governo central, sediado no Rio de Janeiro, sinalizava com a tentativa de despovoar o semiárido nordestino e enviar os migrantes para a Amazônia. Na mensagem presidencial enviada ao congresso às vésperas do novo milênio – em 1900 –, o presidente Campos Sales defendeu a proposta de “encaminhar a população da zona rural onde a seca se manifestou para regiões de outros estados que oferecessem condições para permitir utilizar a aptidão dos migrantes em trabalhos produtivos”.⁹³

Em contrapartida, as oligarquias regionais continuavam a mandar seus filhos para o curso de Direito em Recife. Famílias tradicionais desde a época do Império – como os Carneiro da Cunha, Monteiro da Franca, Albuquerque Maranhão,⁹⁴ ou os Nunes Viana, Lourenço Porto e Cavalcante de Albuquerque, proprietários de escravos na região de Campina Grande, certamente não perdiam com as secas. Para essas elites, era possível obter algum ganho. Lúcia Ferreira (2007), ao analisar as relações entre poder e as secas, sentenciou que:

⁹² Almeida, 1937, p. 129-131, citado em Villa, 2001, p. 92.

⁹³ Villa, 2001, p. 91.

⁹⁴ Ver Mariano, 2006, p. 140.

A estrutura de poder na Paraíba nesse período segue as linhas mestras do Estado Oligárquico instituído no Brasil. Sendo uma das características do sistema oligárquico a utilização dos benefícios proporcionados pelo Estado à população como oferta da própria oligarquia, as nordestinas lançam mão de um rico veio que é a ajuda federal em tempos de calamidades públicas: as secas. A apropriação de verbas destinadas a atender os flagelados (gêneros alimentícios, medicamento etc.) ou construção de obras para outros fins, remonta ao final do século XIX [...]. Referindo-se à seca de 1877, Roger Cunniff caracteriza o nascimento da chamada “indústria da seca” [...].

Nos primeiros anos do século XX, a paisagem pouco mudara nas paragens paraibanas em relação aos períodos de estiagem. Para o Nordeste como um todo, durante três séculos, apenas alguns açudes e milhares de flagelados.

Em 15 de novembro de 1906, tomaria posse na Presidência da República o advogado mineiro Afonso Pena, substituindo o paulista Rodrigues Alves, também advogado. Antes de tomar posse, Afonso Pena visitou o açude de Quixadá, que estava sendo construído no Ceará. Nessa viagem, a comitiva do presidente – que contava com jornalistas, técnicos e ministros – ficou impressionada com a “ausência de homens na região. As roças eram cultivadas pelas mulheres: os homens tinham emigrado nas secas anteriores, principalmente para o Amazonas”, afirmou Villa (2001, p. 93). Nesse mesmo ano foi criado o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (SGMB), que tinha entre seus objetivos realizar estudos sobre “as regiões de seca, com referência especial ao aproveitamento das suas águas superficiais e subterrâneas” (Villa, 2001, p. 93).

Mais um Cândido?

De acordo com os registros da Marinha, Cândido da Costa Aragão nasceu no dia 4 de setembro de 1907 na então cidade da Paraíba, atual João Pessoa, filho de Manoel Virgínio de Aragão e

Maria da Costa Aragão.⁹⁵ Antônio Duarte, autor de uma obra que aborda aspectos da trajetória de vida do personagem, aponta seu nascimento para a região de Cabedelo, que na época do nascimento de Cândido era apenas uma pequena povoação portuária ao norte de João Pessoa, então Parayba do Norte.⁹⁶ Entretanto, ao consultar inúmeros livros de batismos e casamentos com o nome do pesquisado e de seus pais no Arquivo Eclesiástico da Paraíba (AEPB), encontrei a seguinte informação:

Em desoito de novembro de mil novecentos e seis, baptizei solemmnemente na Igreja de Nossa Senhora das Neves o parvulo 'Candido', nascido em quatro de setembro do mesmo anno. Filho legítimo de Manoel Virgínio de Aragão e Dona Maria Venancia da Costa. Foram padrinhos o doutor Flavio Maroja, representado pelo seu procurador João Alcides Beserra Cavalcanti e Dona Maria da Purificação da Cunha Maroja. E para constar mandei fazer este termo que assigno. O Vig^o Conego Vicente Ferrer Pimentel.⁹⁷

Os indícios são muitos para que o Cândido nascido e batizado em 1906 seja o futuro almirante Aragão. São eles: a data de 4 de setembro; o nome do pai, Manoel Virgínio de Aragão; e o nome da genitora: Maria Venância da Costa na certidão de batismo e

⁹⁵ Unicamp; AEL, BNM 028, caixa 02, folha 2097. Esse documento trata-se de uma cópia da Caderneta Registro de Cândido da Costa Aragão e todos os seus dados de carreira na Marinha.

⁹⁶ Duarte, 2012, p. 15. Antonio Duarte é potiguar, e foi um dos diretores da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB), 1962-1964, período no qual teve contato com o almirante Aragão. Duarte também militou nos movimentos de luta armada contra a ditadura.

⁹⁷ Arquivo Eclesiástico da Paraíba (AEPB); Paróquia de Nossa Senhora das Neves; Livro de batizados n. 27, p. 83. Também foram consultados os livros das seguintes paróquias: Nossa Senhora do Livramento, Santa Rita e Divino Espírito Santo, todas fazem parte da mesma Arquidiocese. A ideia da visita ao AEPB foi buscar informações sobre seus pais e tentar traçar uma pequena genealogia de seus ancestrais. Eu tinha fortes suspeitas de que os pais de Aragão pudessem ser descendentes ou eles mesmos serem ex-escravizados. Apenas dezoito anos separam o fim legal da escravidão no Brasil e a data de seu nascimento que consta nos arquivos da Marinha (1888-1907). Nesse sentido, bastaria apenas um de seus genitores ter mais de dezoito anos e se confirmaria o nascimento ainda no período escravista. O biótipo de Aragão, com fortes traços afrodescendentes, reforçava minha hipótese. Infelizmente, não consegui encontrar documentos oficiais que a comprovem, mas a referida certidão de batismo lança algumas dúvidas sobre a data oficial de seu nascimento.

Maria da Costa Aragão no documento da Marinha. O fato de constar na certidão de batismo a expressão filho legítimo alude à condição marital dos pais. Era uma forma de expor que seus pais eram realmente casados. Pela data de seu nascimento, tendo sua mãe o sobrenome “da Costa” – indicação de possível origem africana –,⁹⁸ associado às características físicas de Aragão, não seria difícil o menino Cândido ser descendente de africanos escravizados. Seus pais – ou um deles – muito provavelmente nascidos ainda no período da escravidão, poderiam ser libertos ou ingênuos.⁹⁹

Mais uma forte evidência de que Aragão nasceu em 1906 é uma Certidão de Nascimento emitida pelo cartório Azevêdo Bastos (Primeiro Registro Civil de Nascimentos, Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas da Comarca de João Pessoa), fundado em 1888. Neste documento, o mesmo Cândido batizado em novembro, aparece como Candido Virgino de Aragão, filho de Maria Venancia da Costa, sendo avós paternos Antonio Virgino de Aragão e Rosa Monteiro de Sampaio; e avós maternos, Alexandrino da Silva Costa e Francisca Egina de Souza. O registro foi feito no dia 27 de setembro de 1906. No texto, a informação de que o pai de Candido era “negociante.” No mesmo cartório, único da cidade naquela época, não há registro do nascimento de outro Cândido em 4 de setembro de 1907.¹⁰⁰

O que fica claro na análise das três fontes (Registro da Marinha, Certidão de Batismo e Certidão de Nascimento) é que entre o nascimento em 1906 e sua entrada no Corpo de Fuzileiros Navais ocorreram algumas mudanças no nome do pesquisado. A

⁹⁸ Para o “da Costa”, ver Rocha, 2009, p. 248. Nesta obra, encontramos alguns escravizados com o nome de Cândido, escravas com sobrenome “da Costa” e livres e doutores com sobrenome Aragão. Rocha, 2009, p. 210; 178 e 248, respectivamente. “Da Costa” poderia ser também atribuído a portugueses que vinham para o Brasil e ficariam estabelecidos no litoral, diferente dos “Silva”, que tinham como destino a “Selva” ou o interior do país.

⁹⁹ *Libertos e ingênuos* são conceitos que estão presentes na legislação brasileira desde a Constituição de 1824. Os libertos eram aqueles escravizados que conquistavam a liberdade jurídica. Já os ingênuos eram filhos de escravos que, ao contrário dos pais, já nasceram livres. O ingênuo poderia ser criado pela mãe escrava até os oito anos e o senhor poderia, a partir de então, entregá-lo ao governo em troca de títulos da dívida pública resgatáveis em até 30 anos ou explorar sua mão de obra até os 21 anos. Ver Sousa, 2006. Citada em Barros, 2013.

¹⁰⁰ BRASIL, João Pessoa-PB, Azevêdo Bastos Serviço Registral. Certidão de Nascimento de CANDIDO VIRGINO (sic) DE ARAGÃO, registro número 245, de 27 de setembro de 1906.

primeira foi a alteração do sobrenome de sua genitora, mudando de Maria Venancia da Costa, para Maria da Costa Aragão – perdendo o “Venancia” e incorporando o sobrenome do esposo. Por isso, Cândido também teve seu sobrenome alterado, passando de Cândido Virgino [Virgínio] de Aragão, para Cândido da Costa Aragão, assumindo também o sobrenome da mãe. A outra alteração foi o ano de nascimento, possivelmente no ato de incorporação no Exército [em 1924] ou na Marinha [em 1926], passando de 1906 para 1907. O que não mudou mesmo foi o dia 4 de setembro e o local de nascimento: rua São Miguel, em sua própria residência, às quatro horas da tarde, “Parayba do Norte”.¹⁰¹

Naquele início do século XX, a então cidade da Paraíba ainda era iluminada pelo sistema a gás. Embora algumas cidades do País já contassem com a energia elétrica, o novo sistema só chegaria em 1912,¹⁰² e mesmo assim, apenas em uma parte da cidade. Algumas transformações marcaram a localidade naquele período, como abertura de avenidas, calçamentos de ruas e melhorias na rede férrea que ia em direção ao litoral.¹⁰³

Era um pequeno centro urbano dividido entre a cidade alta e a cidade baixa. Esta caracterizada por pequenas atividades comerciais e aquela com característica mais residencial. Em 1910, a parte alta da cidade contava com cerca de 450 moradias, sendo mais de 400 registradas como casas de palha. A maioria dos paraibanos morava “em chácaras e granjas, dando um ar rural à cidade, ainda construída em largos espaços vazios entre as moradias dispersas entre os três grandes bairros da época: Trincheiras e Tambiá na parte alta e o Varadouro na parte baixa”.¹⁰⁴

Não sabemos ao certo como foi a infância do menino Cândido. Ainda há um vazio de informações sobre o período compreendido entre seu nascimento e a chegada ao Rio de Janeiro. O

¹⁰¹ BRASIL, João Pessoa-PB, Azevêdo Bastos Serviço Registral. Certidão de Nascimento de CANDIDO VIRGINO (sic) DE ARAGÃO, registro número 245, de 27 de setembro de 1906.

¹⁰² Maia, 2009.

¹⁰³ Ver http://memoriajoaoopessoa.com/formacao_evolucao/06_seculo_xx/index.html. Acesso em: 1 de mai. 2012.

¹⁰⁴ Cf. Silva, 2012.

certo é que até seu ingresso no Exército Brasileiro,¹⁰⁵ em 1924 – já na capital republicana, o Rio de Janeiro –, seu estado natal, a Paraíba, passaria por mais duas grandes secas: em 1915 e 1919/1920. Sobre a primeira, o governador Antônio Pessoa, em mensagem enviada à Assembleia Legislativa do Estado, relatou que:

Todo o vasto trato do nosso estado, que se designa com o nome de sertão, território apto à cultura do algodão e à criação dos gados, elementos dos mais valiosos da fortuna particular e fontes principais da receita pública, ficou estéril e teve de ser abandonado pela sua população necessitada que, em grandes levas, se retirou em busca do litoral.¹⁰⁶

Não só a Paraíba sofreu com essa nova estiagem, praticamente todos os estados do Nordeste viram suas economias ficarem à beira de um colapso. Nas palavras de Villa, “a infraestrutura foi destruída, o aparelho de Estado desorganizado, além de se verificar uma queda na população de cerca de 350 mil habitantes, devido à migração para outras regiões e à morte pela fome, pela sede e por diversas doenças”.¹⁰⁷

A seca de 1919/1920 possivelmente foi vista de uma maneira menos pessimista entre os paraibanos. Desde julho de 1919, um conterrâneo era o chefe do executivo brasileiro. Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa chegou ao poder através de eleição direta – vencendo o senador baiano Rui Barbosa –, e substituiu o advogado mineiro Delfim Ribeiro, então vice-presidente na chapa de Rodrigues Alves, em 1918, que faleceu antes de sua posse, acometido pela gripe espanhola.¹⁰⁸ Epitácio Pessoa transformou a antiga Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) efetivada em 1909 no governo Afonso Pena, em Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (Ifocs). Mais do que uma simples mudança de sigla, o presidente promoveu uma série de obras para a região.

¹⁰⁵ Antes de ser fuzileiro naval, Aragão foi soldado do Exército Brasileiro. Aprofundarei essa informação nas páginas seguintes.

¹⁰⁶ Citado em Villa, 2001, p. 110 e 111.

¹⁰⁷ Villa, 2001, p. 122.

¹⁰⁸ Arquivo Nacional, 2004, p. 17 e 18.

Especificamente para a questão das secas, “foram construídos 230 açudes e mais de uma centena de poços”.¹⁰⁹ Soma-se a isso, no período compreendido entre 1920 e 1922, grandes investimentos em infraestrutura no Nordeste.¹¹⁰ Entretanto, as obras anunciadas não causavam efeito imediato. Eram medidas que dariam retorno em longo prazo. As ações emergenciais seguiam a cartilha de sempre: liberação de verbas, demora no envio de socorro, denúncias de desvios e mau uso do dinheiro e milhares e milhares de flagelados e retirantes em fuga para os diversos estados do País, principalmente para São Paulo e Rio de Janeiro.

Embora os censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) só passassem a registrar a migração interna a partir de 1940, estudos migratórios indicam que a crescente urbanização e industrialização dessas duas cidades, aliados à diminuição expressiva da chegada de estrangeiros, impulsionaram o aumento da migração interna e fizeram do Nordeste a principal região fornecedora de mão de obra para os estados do Sudeste, inicialmente nas duas décadas que vão de 1920-1940.¹¹¹ Entretanto, grande parte dos trabalhos acadêmicos sobre esse tema aborda principalmente a partir dos anos 1930, início da chamada Era Vargas.

A formação militar

Em fevereiro de 1924, Cândido, aos 18 anos de idade, ingressou como recruta no Exército Brasileiro e permaneceu até maio de 1926.¹¹² Sobre sua ida para o Rio de Janeiro, ele afirmou anos depois que tinha saído da Paraíba “tangido pela fome”.¹¹³ Certamente Cândido não vinha de uma família abastada, pois ser um recruta no Exército nos anos 1920 não era nada que atraísse nem mesmo as camadas médias da sociedade. Servir o EB e a

¹⁰⁹ Villa, 2001, p. 133.

¹¹⁰ Algumas dessas obras são: 291 quilômetros de estrada de ferro; cerca de 500 quilômetros pavimentados nas estradas de rodagem; reforma de portos; construção da rede telegráfica etc. Villa, 2001.

¹¹¹ Matos, 2013.

¹¹² Unicamp; AEL, BNM 028, caixa 02, folha 2097.

¹¹³ Cf. Abreu, 2001, p. 269-271.

Marinha, como soldado ou marinheiro, era extrema necessidade ou castigo para os pobres.

O nome não ajudava. Ser Cândido, apesar de a etimologia lembrar candura, inocência, pureza, também era o prenome do mais conhecido rebelde da Marinha de todos os tempos: o marinheiro negro João Cândido Felisberto. Em 1927, haviam se passado pouco mais de 15 anos da Revolta da Chibata, e o “almirante negro” andava, praticamente despercebido, pelas ruas do Rio de Janeiro. Mas entre os que permaneceram na instituição, embora proibido de ser mencionado, o nome João Cândido certamente trazia lembranças temerosas, principalmente para o oficialato.

Um ano após deixar o EB, possivelmente pelo término do período do serviço militar,¹¹⁴ Cândido Aragão iniciou sua carreira na Marinha de Guerra como soldado fuzileiro-naval. Ele foi incorporado às fileiras do então *Regimento Naval* em outubro de 1927. Não era o único de origem nordestina. Aliás, exceção era encontrar cariocas naquele Regimento. Com certeza a vida dos soldados não era fácil, “somente grande vocação ou grande necessidade impelia o cidadão para a caserna”.¹¹⁵ Talvez Cândido unisse as duas condições.

Na época em que chegou ao Regimento Naval, era comum a presença de nordestinos em grande número tentando a sorte na cidade grande. Contratados como voluntários para servirem por três anos, muitos não ficavam porque não passavam na inspeção de saúde e, nesse caso, seriam recambiados às suas terras.¹¹⁶ Nessa época, sargentos percorriam cidades do Norte e do Nordeste recrutando voluntários para as fileiras da Marinha. Com certo exagero, o fuzileiro alagoano Manoel Caetano da Silva (Silva, 1961) afirmou que a corporação chegou a contar com noventa e nove por cento de nortistas e nordestinos. E lembrou, poeticamente e com ar ufanista:

¹¹⁴ Caso Aragão tivesse deixado o Exército por alguma questão disciplinar, dificilmente ingressaria em outra Força Armada, por isso, não ter seguido carreira no Exército e ingressado em seguida no Corpo de Fuzileiros Navais pode ter sido uma opção ou dispensa de incorporação por tempo.

¹¹⁵ Silva, 1961, p. 97.

¹¹⁶ Silva, 1961, p. 99.

A influência dos nortistas na formação dos fuzileiros navais modernos não pode ser contestada porque foi grande e ainda é considerável. Alagoanos, pernambucanos, paraibanos, sergipanos, baianos, cearenses, paraenses e numerosos filhos de outros Estados brilharam como fuzileiros. Eles assimilavam, facilmente, o espírito de corporação, orgulhavam-se de vestirem o uniforme garance, adaptavam-se ao ritmo da vida na caserna, eram obedientes, respeitadores, resignados e exímios cumpridores dos seus deveres. Lutaram, sofreram e suportaram com estoicismo e ânimo forte todas as vicissitudes e asperezas da vida de fuzileiro de então. Apararam com as suas mãos calosas os espinhos que poderiam obstruir os caminhos dos seus camaradas do futuro, e lhes entregaram uma corporação modernizada e engrandecida. Foram bravos e heroicos servindo à Marinha com devotamento até, muitas vezes, ultrapassarem o limite do tempo fixado para o serviço ativo. Assim eram e assim procederam os nortistas que deram renome ao Batalhão Naval. Renome que não desmerece, que é um padrão de glória imarcescível, um pendão que tremula desfraldado sobre os fuzileiros em todo o Brasil.

A chegada de Cândido Aragão à Marinha está inserida no contexto da reformulação por que passava a tropa anfíbia desde 1924, conforme já mencionamos, com a criação do *Regimento Naval*, que possibilitou o aumento do efetivo e a autorização para a promoção dos primeiros oficiais fuzileiros-navais. Inegavelmente a vida do soldado-marinheiro era difícil. Exercícios físicos; treinamentos militares; o descanso noturno em macas; serviços de guarda e a rigorosa disciplina não eram de fácil assimilação para os que ingressavam na corporação. Eram comuns os pedidos de desistência e de baixa.¹¹⁷

Se até 1924 era inconcebível o sonho de um soldado ser oficial, a partir dali se tornava uma possibilidade real. Superando as adversidades junto aos demais irmãos de armas, Cândido foi vencendo degraus e construindo sua carreira militar. Em poucos anos se tornaria o tenente Aragão. Antes de chegar ao oficialato,

¹¹⁷ Silva, 1961, p. 41.

passou pelas graduações de cabo, terceiro-sargento, segundo-sargento e primeiro-sargento, realizando o curso de datilógrafo; o curso da Escola de Sargentos do Exército; e o Curso de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), também no EB.¹¹⁸

O primeiro grupo de oficiais comissionados surgiu ainda em 1924 e foi formado por alguns primeiros-sargentos e o sargento-brigada do Regimento Naval.¹¹⁹ O segundo grupo só iria ser constituído em 1930, em virtude da conjuntura política do País com a chegada do gaúcho Getúlio Vargas ao poder.

Não era para “qualquer um”

Ser oficial¹²⁰ do Exército ou da Marinha na Primeira República não era profissão para os menos favorecidos socialmente. Costumes remanescentes da época imperial ainda perdurariam algumas décadas até que brasileiros de famílias pobres sonhassem em vestir os uniformes dos oficiais de ambas as Forças. Se no Exército houve uma tendência de abrir espaços para setores médios e até para jovens de famílias pobres, na Marinha a mudança de rumo não dava sinais de vir com brevidade. Apesar de não existir um levantamento preciso sobre a origem dos oficiais na Primeira República, alguns estudos indicam que na Marinha permaneceu durante séculos uma relação com o caráter de nobreza da instituição.

Pelo Regulamento de 1782 da Academia Real de Marinha, exigia-se, para ser guarda-marinha, que o candidato fosse fidalgo ou filho de oficial da Marinha ou do Exército. Estas duas fontes de recrutamento predominam entre os almirantes do Primeiro Reinado. A transferência de oficiais portugueses para a Marinha

¹¹⁸ A Marinha ainda não possuía escola de infantaria para formar os sargentos fuzileiros e tinha uma parceria com o Exército para a realização desses cursos.

¹¹⁹ Silva, 1961, p.51. Até esse momento da história dos fuzileiros navais brasileiros, o único oficial era o capitão Antero José Marques, uma nomeação especial para ser instrutor de infantaria e ficar hierarquicamente superior ao sargento-brigada do Batalhão Naval.

¹²⁰ Posto na hierarquia militar que vai de tenente a general, brigadeiro ou almirante.

brasileira foi maior do que no Exército. D. João trouxe toda a Academia de Marinha a bordo de um navio, e, em 1822, 98 oficiais aderiram à causa brasileira, não o fazendo apenas 27. Os oficiais ingleses absolvidos eram todos também de origem nobre, de acordo com a tradição inglesa. Durante todo o período imperial a Marinha parece ter mantido um padrão mais alto de recrutamento do que o Exército. Podemos encontrar entre almirantes filhos de importantes políticos, com é o caso de Jaceguay, e de famílias nobres, como é o caso de Saldanha da Gama, bem como vários filhos de oficiais, principalmente da própria Marinha (Boiteux, citado in Fausto, 2006, p. 203 e 204).

Na Primeira República, apesar de pequenas alterações institucionais, essa característica permaneceu. Conforme fica explicitado nas palavras de Tobias Monteiro, em um manifesto escrito em 1917 contra o domínio dos doutores no Brasil, “as famílias ricas queriam fazer dos filhos doutores em Direito, Medicina e Engenharia, e, fora isso, só talvez oficial da Marinha”.¹²¹

Os oficiais do Corpo da Armada eram formados na Escola Naval.¹²² O ensino ministrado nessa instituição caracterizava-se pelo excesso de disciplinas da área das ciências exatas. Tinha uma base teórica ampliada e poucos exercícios e instruções práticas, e “muitos alunos de lá saíam sem ter dado um tiro de canhão ou lançado um torpedo”.¹²³ Os aspirantes também tinham aulas de Direito Natural, Público e Constitucional, entre outras disciplinas. Dessa forma, embora houvesse deficiência na formação prá-

¹²¹ Ver Monteiro, 1919, p. 14 e 204.

¹²² Esta instituição é uma continuação da Academia Real de Guardas-Marinha de Portugal, cujo corpo técnico e administrativo chegou ao Brasil em 1808, com a corte portuguesa. Já neste ano funcionou no Mosteiro de São Bento, permanecendo até 1832. Entre 1833 e 1867, as aulas dos futuros oficiais foram ministradas em diversas instalações: Academia Militar do Largo de São Francisco; navio *Dom Pedro II*; e Largo da Prainha [atual Praça Mauá]. Entre 1867 e 1882, já com o nome Escola Naval, funcionou a bordo da Fragata Constituição. Depois foi transferida para uma sede na Ilha das Enxadas [atual Centro de Instrução Almirante Wandenkolk, CIAW]. Com a Revolta da Armada, em 1893, deixou de existir, só sendo reaberta em 1895. Entre 1914 e 1919, funcionou em Angra dos Reis, na atual sede do Colégio Naval. No ano de 1920, voltou a funcionar na antiga sede da Ilha das Enxadas, permanecendo até 1938, quando foi instalada na atual edificação da Ilha de Villegagnon. Cf. Prates, 2010, p. 66-69.

¹²³ Fausto; Pinheiro, 2006, p. 214.

tica, “os líderes navais no início da República eram todos oficiais superiores reconhecidos também por seu grande preparo técnico, como Jaceguay, Custódio de Mello e Saldanha da Gama”.¹²⁴

Os oficiais fuzileiros promovidos até 1937 não passaram pelos quatro anos de curso da Escola Naval. Por isso, não eram bem vistos por seus pares da Armada e eram tratados como uma espécie de subgrupo ou oficiais de segunda categoria.

Os primeiros anos da carreira de Aragão como oficial¹²⁵ foram bastante intensos. Serviu na fortaleza de Anhatomirim, em Santa Catarina, e depois fez curso de instrutor de educação física em escola do Exército Brasileiro (EB). Como primeiro comando, foi o chefe da 1ª Companhia Regional na cidade de Ladário, fronteira do Brasil com a Bolívia, atual estado de Mato Grosso do Sul. Ao retornar para o Rio de Janeiro, foi instrutor de aspirantes e realizou curso de infantaria na Escola das Armas do antigo Ministério da Guerra.¹²⁶ Todas essas designações não significam que sempre navegou em mares tranquilos, passou por momentos de calma e tormentas, situações pelas quais todos os marujos podem passar. E passavam...

Vivendo e aprendendo

O clima político e a conjuntura social no País que reinava desde o golpe republicano em 1889 torna explícita a influência dos militares na política. Já sublinhamos alguns desses momentos, como a Revolta da Armada (1893), a Revolta da Chibata (1910), a Revolta do Forte de Copacabana (1922) e o Tenentismo. Já entre os anos 1930-1960, período da carreira de Aragão como oficial, em momentos distintos e com objetivos variados, os militares estarão em cena, muitas vezes como protagonistas. Saber até onde ele foi influenciado e influenciou nesses momentos é uma

¹²⁴ Fausto; Pinheiro, 2006.

¹²⁵ Postos das Forças Armadas que se iniciam como segundo-tenente e vão até os oficiais gerais.

¹²⁶ Unicamp; AEL, BNM 028, caixa 02, folhas 2095-2103. Cópia da Caderneta Registro de Cândido da Costa Aragão.

pergunta sem resposta. A certeza que temos é de que naquele período a Marinha não passou imune e, por diversas vezes, membros do alto escalão da instituição agiram, atuaram e tiveram que decidir sobre questões meramente políticas e até mesmo partidárias. Aragão aprendeu, ele era um deles.

Após grande agitação ocorrida no início dos anos 1920, “o governo Washington Luís [1926-1930] transcorreu em clima de relativa estabilidade”. Entretanto, a crise internacional de 1929 e uma divergência interna entre oligarquias paulista e mineira, as quais disputavam o poder político do País, possibilitou o surgimento da candidatura do gaúcho Getúlio Vargas, tendo como vice o paraibano João Pessoa. Com isso, “estava formada a Aliança Liberal, coligação de forças políticas partidárias pró-Vargas que tinha como base de sustentação os situacionistas de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, e mais alguns grupos de oposição ao governo federal em vários estados” (Ferreira; Sarmento, in Gomes; Pandolfi; Alberti, 2002, p. 460). O advogado e político Júlio Prestes foi o candidato apresentado pelos paulistas.

A Aliança não foi suficiente para derrotar Júlio Prestes, que venceu a eleição realizada em março de 1930, mas “já estava em marcha um movimento conspiratório para depor Washington Luís pela força das armas e liquidar o pacto oligárquico então vigente”. O assassinato do candidato a vice de Vargas, João Pessoa, ocorrido em Recife no mês de julho – embora tenha sido por razões passionais –, ganhou ares de crime político e foi transformado em pretexto e estopim para o *romper marcha* do movimento que se articulava.

A revolução acabou estourando no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais no dia 3 de outubro de 1930 e em seguida se alastrou para vários estados do Nordeste. Em todos esses pontos, após alguma resistência, a situação pendeu para os revolucionários. Em 24 de outubro, os generais Tasso Fragoso, Mena Barreto e Leite de Castro e o almirante Isaías de Noronha depuseram o presidente Washington Luís no Rio de Janeiro e constituíram uma junta provisória de governo. Essa junta tentou permanecer no poder, mas a pressão das forças revolucionárias vindas do Sul

e das manifestações populares obrigaram-na a entregar o governo do País a Getúlio Vargas, que foi empossado na Presidência da República em 3 de novembro de 1930 (Ferreira; Sarmiento, in Gomes; Pandolfi; Alberti, 2002).¹²⁷

A presença do almirante Isaías de Noronha na formação da junta que depôs Washington Luís mostra, mais uma vez, a participação política da Marinha em um importante momento da história do País. Entretanto, setores da instituição não foram revolucionários de primeira ordem. Os fuzileiros navais, por exemplo, inicialmente foram designados para combater os rebeldes no Sul do País. Ou seja, manteve-se a tradição de legalidade e de fidelidade ao presidente da República.

Naquele ano, duas companhias de fuzileiros do então Regimento Naval foram designadas para desembarcar nas cidades de São Francisco do Sul e Joinville, em Santa Catarina, onde se incorporaram ao destacamento do Exército. Foram reforçar as tropas legalistas que fariam frente à coluna revoltosa gaúcha, que se deslocava rumo a São Paulo. Em combates travados durante os conflitos, dezenove fuzileiros morreram e tantos outros foram feitos prisioneiros.¹²⁸ Segundo Alba Bielinski (2008), após a reviravolta e a adesão da Marinha ao movimento revoltoso, “os fuzileiros navais que restaram das duas companhias foram libertados e distribuídos em diversas unidades do Exército, sendo incorporados aos voluntários do Paraná. Marcharam, então, com a Revolução praticamente vitoriosa, para São Paulo”.

Os anos de consolidação do governo Vargas ganharam destacada atenção dos historiadores e demais pesquisadores das

¹²⁷ Segundo os autores, a chegada de Vargas ao poder deu início a uma nova fase da história política brasileira. O significado da Revolução de 30 tem sido objeto de interesse de inúmeros estudiosos, que têm produzido diferentes interpretações. Para uns, em 1930 teria ocorrido uma revolução liderada por setores urbanos-industriais. Para outros, o movimento foi conduzido pelos interesses da classe média, por intermédio dos tenentes. Mais recentemente, considera-se que o movimento não foi resultado da ação de nenhuma classe ou grupo social em particular, e sim combinou diferentes interesses de atores políticos insatisfeitos com a situação vigente. Essa última interpretação, que vê os vitoriosos de 1930 como um grupo heterogêneo tanto do ponto de vista socioeconômico quanto do ponto de vista político, vem se consolidando cada vez mais.

¹²⁸ Cf. Bielinski, 2008, p. 93 e 94.

ciências sociais. O período que vai de 1930 a 1937 ainda seduz e inspira várias reflexões e debates. De acordo com Marcos Maio e Roney Cytrynowicz (2003, p. 41 e 42), esse período

[...] se caracteriza por um quadro de imprevisibilidades no terreno político. O ambiente de indefinições que compreendeu o intervalo entre a crise de hegemonia das oligarquias da República Velha [ou Primeira República] e o fechamento político que culmina no Estado Novo favoreceu o surgimento de projetos radicais e mobilizantes que tentaram galvanizar a sociedade com ideia de mudança.

Analisando a atuação política das Forças Armadas nesse período, particularmente o Exército, João Roberto Martins Filho concluiu que “os anos posteriores à Revolução de 1930 foram uma época de profundas modificações políticas e organizacionais na força terrestre”. Ainda segundo Martins Filho (2003, p. 103 e 104), “esse processo não foi linear, mas ocorreu em ondas sucessivas, que se seguiram à Revolução de 1932 em São Paulo, à frustrada Revolta Comunista em 1935, e ao golpe do Estado Novo, em 1937, sem esquecer a tentativa integralista de maio de 1938”. Não havia consenso nas Forças Armada sobre qual o papel dos militares no novo regime iniciado em 1930. Ao longo da década de 1930-1940, a presença constante de militares em movimentos que abalavam a frágil estabilidade política teria convencido Vargas de que “era necessário fortalecer as Forças Armadas enquanto organização”.¹²⁹ Sobre esses momentos sublinhados por Martins Filho, destacaremos passagens importantes da participação dos fuzileiros nessas refregas.

Nesse sentido, podemos afirmar que 1932 foi muito agitado, social e politicamente. Foi o ano de criação da Ação Integralista Brasileira (AIB), consolidada no “Manifesto de Outubro”.¹³⁰ Esse movimento “tinha suas ideologia, organização e ação política

¹²⁹ João Roberto M. Filho acrescenta que “Ao final da década, antes mesmo da eclosão da Guerra mundial, o Exército de Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra era uma organização purificada política, social e ideologicamente, modernizada em seus equipamentos, com lugar garantido no orçamento da Nação, ampliada de 38 para mais de 90 mil homens.

¹³⁰ Maio; Cytrynowicz, 2003, p. 41 e 42.

alinhadas aos partidos fascistas europeus que surgiram entre o fim da Primeira Guerra Mundial e a ascensão do nazismo na Alemanha, em 1933”. Embora tenha atuado por um período de apenas seis anos, a AIB foi, sem dúvida, a mais importante organização fascista na história do Brasil, pelo número de adeptos que teve, pela expressiva participação no debate político dos anos 1930 e, particularmente, pela atração que exerceu sobre extensa gama de intelectuais que discutiam os destinos do País.¹³¹ Seus principais líderes foram Plínio Salgado, Miguel Reale e Gustavo Barroso.

Na ideologia do movimento, questões muito parecidas com a estrutura de uma corporação militar. O respeito à hierarquia, o nacionalismo extremado e o anticomunismo atraíram grande número de oficiais das Forças Armadas, e a Marinha tornou-se um importante centro de recepção das ideias disseminadas pela doutrina da AIB.

No mesmo ano, o então *Regimento Naval* passaria por mais uma decisiva reformulação que lhe forneceu as principais características que perduram até os dias atuais. A antiga tropa de guarda de tradição legalista passaria a ser denominada *Corpo de Fuzileiros Navais* e novos rumos seriam traçados para atender à realidade político-estratégica do País. Era necessário acompanhar a conjuntura internacional que tentava se recompor após a forte crise de 1929 e, internamente, as transformações políticas, econômicas e sociais pelas quais o Brasil estava passando.

Como parte das profundas transformações promovidas por Vargas nas Forças Armadas, o efetivo do recém-nascido CFN deveria, paulatinamente, atingir a marca de mais de 2.500 fuzileiros.¹³² Embora ainda pequeno se comparado à infantaria do Exército, era o maior contingente desde que a tropa desembarcou com a corte portuguesa em 1808. De acordo com Costa (2005, p. 15), durante o processo de reestruturação em 1932, foram criadas

¹³¹ Maio; Cytrynowicz, 2003.

¹³² BRASIL, Decreto 21.632 de 1932. Apud Bielinski, 2008, p. 95. Por esse decreto a tropa foi fixada em 2.524 militares. Outro decreto do mesmo ano definia os navais como “uma força de que dispõe a Marinha de Guerra para operar com as Forças Navais e demais Forças Armadas do País em operações de caráter naval, com a responsabilidade principal no desenvolvimento da doutrina, da técnica e do material de operações anfíbias”. BRASIL, Decreto 21.106 de 1932. Apud Bielinski, 2008.

as primeiras companhias regionais fora do Rio de Janeiro, as de Ladário¹³³ – atual estado do Mato Grosso do Sul – e Belém, no Pará. Sobre os aspectos de carreira e distribuição de pessoal, o almirante destacou que:

Para o preenchimento das vagas de tenentes foram aproveitados sargentos e segundos-tenentes comissionados que possuísem o curso da Escola de Sargentos das Armas do Exército Brasileiro e mesmo de Aperfeiçoamento de Sargentos da Polícia Militar do antigo Distrito Federal. Os comissionados oriundos da tropa constituíram um pequeno grupo de graduados que foram premiados pela Administração Naval pelo seu desempenho nas ações de combate contra os revoltosos durante a Revolução Paulista. Além disso, foi criado um curso para aspirante a oficial FN, no próprio CFN. Através desse curso, ingressaram no CFN, provenientes do meio civil [...].

Nas memórias entusiasmadas de Silva (1961), naquele ano surgiu “um novo sol iluminando os horizontes até então estreitos dos Fuzileiros Navais”. Sob o comando do capitão de mar e guerra Milcíades Portella Ferreira Alves,¹³⁴ o CFN passaria por mais transformações que, evidentemente, indicam também o porquê da ascensão profissional e a amplificação da importância político-estratégica desses militares. Internamente, segundo Silva, o novo comandante “deu-lhes uma biblioteca primorosa, incentivou-lhes a instrução militar ao máximo, proporcionou-lhes divertimentos adequados [...], instituiu caixas beneficentes”. Nesse período foram aprimorados, ainda, os critérios de promoção, os quais teriam beneficiado vários soldados, cabos e sargentos. Certamente, Aragão se beneficiara com essas reformulações.

No mesmo ano da reformulação, fuzileiros foram enviados para lutar contra os paulistas na chamada Revolução de 1932. Uma companhia de fuzileiros navais desembarcou na cidade fluminense de Parati e invadiu o território paulista em Cunha. A

¹³³ Na época, a cidade pertencia ao estado de Mato Grosso.

¹³⁴ O almirante Milcíades Portella Ferreira Alves foi homenageado com o seu nome no Centro de Formação de Soldados, localizado no Bairro de Campo Grande, Rio de Janeiro.

cidade foi conquistada e o grupo continuou combatendo junto com tropas legalistas do Exército, até atingir Pindamonhangaba, onde os constitucionalistas se renderam.¹³⁵ Outro contingente de fuzileiros foi enviado para guarnecer navios da Esquadra e participou de bloqueios aos portos do estado de São Paulo.¹³⁶

No levante comunista de 1935, não houve uma participação intensa dos fuzileiros como tropa. A atuação dos navais ficou restrita a guarnecer, com peças de artilharia, as instalações do Ministério da Marinha e os demais quartéis. Ao fim do episódio, teve a missão de custodiar os presos que foram encaminhados para a Ilha das Flores.¹³⁷

Em 1937, o presidente Vargas dá um novo golpe e inicia o período republicano que ficaria conhecido, ideologicamente, como *Estado Novo*. No ano seguinte, mais uma convulsão social com a Revolta Integralista. Sobre esse momento, Bielinski (2008, p. 97) destacou que a primeira tentativa de levante ocorreu na Escola Naval, com o aprisionamento de oficiais contrários à causa, efetuado em março daquele ano. Em 11 de maio, membros da Marinha que faziam parte da AIB invadiram o Palácio da Guanabara. Cerca de 25 militares, vestindo camisas verdes – um dos símbolos integralistas – sob as fardas de marinheiros e fuzileiros, participaram da tentativa de derrubada do presidente Vargas. “O choque inicial com a guarda foi favorável aos integralistas, sendo morto o soldado fuzileiro naval Manoel Constantino dos Santos, da Guarda do Palácio, e feridos alguns outros que tentaram reagir à ação de surpresa”.

Como parte das ações desencadeadas no mesmo dia, o prédio do Ministério da Marinha foi ocupado por um grupo de militares da Força simpatizantes à AIB. Um destacamento de fuzileiros navais foi acionado e bombardeou os insurretos com peças de artilharia e avançou sobre o Ministério, provocando a rendição dos rebeldes.¹³⁸ Ao final do conflito, com relatos de combates corpo a corpo e baionetas, o saldo de sete fuzileiros mortos. Para

¹³⁵ Costa, 2005, p. 16.

¹³⁶ Bielinski, 2008, p. 97.

¹³⁷ Bielinski, 2008, p. 99 e 100.

¹³⁸ Costa, 2005, p. 16.

estes, foi construído um mausoléu no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro.¹³⁹

Nas fontes que consultamos não encontramos registros da participação de Aragão nesses confrontos. De alguma forma a instituição era envolvida por essas questões políticas. Quer seja ouvindo uma notícia, quer observando colegas que retornavam dos combates, ou participando de algum cerimonial fúnebre de honras aos que tombaram em campanha, em algumas dessas situações, certamente Aragão estaria entre seus pares fuzileiros.

Após a vitória de Vargas sobre os integralistas, “os militares passaram a ser os principais fiadores tanto da ordem social quanto da política de desenvolvimento nacional do regime do Estado Novo”, escreveu João Roberto Martins Filho. E ainda,

Após a repressão das forças de esquerda, do movimento integralista e das oligarquias regionais, Estado e Forças Armadas tornavam-se difíceis de distinguir. Mais do que da defesa nacional, o Exército cuidava da ordem interna e fazia-se fiador da política de industrialização nacional. Esse ator militar parecia distante do idealizado agente social tímido e inseguro, que precisava ser exaltado a ocupar um lugar na política. (Filho, 2003, p. 105)

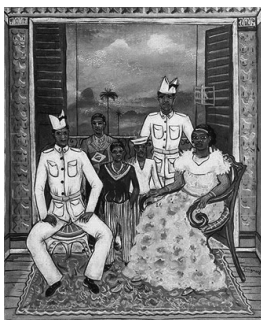
Apesar de serem vistos como uma tropa reservada e muito restrita às atividades específicas, a partir de meados dessa década, outros aspectos da tropa de fuzileiros passam a ser notados e registrados pela sociedade carioca. Nesse sentido, o pintor fluminense Alberto da Veiga Guignard retratou, com grande repercussão no meio artístico, dois quadros que abordaram a vida social dos soldados navais. Na primeira, de 1937, retratou em *Os noivos*, a presença de um fuzileiro e sua noiva, ambos afrodescendentes. O noivo, como retratado, veste o imponente uniforme vermelho-garance e demonstra orgulho em ostentar a farda.

¹³⁹ Bielinski, 2008, p. 103.



Alberto Guignard, *Os noivos*, 1937¹⁴⁰

No ano seguinte, o mesmo autor registrou o que seria *A família do fuzileiro naval*. A obra representa uma família afrodescendente em uma pose que reproduz costumes de uma família aristocrática da época. Nela, percebe-se o orgulho familiar em ter os filhos fardados como fuzileiros, mesmo sendo simples soldados.



Alberto Guignard, *A família do fuzileiro naval*, 1938¹⁴¹

Nos anos 1940, a banda dos fuzileiros também passou a fazer sucesso nas praças e rádios do Rio de Janeiro e do País, principalmente após ter a cantora Emilinha Borba, estrondoso sucesso na época, como musa e madrinha. Nas competições que travava nos auditórios radiofônicos com a não menos famosa Marlene, ela foi escolhida em 1947 como a *Favorita permanente da Marinha*. Emilinha gravou o “Cisne Branco”, conhecida também como a Canção do Marinheiro, e contribuiu para a divulgação e a conquista da simpatia da sociedade pelos fuzileiros navais. E Aragão, por onde andava...?

¹⁴⁰ Disponível em: <http://revistacontemporartes.blogspot.com.br/2010/06/modernismos-no-brasil-dos-anos-trinta.html>. Acesso em: 31 de mar. 2012.

¹⁴¹ Disponível em: <http://cosmotrip.blogspot.com.br/2010/12/alberto-guignard.html>. Acesso em: 2 de jun. 2012.



Emilinha Borba no auditório da Rádio Nacional com a Banda dos Fuzileiros Navais, década de 1940¹⁴²

Entre bailes e bailéus¹⁴³

Durante sua carreira e nas memórias de diversos oficiais, Aragão é retratado como um militar indisciplinado e com uma conduta social fora dos padrões da tradição de um ocupante de posto superior na hierarquia militar.¹⁴⁴ Ao analisarmos os dados constantes em sua caderneta registro,¹⁴⁵ curiosamente não aparece apenas o indisciplinado, o incorrigível, o indigesto. Chamam atenção passagens elogiosas e medalhas militares em momentos alternados com as punições.

Em outubro de 1937, já como primeiro-tenente, foi punido com 10 dias de prisão rigorosa, por ter infringido o item 28 do artigo 12º do Regulamento Disciplinar para a Armada (RDA). Nesse artigo, constava como contravenção disciplinar: “disputar, provocar ou travar conflito, ou promover desordens com seus

¹⁴² http://rogeriapereira.multiply.com/photos/album/108/Homenagem_a_Emilinha_Borba_e_a_papai#photo=1.jpg Acesso em: 12 de jun. 2012.

¹⁴³ *Bailéu* é o nome dos compartimentos dos antigos navios, próximos ao porão, onde os marinheiros indisciplinados ficavam presos. Ainda nos dias atuais, na Marinha de Guerra do Brasil, é sinônimo de prisão.

¹⁴⁴ As acusações vão desde ao apreço do mesmo por jogos, por sua vida noturna desregrada até mesmo a questões de caráter passional e conjugal.

¹⁴⁵ A caderneta registro encontra-se em anexo ao processo BNM-028, arquivado no AEL-Unicamp.

camaradas ou com indivíduos não militares; não reprimir desordens entre praças, podendo-o fazer”.¹⁴⁶ É difícil recuperar o que teria provocado essa punição, entretanto, discussões políticas penetravam na caserna, e 1937 é o ano que inaugura o “Estado Novo” de Vargas e antecede a tentativa integralista de tomar o poder. Como já vimos, a Marinha estava envolvida – do porão ao convés – nesses embates. De acordo com contemporâneos de Aragão, ele foi convidado a participar da Ação Integralista e recusou, sendo por isso perseguido por membros da AIB que militavam entre os marinheiros e fuzileiros.¹⁴⁷ Mais além de que uma simples recusa, o tenente Aragão teria impedido que armas fossem distribuídas aos integralistas quando do levante de 1938.¹⁴⁸

Em 1941, depois de dois anos trabalhando na região do Pantanal, voltou ao Rio de Janeiro, se apresentando no Quartel Central do CFN e assumindo o comando da 9ª Companhia. “Era um oficial solicitado, exercendo funções muito importantes dentro da organização do corpo de fuzileiros: ajudante do encarregado de material, encarregado de estágio para aperfeiçoamento de instrução de cabos [...] e Comissão de Estudos e Organização de Desportos e Educação Física” (Cavalcante, In: Duarte, 2012, p. 46). Por essas e outras atividades, foi elogiado em agosto de 1941 com registro em sua caderneta:

É um ato de inteira justiça elogiar o Capitão-Tenente Fuzileiro Naval Cândido da Costa Aragão, da Primeira Companhia Regional de Fuzileiros Navais, pela grande cooperação prestada a este Comando, pelo zelo e dedicação emprestados aos serviços que lhe são afetos. Adalberto Cotrim Coimbra, Capitão de Mar e Guerra, comandante.

Dois anos depois, no início de 1943, Aragão e outros militares foram agraciados com a medalha militar, com passadeira

¹⁴⁶ Cf. BRASIL. Decreto 15.961, de 16 de fevereiro de 1923 – *Regulamento Disciplinar para Armada*. Nota: Esse regulamento ficou em vigor até 1939, quando foi substituído pelo Decreto 4.987 – de 8 de dezembro de 1939. As punições seguintes ocorreram com base nesse novo RDA.

¹⁴⁷ Entrevista de Eunício Cavalcante a Antônio Duarte. Duarte, 2012, p. 46.

¹⁴⁸ Duarte, 2012, p. 47.

de bronze, por mais de dez anos de serviços prestados, “sem nada que os desabonem”.¹⁴⁹ No mesmo ano, passados mais de seis anos sem ser punido, voltou a ser enquadrado, já como capitão-tenente, com oito dias de prisão rigorosa, no item 42, artigo 2º do RDA: “Deixar de comparecer ou acudir imediatamente à chamada para qualquer exercício, faina, manobra ou formatura”.¹⁵⁰

Em 1944, durante a Segunda Guerra mundial, foi nomeado comandante militar da Ilha de Trindade, no litoral do Espírito Santo. No ano seguinte, já como capitão de corveta, comandou o 2º batalhão de infantaria de fuzileiros navais (Batalhão Humaitá). Em 7 de junho de 1946, foi elogiado pelo comandante do 1º Grupamento de Artilharia da Costa, unidade subordinada ao então Ministério da Guerra, por sua atuação durante a greve dos portuários de Santos em maio daquele ano. O texto elogioso agradecia ao então capitão de corveta Aragão pela:

[...] valiosa e eficaz cooperação que prestou na manutenção da ordem e segurança no prosseguimento dos trabalhos portuários. Possuindo apreciáveis qualidades de chefe, soube o Cmt. Aragão irradiar em seus comandados um sadio entusiasmo pelo sentido da missão que os trouxe a esta cidade. Em vigílias diuturnas, estiveram os fuzileiros sempre dispostos a manter a ordem. Louvo, pois, o Cmt. Aragão pela disciplina, energia e presteza com que manteve sua Unidade no serviço de segurança junto ao cais, concorrendo para que o Comando efetivasse as providências mediatas e imediatas na manutenção da ordem e no prosseguimento do serviço de carga e descarga dos navios. Honorato Pradel – Coronel – Comandante.¹⁵¹

Temos aqui um Aragão com “apreciáveis qualidades de chefe”, disposto a manter a ordem. Uma imagem muito diferente daquela que será pintada anos depois.

Em 12 de fevereiro de 1947, foi punido com uma repressão por escrito pelo diretor da Escola de Guerra Naval,

¹⁴⁹ Cf. BRASIL. *Diário Oficial da União*, 1 de mar. de 1943, p. 2961-2962.

¹⁵⁰ BRASIL. *Diário Oficial da União*, 1 de mar. de 1943, p. 2961-2962.

¹⁵¹ Unicamp, AEL, BNM 028.

contra-almirante Ernesto de Araújo, por ter desobedecido a uma ordem de serviço do comandante-geral do Corpo de Fuzileiros Navais sem ter justificado. Em setembro de 1947, havia um processo contra ele na 7ª Vara Criminal do Rio de Janeiro, por lesão corporal,¹⁵² segundo informações do juiz Emilio Pimentel de Oliveira, enviadas ao comandante do Corpo de Fuzileiros Navais.¹⁵³ Em 27 de outubro de 1947, foi punido pelo comandante-geral do CFN, contra-almirante Sylvio de Camargo, com 48 horas de prisão, por: “Protelar licença ao subalterno para representar contra ato seu”.

Em 10 de novembro do mesmo ano, foi absolvido do processo por lesão corporal. No mesmo mês, foi punido com três dias de prisão simples, por infração do artigo 2º, item 6, combinado com o item 22 do RDA, pelo almirante Sylvio de Camargo, futuro patrono do Corpo de Fuzileiros Navais.¹⁵⁴ De acordo com esses itens do RDA, Aragão teria, mais uma vez, protelado licença a algum subalterno para representar contra ato seu, além de ter permutado serviço sem autorização superior.

No ano seguinte, em 17 de fevereiro de 1948, foi punido com 10 dias de prisão rigorosa, por infração dos itens 1, 2, 3 e 8 do artigo 2º do RDA, pelo mesmo almirante Sylvio de Camargo. Esses itens fazem alusão respectivamente a: tratar o subalterno com injustiça; ofender moralmente ou procurar desacreditar o subalterno; maltratar preso que esteja sob sua guarda; e protelar licença ao subalterno para se dirigir à autoridade a fim de tratar de seus interesses.

Em 1947, Aragão chegou a ter sua matrícula na Escola de Guerra Naval cancelada, nos documentos não consta o motivo, mas nos anos seguintes foi readmitido como aluno dos cursos fundamental e especial. Curiosamente, por sua participação na

¹⁵² BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – *Código Penal Brasileiro*, artigo 129.

¹⁵³ O cotidiano na corporação militar em muitos quartéis e navios é marcado por um clima de forte tensão, principalmente quando há longos períodos de aquartelamento ou viagens de navios. Períodos de manobras militares também se tornam momentos sensíveis e propícios para os confrontos pessoais, principalmente entre jovens. Em minha pesquisa de mestrado identifiquei a existência de rivalidades entre marinheiros, fuzileiros e taifeiros. Em suas pesquisas sobre os marinheiros na Primeira República, Álvaro Pereira do Nascimento relata confrontos entre marujos e policiais. Cf. Almeida, 2012; Nascimento, 2008.

¹⁵⁴ Unicamp, AEL, BNM 028.

Segunda Guerra Mundial, a exemplo de vários militares, foi agraciado com a Medalha de Serviços de Guerra com uma estrela.¹⁵⁵

Os problemas não cessaram. Em julho de 1949, enquanto aluno do Curso Especial da Escola de Guerra Naval, respondeu a conselho de justificação por ter se envolvido em uma confusão dentro daquele estabelecimento com uma senhora de nome Margarida Fernandes dos Santos, à qual o teria atingido com uma faca, ferindo-o na região do pescoço. O Conselho queria apurar quem teria agredido quem. Ao final da justificativa, o conselho concluiu que: “o justificante foi o agredido e, não obstante, foi sempre visto em atitude serena e de quem se esquiva ao ataque, concorrendo, desse modo, para atenuar as consequências materiais e morais do incidente. [...] O justificante agiu prudentemente até o final”.¹⁵⁶ Segundo os autos, a agressora teria declarado, espontaneamente, ter temperamento nervoso e incontrolável – talvez, neuropático.

Os colegas de curso saíram em defesa de Aragão. De acordo com cartas enviadas ao encarregado pelo Conselho, “em nenhum momento o justificante apareceu em situação comprometedor”. O acusado ainda contou com a solidariedade do próprio diretor da Escola. Na decisão final, o ministro da Marinha, almirante Sylvio de Noronha, concluiu que Aragão: “não cometeu ato que desabone a sua conduta, ou que seja considerado atentatório ao pundonor militar ou ao decoro da classe”.¹⁵⁷

Nesse episódio, constata-se o espírito de corpo entre os oficiais e percebe-se que Aragão ainda não era o “bicho papão” dos anos seguintes após seu envolvimento com a política. Foi defendido por seus colegas, alunos do curso de estudos avançados na Escola de Guerra Naval.

No final de 1949, com apenas 43 anos de idade, Aragão foi reformado administrativamente, sob acusação de ser “moralmente incapaz para permanecer no serviço ativo da Marinha de Guerra”.¹⁵⁸ O curioso é que, mesmo sendo transferido para a re-

¹⁵⁵ BRASIL. *Diário Oficial da União*, 24 de out. 1947, Seção 1, p. 13.706.

¹⁵⁶ Unicamp, AEL, BNM 028.

¹⁵⁷ Unicamp, AEL, BNM 028.

¹⁵⁸ Unicamp, AEL, BNM 028, caixa 03, folha 8465. Os documentos consultados só trazem os pareceres finais. Não encontrei o processo que me possibilitaria investigar com

serva remunerada nessas condições, teve direito à promoção ao posto de capitão de fragata, um artifício presente na legislação da época. Essa acusação de “moralmente incapaz” aparece como um dos grandes enigmas de sua carreira militar. O mais correto seria constar nos documentos qual o artigo da legislação militar que foi utilizado para punir Aragão.

A não inclusão do preceito jurídico abre margens para inúmeras ilações. Elogios e punições entre militares podem ser vistos como instrumentos políticos, visando beneficiar ou impedir que colegas de farda alcancem postos de comandos estratégicos e até mesmo viagens e trabalhos nas embaixadas, missões e representações diplomáticas.¹⁵⁹ Entre as acusações de características moralistas que conseguimos identificar em sua trajetória – algumas confirmadas até por seus simpatizantes – está a de ser mulhengo, não religioso, e de praticante costumeiro de “jogos de azar.”¹⁶⁰

Essas questões podem atingir qualquer militar ou pessoa que tenha prestígio social, seja um político, intelectual, jurista etc. Entretanto, naquele contexto, as posições políticas contrárias não se misturavam, eram territórios sem pontes e sem elos. Estradas paralelas, sem cruzamentos. Também é no campo político que as campanhas difamatórias são mais recorrentes.

Durante os cinco anos de afastamento da vida militar, Aragão envolveu-se em atividades comerciais. De acordo com sua filha Dilma Aragão, seu pai esteve ligado ao ramo de garimpos em Teófilo Otoni, Minas Gerais, e na atividade do ramo de Cisal. Também tinha articulações comerciais na Paraíba, seu estado natal.¹⁶¹ Mas o fato é que Aragão não se rendeu. Mesmo tendo sido acusado de corrupto¹⁶² e ter sua moralidade questionada, ele sempre quis voltar. E voltaria...

profundidade os motivos do referido afastamento. De acordo com esses documentos, o processo completo foi julgado pelo antigo Tribunal Federal de Recursos – TRF, atual Supremo Tribunal Federal. Infelizmente não consegui acesso aos autos durante a pesquisa.

¹⁵⁹ Questões vivenciadas pelo autor ao longo dos 14 anos de serviço na Marinha do Brasil.

¹⁶⁰ Ver Duarte, 2012, p. 87; Teixeira, 1992, p. 251 e 252.

¹⁶¹ Entrevista de Dilma Aragão a Antônio Duarte. Cf. Duarte, 2012, p. 99.

¹⁶² Ver Duarte, 2012, p. 103.

O soldado político

No período de sua reserva compulsória, Aragão terá seu primeiro registro em seu prontuário no Departamento de Ordem Política e Social, do então estado da Guanabara. Os dados afirmam que o oficial participou, em janeiro de 1953, de um comício contra o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos.¹⁶³

Ao investigar com detalhes o contexto político em questão, identifiquei que o ato relatado era muito mais que um simples comício. O referido acordo provocou um grande debate entre setores antagônicos da política nacional, levando a imprensa a manifestar-se, explicitando opiniões e posicionando-se abertamente em tempos de Guerra Fria. Dessa forma, o jornal *O Globo* sentenciou que “Fracassou o Comício contra o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos”.

Em chamada de capa, ilustrada com imagens, o texto dizia que compareceram ao ato “homens e crianças, levadas pelos pais ou atraídos pelas sereias vermelhas para a conversão precoce ao credo de Moscou”. No texto da reportagem, o Acordo foi mencionado como de assistência militar e econômica e que teriam comparecido aproximadamente mil e quinhentos manifestantes, alguns vindos em caravana de São Paulo. Entretanto, segundo o autor da matéria, foi “malsucedido o comício vermelho”.¹⁶⁴

No *Correio da Manhã*, o mesmo tom. “Rotundo fracasso o Comício Comunista na Esplanada do Castelo”.¹⁶⁵ Entre as informações destacadas indicam que, além da questão do Acordo, os

¹⁶³ Aperj, Setor Informações, pasta 82, folha 194. O Acordo de Assistência Militar Brasil-EUA foi assinado em 15 de março de 1952 e promulgado através do Decreto 33.044, de 15 de junho de 1953. Tinha como princípios, do lado norte-americano, o comprometimento no fornecimento de assistência técnica e material ao Exército Brasileiro. Em contrapartida firmava-se a obrigação brasileira de participação em operações no continente e de fornecimento de materiais estratégicos como urânio, manganês e areias monazíticas para os Estados Unidos. Vasconcelos, 2010, p. 115.

¹⁶⁴ BN. *O Globo*, 16 jan. 1953. Capa e p. 6.

¹⁶⁵ BN. *Correio da Manhã*, 16 jan. 1953, p. 10. Entre os que discursaram no ato, a reportagem destacou as seguintes presenças: general reformado Henrique Miranda, Branca Fialho; ex-deputado Coelho Rodrigues, Áureo Sampaio de Araújo (presidente do Clube Piratininga), vereador Afonso Coelho, general reformado Arthur Carnaíba, Lício [Kauer?] e o coronel-aviador reformado Salvador Correia de Sá e Benevides.

presentes protestavam contra o envio de tropas brasileiras para combater na Guerra da Coreia e fez-se menção a trechos dos discursos – pronunciados por vários militares da reserva – enfatizando expressões como “imperialismo norte-americano”; “capital colonizador”; “belicistas” etc.¹⁶⁶ Aragão ainda não aparecia com destaque, era um expectador entre experientes generais, a exemplo de Arthur Carnaíba, citado como o principal orador do ato.¹⁶⁷ Entretanto, sua participação no evento anteciparia em mais de dez anos sua posição ideológica e sua atuação político-militar em 1964 e nos anos seguintes, como exilado.

Segundo Cláudio Vasconcelos (2010, p. 115), “a negociação do Acordo pelo ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura, sem a participação do ministro da Guerra, general Estillac Leal, gerou uma forte crise política que resultou na renúncia do militar”. Como demonstração de indignação, foi organizada uma Comissão Nacional sob as lideranças dos generais Edgard Buxbaum, Henrique Cunha e Eduardo Souza Mendes. Havia ainda oficiais da Aeronáutica e da Marinha, esta representada pelo almirante Belisário de Souza, pelo capitão de fragata Pedro José da Rocha, o capitão de corveta Helvécio Coelho Rodrigues e pelo capitão de mar e guerra, então na reserva, Cândido da Costa Aragão.

Passados quase três anos de sua inatividade militar, a presença de Aragão como membro dessa comissão, seu registro nos documentos da polícia política, como também sua presença no noticiário jornalístico, nos fornece indícios sobre quais eram suas táticas e estratégias para voltar à ativa na Marinha. Se juridicamente o retorno se mostrava difícil, ele aprendeu que sua volta poderia ser por outros caminhos. Aqui, faz-se necessário mais uma vez um mergulho no contexto da política nacional para tentarmos compreender esse movimento de Aragão e sua inserção no mundo dos engratados.

Entre os anos 1930 e 1950, o mundo e o País se transformaram. Em alguns aspectos em alta velocidade, em outros, ritmo de barco a vela. As organizações políticas e as Forças Armadas

¹⁶⁶ BN. *Correio da Manhã*, 16 jan. 1953.

¹⁶⁷ BN. *O Globo*, 16 jan. 1953, capa.

brasileiras tentaram acompanhar e se adaptar à nova ordem. Não é coincidência o fato de o almirante Júlio de Sá Bierrenbach (1996) ter intitulado seu trabalho memorial de *1954-1964: uma década política*. Mas, antes dessa década política, é preciso voltar alguns anos, para tentarmos identificar momentos e processos da história do Brasil que, certamente, contribuíram para forjar a cultura política do soldado Cândido, ou do almirante Aragão.

Não é minha proposta abordar a história da política brasileira nessas duas décadas. Para isso, há uma série de obras importantes escritas por historiadores pesquisadores em geral sobre o período.¹⁶⁸ Entretanto, entender aspectos da atuação política das Forças Armadas brasileiras, principalmente dos anos 1940, ajuda-nos a visualizar as pressões que agiam sobre o pesquisado e suas posições políticas.

Em 1944, o Brasil entrou de vez na Segunda Guerra Mundial através do envio da Força Expedicionária Brasileira (FEB) à Europa. Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, viajou à Itália e passou a se apresentar como defensor dos regimes liberais e da redemocratização brasileira.¹⁶⁹ Em outubro, começou a ser articulada pela oposição a Vargas a candidatura presidencial do brigadeiro Eduardo Gomes, uma das principais lideranças do levante do Forte de Copacabana em 1922. Entre os situacionistas, o nome de Dutra foi indicado e aceito, inclusive com o apoio do presidente. No ano seguinte, indefinições quanto ao interesse de Vargas continuar ou não no poder e o crescente apoio das massas urbanas para sua permanência, exemplificado na alcunha de “pai dos pobres” e no movimento “queremista”, provocaram a precipitação dos acontecimentos.

O próprio Dutra começou a suspeitar das intenções continuistas do chefe de governo, e a divulgar entre as forças armadas suas desconfianças sobre as relações de Getúlio com os setores populares e com os comunistas. No dia 29 de outubro, agindo de forma coordenada, os estados-maiores das forças armadas

¹⁶⁸ Exemplo disso é a coletânea *O Brasil Republicano (4 volumes)*, organizada por Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado. Para essas décadas específicas, ver especialmente o Livro 2. Ferreira; Delgado, 2003.

¹⁶⁹ Ferreira; Sarmiento, 2002, p. 471.

depuseram Vargas, e chegou ao fim o Estado Novo. (Ferreira; Sarmiento, 2002, p. 471)

Em dezembro, com mais de três milhões de votos, Dutra foi eleito. Seu mandato foi marcado especialmente pela aprovação de uma nova carta constitucional, em 1946. Cinco anos depois, devolveria a faixa presidencial a Getúlio após este ser eleito democraticamente em disputa com o brigadeiro Eduardo Gomes, o mesmo que perdera a eleição para Dutra.

Na análise de Martins Filho, as candidaturas de Dutra e Eduardo Gomes em 1945 e a nova aparição do brigadeiro nas eleições de 1950 marcam um período em que a participação política das Forças Armadas ainda estava bastante calcada na atuação de algumas personalidades. Segundo ele, a partir de 1947, o advento da Guerra Fria inauguraria uma fase em que o grupo militar conservador começaria a se preocupar com as perspectivas de uma intervenção mais orgânica dos militares na política, em termos antes institucionais que individuais, na tradição incentivada nos anos 1930 e 1940 por Góis Monteiro.

A bipolaridade na geopolítica mundial que avançará pelos anos 1950 e décadas seguintes afetará diretamente as Forças Armadas. Fica explícita a existência de grupos antagônicos no segmento militar, que serão apelidados, dentre outras formas, de nacionalistas e entreguistas; esquerdistas e anticomunistas; progressistas e reacionários.

Livre de suas funções militares, mas obstinado a voltar, Aragão continuava sua labuta nos tribunais, atuava nos ramos comerciais já citados e cada vez mais se aproximava dos grupos nacionalistas das Forças Armadas.

Os nacionalistas aproximavam-se casa vez mais do presidente reeleito Getúlio Vargas e de suas propostas mais amplas sob a bandeira do *trabalhismo*, institucionalizado no Partido Trabalhista Brasileiro – PTB. Entre as ideias norteadoras que iriam unir militares a políticos como Vargas, Leonel Brizola e João Goulart, o forte apelo ao nacionalismo, a “industrialização com base em bens de capital, proposta de fortalecimento de um capitalismo nacional,

criação de empresas estatais em setores estratégicos e valorização do capital humano com redes de proteção social [...]” (Ferreira; 2003, p. 303 e 304). Dentre outros aspectos, essas ideias possibilitaram o que Jorge Ferreira chamou de união no plano sindical, trabalhista e comunista. Esses grupos passaram a defender um projeto para a Nação que se contrapunha ao avanço dos interesses norte-americanos, portanto nacional, mas com base no fortalecimento do Estado e de empresas estatais.

Cabe-nos ressaltar que Getúlio recebeu do governo Dutra um país com problemas econômicos estruturais. Havia um desequilíbrio financeiro no setor público e o fantasma da inflação dava as caras mais uma vez.¹⁷⁰ No campo político, embora tivesse sido eleito democraticamente, Vargas enfrentava forte oposição, principalmente da UDN e de setores do PCB. Os ataques tinham como alvo também os seus ministros, entre eles João Goulart – ministro do Trabalho –, acusado de demagogo, manipulador de sindicatos e fomentador de greves, como bem escreveu Jorge Ferreira. Os três anos de instabilidade política atingiram também a caserna.

O fato mais incontestável da politização dos militares foi o chamado *Memorial dos coronéis*. Assinado por mais de oitenta oficiais do Exército, nos postos de coronel e tenente-coronel, o texto, divulgado em fevereiro de 1954, protestava principalmente contra o que consideravam descaso do governo em face das necessidades do Exército, relativas, por exemplo, à precariedade das instalações em todo o território nacional, ao reequipamento das unidades, cujo material bélico era em sua maioria obsoleto, e ao reajuste salarial dos militares do Exército, em “eterna disparidade” em relação às forças armadas de outros países. Nesse sentido, teciam ainda sérias críticas ao aumento de cem por cento do salário mínimo proposto por João Goulart, ministro do Trabalho recentemente nomeado.¹⁷¹

Para piorar a situação, o demitido ministro das Relações Exteriores João Neves Fontoura denunciou a existência de um pacto entre Brasil, Argentina e Chile de resistência à política

¹⁷⁰ Ferreira, 2003, p. 305.

¹⁷¹ Ver “O Manifesto dos Coronéis”. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br. Acesso em: 2 set. 2013.

norte-americana para a América do Sul. Os udenistas não perderam tempo e pediram a saída de Vargas, entrando com processo de *impeachment* contra o líder gaúcho.¹⁷² O Congresso rejeitou o impedimento por ampla maioria, em junho de 1954, indicando que parte significativa dos segmentos políticos acreditava em uma solução negociada para a crise.¹⁷³ Apesar da relativa vitória de Getúlio, o desgaste foi inevitável, e meses depois a crise chegaria no momento mais crônico.

As pressões pelo afastamento do presidente aumentaram ainda mais após o atentado contra o líder udenista e maior opositor de Vargas, Carlos Lacerda, ocorrido no Rio de Janeiro, em agosto de 1954. Na emboscada, morreu o major Rubem Vaz, da Força Aérea, que fazia parte da segurança de Lacerda. Este foi atingido apenas no pé.¹⁷⁴ Um dos principais acusados de envolvimento no atentado, Gregório Fortunato, era o chefe da guarda pessoal do presidente da República. Após esse fato, cresceram as denúncias contra o governo.¹⁷⁵

Lacerda, habilmente, transformou o militar morto em um símbolo da luta contra Vargas. Utilizando o seu jornal *Tribuna da Imprensa*, intensificou os ataques e responsabilizou Getúlio pelo atentado. Mesmo sem nenhuma prova do envolvimento do presidente, Lacerda escreveu, sem meias palavras: “acusou um só homem como responsável por esse crime. É o protetor dos ladrões. Esse homem é Getúlio Vargas”.¹⁷⁶ Nos jornais, generais, brigadeiros e almirantes eram incitados a derrubar Vargas.¹⁷⁷ Aragão lia jornais.

A crise culminou com o suicídio do presidente. Um tiro no peito, uma carta-testamento e alguns candidatos a herdeiros do rico espólio político deixado pelo, agora herói, Getúlio Vargas. João Goulart, também gaúcho, assumiria anos mais tarde a responsabilidade de continuar o legado político de seu conterrâneo.

¹⁷² Ferreira, 2003, p.306.

¹⁷³ Ferreira; Sarmiento, 2002, p. 475.

¹⁷⁴ Ferreira, 2003, p. 307.

¹⁷⁵ Ferreira; Sarmiento, 2002, p. 476.

¹⁷⁶ Ferreira, 2003, p. 308.

¹⁷⁷ Ferreira, 2003.

Um dos seus mais fortes oponentes já era bem conhecido e odiado pelos admiradores do varguismo: Carlos Lacerda!

Imagino que Aragão queria voltar. Queria ter força política. Queria comandar os fuzileiros navais. Queria estar ao lado dos nacionalistas. Simpatizava com os seguidores de Vargas, Leonel Brizola e João Goulart. Lacerda estava do outro lado. Ele sabia quem era Lacerda.

Em fevereiro de 1955, sua luta de voltar para a Marinha teve fim. Após ser inocentado no processo que o havia colocado na inatividade, obteve o deferimento de voltar à ativa em decisão do Tribunal Federal de Recursos – instância correspondente hoje ao Supremo Tribunal Federal. Em abril ele foi reintegrado e promovido ao posto de capitão de mar e guerra.¹⁷⁸ No mesmo ano, já de volta à Marinha, participou junto com o almirante Pedro Paulo de Araújo Suzano dos acontecimentos do golpe preventivo do Marechal Lott, que assegurou a posse do presidente Juscelino Kubitschek.¹⁷⁹ Naquele momento, era o encarregado de pessoal da guarnição do Quartel Central do CFN. No ano seguinte, assumiu o subcomando da guarnição do Quartel Central, na histórica Fortaleza de São José, Ilha das Cobras, centro do Rio de Janeiro. De acordo com os mesmos registros, Aragão não parou mais.¹⁸⁰

Em setembro de 1957, junto com os demais oficiais responsáveis pelo Grupamento de Marinha que participou do desfile cívico da Independência do Brasil, recebeu efusivo elogio por escrito do contra-almirante Fernando Almeida Rodrigues, “pela iniciativa, cooperação que tiveram no preparo e no treinamento das forças sob seus comandos no curto tempo que lhes foi dado para tal fim, demonstrando entusiasmo pela profissão e grande aptidão para o mando”.¹⁸¹

¹⁷⁸ Quando militares são excluídos e voltam após decisão judicial, o tempo que ele ficou afastado é contado para a promoção, como se na ativa estivesse.

¹⁷⁹ Unicamp, AEL, BNM 028, caixa 03, folhas 8465-8469.

¹⁸⁰ Ressalto que, historicamente, cargos estratégicos na cadeia de comando das Forças Armadas são preenchidos por indicações e posicionamentos políticos. É prerrogativa do presidente da República, após indicação dos altos comandos militares, deferir ou não as indicações.

¹⁸¹ Unicamp, AEL, BNM 028, folha 2113.

Dessa forma, dois anos após seu retorno ao CFN, Aragão voltava a ser merecedor de um elogio. Cabe destacar que sua inserção no campo político era totalmente inerente à atuação das Forças Armadas naquele período. Dentro da Marinha, são conhecidas as atividades no campo das direitas dos almirantes Sílvio Heck e Penna Botto, este fundador da Cruzada Brasileira Anticomunista. Ambos não hesitavam em emitir opiniões e pronunciamentos de caráter estritamente político. Exemplo disso são as palavras de Botto na conjuntura que precedeu a disputa eleitoral de 1955.¹⁸² Segundo William (2005, p. 77 e 78), alegando que se manifestava como civil, “apesar de estar fardado e no seu posto de comando”, o almirante dizia que:

“a Cruzada exigiria que os candidatos não tivessem ligações com o Partido Trabalhista Brasileiro e o Partido Socialista, nem com Jânio Quadros ou Adhemar de Barros” [...]. [Era] contrário à exploração exclusivamente estatal do petróleo. Falava sobre a situação política e incentivava os oficiais a participarem ativamente do processo sucessório, uma posição contrária à orientação do presidente [Café Filho]. Os pronunciamentos de Botto foram ganhando influência na Escola de Estado-Maior e afinavam-se com as ideias de [Carlos] Lacerda.

Após a confirmação da vitória eleitoral de Juscelino – com João Goulart ganhando como vice-presidente¹⁸³ –, Penna Botto publicou um artigo no jornal *O Globo*. Na nota, disse que era

[...] indispensável impedir que Juscelino e Jango tomem posse dos cargos para que foram indevidamente eleitos [...]. Entre respeitar o resultado das eleições, mas levar o Brasil à perdição; e impedir que os eleitos pela minoria tomem posse, mas salvar o Brasil, não há hesitação possível [...]. Acresce que tal impedimento tem aspecto legal porquanto não só o Partido

¹⁸² William, 2005, p. 77 e 78.

¹⁸³ De acordo com a legislação eleitoral da época, a eleição do vice era independente da votação do presidente. Na eleição de 1955, Juscelino Kubitschek (PSD – Partido Social Democrático) enfrentou Juarez Távora (UDN – União Democrática Nacional), Adhemar de Barros (PSP – Partido Social Progressista) e o integralista Plínio Salgado.

Comunista, embora fora da lei, participou como Organização Partidária ostensivamente na eleição, como também porque a dupla Juscelino e Jango apenas teve cerca de terça parte da votação global.¹⁸⁴

Sílvio Heck também não se esquivava de comentar publicamente assuntos da política nacional. Da mesma linha ideológica de Penna Botto, estivera preso em vários momentos, a partir do governo de Juscelino, por fazer críticas ao governo em emissoras de televisão e em jornais.¹⁸⁵ Posteriormente, em entrevista concedida após o golpe de 1964, Heck declarou que “por vestir farda, não deveria ficar alheio aos problemas nacionais”. Nos momentos mais conturbados, Heck e Penna Botto contavam com a solidariedade de um grupo forte politicamente dentro da Marinha. Eram os almirantes Saldanha da Gama, Augusto Rademaker, Levi Aarão Reis, Melo Batista e Waldeck Vampré.¹⁸⁶ O posicionamento desse grupo comprova a participação na política nacional de militares do alto escalão da Marinha.

Se por um lado encontramos oficiais declaradamente anticomunistas e pró-alinhamento com os Estados Unidos – chamados de *entreguistas* pelos opositores –, do outro havia os chamados *nacionalistas de esquerda* ou apenas *nacionalistas*. Foi nesse segundo pelotão que o soldado paraibano se encontrou. Hierarquicamente, o nome forte era do almirante Pedro Paulo de Araújo Suzano, oficial do Corpo da Armada oriundo da Escola Naval. Contudo, politicamente, Aragão tinha mais visibilidade. Formavam ainda esse grupo à esquerda: Washington Frazão Braga, José Luiz de Araújo Goyano, Paulo Silveira Werneck, Thales Fleury Godoy e René Margarino Torres, dentre outros (Vasconcellos, 2010, p. 209).

A simpatia de Aragão por alguns políticos situados a bom-bordo durante a década de 1950 o colocava, também, no discurso de seus adversários, como um perigoso comunista, daí a alcunha de “almirante vermelho” divulgada por seus opositores. Ao

¹⁸⁴ Jornal *O Globo*, 14 de out. 1955, apud William, 2005, p. 96.

¹⁸⁵ Jornal *O Globo*, 21 dez. 1963, p. 10.

¹⁸⁶ Jornal *O Globo*, 21 dez. 1963.

participar das articulações do Golpe preventivo articulado pelo Marechal Lott, em 1955, ele escolhera um caminho e a trincheira na qual estaria lutando nos anos seguintes. Essa tomada de posição implicou também identificar adversários e alguns inimigos.

Em breve ele atingiria o ciclo militar dos que têm a honra de serem chamados oficiais-generais. Seu alinhamento político foi fundamental para alcançar tal honraria.

O nacionalismo de esquerda

Não são poucos os autores que se debruçaram sobre o tema do *nacionalismo* e sua influência no pensamento político brasileiro. O recorte aqui escolhido objetiva identificar alguns aspectos dessa via interpretativa e propositiva, principalmente a partir dos anos 1930, com destaque para os anos 1950. Essa escolha tem como base duas questões mais que pertinentes para o texto que aqui construo. A primeira refere-se à força de como essas duas décadas aparecem na produção intelectual do País, quer seja acadêmica, literária ou política, sob a invocação do nacionalismo.¹⁸⁷ A segunda questão está ancorada nos indícios, mais que identificados, que essa corrente de pensamento influenciou indubitavelmente nas decisões tomadas pelo personagem aqui investigado.

Partimos de 1930...

Em 1931, o médico sergipano e estudioso dos problemas da América Latina e do Brasil Manoel Bomfim publicou o livro *Brasil Nação*. Segundo Paulo Cunha, Manoel Bomfim pode ter influenciado toda uma geração de militares e intelectuais que ganhariam notoriedade graças às teses nacionalistas no período pós-50. Ao se debruçar sobre a obra de um dos mais prestigiados militares que figura também entre os intelectuais – Nelson Werneck Sodré –, Cunha revela a influência de Manoel Bomfim:

¹⁸⁷ Ver Oliveira, 2003, p. 323-347, vol. 2.

Antecedendo o debate em quase 30 anos, suas análises já revelavam, nas palavras de Nelson Werneck Sodré, a forte preocupação em analisar e interpretar o passado brasileiro à luz de novos instrumentos entre os quais o marxismo e que, certamente, no pioneirismo de suas posições progressistas-nacionalistas pavimentou e possibilitou a substância de um debate posterior. (Cunha, 2002, p. 39)

A questão do *nacionalismo de esquerda* vem de encontro ao nacionalismo autoritário tradicional, xenófobo, conservador e indiferente aos conflitos de classe. De acordo com Carla Carloni (2002, p. 39), “o nacionalismo autoritário ou conservador encontrou apoio na produção de vários intelectuais da época, como Azevedo Amaral, Oliveira Vianna e Francisco Campos, e, na sua versão militar, obteve expressão na doutrina Góis Monteiro”.

Nessa corrente ideológica, em sua formulação militar, a ideia de que “a liberdade da nação e dos que nela viviam deveria ser compatível com a ideia de segurança nacional. E, em nome da unidade e da segurança, havia a necessidade de se desfazer a luta entre as classes”.¹⁸⁸ Nessa mesma linha, a convicção de que “o desenvolvimento da capacidade de guerra de uma nação dependeria da potencialidade e do desenvolvimento de seus recursos industriais, da comunicação e da cultura”.¹⁸⁹

Já a tipologia *nacionalismo de esquerda*, expressão atribuída a José Murilo de Carvalho (1999, p. 343), apesar de também privilegiar o caráter nacional e a preocupação com o futuro do País, o reconhecimento da existência das desigualdades sociais e a crença no poder do Estado como agente protagonista na defesa dos interesses do País e na superação das diferenças sociais. É também uma via que difere das ideias estruturalistas do marxismo internacional, de cunho revolucionário, determinista e generalista, embora dialoguem e tenham sintonia em alguns pontos específicos.

¹⁸⁸ Carloni, 2012, p. 29 e 30.

¹⁸⁹ Carloni, 2012.

Em sua análise sobre o nacionalismo presente no debate político brasileiro no final dos anos 1950 até o golpe civil-militar de 1964, Lucilia Delgado (2007, p. 364 e 365) identifica duas formas de expressão do pensamento nacionalista desde os anos 1930. Segundo ela,

A primeira pode ser denominada de “nacionalismo dirigido” e a segunda de “nacionalismo reformista”. O nacionalismo dirigido fortaleceu-se a partir de meados da década de 1930, apesar da oposição de comunistas e democratas. Nasceu marcado por dupla característica, ou seja: a forte influência governamental se respaldava em uma mobilização popular, sobre a qual o governo procurava exercer enérgico controle [...].

O nacionalismo reformista ganhou maior expressão a partir da segunda metade dos anos 1950. Vinculou-se a uma organização mais autônoma dos movimentos da sociedade civil que, com crescente autonomia, se aliaram a alguns partidos políticos como o PTB e o PCB. Expressou-se a ideia de que uma nação emancipada seria construída como desdobramento da adoção de políticas nacionalistas efetivas.

Ainda de acordo com Delgado, foi no segundo governo Vargas que cresceram de forma mais acentuada as manifestações pró-nacionalistas. O momento mais forte teria sido em 1953, com a criação de Petrobras e a divulgação de um documento-manifesto onde apareciam com força as ideias mestras da Frente Nacionalista Brasileira. Entre elas, destacam-se:

a defesa da indústria nacional, o monopólio estatal do petróleo, a criação da Eletrobras, o estabelecimento de indústrias de base, política externa independente, reforma agrária, reforma do ensino, interiorização da capital brasileira, ampliação do mercado interno, aperfeiçoamento do regime democrático e apoio à indústria cinematográfica nacional.

Em meados da década de 1950, a criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) será uma tentativa de

formulação de “um projeto nacionalista de desenvolvimento capitalista para o Brasil como meio de superação de sua estrutura subdesenvolvida”.¹⁹⁰ Fundado em julho de 1955, antes da eleição que levou Juscelino à Presidência, o Iseb, subordinado ao Ministério da Educação e Cultura, tornou-se, durante os anos de desenvolvimentismo, o órgão fundador da teoria que sustentava a política econômica do programa de metas de Juscelino, que conheceu os principais teóricos do Iseb em 1954.

Os intelectuais do Instituto também estavam dispostos a colaborar e dar “sustentação ideológica” ao exclusivo desenvolvimentismo juscelinista. O grupo era formado por civis, militares e nacionalistas moderados, até o rompimento em 1959, quando a questão do capital estrangeiro dividiu definitivamente o instituto. Seus principais teóricos eram civis – Roland Corbisier, Guerreiro Ramos, Álvaro Vieira Pinto, Hélio Jaguaribe –, com exceção do tenente-coronel Nelson Werneck Sodré. As ideias surgidas provocavam debates inéditos que empolgavam.

Dirigido por intelectuais de posições heterogêneas, seus teóricos dividiam-se basicamente em dois grupos. No primeiro encontramos os que defendiam uma maior participação popular apoiando o Estado como agente propulsor das mudanças. No segundo grupo, alheios às preocupações sociais, os que defendiam a obediência às regras da sociedade capitalista e à economia de mercado.¹⁹¹

A polêmica mais notória foi criada em 1958, com o lançamento do livro *O nacionalismo na atualidade brasileira*, de Hélio Jaguaribe, que defendia uma nova reflexão sobre o papel das empresas multinacionais que não eram contrárias à industrialização. Para elas, o melhor caminho seria: investir em fábricas no País ou ficar fora de um mercado promissor como o brasileiro. Quanto à definição de nacionalismo, Jaguaribe ousou ainda mais ao classificá-lo como um “meio” de conseguir o desenvolvimento, e não o idolatrado objetivo a ser alcançado.

¹⁹⁰ Carloni, 2012, p. 44.

¹⁹¹ Carloni, 2012.

Para o Iseb, o desenvolvimentismo seria a única alternativa para o Brasil sair do subdesenvolvimento.¹⁹²

Ao fazer uma análise detalhada sobre os estudos publicados pelo instituto, Alzira Abreu nos coloca no centro do debate que envolvia os principais teóricos isebianos. No que diz respeito ao tema do nacionalismo, o destaque mais uma vez é para Hélio Jaguaribe:

Guerreiro Ramos entendia o nacionalismo como a luta dos povos periféricos para alcançar sua plena soberania e libertar-se da condição colonial. Para Hélio Jaguaribe, o nacionalismo tinha o propósito de instaurar ou consolidar a aparelhagem institucional necessária para assegurar o desenvolvimento de uma comunidade. O nacionalismo, para Jaguaribe, seria um meio para atingir um fim: o desenvolvimento. Afirmava ele que “o nacionalismo brasileiro é econômico, pois reivindica para o capital nacional, sobretudo na forma de monopólios estatais, a exploração do petróleo e dos minerais atômicos”. No plano econômico, a contradição principal era vista por Jaguaribe como sendo aquela entre subcapitalização e desenvolvimento econômico. A subcapitalização gera subdesenvolvimento. Para incrementar a capitalização, seria necessário aumentar a capacidade nacional de investimentos “mediante a imigração de capitais estrangeiros”. Entretanto, assinalava Jaguaribe, era exatamente contra o capital estrangeiro que se insurgiam os nacionalistas, vendo nele um fator de espoliação de riquezas e de agravamento da dependência colonial. E o nacionalismo seria também político, identificando-se internamente com as exigências de democracia e de justiça social. No plano das relações internacionais, o nacionalismo político reivindicava para o País uma posição de maior autonomia em face dos Estados Unidos e das grandes potências europeias (Abreu, 2007, p. 421 e 422).

Estão aí, explícitos com mais profundidade, os principais pontos de divergências entre os isebianos. Como bem esclareceu Abreu, “as duas diferentes perspectivas de análise quanto aos

¹⁹² William, 2005, p. 231 e 232.

obstáculos ao desenvolvimento determinaram concepções distintas sobre o significado do nacionalismo e sobre a participação de capital estrangeiro no desenvolvimento”.¹⁹³

Antes do rompimento no interior do instituto, nota-se a influência das ideias discutidas pelos isebianos entre setores nacionalistas da política brasileira. Em novembro de 1956, em seu discurso como vice-presidente durante as comemorações de um ano do movimento que assegurou a posse de JK, Jango – que havia sido ministro do trabalho de Vargas –, destacou suas considerações sobre o nacionalismo, inegavelmente muito próximas daquelas formuladas por alguns intelectuais do Iseb:

Um traço mais fundo une nossos espíritos e identifica o entendimento entre as Classes Armadas e o povo em face dos problemas do Brasil de hoje; esse traço é o nacionalismo. Não o nacionalismo xenófobo e irracional, que levante barreiras ao progresso e torne o País mais fraco, à força de temer a colaboração alheia; mas o nacionalismo esclarecido, pragmático construtivo, que quer dar uma consciência à nação e que não consente em ver sair do nosso território o centro da decisão e orientação dos nossos próprios problemas. Um nacionalismo, enfim, que possa afirmar este país sem se negar os demais, que não anestesie nossa sensibilidade ao entendimento compreensivo com todos os povos, mas que traga toda a autenticidade de nossa formação espiritual, fundamentalmente embebida na religião e profundamente democrática e antitotalitária. Não queiram assim os arautos da intriga ver nesta afinidade entre as ideias do povo e da tropa a marca de inspirações suspeitas o povo brasileiro tem tido nas fileiras do exército a sua mais constante e eficiente escola de nacionalismo. Por seu lado, têm sido as classes trabalhadoras a grande vanguarda dessa luta, de que se fez intérprete e mártir aquele que selou com o sacrifício de sua vida o encontro do Brasil consigo mesmo, o imortal presidente Vargas.¹⁹⁴

¹⁹³ Abreu, 2007, p. 422.

¹⁹⁴ William, 2005, p. 199.

Em outra ponta, no que diz respeito à produção artística, percebe-se claramente a busca e o apoio a produções de caráter nacional. No ano da posse de JK, mais uma prova de que a tropa dos fuzileiros conquistava espaços no imaginário popular. Tendo como centro o Rio de Janeiro, as produções artísticas se espalhavam pelo País. Em 1955, ganharia as telas mais uma obra do famoso comediante Mazaroppi. Com o título de *O Fuzileiro do Amor*, a película retratava no característico humor do protagonista a tentativa do sapateiro José Ambrósio de conquistar a simpatia do pai de sua amada. Para impressioná-lo, se alistou e virou fuzileiro naval. Produzida pela empresa carioca Cinelândia Filmes, a película contribuiu ainda mais para o reforço da imagem dos fuzileiros navais como tropa popular. Poucos anos depois do filme, os anfíbios seriam comandados literalmente por um fuzileiro de origem popular. A vida imitava a arte!



*Mazaroppi atuando em O Fuzileiro do Amor, 1955/1956,
direção de Eurides Ramos, Cinelândia Filmes¹⁹⁵*

Em abril de 1960, no governo Juscelino Kubitschek, Aragão foi promovido a contra-almirante. A partir daí, seus passos seriam acompanhados por seus adversários políticos, pela imprensa e também por seus simpatizantes e correligionários. Como veremos, Aragão fez do cargo um instrumento da política, como de fato o é. A promoção a almirante é historicamente fruto de articulações de bastidores dentro da própria instituição e, principalmente, resultado de inequívoco apoio político. Mais que uma simples promoção, a chegada de qualquer militar ao grupo de

¹⁹⁵ Disponível em: <http://www.cinemabrasileiro.net/cinedistri.html>. Acesso em: 6 jun. 2012.

oficiais gerais o insere no pequeno espaço da pirâmide hierárquica onde são tomadas as decisões de caráter político que envolvem a liturgia do cargo.

A renúncia de Jânio Quadros

No ano seguinte, o agora contra-almirante Aragão ganhou mais notoriedade política. Nos registros do Cenimar, aparece ao lado do almirante Suzano em vários informes. Segundo os arapongas, teria comparecido “à reuniões de caráter subversivo na sede do Tribunal Marítimo”¹⁹⁶ em março de 1961. No mês seguinte, em mais uma reunião registrada nos documentos sem o dia preciso, estivera na companhia do brigadeiro Lino Teixeira, do capitão de mar e guerra Primo Nunes, do deputado Abelardo Jurema, dentre outros.

Ainda em abril, a informação de que participou de movimento de bastidores visando à derrubada do general Cordeiro de Farias, então presidente do Clube Militar, e que teria comparecido a reuniões na casa do general Floriano de Lima Brayner, em companhia dos generais Segadas Viana e Jair Dantas Ribeiro. Nos documentos, a afirmação de que “nestas reuniões dizia-se que JANIO não terminaria o mandato” e que “ARAGÃO coordenava movimentos subversivos de tropa de CFN”. Seguindo seus passos, os informantes registraram no mês de julho que Aragão também estaria ligado ao movimento de rebelião estudantil em Recife, através dos deputados Ulisses Guimarães e Almino Afonso.¹⁹⁷

Ainda em 1961, ano de constante vigilância do Cenimar sobre Aragão, o episódio do breve governo de Jânio Quadros. Após ter tomado posse em janeiro, depois de uma campanha que tinha como símbolo *a vassoura* – que varreria todas as dificuldades e problemas do País –, o novo governo acabou muito antes

¹⁹⁶ Unicamp, AEL, BNM 028, caixa 03, folhas 8465-8469. As demais citações desse parágrafo são da mesma fonte. Nas fontes citadas não encontrei o teor do que foi discutido na reunião.

¹⁹⁷ Unicamp, AEL, BNM 028, caixa 03, folhas 8465-8469.

do previsto. Em agosto, com João Goulart em viagem ao exterior, Jânio Quadros renunciou e o presidente do Congresso Ranieri Mazzili foi empossado. Abriu-se então uma crise institucional sobre a sucessão presidencial. Os ministros militares não admitiam dar posse a Jango. O ministro da Marinha, Sílvio Heck, foi um dos mais enfáticos na tentativa de golpe, numa clara demonstração de desrespeito à Constituição Federal. Após articulações de resistência organizadas no Rio Grande do Sul por Leonel Brizola, através da Cadeia da Legalidade, Jango foi empossado após aceitar o sistema parlamentarista e a realização de um plebiscito marcado para janeiro de 1963.¹⁹⁸

Apesar de não ter sido necessário o emprego dos fuzileiros navais durante a crise, o almirante Carlos Augusto Costa lembrou que “foi montada uma força-tarefa anfíbia, na qual o Núcleo da 1ª Divisão de Fuzileiros Navais constituiu a força de desembarque, embarcando com todo seu material, munição e pessoal no NTr [Navio Transporte] Ary Parreiras da Força de Transporte e dois navios mercantes requisitados, o *Rio Mossoró* e o *Araranguá*”.¹⁹⁹ Costa relatou ainda que a movimentação das tropas foi denominada *Operação Abelha*, “que não teve a fase do movimento navio-terra, planejada para o litoral de Santa Catarina, por ter o impasse evoluído para uma solução política”.

Sobre o breve governo Jânio, Daniel Aarão Reis (2005, p. 20 e 21) traçou o seguinte diagnóstico:

A política econômica, na linha da ortodoxia monetarista, desagradava o setor industrial acostumado ao crédito fácil, sem conseguir segurar a inflação. A política externa independente irritava os setores conservadores sem angariar os apoios das esquerdas, desprezadas por Jânio. Quanto aos trabalhadores, frente à inflação crescente, recebiam promessas de austeridade... Enquanto isso, as reformas vagamente anunciadas e tão desejadas não se concretizavam, nem mesmo na forma de projetos consistentes.

¹⁹⁸ Para a renúncia de Jânio Quadros, ver Ferreira, 2003, p. 303-339.

¹⁹⁹ Costa, 2005, p. 27.

O presidente parecia apostar apenas no diálogo direto com a sociedade, exercitando seu inegável carisma. Reclamava de restrições e alegava carecer de plenos poderes, embora não estivesse evidente para ninguém, e provavelmente sequer para ele mesmo, o que faria com eles.²⁰⁰

Com o fim do impasse e finalmente no cargo de presidente do Brasil, Jango e o País passariam por momentos difíceis. Como em uma disputa de “cabo de guerra”, a corda – ou o cabo²⁰¹ – estava sempre tensionada. Ainda não era possível prever de que lado iria arrebentar e quem iria vencer: se os opositores de Jango – que não o toleravam pelo menos desde quando foi ministro do trabalho de Vargas, quando tomou decisões que contrariaram interesses diversos das elites econômicas e política do País –, ou seus simpatizantes, grupo que reunia trabalhistas, sindicatos, estudantes e militares nacionalistas. Aragão não ficou fora da disputa.

No início de 1962, segundo documentos que constam no Projeto *Brasil Nunca Mais*,²⁰² Aragão teria organizado um almoço que contou com as presenças do almirante Suzano, de Francisco Mangabeira – presidente da Petrobras – e outros comandantes militares, com o objetivo de discutirem questões relacionadas à estatal. Também no início do ano, os informes mostram uma grande movimentação de Aragão, participando de reuniões e encontros promovidos pela União Nacional dos Estudantes (UNE), pelo Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO),²⁰³ e na Confederação dos Trabalhadores na Indústria (CNTI). Teria comparecido, ainda, na Faculdade Nacional de Direito, no dia 25 de maio, em ato de homenagem a Leonel Brizola, ocasião na qual declarou que “Brizola era o líder que o Brasil precisava”.²⁰⁴ Em setembro compareceu à TV Rio junto com Brizola e, segundo o *Cenimar*, passou a fornecer proteção armada às instalações da Rádio Mayrink Veiga.²⁰⁵

²⁰⁰ Reis, 2005, p. 20 e 21.

²⁰¹ Nos navios a palavra *corda* não é usada e sim *cabo*.

²⁰² Unicamp, AEL, BNM 028, caixa 03, folhas 8465-8469.

²⁰³ Centro Acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

²⁰⁴ Unicamp, AEL, BNM 028, caixa 03, folhas 8465-8469.

²⁰⁵ Unicamp, AEL, BNM 028, caixa 03, folhas 8465-8469.

Ainda em 1962, seria criada a Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB), que durante os breves dois anos de sua existência contaria com a simpatia e o apoio do almirante fuzileiro. Essa associação foi criada por marinheiros até a graduação de cabo, que precisavam de uma organização que os representasse e que aglomerasse esses subalternos, tendo em vista que os sargentos e os oficiais possuíam suas respectivas agremiações.²⁰⁶ A Marinha nunca reconheceu a entidade, e aos poucos começaram a surgir os primeiros atritos entre os dirigentes da AMFNB e a alta administração naval.

Através do incansável trabalho da marujada, a AMFNB continuou sua trajetória crescente. A associação criou seu jornal – *A Tribuna do Mar* –, que chegou à expressiva tiragem de 15 mil exemplares nas últimas edições.²⁰⁷ Seus dirigentes conseguiram um programa dominical de quinze minutos na Rádio Mayrink Veiga.²⁰⁸ Em algumas ocasiões participaram de reuniões com o chefe da Casa Civil da Presidência da República, Darcy Ribeiro.²⁰⁹ Dessa maneira, a associação dos marujos subalternos cresceu em importância corporativa e política, e o não reconhecimento por parte das autoridades navais seria o ponto crucial para os conflitos posteriores.

Operação Bagrinho

Nos meses de novembro e dezembro de 1962, estourou uma crise em Santos que ganhou repercussão nacional. Estivadores sindicalizados entraram em conflito contra os trabalhadores informais da estiva, conhecidos como *bagrinhos*, que estavam sendo impedidos de trabalhar e de filiar-se ao sindicato. Uma decisão judicial favorável aos informais aprofundou ainda mais as discussões, que chegaram até o Congresso Nacional. A Marinha interveio em favor dos sindicalistas, e um navio de guerra foi enviado a Santos com cerca de novecentos fuzileiros navais.

²⁰⁶ Rodrigues, 2004, p. 65.

²⁰⁷ Capitani, 1997, p. 33.

²⁰⁸ Rodrigues, 2004, p. 100.

²⁰⁹ Duarte, 2005, p. 43.

Essa decisão do ministro da Marinha, almirante Pedro Paulo de Araújo Suzano, foi interpretada – pelos setores oposicionistas ao governo – como uma afronta à justiça brasileira e uma intervenção federal em São Paulo. Um editorial publicado no dia 3 de dezembro, pelo Jornal *O Globo*, dizia que “Na nossa Armada ninguém admite, sem repulsa, que a Marinha da ‘Operação Bagrinho’ possa ser a mesma de Riachuelo,²¹⁰ como não admite que a Marinha de Tamandaré seja a mesma do *Almirante Aragão*”.²¹¹

Embora não fosse o ministro e estivesse cumprindo ordens, estava Aragão, mais uma vez, envolvido em uma polêmica de dimensão nacional. Era só o início de um mês que se mostraria muito turbulento. No mesmo período dessa polêmica, foi divulgada a lista das pessoas que seriam homenageadas pela Marinha por ocasião das comemorações do Dia do Marinheiro.

Na relação de personalidades agraciadas com a medalha da Ordem do Mérito Naval, condecoração tradicionalmente entregue no dia 13 de dezembro, a presença de Leonel Brizola, Raul Riff, Samuel Wainer, Sérgio Magalhães, Adalgisa Neri e Elói Dutra, Aragão e o brigadeiro Francisco Teixeira, abriu uma crise institucional. Para os oficiais e almirantes opositores a Jango, era um sinal de que a instituição iria condecorar comunistas. Seria inaceitável, principalmente para figuras como Sílvio Heck e Pena Botto.

O movimento de devolução iniciou-se no dia sete de dezembro pelo comandante Júlio de Sá Bierrenbach,²¹² chegando ao expressivo número de 58 oficiais no dia 20. Entre eles, 39 almirantes, da ativa e da reserva, sendo amplamente destacado na imprensa.²¹³ No dia 21, a imprensa divulgou que o ministro Suzano decretara a punição de 10 dias de prisão para os oficiais

²¹⁰ Referência à Batalha Naval do Riachuelo, ocorrida em 11 de junho de 1865, durante a Guerra do Paraguai. Essa data é considerada a mais importante do calendário de comemorações da Marinha de Guerra do Brasil.

²¹¹ BN. *O Globo*, 3 de dez. de 1962, capa. (Grifo meu); *Jornal do Brasil*, 2 de dezembro de 1962, p. 4. Para *O Globo*, Tamandaré era exemplo de disciplina e profissionalismo, Aragão seria o contrário. Entendo esse discurso do jornal mais como um recurso linguístico do que uma intenção real de comparação.

²¹² BN. *O Globo*, 8 dez. 1962, p. 4.

²¹³ BN. *O Globo*, 20 dez. 1962, p. 6.

da ativa que participaram da insubordinação.²¹⁴ Poucos dias depois, após sofrer várias pressões, o ministro recuou e anulou as punições anteriormente anunciadas.²¹⁵

Como se não tivesse nada a ver com a polêmica, Aragão ignorou os protestos e mergulhou de cabeça na campanha para o plebiscito que decidiria se o País deveria continuar ou não no sistema parlamentarista que vigorava desde a crise de 1961. Ainda em dezembro de 1962, Jango lançou oficialmente sua campanha no Estádio do América, no Rio de Janeiro, e a banda marcial do CFN fez uma evolução onde foi formada uma gigantesca palavra NÃO no gramado do estádio. A ousadia de Aragão, que certamente estava por trás da provocação, causou grande rebuliço e ganhou destaque nos jornais.²¹⁶

O plebiscito realizado no dia 6 de janeiro de 1963 deu esmagadora vitória a Jango e seus aliados, causando euforia nas esquerdas. Segundo Aarão Reis (2005, p. 25 e 26), essa “euforia apenas em parte se justificava, pois a vitória devera-se também ao fato de que grandes líderes conservadores, com interesses nas eleições presidenciais de 1965, haviam apoiado o voto que derrubara o parlamentarismo existente”. O ano estava apenas começando...

A posse como comandante-geral (ComGer)

No mesmo início de 1963, sob a liderança de Leonel Brizola, surgiu a Frente de Mobilização Popular (FMP). Ali estavam reunidas as principais organizações de esquerda que lutavam pelas reformas de base, escreveu Jorge Ferreira.²¹⁷ Formavam essa frente a UNE, o Comando-Geral dos Trabalhadores (CGT), a CNTI, o Pacto de Unidade e Ação (PUA), dentre outros. Ferreira engloba também as associações de subalternos das Forças Armadas como

²¹⁴ BN. *O Globo*, 24 dez. 1962, p. 4.

²¹⁵ Bierrenbach, 1996, p. 126-138, citado em Almeida, 2011, p. 50.

²¹⁶ BN. *Jornal do Brasil*, 11 dez. 1962, capa e p. 3.

²¹⁷ Ferreira, 2004, p. 42.

componentes dessa frente. Ainda segundo Ferreira, “logo ao assumir o governo, Goulart se viu frente às demandas históricas das esquerdas e, na verdade, pregadas ao longo dos anos por ele mesmo: as reformas de base”. A ascensão dos movimentos sociais foi tão intensa que “as greves duplicaram de 154 em 1962 para 302 em 1963”.²¹⁸ As reformas não chegaram e as esquerdas passaram da euforia inicial “para a estratégia de pressionar o governo e de mobilizar os trabalhadores na rua”.²¹⁹

Em outubro, nos fervorosos meses que antecederam o golpe civil-militar, Aragão foi promovido a vice-almirante pelo presidente João Goulart. Era o ápice da carreira de qualquer oficial fuzileiro. Já em relação à função, a cereja do bolo viria em dezembro. Naquele mês, seria nomeado comandante-geral do Corpo de Fuzileiros Navais. Um cargo estratégico em um momento crucial para o presidente Jango. A promoção e a posterior nomeação geraram mais uma crise e uma série de protestos de oficiais da Marinha com ampla repercussão na imprensa. Embora tenhamos feito referência a esse protesto no capítulo anterior, vale aqui o registro na íntegra, porque ele expressa questões históricas e aprofunda a análise institucional e a conjuntura política daquele momento:

Ao Sr. Ministro da Marinha

A Marinha de Guerra do Brasil foi surpreendida com a exoneração intempestiva do Comandante Geral do Corpo de Fuzileiros Navais e a nomeação de novo comandante. O Corpo de Fuzileiros Navais é o componente terrestre do Poder Naval: é parte integrante da Marinha Brasileira; tem uma tradição de 155 anos de reais serviços prestados à Nação, quer na paz quer na guerra. Centenas de milhares de brasileiros serviram em suas fileiras e muitos saíram do Corpo de Fuzileiros Navais para o descanso eterno, mortos quando cumpriam o seu dever. Esses heróis legaram aos atuais componentes do Corpo uma tradição de bem servir o Brasil. A conjuntura nacional é grave e os responsáveis pelos destinos da Pátria são unânimes em reconhecer

²¹⁸ Coes, Donald V. *Macroeconomic crises, policies, and growth in Brazil – 1964-90*, p. 12. Apud Gaspari, 2002, p. 48.

²¹⁹ Ferreira, 2003, p. 44 e 45. Apud Almeida, 2011, p. 51 e 52.

a gravidade da hora presente. O Congresso Nacional está convocado extraordinariamente, receoso de que se implante no País a desordem, a anarquia, a ditadura. O presidente da República, em entrevista, assinala a situação quase desesperadora e acena com soluções extraleais, revolucionárias. As Forças Armadas já se apresentam à Nação com alguns problemas e esses problemas preocupam os mais responsáveis, pois a infiltração comunista, o carreirismo, a política partidária, a desconfiança que desejam implantar entre oficiais e praças, minam a estrutura militar, e a Nação perplexa sente que a Segurança Nacional é alvo de interesses de grupos que solapam a estabilidade do regime. Os signatários deste documento não desejam fazer incursão no campo político, uma vez que esse problema deve ser tratado pelos representantes da Nação no Congresso Nacional.

Devemos registrar que a exoneração intempestiva do comandante-geral do Corpo de Fuzileiros Navais, sem nenhuma vinculação aos interesses da Marinha Brasileira, deixa em todos os espíritos vigilantes a dúvida do porquê dessa decisão, neste momento de apreensões pelo destino do Brasil. E o porquê desta decisão continua, quando se pondera que em maio de 1964 o atual comandante seria transferido para a Reserva Remunerada, por imposição da Lei de Inatividade. Repetimos: por que essa sofreguidão em substituir o atual comandante-geral do Corpo de Fuzileiros Navais? Os mais credenciados observadores da situação brasileira afirmam que esquerdistas infiltrados na Alta Administração tramam um golpe de Estado. E marcam data. E se agitam, tentando, inclusive, intervenção em unidade da Federação. É nesta conjuntura que é nomeado para comandar o Corpo de Fuzileiros Navais o almirante Cândido da Costa Aragão. Seu passado, excluído da Marinha Brasileira, por não ter idoneidade moral, seus processos criminais, suas aventuras no campo da política partidária, seus tráficos de influência e, principalmente, suas atitudes como comandante da Guarnição do Quartel Central do Corpo de Fuzileiros, cortejando subalternos, minando a disciplina, corrompendo, fazem do almirante Cândido da Costa Aragão o menos indicado dos componentes da nossa tradicional corporação, o Corpo de Fuzileiros Navais, para comandá-lo.

Ao firmarmos este documento, temos o propósito de registrar a gravidade da decisão do Exmº Sr. Ministro da Marinha, de referendar o decreto dessa nomeação, e pensamos até ter sido V. Exª pressionado para assim proceder, não tendo meditado suficientemente sobre os aspectos de ferir profundamente o que a Marinha Brasileira tem de mais tradicional. Essas são as razões pelas quais não concordamos em aceitar o almirante Cândido Aragão como comandante-geral do Corpo de Fuzileiros Navais, e que essa não concordância sirva de exemplo de que a Nação não está totalmente anestesiada. E, se amanhã, a cortina negra do arbítrio, caracterizada pelo golpe de Estado, descer sobre o Brasil, que não se diga que todos concordaram e, silenciosos, caminharam cabisbaixos para o tenebroso desconhecido. E por esse início de desagregação, responsabilizamos o Sr. ministro da Marinha pelos dias desesperançados do futuro que participamos da construção desse patrimônio moral que é o Corpo de Fuzileiros Navais, integrado na Marinha de Guerra do Brasil.²²⁰



Almirante Aragão (terceiro da direita para a esquerda) acompanha comitiva do presidente João Goulart em visita a instalações da Marinha. Fonte FGV-CPDoc, JG Foto 010

Apesar das resistências e de todo esse protesto, Jango não recuou. O paraibano de 1,66m seria o novo ComGer da tropa de elite da Marinha do Brasil. No dia 6 de dezembro de 1963 alcançou o topo da hierarquia e da administração do Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil. A partir daquele instante o CFN, pela primeira e única vez em sua história, teria no comando um almirante que havia iniciado sua carreira como um simples soldado.

²²⁰ Jornal *A Tribuna*, 10 dez. 1963. Apud Bielinski, 2008, p. 112 e 113.

Naquele momento ele ascendia ao cargo máximo da tropa de elite da Marinha. O sobrenome, Aragão, enganava e camuflava sua origem pobre na *Parayba* do início do século. Não era um Hasselmann, Rademaker, Greenhalgh, Heck... sobrenomes comuns aos almirantes da época. Não tinha a pele clara e os olhos verdes ou azuis. Era apenas tolerado pelo alto escalão da Marinha. Jogador,²²¹ despojado, falastrão. Político, militar, sargento. Era também o almirante Cândido da Costa Aragão.

Estavam presentes na cerimônia os deputados Marco Antônio, Neiva Moreira e Max da Costa Santos. Compareceram ainda o ex-deputado José Joffily e o Sr. Santos Vahlis.²²² Ao tomar posse no cargo de comandante-geral, em cerimônia realizada no pátio central da histórica Fortaleza de São José na Ilha das Cobras, Aragão começou agradecendo a Jango e lembrou seu início na carreira:

Na oportunidade em que sou investido no elevado cargo de comandante-geral do Corpo de Fuzileiros Navais, devo um público reconhecimento ao Excelentíssimo Sr. Dr. João Goulart, presidente da República, e grato também ao Exm^o Sr. ministro da Marinha, almirante de Esquadra Sylvio Borges de Souza Motta.

Meus camaradas Fuzileiros Navais, de todas as graduações, não tenho como demonstrar neste instante a exata dimensão da minha imensa alegria (ilegível) tão feliz evento.

Há trinta e sete anos ingressava eu no então Regimento Naval como modesto voluntário, abraçando a vida das Armas.

Fui feliz – mercê de Deus, e hoje presto aqui, diante da minha corporação e para toda a Nação, um segundo juramento – ressaltado e patético de manter intocada a fidelidade às minhas origens e cuidadosamente zelar pela manutenção de minha vinculação à tropa – ação para mim sagrada e que considero a própria razão de ser da minha vida.²²³

²²¹ Teixeira, 1992.

²²² Unicamp, AEL, BNM 028, folha 1334. *Correio Braziliense*, 7 dez. 1963.

²²³ Unicamp, AEL, BNM 028, Caixa 2, folhas 1247-1248.

Na sequência do discurso, datilografado em pouco mais de uma lauda, o tom político e a referência à sua origem social, destacando as palavras *reforma, povo, fome e miséria*:

Assumo, neste momento grave para a vida da Nação, o compromisso (de honra?) de tudo dar de mim para conduzir o Corpo de Fuzileiros Navais (ilegível) em plena consonância com as grandes aspirações e ansiedades do povo.

Parte integrante da Marinha de Guerra do Brasil, tem o Corpo de Fuzileiros Navais o seu patrimônio de glórias todo ligado aos faustos da Marinha, o que quer dizer à própria vida da nacionalidade.

É necessário que fique declarado que o nosso desejo é continuar (ilegível) e honrando a Marinha Brasileira.

É-me grato neste instante falar das origens – o que significa (?) lançar uma mensagem de reformas – Más, reforma estrutural no cerne da Corporação, porque nenhuma tropa neste país é lididamente povo como o fuzileiro naval, onde todos têm a marca do grande denominador comum (ilegível) a fome, razão pela qual sou lutador contra a fome e a miséria. Ainda (ilegível) é assim – somos todos saídos da legião da necessidade. Chegam aqui marginalizados e com o tipo próprio de frustração, e na luta para sobreviver opera-se o milagre da transformação, função da nossa mística e (ilegível) do nosso acendrado espírito de Corpo. É como se vivesse dentro de cada um de nós o simbolismo da tocha olímpica.

Em um terceiro momento, Aragão volta-se ligeiramente para a temática militar, mas logo em seguida retorna para questões sociais e a palavra *povo* aparece mais uma vez:

Épica e gloriosa é a luta travada no interior dos nossos quartéis, donde sai todo tipo de atleta para a disputa de campeonatos mundiais. (ilegível) treinada para todo tipo de ação nas três dimensões.

Apelo para os meus camaradas – oficiais de todas as patentes para que juntos meditemos mais na nossa principal ferramenta que é o

homem, a quem dispensemos a ele maior dedicação – maior carinho e melhor assistência, para que ele se sujeite a maior manipulação e aceite absoluto (ilegível) e depois havemos de ver no fuzileiro naval do Brasil o padrão perfeito do militar brasileiro – orgulho e reflexo do seu povo segurança (ilegível) da nacionalidade.

Por fim, reforça a fidelidade ao presidente João Goulart, faz uma rápida reivindicação de verbas e, pela terceira vez, cita a palavra *povo*:

Aproveito-me deste ensejo para lançar desde já meu veemente apoio ao Excelentíssimo Sr. presidente da República, à Administração Naval e ao Congresso Nacional, para que nos concedam verbas próprias e adequadas, para que o Corpo de Fuzileiros Navais venha a realizar o seu papel histórico em harmonia com o povo, na vida desta nação e continue a caminhada para a sua destinação de tropa ímpar no concerto das Forças Armadas do Brasil.

A partir daquele momento, a antiga Brigada Real de Marinha, de tradição legalista e de fidelidade aos chefes supremos, estava sob o comando do soldado paraibano. Muito diferente de momentos de outrora, quando era uma simples tropa de guarda e limitada ao Rio de Janeiro, em fins de 1963 e início de 1964, a corporação anfíbia havia crescido e se estruturado, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. Além de já contar com um grande Centro de Instrução situado na Ilha do Governador-RJ, o CFN estava presente com companhias regionais e grupamentos nos estados de Mato Grosso do Sul, Pará, Bahia, Brasília, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul. Desde 1955, a Lei de Fixação de Forças e Efetivos determinava a ampliação do efetivo do CFN para dez mil homens.²²⁴ Também já haviam sido criadas: a Força de Fuzileiros da Esquadra; a Companhia de Engenharia e Batalhões de Infantaria.

A Marinha também já possuía quatro navios para atuação específica dos fuzileiros navais.²²⁵ Sobre o aperfeiçoamento do

²²⁴ Cf. Costa, 2005, p. 23.

²²⁵ Desde meados da década de 1950 a Marinha contava com os navios de transporte de tropas: *Custódio de Mello*, *Barroso Pereira*, *Ary Parreiras* e *Soares Dutra*. Costa, 2005, p. 24.

peçoal, oficiais faziam intercâmbio com militares norte-americanos. Ter Aragão no comando seria uma garantia para Jango de que todo esse aparato bélico não seria usado contra seu governo. Ele deveria ser prestigiado.

Dias depois de sua posse, Aragão foi homenageado com um almoço no Hotel Copacabana Palace, oferecido pelo ministro da Justiça, o também paraibano Abelardo Jurema. Foi uma demonstração de apoio e de que ele não estaria só naquele momento difícil não apenas para o CFN e a Marinha, mas também para Jango.

Segundo o noticiário da época, compareceram ao evento o almirante Suzano, os generais Cunha Melo, Oromar Osório e Assis Brasil; o presidente da SUPRA, João Pinheiro Neto; o deputado Saldanha Coelho, o Sr. Santos Vahlis, entre outras personalidades políticas.²²⁶ Para o dia 14 de dezembro, foi anunciado no jornal *Diário Carioca*²²⁷ que a FPN, a CGT e a UNE fariam um churrasco em homenagem a Aragão. Dessa forma, contava com o apoio e a simpatia de amplos setores das esquerdas.

Ainda assim, os protestos não cessaram. No dia 18 de dezembro, foi a vez do comandante de Primeiro Distrito Naval (RJ), almirante Assis Dias de Carvalho, que teve seu telegrama enviado ao ministro Motta divulgado pelo jornal *O Globo*:

Peço vênha V. Ex^a mostrar inconveniência manutenção almirante Aragão no comando-geral do CFN em vista da homenagem prestada conforme *O Globo* de hoje. Com poucas exceções, trata-se de pessoal e entidades espúrias comprometidas com comunistas, fidelistas e outros esquerdistas, cujo intuito é assenhorar-se no poder, cuja manutenção as Forças Armadas juraram defender com o sacrifício da própria vida. Estarei apoiando V. Ex^a qualquer ação da Marinha do Brasil.²²⁸

Era um claro sinal de que o jogo não estava decidido!

²²⁶ Jornal *Diário Carioca*, 12 dez. 1963.

²²⁷ Jornal *Diário Carioca*, 12 dez. 1963.

²²⁸ BN. *O Globo* 18 dez. 1963, capa.

Capítulo III

Aragão e o golpe de 1964²²⁹

*[...] se chamamos A o gênio individual, a saber, tudo o que um homem é, possui e faz, então este A é formado por a + x, em que a contém tudo o que lhe vem das circunstâncias externas, de seu país, de seu povo, de sua época etc. e em que x representa sua contribuição pessoal, a obra se sua livre vontade.*²³⁰

Johan Gustav Droysen

Como um oficial vindo de soldado, Aragão fugiu à regra e quebrou dogmas ao ouvir e não reprimir marinheiros e soldados que atuavam na Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB). Em vez de manter a distância que a liturgia do alto posto requeria, contribuiu e colaborou para o crescimento da entidade dos subalternos.

[...] colaborava de diversas maneiras para o crescimento da organização subalterna. Cedia viaturas para passeios de grumetes recém-chegados das escolas de aprendizes-marinheiros e permitia que os representantes da Associação trabalhassem livremente no recrutamento de novos sócios, além de servir de intermediário entre o ministro da Marinha e a AMFNB.²³¹

²²⁹ Nas páginas seguintes, em virtude de Aragão ser um personagem muito presente nos acontecimentos aqui analisados e por não achar necessário reescrever o mesmo contexto já abordado por mim em escritos anteriores, utilizei passagens do I Capítulo de minha pesquisa sobre os marinheiros e fuzileiros de 1964. Cf. Almeida, 2012 p. 27-85. Para um maior aprofundamento sobre o movimento dos marinheiros e fuzileiros navais no período 1962-1964 é imprescindível a consulta às seguintes obras: Rodrigues, 2004 [Flávio Luís Rodrigues foi o primeiro historiador a se dedicar ao tema e inaugurou uma nova interpretação sobre o movimento dos marinheiros de 1964]; e os livros de memórias dos ex-marinheiros Capitani, 1997; Viegas, Pedro. *Trajetória Rebelde*. São Paulo: Cortez, 2004; Duarte, 2005; Conserva, Paulo. op. cit. E ainda, Costa, 2008, entre outros.

²³⁰ Citado em Loriga, 2011, p. 14.

²³¹ Aperi] – Fundo Polícia Política, prontuário 1183. Depoimento de José Anselmo dos Santos.

Em entrevista concedida à *Tribuna do Mar*, por ocasião das comemorações do aniversário da entidade do CFN e da AMFNB, em março de 1963, o almirante fuzileiro, ao responder sobre a existência da Associação, declarou que “o que signifique melhoria social do homem devemos ajudar para grandeza da sociedade”.²³² Naquele contexto, Aragão, no posto de contra-almirante, ainda não era o chefe supremo dos fuzileiros. Falava como comandante da guarnição do Quartel Central, situado na Fortaleza de São José, na Baía de Guanabara.

Em janeiro de 1964, quando estourou uma crise entre a Diretoria da AMFNB e o ministro da Marinha, Sylvio Motta – por este não reconhecer oficialmente a existência da associação dos marujos –, Aragão e o general Assis Brasil foram os principais representantes designados pelo presidente João Goulart para intermediar as conversas do ministro da Marinha com os subalternos.²³³ Sobre esse episódio, o *Jornal do Brasil* relatou:

Aragão trata com sargentos de seu clube por oficiais conservadores

O comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, almirante Cândido da Costa Aragão, foi recebido ontem com os gritos de Almirante do Povo por cerca de duas mil pessoas – sargentos da Marinha e ferroviários – para tratar da ameaça de fechamento da entidade por oficiais conservadores e a consequente expulsão de 16 dirigentes atuais. O almirante Aragão afirmou que “a Associação não será fechada”. Além de pedir que o processo fosse arquivado, pediram, em documento, “o reconhecimento da entidade, assim como melhor tratamento a bordo, a oficialização do traje civil, permissão para estudar... (ilegível).

²³² Unicamp, AEL, BNM, Anexos. *A Tribuna do Mar*, n. 5, mar.1963. Apud Almeida, 2012. As citações seguintes também podem ser consultadas no mesmo trabalho.

²³³ BN. *Jornal do Brasil*, 24 jan. 1964, p. 5. O jornal divulgou o nome de cinco marinheiros que estariam presos: os cabos João Barbosa, Antônio Geraldo da Costa, José Alípio, Cosme Ribeiro e o primeira-classe José Duarte. Estariam processados: Marcos Antônio da Silva Lima, Antônio Duarte dos Santos, Adilson Aquilino, Edgar Duarte, José Joaquim Filho, Ordino Zulow, Raul Alves Nascimento, Celso Ramos, João do Carmo, José Inglês, Samuel Cristóvão, Severino Manuel do Nascimento, Ronaldo Gomes de Araújo. O *Diário Carioca* destacou como intermediário o general Assis Brasil. BN – *Diário Carioca*, 24 jan. 1964, p. 3.

O almirante Aragão se retirou prometendo “fazer o que for possível para que a Associação continue a prestar os seus serviços sociais a todos os marinheiros e fuzileiros”.²³⁴

As tentativas não surtiram efeito. No dia 1º de fevereiro, os marinheiros realizaram uma assembleia agitada. Dessa vez a reunião aconteceu na sede do Sindicato dos Rodoviários. No encontro, o nome do almirante foi mencionado e um dos presentes destacou que “tudo o que se podia fazer pela Associação ele o fez”,²³⁵ sem entrar em detalhes. De acordo com depoimento do “cabo” Anselmo – prestado ainda em 1964 –, por ter orientado a não realização daquele ato, o almirante Aragão rompeu relações com a diretoria da AMFNB.²³⁶

No mês seguinte, uma grande onda o arrastaria de volta às capas das manchetes jornalísticas por mais uma vez ter atuado em um episódio que envolveu os marujos e fuzileiros dos escalões inferiores.

Em março de 1964, a Associação comemoraria o segundo aniversário. Ao longo do mês, uma série de atividades foi programada e tudo seria coroado com um grande baile no dia 25, inclusive com o anúncio de que o presidente João Goulart se faria presente. Entre os eventos realizados, a exibição de *O Encouraçado Potemkin*, obra do cineasta Sergei Eisenstein, que aborda a revolta de marinheiros russos no início do século XX provocada pelas péssimas condições de vida a bordo dos navios de guerra. A sessão ocorreu no auditório do Ministério da Educação a convite do próprio ministro, Júlio Sambaqui, causando um tremendo desconforto ao titular da pasta da Marinha, Sylvio Motta.²³⁷

No dia 23 de março, o ministro da Marinha determinou a prisão de 12 diretores da AMFNB, por terem participado de uma reunião no Sindicato dos Bancários, ocorrida no dia 20, na

²³⁴ BN. *Jornal do Brasil*, 28 jan. 1964, p. 5. Equivocadamente o jornal tratou a Associação de cabos, marinheiros e fuzileiros navais como sendo de sargentos.

²³⁵ Unicamp, AEL, BNM, Anexos. Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1 fev.1964.

²³⁶ Aperj – Fundo Polícia Política, prontuário 1183. Depoimento de José Anselmo dos Santos.

²³⁷ Ferreira, 2011, p. 443.

qual Anselmo protestou contra o almirante Motta. Essa reunião foi realizada devido ao cancelamento da visita à Petrobras, feito pelo general Osmino Ferreira Alves, presidente da estatal, alegando problemas de saúde. O que ocorreu foi que o ministro Sylvio Motta soubera antecipadamente da visita e intercedeu junto ao general para que o evento não ocorresse. No dia seguinte, seis marinheiros foram localizados e presos.

Em 24 de março, o *Jornal do Brasil* trouxe uma pequena chamada na capa: “Política expulsa 36”.²³⁸ A notícia trazia a informação de que fora decidida a expulsão de 30 marinheiros e que o almirante Sylvio Motta decretara a prisão de José Anselmo dos Santos e que mandaria recolher à prisão os demais dirigentes da Associação.²³⁹ O jornal *O Globo* trouxe uma pequena nota: “Serão presos hoje os marinheiros que fizeram manifestação subversiva”.²⁴⁰

Na véspera do aniversário da AMFNB, houve uma reunião na casa de Leonel Brizola onde foi discutido o apoio aos marinheiros. De acordo com Moacyr Félix (Moraes, 1989, p. 101 e 102), “o clima era tumultuado, com debates acalorados”.²⁴¹ Entre os presentes, Miguel Arraes, Almino Afonso, Max da Costa Santos, Paulo Schilling e Ênio Silveira. Ao final da reunião, decidiu-se não apoiar o evento comemorativo dos marinheiros, contrariando posição de Brizola e Max da Costa Santos, que eram a favor do ato. Jango fora convidado para o ato, chegou a consultar o ministro Sylvio Motta a respeito do assunto e foi convencido, segundo o ministro, dos inconvenientes da sua presença na referida assembleia ou de qualquer representante seu, sob a alegação de que “a Associação não era reconhecida pela Marinha e sua Diretoria vinha cometendo uma série de faltas disciplinares, tendo como consequência a prisão rigorosa de vários de seus membros [...]”.²⁴²

Depois de muitas conversas com o seu ministro da Justiça, Abelardo Jurema (1964, p. 152), Jango solicitou que o mesmo o

²³⁸ BN. *Jornal do Brasil*, 24 mar. 1964, capa e p. 5.

²³⁹ BN. *Jornal do Brasil*, 24 mar. 1964.

²⁴⁰ BN. *Jornal O Globo*, 24 mar. 1964, p. 6.

²⁴¹ Entrevista de Moacyr Félix a Dênis de Moraes. Cf. Moraes, 1989, p. 101 e 102.

²⁴² Unicamp, AEL, BNM n. 149. Caixa 2, vol. 4, folhas 1370-1374. Depoimento do ministro Sylvio Motta.

representasse no encontro. O ministro, após conversas particulares com Darcy Ribeiro [favorável ao comparecimento], com o almirante Aragão e com o ministro Sylvio Motta, resolveu não participar do evento.

A agenda política nacional, já tão turbulenta, foi rabiscada de vez pelo movimento que estava ocorrendo na Marinha de Guerra do Brasil. Invariavelmente, todos os grandes jornais cariocas deram destaque aos acontecimentos que colocaram em lados opostos o pressionado ministro Motta e os marujos da AMFNB. Mas a “festa” foi realizada, na data e na hora marcada. Jorge Ferreira, analisando a crise na Marinha, destacou

Não era incomum a prática de os subalternos das Forças Armadas criarem suas associações. Os sargentos, primeiro da Aeronáutica, mais tarde do Exército e das Polícias Militares, criaram suas organizações ainda na década de 1950. Também não era nenhuma novidade, nas suas reuniões, convidarem lideranças políticas para participar das atividades. Goulart, quando vice-presidente de Juscelino, por diversas vezes discursou nas solenidades programadas pelos sargentos. Então, quando os praças da Marinha organizaram a manifestação, nada havia de surpreendente. Muito menos clandestino. Tratava-se, tão somente, de uma festa para comemorarem o segundo aniversário de sua organização. (Ferreira, 2011, p. 444)

Os marinheiros se reuniram no dia 25 de março de 1964 no Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara. Embora Jango não tenha comparecido, várias figuras de destaque político nas esquerdas marcaram presença, entre eles o deputado da ala radical Hércules Corrêa, membro histórico do PCB e exercendo mandato pelo PTB, visto que o partidão encontrava-se na ilegalidade; Oswaldo Pacheco, do CGT, afirmou na ocasião que detinha o poder de parar o Brasil; Dante Pelacani, também do CGT, fez uso da palavra; o comandante Paulo de Mello Bastos, outro membro de destaque daquele Comando, também compareceu; e o deputado

Max da Costa Santos,²⁴³ que no início do ano escrevera no jornal brizolista *Panfleteo*, disse: “insistir na conciliação é fugir à luta, é debilitar o ânimo do povo [...], a hora da conciliação já passou”.²⁴⁴ Eram personagens das várias faces das esquerdas naquele contexto. Segundo Paulo Schilling, ao se referir às organizações presentes no sindicato, “naquele momento a unidade das esquerdas tinha sido restabelecida”.²⁴⁵

Apesar de figuras de destaque que compareceram, uma presença não passou despercebida. O mais conhecido líder dos marinheiros de 1910, o “almirante negro” João Cândido, que havia sido descoberto pelos marujos, morando em condições precárias na periferia de São João de Meriti, fato esse que fez com que a Associação lhe fornecesse uma aposentadoria de um salário mínimo por mês.²⁴⁶ A presença de João Cândido no evento era o elo simbólico e real entre as duas gerações de marujos, sem contar ainda o mal-estar que seu nome causava na oficialidade.

Durante a assembleia foi comunicado aos presentes que membros da Diretoria estavam presos, o que acirrou os ânimos os presentes. Discursos foram acontecendo em série e os cerca de dois mil militares presentes, indignados, exaltados e atingidos pelo longo processo de negação de direitos desde o momento em que entraram para Marinha, resolveram, em solidariedade aos colegas presos, que a AMFNB entraria em assembleia permanente até que os diretores estivessem em liberdade e a Associação fosse reconhecida pela Marinha com todas suas reivindicações atendidas.²⁴⁷ O ministro Sylvio Motta imediatamente foi informado sobre a decisão dos marujos e, antes do amanhecer, determinou *Regime de Prontidão Rigorosa* em toda a Marinha e chamou o almirante

²⁴³ Ainda estavam presentes à assembleia: deputado Sargento Garcia, Pereira Nunes, Avelino Gomes, Generais Henrique Oest e Luiz Oliveira Leite, José Carlos Brando, representante do “Grupo dos Onze”, Ivani de Souza, e representante da Polícia Militar. BN – *Correio da Manhã*, 26 mar. 1964, p. 2.

²⁴⁴ Citado em Ferreira, 2011, p. 47 e 48. Apud Schilling, 1979, p. 9.

²⁴⁵ Schilling, 1979, p. 60, vol. 2.

²⁴⁶ Rodrigues, 2004, p. 108.

²⁴⁷ As principais exigências dos marinheiros eram: direito de estudar, melhoria na alimentação a bordo dos navios, direito de sair à paisana das organizações militares, direito de votar e de casar. Ver Almeida, 2012.

Aragão ao seu gabinete, ordenando que fosse ao Sindicato e transmitisse a informação aos marinheiros.²⁴⁸

É comum encontrarmos em interpretações de historiadores e estudiosos do golpe a informação de que a Assembleia foi proibida pelo ministro Sylvio Motta.²⁴⁹ Essa proibição na realidade não ocorreu e não tinha embasamento legal. A AMFNB era pessoa jurídica e tinha vida própria, independentemente da aprovação ou não da Marinha. Os mandados de prisão expedidos no dia 23 de março foram uma reação aos pronunciamentos ocorridos no dia 20, quando do insucesso da visita à Petrobras.

Em seu depoimento prestado em 1964, Motta em nenhum momento afirmou ter proibido a realização do encontro, inclusive, em conversa com o ministro Abelardo Jurema horas antes do evento, apenas ressaltou não ser prudente a presença de nenhum representante de Jango no encontro, pois seria um desprestígio para ele.²⁵⁰ Com o objetivo de enquadrar juridicamente a Assembleia, o ministro da Marinha utilizaria outros recursos, o maior deles, a alegação de que os subalternos não poderiam se pronunciar publicamente sobre questões internas e sobre política.

O Regime de Prontidão foi uma maneira encontrada pelo ministro de “forçar” o regresso dos marujos para as organizações militares. O não cumprimento daquela ordem enquadraria os marinheiros em “crime de insubordinação”.²⁵¹ Ao receberem a ordem pessoalmente do almirante Aragão no amanhecer do dia 26, os marinheiros, reunidos em plenário, reafirmaram que o regresso ficaria condicionado ao reconhecimento da AMFNB e à anulação das punições impostas aos membros da associação.²⁵² O depoimento do capitão de fragata Antonio Leopoldo Amaral

²⁴⁸ Unicamp, AEL, BNM, n° 149. Caixa 2, vol. 4, folhas 1370-1374. Depoimento do ministro Sylvio Motta.

²⁴⁹ Essa interpretação pode ser encontrada nas seguintes obras: D’Araújo; Soares; Castro, 2004, p. 28; Villa, 2004, p. 196. Ferreira, 2005, p. 31.

²⁵⁰ Jurema, 1964, p. 155.

²⁵¹ Jurema, 1964.

²⁵² Unicamp, AEL, BNM 149; caixa 2, vol. 4, folhas 1382-1383. Depoimento do capitão de fragata Antônio Leopoldo Amaral Sabóia. Este oficial acompanhou o almirante Aragão quando de seu comparecimento ao Sindicato dos Metalúrgicos na madrugada do dia 26 mar. 1964.

Saboia é rico em detalhes sobre a tentativa de Aragão em fazer os marujos recuarem:

O almirante Aragão, comandante do CFN, foi chamado à presença do almirante Sylvio Motta, ministro da Marinha, para receber pessoalmente a determinação de se dirigir ao Sindicato dos Metalúrgicos [...] e ali transmitir a ordem do próprio ministro no sentido de que todo o pessoal imediatamente se apresentasse aos navios e estabelecimentos onde estavam servindo, em virtude de ter sido determinado regime de prontidão [...]. Chegando ao Sindicato aproximadamente às 4 horas, encontramos a quase totalidade do pessoal dormindo nas cadeias do Plenário, nos corredores, nas salas e nas escadas de acesso aos pavimentos superiores. O almirante Aragão convocou o Primeira Classe Anselmo e um dirigente da AMFNB não identificado pelo depoente para uma reunião, o que se realizou numa das salas do 3º andar em presença do depoente para transmitir as ordens e instruções recebidas do M.M. [ministro da Marinha]. A sitada (sic) ordem de regresso geral para bordo [...] foi transmitida pelo almirante Aragão ao Primeira Classe Anselmo para ser disseminada a todo o pessoal presente no Sindicato por meio do serviço de alto-falante. Durante a reunião realizada nessa sala como os citados dirigentes da AMFNB, foram feitas diversas tentativas para convencer os citados dirigentes da conveniência, da necessidade, e da obrigatoriedade de ser atendida a determinação ministerial. Declarou o Primeira Classe Anselmo que o pessoal estaria pronto a dissolver a assembleia e regressar para bordo caso a AMFNB fosse reconhecida pelo M.M. e fossem anuladas as punições impostas aos seus membros, solicitando-me que um pedido nesse sentido fosse levado por mim ao M.M.²⁵³

Após consulta ao ministro e da negativa deste em aceitar qualquer exigência, o Comandante dos Fuzileiros Navais recebeu ordens de preparar uma tropa para desalojar os “amotinados”. Aragão se recusou a cumprir a missão e pediu exoneração do cargo. O seu subcomandante, almirante Washington Frazão Braga, o

²⁵³ Unicamp, AEL, BNM 149; caixa 2, vol. 4, folhas 1382-1383.

acompanhou. Após a recusa de Aragão, o ministro Motta decretou sua prisão.

As negociações continuaram. Até a chegada de Jango, os principais interlocutores do governo foram: Darcy Ribeiro, chefe da casa civil, e os ministros Abelardo Jurema (Justiça), Aloísio Botelho (Aeronáutica) e Amauri Silva (Trabalho). Na sede do Sindicato, situado à rua Ana Nery, membros da UNE encenaram, durante a noite, uma peça teatral com o intuito de distrair e apoiar psicologicamente os “amotinados”.²⁵⁴ Na madrugada, Jango chegou e assumiu as negociações, algo inusitado em sua trajetória política. Naquele momento, Aragão, acusado de abandonar o posto, era procurado por oficiais da Marinha que tentavam cumprir a ordem de prisão contra ele.

No Palácio das Laranjeiras, Jango tomou sua decisão: a nomeação do almirante da reserva Paulo Mário da Cunha Rodrigues para o Ministério da Marinha. Determinou, ainda, a “remoção de marinheiros para o quartel do Exército; abertura de inquérito e regresso ao trabalho de todos os oficiais e marinheiros, no início da próxima semana, segunda ou terça-feira”.²⁵⁵

O nome de Paulo Mário, que estava atuando no Tribunal Marítimo, foi escolhido de uma lista onde constavam o ex-ministro Pedro Paulo de Araújo Suzano e o almirante José Luiz de Araújo Goyano.²⁵⁶ Ao relembrar o momento em que foi convocado pelo presidente, o almirante Paulo Mário destacou que a intenção de Jango era punir os marinheiros. Entretanto, o oficial argumentou: “Eu fico embaraçado com as ordens, senhor presidente, porque teria de começar pelos almirantes”. O presidente cedeu: “O senhor tem carta branca para agir”.²⁵⁷

Essa decisão de não punir os marinheiros foi mais impactante, no sentido de causar revolta na oficialidade das Forças Armadas, do que a rebeldia em si expressa nos discursos dos marujos durante a Assembleia. Ao fim das negociações, os rebelados foram conduzidos ao Batalhão de Guardas do Exército. Na saída

²⁵⁴ Unicamp, AEL, BNM 149; caixa 1, vol. 1. Depoimento do marinheiro Paulo da Silva Bastos.

²⁵⁵ Jurema, 1964, p.160.

²⁵⁶ Unicamp, AEL, BNM 149; caixa 2, vol. 4. Depoimento do ministro Sylvio Motta.

²⁵⁷ Entrevista de Paulo Mário da Cunha Rodrigues a Denis de Moraes. Cf. Moraes, 1989, p. 106.

do Sindicato – comemoração, festa, euforia. A sensação de vitória contagiava todos. Os líderes foram chamados na presença do ministro, o qual passou as determinações e as decisões que foram tomadas. As mais importantes diziam respeito ao não regresso de marinheiros para seus navios e quartéis – pois havia o temor de que os marinheiros pudessem sofrer represálias dos oficiais –, e também a volta do almirante Aragão ao cargo de comandante-geral do CFN e do almirante Suzano ao Estado-Maior da Armada. Certamente, essas corajosas atitudes de Paulo Mário aumentaram ainda mais a revolta dos setores das Forças Armadas contrários à permanência de Jango.

No final da tarde daquela Sexta-feira Santa – 27 de março de 1964 –, os marujos foram liberados. A grande maioria retornou para suas residências. No entanto, um grupo resolveu se dirigir à igreja da Candelária com o objetivo de realizar uma oração em nome dos colegas atingidos por tiros naquela manhã no Arsenal de Marinha. Fotógrafos e jornalistas acompanhavam o desfecho daquele acontecimento e registraram o “V” de vitória que os marujos faziam para as lentes fotográficas.

No gabinete do ministro, chegou a informação de que a maruja estava se dirigindo para aquele ministério, localizado próximo à Praça XV, com o objetivo de agradecer-lhe pela soltura. O almirante Paulo Mário destacou Aragão e Suzano para irem ao encontro dos marujos e orientar-lhes a não se dirigirem àquele complexo militar.²⁵⁸ Antes mesmo de qualquer reação, ambos foram levantados pelos marujos e fuzileiros e colocados nos ombros, erguidos como líderes em agradecimento à posição de apoio à Associação durante aqueles dois anos. O gesto também foi um agradecimento ao almirante Aragão pelo fato de ele ter se recusado a cumprir ordens de invadir o Sindicato com suas tropas. Agora, estava ali, nos ombros de soldados e marinheiros rebeldes.

Estampadas na primeira página de grandes jornais, fotos desse episódio, associadas ao “perdão”, foram fortes elementos motivadores para o desenrolar dos acontecimentos.²⁵⁹ As imagens

²⁵⁸ Entrevista de Paulo Mário da Cunha Rodrigues a Denis de Moraes. Ver Moraes, 1989, p. 105.

²⁵⁹ BN. *O Globo*, 28 mar. 1964, capa. *Folha de S. Paulo*, 28 mar. 1964, capa. Última Hora, 28 mar. 1964, capa.

faziam parte de grandes reportagens com títulos controversos, a depender da linha editorial de cada veículo. No jornal *O Globo*: “Postos em liberdade os marinheiros sublevados”.²⁶⁰ Na *Folha de São Paulo*: “Em liberdade provisória os marinheiros rebeldes”.²⁶¹ No *Última Hora*, um tom mais ameno e ênfase ao papel do presidente como responsável por resolver o problema: “Decisão de Jango resolveu a crise”,²⁶² e “Acabou a vigília em emoção e lágrimas”.²⁶³ O *Jornal do Brasil* preparou uma edição extra. A chamada de capa declarava: “Crise termina na Marinha com uma morte, novo ministro e amotinados em liberdade”.²⁶⁴ Fotos de Anselmo sendo carregado nos braços na saída do sindicato e sendo recebido pelo novo ministro ilustram a matéria. Complementando a edição, manchetes como: “Marujos de mãos ao alto ganham a luta” e, “Almirantes denunciam a *comunização* do País”.²⁶⁵

Nas memórias de Antônio Duarte, um dos diretores da AMFNB, esse evento aparece com destaque:

O almirante tentava deter os marinheiros que iam em direção ao Arsenal de Marinha. Como havia feito outras vezes, Aragão tentava demover os marinheiros e fuzileiros de ações que fossem consideradas provocativas pela alta hierarquia naval. No entanto ocorreu algo que não estava em seus planos: os marinheiros e fuzileiros, sabendo a posição de Aragão [...] o carregaram nos braços, momento registrado em fotografias que escandalizou toda a aristocracia naval, interpretada como um sacrilégio e exposta em muitos jornais da época. (Duarte, 2012, p. 169)

Conforme relatei no primeiro capítulo, esse episódio é um dos mais emblemáticos nas memórias dos militares que aderiram ao golpe. Entretanto, por que o ressentimento aparece com tanta força apenas em relação a Aragão. O almirante paraibano é

²⁶⁰ BN. *O Globo*, 28 mar. 1964, capa.

²⁶¹ *Folha de S. Paulo*, 28 mar. 1964, capa.

²⁶² BN. *Jornal Última Hora*, 28 mar. 1964, capa.

²⁶³ BN. *Jornal Última Hora*, 28 mar. 1964. Suplemento UH Revista, capa.

²⁶⁴ BN. *Jornal do Brasil*, 28 mar. 1964. Edição Extra, capa. Essa morte de que trata a matéria teria ocorrido no Arsenal durante dos conflitos do dia 27, mas a informação nunca foi comprovada.

²⁶⁵ BN. *Jornal do Brasil*, 28 mar. 1964. Grifo meu.

citado até em imagens nas quais ele não aparece, como se só ele pudesse estar ali.

Dias depois, no dia 30, na sede do Automóvel Clube do Rio de Janeiro – em um evento comemorativo promovido por praças da polícia militar –, dois dos principais personagens dos dias anteriores reapareceram entre os convidados: o almirante Cândido da Costa Aragão e o marinheiro José Anselmo dos Santos, que, nas palavras de Elio Gaspari (2002, p. 62), foi “o personagem mais aplaudido da noite”. Já o ministro Abelardo Jurema, lembrando sua chegada naquela reunião, confessou que só o almirante Aragão lhe vencera nos aplausos (Jurema, 1964, p. 172).



Aragão no Automóvel Clube, 30 de março de 1964²⁶⁶

A repercussão em alguns jornais foi a pior possível para o governo Jango. Os editoriais do *Jornal do Brasil*²⁶⁷ e do *Correio da Manhã*²⁶⁸ expressam bem o isolamento em que o presidente se encontrava. O Clube Naval – associação da alta oficialidade da Marinha – e o Clube Militar, insuflados e inspirados com o apoio expressivo da imprensa, partiram também para o ataque.²⁶⁹

²⁶⁶ Dines, 1964, Anexos.

²⁶⁷ BN. *Jornal do Brasil*, 30 mar. 1964, editorial.

²⁶⁸ Cf. Martins, Franklin. “Basta e Fora: dois editoriais do Correio da Manhã”. Disponível em: http://www.franklinmartins.com.br/estacao_historia_artigo.php?titulo=basta-e-fora-dois-editoriais-do-correio-da-manha. Acesso em: 20 jan. 2013.

²⁶⁹ Apud Bierrenbach, 1996, p. 159 e 160. Atualizei a ortografia.

No plano internacional, embaixadores enviavam a seus respectivos ministros relatórios diários sobre a situação no Brasil e a imprensa internacional destacava os acontecimentos políticos que ocorriam no país do futebol. O embaixador britânico no Rio de Janeiro, Sir Leslie Fry, enviou no dia 31 de março pelo menos duas mensagens urgentes para o *Foreign Office* em Londres com cópia para os escritórios de Buenos Aires e Washington, nas quais a rebelião dos marinheiros, e conseqüentemente o almirante Aragão, receberam destaque:

Ficou claro, agora, que o ministro do Trabalho e líderes trabalhistas de esquerda participaram do acordo de rendição dos amotinados da Marinha. Enquanto isso, o Comando-Geral dos Trabalhadores ameaçou fazer uma greve geral em apoio ao motim. Depois de se entregar, os amotinados foram levados para um quartel do Exército e liberados pouco tempo depois. Em seguida, caminharam por uma das principais ruas do Rio de Janeiro para comemorar a vitória. Durante a caminhada, o almirante Aragão foi carregado nos ombros dos manifestantes. A essa altura, o almirante Cunha Rodrigues, de idade já avançada, foi indicado para o Ministério da Marinha e, logo em seguida, o almirante Aragão foi renomeado pelo presidente como o comandante dos Fuzileiros Navais [...].²⁷⁰

No mesmo dia, o *Diário de Lisboa* reproduziu as manchetes da imprensa brasileira, destacando o evento ocorrido no Automóvel Clube, ressaltando que o presidente estava acompanhado por todos os membros do governo, “nomeadamente o titular da Marinha, almirante Pedro [Paulo] Mário da Cunha Rodrigues e o comandante de Infantaria de Marinha, almirante Aragão, que a imprensa brasileira alcunha de ‘cubano’”.²⁷¹ Em referência ao texto divulgado pelo Clube Naval, o responsável pela matéria informou aos leitores portugueses que “neste documento, os signatários, incluindo almirantes, ameaçaram demitir-se se

²⁷⁰ Apud Cantarino, 1999, p. 45.

²⁷¹ Portugal, Arquivo Mário Soares – AMS, *Diário de Lisboa*, 31 de mar. de 1964, capa e p. 10.

os ‘amotinados da Páscoa’ não fossem castigados e o almirante Aragão irradiado da Marinha”.²⁷²

Ainda no dia 31, mais um telegrama enviado pela embaixada britânica no Rio de Janeiro. Outra vez, referências diretas ao almirante fuzileiro, sublinhando que os oficiais da Marinha haviam criticado Aragão por permitir a indisciplina.²⁷³ Sobre o encontro da noite do dia 30, a mensagem destacou que “o líder dos revoltosos [Anselmo] e o almirante Aragão também estavam presentes e foram muito aplaudidos”.²⁷⁴ Concluindo sua urgente mensagem, Leslie Fry passou suas impressões sobre o momento político do Brasil: “os rumores são muitos e, sem dúvida, há muita atividade em curso nos bastidores. Na aparência, a situação é calma”.²⁷⁵ A calma era só aparência.

O general Olympio Mourão Filho foi o primeiro a se apresentar e acabar de vez com o jogo. Largou com as tropas de Minas Gerais rompendo marcha rumo ao golpe final de derrubada do governo constitucional do presidente Goulart.

Iniciando pelo domínio das comunicações em Minas Gerais, Mourão Filho, vestido em um pijama vermelho, pegou o telefone e deu início ao que chamou de “Operação Silêncio”. Essa operação consistia em avisar a militares do Exército; da Marinha – almirante Silvio Heck; da Polícia Militar de Minas Gerais; ao governador de Minas Gerais Magalhães Pinto; a Armando Falcão – mensageiro de Carlos Lacerda; e ao governador de São Paulo, Adhemar de Barros, que ele partiria com suas tropas, independente de ordens superiores e adesões.²⁷⁶

Antes de deixar sua residência, leu alguns salmos da Bíblia e, ajoelhado no banheiro, agradeceu a Deus por sua felicidade. Segundo ele, “havia chegado a hora de jogar a carreira e a vida

²⁷² Portugal, Arquivo Mário Soares – AMS, *Diário de Lisboa*, 31 de mar. de 1964. A matéria aparece assinada apenas com as iniciais F.P. Possivelmente pode ter sido elaborada por uma agência internacional, como a France Press.

²⁷³ Cantarino, 1999, p. 46.

²⁷⁴ Cantarino, 1999.

²⁷⁵ Idem.

²⁷⁶ Mourão Filho, 1978, p. 372.

pelo Brasil”!²⁷⁷ Em pronunciamento a alguns militares antes de sair do quartel, declarou:

Acabo de revoltar a 4ª Região e a 4ª Divisão de Infantaria, bem como todo o estado de Minas, durante a madrugada. Não preciso lhes dizer que o governo de Minas está conosco e Magalhães Pinto é o chefe civil da Revolução. Não estou convidando ninguém para honrarias, condecorações ou promoções. Convido para morrer comigo. Quem não quiser ou não tiver coragem, pode passar para o salão ao lado que nada lhes acontecerá.

Ao ouvir as enfáticas palavras, o coronel João Baptista da Costa deu um passo à frente e exclamou, profeticamente: “Se não é para fazer ditadura, morro com o senhor, general!”²⁷⁸ Mourão respondeu que marcharia em nome da Democracia. Era para fazer ditadura, coronel.

A operação principal, ou seja, o deslocamento das tropas, recebeu o nome de *Popeye*. Homenagem a um marinheiro – fumador de cachimbo como ele – personagem de prestigiado desenho animado que se vê em apuros com seu maior inimigo, o *Brutus*. Talvez, pensasse o general, com esse nome na operação, venceria a principal força de apoio ao presidente no Rio de Janeiro, os fuzileiros navais do almirante Aragão. Ao receber apoio de outros generais, particularmente de Amaury Kruel de São Paulo, o xeque-mate foi dado com impressionante facilidade e rapidez. O jogo foi decidido em menos de 24 horas. Na análise de Gaspari (2002, p. 103),

Abatido pela decisão de Kruel, pela adesão do 1º RI e pelo agouro de San Tiago, Jango resolveu voar. Determinou ao seu piloto que preparasse o Avro presidencial, enquanto tentava conseguir um jato da Varig. “Vamos, vou sair daqui. Vou para Brasília. Isto aqui está se transformando numa ratoeira”, disse a Raul Ryff. O presidente decolou às 12h45. Goulart voou de uma ratoeira para

²⁷⁷ Mourão Filho, 1978, p. 374.

²⁷⁸ Mourão Filho, 1978.

uma arapuça. A partida do presidente para Brasília precipitou a dissolução do “dispositivo” no I Exército.

Daniel Aarão Reis, sem meias palavras, enfatizando o poder decisivo que o presidente tinha nas mãos, concluiu:

Jango foi fugindo do cenário aos soluços: Brasília, Porto Alegre, Montevideú, deixando atrás de si um rastro de desorientação e desagregação. Apavorado diante do incêndio que provocara sem querer, horrorizado com a hipótese de uma guerra civil que não desejava, decidiu nada decidir e saiu da história pela fronteira com o Uruguai.²⁷⁹

Já Elio Gaspari, sem deixar de responsabilizar Jango, sublinhou as atitudes – ou a falta delas –, dos generais que cercavam o presidente deposto:

Nas barrancas do rio Uruguai, João Goulart viveu os últimos momentos de seu aniquilamento político num estado de deprimente solidão. É conhecida a orfandade dos fracassos, mas alguns aspectos do comportamento dos generais de Jango acabaram por engrandecer sua pequena figura. Desde o momento em que Moraes Âncora lhe sugeriu que deixasse o Laranjeiras até a hora em que Floriano Machado lhe disse que fugisse do Brasil, os oficiais do “dispositivo” praticamente enxotaram o presidente, do Rio para Brasília, de Brasília para Porto Alegre e de Porto Alegre para o diabo que o carregasse, desde que fosse para longe de suas biografias. Faziam isso em derradeira tentativa de buscar a qualquer preço um acordo que lhes salvasse as dragonas.²⁸⁰

O fato é que chegava ao fim o governo Jango. O fazendeiro formado em Direito, que entrou na política apadrinhado por Getúlio Vargas, de quem foi ministro do Trabalho (1953-1954). Antes de ser ministro, havia sido eleito para a Assembleia

²⁷⁹ Reis, 2005, p. 32.

²⁸⁰ Gaspari, 2002, p. 113 e 114.

Legislativa do Rio Grande do Sul (1947-1950), para deputado federal (1951-1953) e passando pela vice-presidência duas vezes.

A primeira no governo de Juscelino Kubitschek (1955-1960), ocasião na qual teve mais votos de que o próprio presidente nas eleições de 1955.²⁸¹ A segunda, no breve governo de Jânio Quadros (1961). Nem tanto pela derrota, mas principalmente pela forma como se deu, Jango ficou durante muito tempo ao largo dos escritos políticos no País. Quando aparecia em algum registro memorial ou historiográfico, os adjetivos não eram os melhores. Quer entre as esquerdas, quer entre seus inimigos da direita, foi retratado como o presidente medíocre, fraco, demagogo, inepto, burguês, populista, despreparado, ignorante, fraco, inconsequente, incapaz. Essas foram algumas “qualificações” mapeadas por Jorge Ferreira em sua biografia sobre João Goulart.²⁸²

Ao longo do tempo, outros registros, dessa vez favoráveis à imagem de Jango, foram aparecendo. Ora como um líder revolucionário que tinha sido vítima de uma conspiração, ora apresentado com “certa imagem mítica do líder trabalhista, vitimizando as esquerdas”, explicou Ferreira (2011, p. 9 e 10). Na construção da biografia de Jango, Ferreira procurou reconstituir a trajetória política e pessoal do ex-presidente sem procurar e apontar incoerências, nem tampouco com o objetivo de “montar um quebra-cabeças”. Citando Vavy Pachego Borges, declarou: “os atores históricos (nós todos!) não são modelos de coerência, continuidade, racionalidade; as tensões entre o vivido, o imaginado e o desejado são fundamentais” (Ferreira, 2011, p. 18).

Seguiremos com as tensões...

²⁸¹ Naquela época, o cargo de vice-presidente era disputado independente da eleição de presidente da República.

²⁸² Ferreira, 2011, p. 9 e 10.

Dóceis resistentes

Com a derrota de todos que faziam o governo Jango, pouco se fala nas tentativas de impedimento do golpe, mas elas existiram. Em Pernambuco, por exemplo, na cidade de Vitória de Santo Antão, “militantes das Ligas Camponesas ocuparam a prefeitura, a delegacia, os correios e as estações de rádio, telefone, ferroviária”²⁸³ na esperança de que chegassem armas janguistas. Na Bahia, militantes da Ação Popular (AP) “foram para o interior como o objetivo de interditar a rodovia que liga o Rio de Janeiro ao Nordeste”.²⁸⁴

Ainda pouco conhecidas ou exploradas pela historiografia, as tentativas de resistência mais contundentes na Guanabara vieram justamente de Aragão e dos marujos e fuzileiros da AMFNB. O então secretário de Segurança do estado da Guanabara, coronel Gustavo Borges, relatou detalhadamente as ações nas quais os policiais militares se envolveram para garantir o êxito do golpe. Sobre a passagem do dia 31 para o dia primeiro de abril, os fuzileiros navais aparecem como principais oponentes:

Decidimos, então, desencadear o fechamento dos sindicatos comunistas, para, com a prisão dos cabeças, evitarmos ou enfraquecermos as greves por eles planejadas para quaisquer emergências. O DOPS, apoiado por dois choques da Polícia de Vigilância, é bem-sucedido em todas operações, salvo na última: a CNTI, onde se encontravam reunidos os elementos de proa do CGT. [...] A Polícia militar é acionada, porém quando chega lá um oficial precursor, já havia um forte contingente de *fuzileiros navais*.²⁸⁵

Seguindo o relato do coronel, mais ações de fuzileiros pró-Jango:

Não estávamos seguros, porém, de que, até a chegada das tropas mineiras e paulistas, Jango não tentaria ações desvairadas contra o governador Lacerda [...]. Aquela hora não conhecíamos o

²⁸³ Ferreira, 2011, p. 478.

²⁸⁴ Ferreira, 2011.

²⁸⁵ Biblioteca da ABI – Revista *O Cruzeiro*, 6 de jun. 1964, p. 119 e 120.

resultado da missão do Gen. Moniz Aragão e, de qualquer forma, Jango contava com os fuzileiros do outro Aragão, o almirante. [...] Finalmente, chega uma notícia realmente inquietante: o Batalhão Riachuelo, a tropa escol do Corpo de Fuzileiros, deslocou-se rapidamente para o Ministério da Marinha, proveniente de seus Quartéis da Ilha do Governador.²⁸⁶

Outras fontes dão conta de que fuzileiros foram destacados para recolher edições de jornais favoráveis ao golpe, inclusive com o próprio almirante Aragão no comando. No dia 1º de abril, fuzileiros invadiram os jornais *O Globo* e *Tribuna da Imprensa*, que apoiavam o golpe, paralisando as máquinas e retirando os funcionários das redações. Aragão teria ido pessoalmente nessas redações, alegando estar cumprindo ordens do governo.²⁸⁷ Fuzileiros navais também foram responsáveis por tirar do ar a *Rádio Jornal do Brasil* após esta divulgar um manifesto pró-golpe emitido pelo governador de Minas Gerais Magalhães Pinto.²⁸⁸

Fiéis a Jango, os navais de Aragão ainda foram acionados para montar guarda nas emissoras governistas *Rádio Nacional* e *Mayrink Veiga*²⁸⁹ como também na sede dos Correios e Telégrafos, local que pretendiam transformar em um ponto de reuniões de um possível comando de resistência, onde já estavam políticos, sindicalistas e militares.²⁹⁰ A Aeronáutica também solicitou reforço dos fuzileiros, pois o edifício do Comando da Terceira Zona Aérea havia sido metralhado.²⁹¹

A confiança nos fuzileiros e em Aragão era tanta, principalmente entre os políticos ligados a Jango, que Neiva Moreira relembrou o fato de Brizola ter sugerido a Aragão que convidasse o presidente Jango “a instalar-se nos Fuzileiros para, de lá, dirigir mensagem à Nação, decretando a mobilização geral, civil e militar contra o golpe”.²⁹² Ainda sobre as mobilizações de setores da

²⁸⁶ Biblioteca da ABI – Revista *O Cruzeiro*, 6 de jun. 1964.

²⁸⁷ BN, *Jornal Correio da Manhã*, 2 de abr. 1964, p. 02.

²⁸⁸ Biblioteca da ABI – Revista *O Cruzeiro*, 6 de jun. 1964, p. 119 e 120.

²⁸⁹ Dines, 1964, p. 242.

²⁹⁰ Capitani, 1997, p. 62.

²⁹¹ Unicamp, AEL, BNM 028, depoimento do capitão de fragata Mário de Albuquerque Suzano.

²⁹² Louzeiro, 1989, p. 75.

Marinha tentando organizar grupos para resistirem ao golpe, é necessário destacarmos os marujos e fuzileiros da AMFNB. Só muito recentemente a historiografia vem atentando para essa questão. É de Jorge Ferreira a contundente afirmação de que:

A Diretoria da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais reuniu-se rapidamente e aguardou as ordens para resistir. Como já haviam acertado entre si as forças de esquerda, na eventualidade de golpe caberia aos fuzileiros navais neutralizar a Marinha. De fato, os líderes da Associação conseguiram, entre 25 e 31 de março, acuar a oficialidade [...]. O tempo passava e nenhuma ordem de resistência chegava à Associação. Resolveram agir por conta própria: controlaram o armamento nos quartéis, aproximaram-se dos oficiais legalistas e impediram que qualquer navio levantasse âncora.²⁹³

Em sua prestigiada biografia sobre Carlos Marighella, Mário Magalhães afirmou que o líder comunista, sedento por ações decisivas de resistência, chegou a procurar Aragão para empreenderem uma ofensiva contra Lacerda:

Marighella peregrinou, determinado a se apossar de alguma “banda de cá”. Sabia que Lacerda encarnava como ninguém o front civil dos revoltosos, com sua *mise-en-scène* de metralhadora a tiracolo e incitação tonitruante à ilegalidade – ou subversão, à qual os comunistas se habituaram a estar associados. O xilindró para o governador que rasgara a Constituição, mais que infortúnio dos golpistas, denotaria vitalidade do governo. Como os cruzadores demoravam a abater o palácio, caberia aos fuzileiros invadi-lo. É o que Marighella propôs a Cândido Aragão. Em seu quartel na Ilha das Cobras, Aragão disse a Marighella que topava investir contra Carlos Lacerda, mas necessitava da autorização de Jango.²⁹⁴

²⁹³ Ferreira, 2011, p. 479.

²⁹⁴ Magalhães, 2012, p. 308.

Há ainda a intrigante, mas verdadeira, notícia de que o “cabo” Anselmo tentou organizar grupos de resistência ao golpe. Fazendo uso de armas extraídas do Corpo de Fuzileiros Navais, Anselmo planejou com Avelino Capitani, Antônio Duarte e Marcos Antônio ações para neutralizar os golpistas, com ajuda dos estudantes da UNE e de operários marítimos.²⁹⁵ No prédio da União Nacional dos Estudantes, Carlos Vereza lembrou que fuzileiros navais estiveram naquela sede e ofereceram armas aos que lá se encontravam.²⁹⁶

O deputado comunista Hércules Corrêa confirmou anos depois que ajudou Anselmo a levar armas para o Sindicato dos Metalúrgicos.²⁹⁷ Ainda sobre esse episódio do sumiço das armas, Anselmo e Aragão foram processados e alvos de Inquérito Militar durante a ditadura.²⁹⁸

O momento mais tenso girou em torno da notícia de que Aragão iria invadir o Palácio da Guanabara, sede do governo estadual, e onde se encontrava um dos maiores entusiastas do golpe, o governador Carlos Lacerda. Marcados pelo pronunciamento desesperado de Lacerda – que colocou Aragão como protagonista de um momento decisivo da história política do País –, detalhes foram apresentados na revista *O Cruzeiro*, em uma edição comemorativa à vitória do que chamavam de “Revolução”. Mais uma vez, o relato é do coronel Gustavo Borges:

²⁹⁵ Capitani, 1997, p. 62-64.

²⁹⁶ Cf. Moraes, 1989, p. 147.

²⁹⁷ Cf. Bastos, 2006, p. 219. De acordo com Hércules Corrêa, a entrada de bombas, armas e minas se deu durante os dias da Rebelião. No entanto, Anselmo já estava foragido antes de 25 de março e durante os três dias não se retirou do Sindicato. O mais provável é que o material tenha sido levado para lá entre os dias 31 de março e 1º de abril. Ver também, AEL-BNM, 263. No APESP consta documento referente à notícia publicada no jornal *Diário Popular*, de 7 de julho de 1967, que diz respeito a esse processo respondido por Anselmo pelo sumiço das armas. De acordo com a reportagem, foram indiciados o almirante Cândido da Costa Aragão; o tenente Antônio Arinos Marques da Silva; o capitão-tenente Hécio de Aguiar; os sargentos Washington Elias de Almeida e Amaro Gomes da Silva; além de José Anselmo dos Santos e o soldado José Leite da Costa Filho. Ainda segundo a matéria, foram levadas 142 armas do Corpo de Fuzileiros Navais, entre elas pistolas, fuzis, submetralhadores e revólveres. Destas, 126 haviam sido recuperadas no Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara. APESP, Ordem Social, 50-Z-9-4022.

²⁹⁸ APESP, Ordem Social, 50-Z-9-4022.

A uma hora da manhã, começaram a cortar os telefones da linha 25, que serve ao Guanabara, mas continuaram a cortar três da linha 45, que passaram a ser utilizados pelo governador. Às 2h45, corre em Palácio a notícia de que *os fuzileiros navais iriam atacar*. A expectativa prossegue até às 5 horas, quando entram mais 30 generais do Exército. Às 6h30, nova notícia promoveu atitude semelhante, logo relaxada por saber-se que se tratava de um rebate falso.²⁹⁹

De concreto, houve a ordem de Aragão para o deslocamento de uma tropa de fuzileiros navais visando guarnecer o Palácio das Laranjeiras. O objetivo da movimentação era proteger o presidente João Goulart de um possível cerco da polícia comandada por Lacerda.³⁰⁰ O depoimento é do ajudante de ordens de Aragão, capitão Gracio de Aguiar, que acompanhou o almirante nos momentos mais tensos do dia 31 de março.

[...] cerca de quatro horas o almirante Aragão desceu transmitindo ao almirante Washington [Frazão Braga] que chegara naquele momento a ordem de mandar embarcar a tropa que se achava no pátio do Ministério, nas viaturas que lá se encontravam e que essa tropa se dirigisse ao Palácio das Laranjeiras, pois havia notícias que aquele Palácio estava cercado por tropas da Polícia Militar do estado da Guanabara e que esse bloqueio deveria ser rompido. O almirante Aragão acompanhou a tropa em seu carro, acompanhado pelo indiciado. [...] Em virtude do Palácio das Laranjeiras estar desguarnecido, o almirante Aragão determinou que a tropa de fuzileiros lá permanecesse, regressando em seguida para o Ministério, sempre acompanhado do indiciado.³⁰¹

Sobre esse episódio, que ainda gera muita controvérsia, Jorge Ferreira escreveu:

²⁹⁹ Biblioteca da ABI – Revista *O Cruzeiro*, 10 abr. 1964, p. 30-32.

³⁰⁰ Unicamp, AEL, BNM 028, depoimento do capitão-tenente Gracio de Aguiar, folhas 759-764.

³⁰¹ Unicamp, AEL, BNM 028, depoimento do capitão-tenente Gracio de Aguiar, folhas 759-764.

O almirante Aragão esperava ordens de Goulart para prender Lacerda. Ele estava disposto a invadir o Palácio da Guanabara, travar batalha com as polícias militares e civis do estado e deter o governador. Para as forças legalistas, a prisão de Lacerda poderia impedir o golpe, ou pelo menos sustar o movimento de adesão que avançava em muitos comandos. A ordem não veio. (Ferreira, 2011, p. 490)

Ainda na esperança de encontrar uma solução política, Jango convocou os membros do CGT e esperou por uma decisão do general Amaury Krueel, comandante do II Exército com sede em São Paulo. Nas memórias de Hércules Corrêa (1994, p. 92-93), o seguinte relato daquele momento que seria crucial para a história do País:

Tínhamos decretado greve geral, em apoio a Jango. Todo o estado da Guanabara estava parado desde as 18 horas. Ficamos ali, Jango, eu, o Oswaldo Pacheco e o Melo Bastos discutindo como iríamos consolidar a greve nos estados, durante a madrugada. Às 11 horas, o general Krueel telefonou. Como condição que os militares detivessem o golpe em marcha, e para restabelecer a confiança deles no governo, Krueel exigia que Jango determinasse, de imediato, nossa prisão, e a de todos os sindicalistas que dirigiam a greve, além de dissolver a CGT.

– Como é que vou prender a representação daqueles com quem faço política?, contestou Goulart.

Foi a última vez que conversei com Jango.

Nas memórias de almirante Aragão, o momento do deslocamento da tropa e do desafio de Lacerda foi lembrado em duas entrevistas distintas. Em ambos os momentos as versões foram as mesmas. Em 1981, ao responder aos jornalistas do *Coojornal* – publicação gaúcha de oposição à ditadura –, Aragão relatou que não prendeu Lacerda porque não tinha ordens, embora fosse a favor da invasão do Palácio Guanabara. O “Comando dos

Fuzileiros Navais era um instrumento de força militar a serviço do presidente Goulart”, lembrou.³⁰²

Em suas respostas às questões levantadas sobre a não resistência, enfatizou sua posição legalista e de obediência às lideranças políticas, o que, na prática, era uma forma de eximir-se da responsabilidade: “Fui o senhor absoluto do Rio durante quase dois dias. Esperei pelas lideranças políticas, mas ninguém apareceu. Por isso não resisti”³⁰³

Dois anos antes, em 1979, ainda no exílio, o problema com Lacerda já havia sido mencionado. Chamou-nos atenção sua referência à morte de Getúlio Vargas, algo que não aparece em outras fontes ou entrevistas.

Eu tinha um compromisso moral comigo mesmo, era uma coisa minha, de vingar a morte do Getúlio. Eu achava que devia depor o Lacerda. Compromisso que eu não cumpri porque o ministro da Marinha não (sic). Mas eu tinha condições de derubá-lo, de prender Lacerda. Eu tinha condições de fazer muita coisa que não fiz. Muita coisa que não convém relatar. Esta briga com Lacerda era uma briga antiga que foi evoluindo até o golpe. Você entende? Pelas nossas posições. Não era propriamente uma briga. Era caracterização de posições. O Lacerda como a alma danada do golpe e eu como o tipo eminentemente ajustado a um comportamento legalista.³⁰⁴

As palavras de Aragão ao declarar que tinha uma posição legalista e um compromisso moral de vingar a morte do presidente Getúlio Vargas revelam, mais uma vez – a exemplo do seu discurso de posse no comando dos Fuzileiros Navais –, características de sua *cultura política*, forjada ao longo de sua trajetória de vida.

Assim como no episódio no qual foi carregado nos ombros, Aragão também não estava sozinho. Mais uma vez aparece aqui a figura do almirante Suzano em situações de apoio e fidelidade ao governo Jango. Com a posse de Paulo Mário após a Rebelião dos

³⁰² *Coojornal*, fevereiro de 1981. Apud Moraes, 1989, p. 163 e 164.

³⁰³ *Coojornal*, fevereiro de 1981. Apud Moraes, 1989.

³⁰⁴ Entrevista de Cândido Aragão a Hélio Goldstejn. In: *Revista Versus*, n. 31, abr. 1979, p. 8.

Marinheiros, Suzano assumiu o cargo de chefe do Estado Maior da Armada (CEMA). Nessa função, acompanhou os últimos dias do governo. Sobre os angustiantes dias que vão de 27 de março a 1º de abril, seu filho, Marcos Suzano, revelou que recebeu ordens do pai para que “providenciasse o abastecimento de combustível e suprimentos em geral para três CTs (navios contratorpedeiros) da classe “Pará” e um NTrT (Navio transporte de tropas) classe “Ary Parreiras”, que deveriam ficar prontos a suspender.³⁰⁵

Após isso, acompanhou seu pai junto aos almirantes Paulo Mário e Aragão até o ministério da Guerra com o objetivo de receberem orientações para agir. Como o general Jair Dantas Ribeiro estava hospitalizado, procuraram o comandante do primeiro Exército, general Âncora, mas nenhuma ordem efetiva foi dada. Em seu depoimento no chamado “Inquérito dos almirantes”, informou ainda que seu pai recebeu ligação de Jango pedindo proteção ao palácio presidencial, pois havia solicitado reforço do Exército e não obtivera êxito.³⁰⁶ Chama-nos atenção o fato de o oficial Marcos Suzano ter prestado as informações na condição de preso no navio *Princesa Leopoldina*, o que poderia o ter levado a omiti-las.

Sabemos que uma frota de navios de guerra dos Estados Unidos estava pronta para agir caso houvesse uma resistência mais firme ao golpe. De acordo com Elio Gaspari, na manhã de 1º de abril, Jango recebeu o aviso de San Tiago Dantas de que “o governo norte-americano apoiava a insurreição, e a embaixada nela se envolvera”.³⁰⁷ Essa informação pode ter influenciado na decisão do presidente em não reagir. Toda a logística e provável intervenção militar dos norte-americanos seria um fator de desequilíbrio em favor dos opositores a Jango. A *Operação Brother Sam*³⁰⁸ foi resumida ao deslocamento de armamentos, munições, combustíveis, aeronaves e navios de guerra para a costa brasileira. Evidentemente, não precisou entrar em ação.

³⁰⁵ Na Marinha há a tradição de nomear “classes” os primeiros navios comprados dentre outros iguais. Nesse sentido, o Classe “Pará” designava outros navios com as mesmas características (pessoal, armamento, deslocamento etc.).

³⁰⁶ Unicamp, AEL, BNM 028, depoimento do capitão de fragata Mário de Albuquerque Suzano.

³⁰⁷ Gaspari, 2002, p. 102.

³⁰⁸ Ver Fico, 2008. Ver também Gaspari, 2002, p. 99-102.

As tropas do general Mourão, o *Popeye*, já contando com a adesão de outros generais, dominaram o Rio de Janeiro e foram saudadas com entusiasmo por parte da população carioca.

A posse de Castelo Branco

Ao analisar os momentos iniciais da instalação do novo governo, Samantha Quadrat (2006, p. 129 e 130) afirmou que “nos primeiros dias após o golpe, uma série de negociações e alianças teve início. Afinal, a conspiração golpista havia reunido setores da sociedade civil – políticos e empresários – e das Forças Armadas com o intuito de derrubar o presidente João Goulart”. A autora ressaltou que “não estava claro o que seria feito após a queda de Jango. Quem assumiria a Presidência? Por quanto tempo os militares ficariam presentes no cenário político? Quando seriam as próximas eleições?”.

Essas indagações são por demais interessantes no sentido de procurarmos compreender politicamente e institucionalmente como os militares no poder iriam tratar os seus desafetos, agora depostos de seus cargos e sem a proteção constitucional da obediência ao chefe supremo das Forças Armadas. Sem saber ao certo para onde seguir, os vitoriosos em 1964 ainda procuravam um rumo para o País. Começaram pelos *ressentimentos* e pela busca incessante aos desafetos.

A poucos dias da posse de Castelo Branco na Presidência da República, Costa e Silva e o grupo que o cercava conseguiram que o Comando Supremo da Revolução expedisse o Ato do Comando Supremo nº 8 e a Portaria nº 1. Os dois novos dispositivos legais serviriam aos propósitos mais radicais de Costa e Silva e seu grupo, desejosos do fechamento do Congresso Nacional e de uma verdadeira “caça às bruxas” no País. O Ato nº 8 mudava o panorama do que havia feito até então, visto que as ações anteriores do Comando foram voltadas para a cassação de direitos políticos e a transferência à reserva de diversos oficiais

das Forças Armadas contrários ao golpe ou de alguma maneira associados à figura de Jango.

As primeiras medidas do Comando Supremo da Revolução não se traduziram em projetos de governo. Faltava ao novo governo uma identidade e uma proposta de ação que fosse além da ideia de “salvar” o Brasil do “comunismo”, da “subversão” e da “corrupção” e da “defesa da democracia” e dos “valores ocidentais e cristãos”. Coube a Castelo Branco, primeiro presidente-general, buscar saídas para esse labirinto. (Quadrat, 2006, p. 131)

Ao consultarmos algumas fontes jornalísticas que relataram os momentos do golpe e a posse de Castelo Branco, salta aos olhos o apoio explícito ao novo governo de ao menos duas das principais revistas semanais da época. As revistas *Manchete* e *O Cruzeiro* formam apenas uma das facetas do apoio civil do golpe. Os casos mais conhecidos na imprensa dizem respeito às Organizações Globo e aos grupos paulistas *Estadão* e *Folha de S. Paulo*.³⁰⁹

Em uma “edição histórica”,³¹⁰ e em grandes reportagens semanais, a revista *Manchete* ressaltou as festas em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Recife.³¹¹ As imagens impressionam. Entre papéis picados, tanques e bandas militares, milhares de pessoas foram às ruas para comemorar a queda de Jango.³¹² Eram os setores expressivos da classe média descontentes com o governo deposto.

Não podemos desconsiderar a força do discurso anticomunista entre esses segmentos da sociedade. Não à toa, uma das reportagens sentenciou “Deus, família e liberdade”. Em outra, “Nem o tempo chuvoso impediu que os cariocas dessem o testemunho público de seu amor às liberdades públicas e de seu

³⁰⁹ Ao analisarmos essas fontes, é necessário observarmos alguns aspectos pertinentes à teoria e à metodologia da história da imprensa: a quem pertence a publicação? Qual o perfil de seus jornalistas? E a qual público se destina? Nesse sentido, essas revistas falavam de um determinado lugar da sociedade, por meio de estratégias, suportes, distribuições específicas e, principalmente, para um público-alvo específico.

³¹⁰ Revista *Manchete*, Ano 11, abr. de 1964, edição histórica. A revista *Manchete* pertencia ao empresário de origem ucraniana Adolph Bloch (1908-1995) e circulou entre 1952 e 2000. Em 1983, o empresário levou ao ar a TV *Manchete*, que deixou de existir no ano de 1999.

³¹¹ Quadrat, 2006. Para Recife, ver *Revista Manchete*, 25 de abr. de 1964, p. 36.

³¹² Para um maior aprofundamento das comemorações, ver Presot, 2010, p. 71-96.

espírito sinceramente cristão”.³¹³ Na edição que cobriu a investidura de Castelo no cargo, a mesma publicação trouxe na capa: “Brasília espetacular – a posse do novo presidente”. Nos textos e nas imagens da reportagem, o efusivo registro da grande presença de paisanos à cerimônia:

Eleito pelo Congresso Nacional, por meio de votação nominal, o novo presidente tomou posse em sessão conjunta das duas câmaras que integram o Poder Legislativo Federal. Estavam presentes todo o Ministério, numerosos governadores estaduais e todas as missões diplomáticas acreditadas junto ao nosso governo. Ao ouvir do senador Auro de Moura Andrade a declaração de que estava empossado na Presidência, o marechal Castelo Branco foi entusiasticamente aplaudido pelo plenário e pelas galerias. Levantou-se, então, para agradecer os aplausos, com ligeiros acenos de cabeça. [...] Naquele momento, entre tantas e tão expressivas manifestações, reacendiam-se as esperanças dos brasileiros, desejosos de ver a nação entrar numa fase de trabalho, ordem e tranquilidade, sem agitações ou divisões.³¹⁴

O seu vice-presidente era José Maria Alkmin, ex-ministro da Fazenda. Imagens que mostravam grande entusiasmo do governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, fazendo o “V” de vitória. Fotografias do governador de São Paulo, Ademar de Barros, e do governador Nei Braga, do Paraná, ilustram a matéria.³¹⁵ Estiveram presentes ainda os governadores Virgílio Távora (Ceará), Lomanto Júnior (Bahia), Mauro Borges (Goiás), Ildo Meneghetti (Rio Grande do Sul), Aluísio Alves (Rio Grande do Norte), Plínio Coelho (Amazonas) e Badger Silveira, representando o Rio de Janeiro. Carlos Lacerda não teria comparecido devido ao estado de saúde de sua esposa, Letícia Lacerda.³¹⁶

Não faltaram os apertos de mão do embaixador norte-americano Lincoln Gordon, do embaixador da então União Soviética,

³¹³ Revista *Manchete*, abril de 1964, edição histórica, p. 3 e 10, respectivamente.

³¹⁴ Revista *Manchete*, abril de 1964, edição histórica, p. 9.

³¹⁵ Revista *Manchete*, abril de 1964, edição histórica, p. 11.

³¹⁶ Revista *Manchete*, abril de 1964, edição histórica, p. 17.

Andrei Fomin; do monsenhor Armando Lombardi, representando o Vaticano, e do arcebispo de Brasília, dom José Newton.

No Ministério de Castelo, um expressivo pelotão de “notórios” civis: Raimundo de Brito, Saúde; Daniel Faraco, Indústria e Comércio; Otávio Gouveia de Bulhões, Fazenda; Milton Campos, Justiça e Interior; Arnaldo Sussekind, Trabalho e Previdência Social; Flávio Suplicy de Lacerda, Educação; Marcondes Ferraz, Minas e Energia; Oscar Thompson Filho, Agricultura; e Vasco Leitão da Cunha, Relações Exteriores. No time dos militares, Juarez Távora, Viação e Obras; Artur da Costa e Silva, na pasta da Guerra; Teixeira de Melo, na Aeronáutica, e Augusto Rademaker, na Marinha.³¹⁷

Outra revista semanal muito folheada na época pela classe média e por setores das elites nacionais, também teve sua “edição histórica”. Em *O Cruzeiro*,³¹⁸ o civil mais badalado foi Magalhães Pinto. No dia 10 de abril, ou seja, antes da posse de Castelo Branco, um sorridente senhor calvo e com óculos de armações escuras apareceu na capa da revista sendo beijado na bochecha por uma senhora não menos entusiasmada. Era sua nora, Terezinha de Magalhães Pinto. Com essa imagem, além da homenagem àquele que foi proclamado de “líder civil”, os editores tentavam passar para a sociedade o clima de alegria, respeito e o ambiente familiar que deveria prevalecer no País a partir de então. Para eles, definitivamente “o País entrava num período de ordem”.³¹⁹

Na mesma edição, a revista explicou do seu modo “por que Jango caiu” e destacou as festas e os protagonistas civis e militares. Num panorama do que ocorrera nos principais estados, o tom de euforia aparece nos títulos das matérias: “Magalhães, o herói da revolução”; “São Paulo em guerra pela liberdade”; “A batalha na

³¹⁷ Revista *Manchete*, abril de 1964, edição histórica.

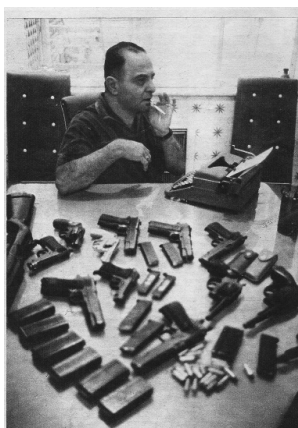
³¹⁸ A revista *O Cruzeiro* circulou entre 1928 e 1975. Fazia parte do grupo Diários Associados, cujo proprietário era Assis Chateaubriand. Fazia a cobertura da vida de personalidades famosas do cinema, esportes etc. De acordo com Edna Maria Fernandes do Nascimento, foi considerada como a principal revista ilustrada do século XX por ter sido responsável pela reformulação técnica e estética no meio jornalístico. Ver Nascimento, 2009, p. 619.

³¹⁹ Revista *O Cruzeiro*, 10 de abril de 1964, p. 3.

Guanabara”; “ O carnaval da vitória”; “Um milhão marcha com Deus na vitória”.

Em um editorial ilustrado com uma impressionante fotografia, o jornalista David Nasser expõe em sua mesa de trabalho pelo menos uma dezena de armas e carregadores municiados. No texto “Saber ganhar” saúda os vencedores e demonstra preocupação com o que viria depois: “a virtude da democracia está em saber ganhar. Em seu nome, em nome da Democracia, não se pode permitir que a injustiça se pratique em nome da Justiça”; completando sua visão legalista, rogo para que não fossem “anulados, sem processo legal, os mandatos populares” e a Constituição respeitada. Mas também atacou, sem rodeios, o presidente deposto:

Caiu porque em seu espírito engarrafado pela mediocridade mais positiva deste país, nunca deixou de existir o estancieiro que contava os aliados como quem conta o gado no curral. Caiu porque acreditou que aqueles que lhe faziam planos de continuidade, acenando com o poder sindical, com o dispositivo militar, acreditavam no que diziam. E lutariam por tudo aquilo que o senhor João Goulart acreditava. Mas o senhor João Goulart não acreditava realmente em nada. A não ser na sua boa estrela, que era a estrela vermelha.³²⁰



Fotografia do jornalista David Nasser, entusiasta do golpe, publicada na revista O Cruzeiro, 10 de abril de 1964, p. 5

³²⁰ Nasser, David. “Saber ganhar”. Revista *O Cruzeiro*, 10 de abril de 1964, p. 5.

Retomando a matéria da revista *Manchete* no dia da posse de Castelo, visualizamos como parcelas significativas da sociedade receberam o novo presidente: “o entusiasmo popular era de tal ordem que superou as expectativas gerais, mesmo as mais otimistas. Parecia, na verdade, que o Brasil se reencontrara”,³²¹ dizia o texto. Se não foi bem isso que ocorreu, foi assim que os editores viram, ou desejaram que fosse. Os paisanos saudaram os fardados. Ou melhor, os fardados no poder, porque para os que apoiaram Jango a história foi outra.

Nos tumultuados e turbulentos dias que vão de 1º a 14 de abril – data em que o general Castelo Branco tomou posse, Aragão não foi esquecido. Assim como toda cúpula militar e política que participara do governo Jango, o militar paraibano seria muito bem lembrado. Além dele, responderam inquéritos todos os oficiais, marinheiros e fuzileiros que de alguma forma se posicionaram a favor de João Goulart. Entre eles, os almirantes Sylvio Motta, Pedro Paulo de Araújo Suzano, Washington Frazão Braga e José Luiz de Araújo Goyano. Aparecem na lista os oficiais superiores Paulo Silveira Werneck, René Margarino Torres, Ary da Frota Roque, Juan Lopez Alonso Junior e Bernardino Coelho Pontes. Completam o grupo dos “subversivos” os oficiais subalternos Justino Lopes da Silva, Paulo Henrique Medeiros Ferro Costa e Antônio Arinos Marques da Silva.³²²

A abertura de IPMs não foi exclusividade da Marinha. De acordo com Quadrat (2006, p. 134), esses inquéritos foram “uma das primeiras formas de repressão no Brasil”. Pois, segundo a autora, “ao ter seu nome publicado nos jornais relacionado à subversão, a pessoa enfrentava constrangimentos com amigos, familiares e via sua vida profissional obstruída por essas acusações, podendo ser presa e até mesmo torturada”. Foi o caso de alguns cisnes rebeldes.

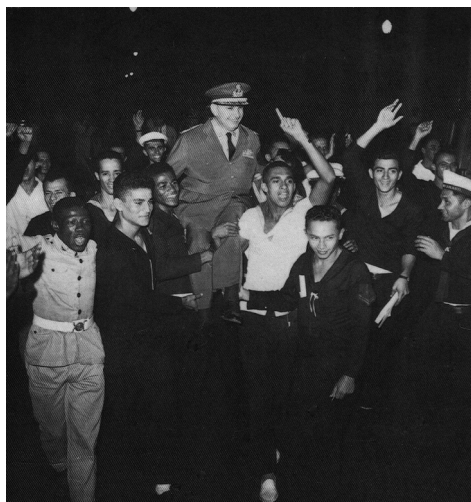
Entre os processados da armada, encontramos dois ex-ministros do governo Jango, Suzano e Sylvio Motta. Este substituiu Suzano no cargo, em junho de 1963, ficando até a explosão da

³²¹ Revista *Manchete*, abril de 1964, edição histórica, p. 17.

³²² Unicamp, AEL, BNM 028. Ação originária n. 29, edital de citação de réu do ministro instrutor Orlando Moutinho Ribeiro da Costa.

Rebelião dos Marinheiros. Motta é sempre citado como um militar que evitava envolver-se em temas políticos, procurando deixar a Marinha fora do turbulento maremoto que se anunciava. No entanto, não foi sensível às causas dos marinheiros e foi acusado, até mesmo por oficiais que o apoiavam, de ser omissivo e de não ter pulso para comandar a Marinha. Sua forma de agir conseguiu desagradar grupos distintos dentro da instituição. Até mesmo nas memórias recentes, seu nome passa quase despercebido. Já com Suzano, a história foi outra. Que o diga Aragão. Ambos carregados nos ombros de marinheiros. Ambos tentando resistir ao golpe. Ambos processados pela recém-instalada “revolução”.

Suzano, o bom companheiro?



Equivocadamente, a imagem do almirante Pedro Paulo de Araújo Suzano, que também foi carregado pelos marujos rebeldes, foi registrada como sendo de Aragão no livro de Percival de Souza sobre o “cabo” Anselmo³²³

³²³ Souza, 1999.

Pedro Paulo de Araújo Suzano era carioca, nascido em 1903, no então Distrito Federal. Chegou a almirante de esquadra, o posto máximo da carreira em tempos de paz. Diferente de Aragão, não era fuzileiro, e sim do Corpo da Armada, principal subdivisão da Marinha de Guerra de onde saem os comandantes de navios e a grande parte dos que chegam ao topo da pirâmide hierárquica da instituição.³²⁴ Os oficiais da Armada são, sem dúvida, os mais prestigiados tanto na tradição quanto na organização administrativa naval.

Em inquérito aberto pela Marinha após o golpe, consta de poimento de seu filho, o capitão de fragata Márcio de Albuquerque Suzano, conforme já citado.³²⁵ Ao analisar essa fonte, ficamos sabendo que, apesar de contar com a simpatia dos marujos, o almirante Suzano, durante os onze meses nos quais foi ministro – de julho de 1962 a junho de 1963 –, não reconheceu a existência da AMFNB. Entendia ele que não era da alçada do ministro, mas da Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha (DGPM).³²⁶

Suzano tinha longa trajetória na Marinha e, para não fugir à regra da politização dos militares na história republicana do Brasil, seu nome não passou despercebido nos vários momentos de convulsão política pelos quais o País atravessou, principalmente a partir da década de 1920 até 1964. Em alguns momentos como um jovem guarda-marinha que cumpria ordens, e em outros atuando como comandante, essa nota biográfica exemplifica quão agitada foi sua trajetória militar:

Ingressou na Escola Naval em 1918, saindo guarda-marinha em 1922, quando participou do bombardeio ao Forte de Copacabana, onde se concentravam os tenentes rebelados. Em 1924, durante a revolta liderada pelo general Isidoro Dias Lopes e pelo major Miguel Costa em São Paulo, contra o governo de

³²⁴ Na Marinha de Guerra do Brasil ainda existem os seguintes corpos de oficiais: Corpo de Intendentes; Corpo de Fuzileiros Navais; Corpo de Saúde; e Corpo de Engenheiros Navais. Entre os chamados Praças – graduações de marinheiro/soldado até suboficial – existem o Corpo de Praças da Armada, o Corpo de Praças Fuzileiros Navais e o Corpo Auxiliar de Praças.

³²⁵ Unicamp, AEL, BNM 028, depoimento do capitão de fragata Mário de Albuquerque Suzano.

³²⁶ Unicamp, AEL, BNM 028, depoimento do capitão de fragata Mário de Albuquerque Suzano.

Artur Bernardes, comandou uma seção de artilharia das tropas legalistas na retomada da capital do estado. Em 1927, tomou parte em vários combates à Coluna Prestes, contingente revolucionário que lutava contra o governo federal. Em 1932, lutou ao lado dos rebeldes em São Paulo, contra o governo provisório instaurado por Getúlio Vargas, após a Revolução de 1930, sendo por isso preso. Voltou às atividades em 1932, beneficiado pela anistia concedida por Vargas. Em 1942, chefiou o Departamento Escolar e o Corpo de Alunos da Escola Naval do Rio de Janeiro, deixando este cargo para assumir o comando da corveta *Carioca*, a qual realizou o patrulhamento do Atlântico Sul, durante a Segunda Guerra Mundial.³²⁷

Cláudio Vasconcelos (2010, p. 212) destacou Suzano como um dos líderes da Marinha no movimento de novembro de 1955. Seu nome aparece como integrante da corrente nacionalista que disputou o controle do Clube Militar em duas eleições seguidas, 1956 e 1960. No movimento conhecido como “Rede de Legalidade”, que assegurou a posse de João Goulart em 1961, o almirante ficou ao lado de Aragão e do grupo legalista, razão pela qual chegou a ser preso.

Embora gozasse de prestígio entre setores da Marinha, Suzano também tinha seus inimigos internos. Um deles, o almirante Hélio de Almeida Azambuja, depôs contra ele e não poupou palavras acusando-o de ser omissos quanto à indisciplina.³²⁸ Sylvio Motta, ministro da Marinha substituído durante a Rebelião dos Marinheiros, também depondo como testemunha, relatou que através do Cenimar teve conhecimento de reuniões na casa do almirante Suzano, nas quais compareceram sargentos, fuzileiros navais e marinheiros, reivindicando a volta de Suzano ao cargo de ministro da Marinha.³²⁹

³²⁷ Suzano, Pedro Paulo de Araújo. Nota biográfica disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/pedro_paulo_de_araujo_suzano. Acesso em: 3 set. 2013.

³²⁸ Unicamp, AEL, BNM 028. Resumos de depoimentos que constam na denúncia do procurador Eraldo Gueiros Leite.

³²⁹ Unicamp, AEL, BNM 028. Resumos de depoimentos que constam na denúncia do procurador Eraldo Gueiros Leite.

Os simples relatos tinham efeito de verdade, e, no texto da denúncia, argumentos carregados de abstração e sem objetividade davam a prova do caráter político que cercava o inquérito. Suzano foi acusado, dentre outras coisas, de chamar o marinheiro Anselmo de “pai dos marinheiros” e de ter ordenado a Aragão que providenciasse uma guarda pessoal de fuzileiros navais para dar proteção a Brizola. Numa lição brilhante de retórica forense, o procurador Eraldo Gueiros Leite denunciou que Suzano pretendia retornar à pasta da Marinha, por intermédio da ajuda de praças, acolhendo-os em sua própria residência, em promoção aparentemente pessoal, mas, na verdade, “em prol da desorganização e dissolução dos tradicionais princípios de disciplina e hierarquia”,³³⁰ concluindo que:

A prova do seu incitamento à indisciplina, à desobediência, ao desrespeito à ordem constituída, emerge destes autos com força gritante, convencendo a quantos dela venham de conhecer. Aliás, grande parte da ação do denunciado, pela sua projeção na Armada, pelo seu alto posto, pelas suas ligações estreitas com elementos subversivos e comunistas do governo deposto, caiu no domínio público, e os fatos notórios independem de provas.

Está nos autos, assustadoramente, um libelo contra o almirante Suzano que o situa numa posição delicadíssima perante a Nação, perante as Forças Armadas, e mui especialmente, perante sua própria Marinha de Guerra, que ele tentou destruir e desagregar, pregando a indisciplina, numa ação nitidamente subversiva.

[...] E não foi sem nuvens de tristeza que o Brasil assistiu a tudo isso. Agora, porém, o almirante Suzano é chamado à prestação de contas, por tudo quanto fez, contra a sua Marinha de Guerra, contra as Instituições Militares, contra o regime, contra o Estado que, através da justiça punitiva, o censurará como merece. Os fatos expostos agasalham e dão integral suporte à peça acusatória inicial.³³¹

³³⁰ Unicamp, AEL, BNM 028. Resumos de depoimentos que constam na denúncia do procurador Eraldo Gueiros Leite, folhas 4-6.

³³¹ Unicamp, AEL, BNM 028. Resumos de depoimentos que constam na denúncia do procurador Eraldo Gueiros Leite.

Aragão terá tratamento semelhante pela acusação, entretanto o desfecho para ele será bem diferente. Suzano – além de ser do Corpo da Armada, ter vindo da Escola Naval e ter chegado a almirante de esquadra e ao cargo de ministro –, vinha de tradicional família de militares, como bem reclamou seu herdeiro em depoimento, alegando que era filho, neto e bisneto de oficial da Marinha. Que contava entre seus parentes afins e consanguíneos, desde os tempos do Império, mais de trinta oficiais da Marinha de Guerra do Brasil, e que a sua família já tinha dado três ministros à Marinha, um no Império e dois na República, e que por isso tinha muito apreço à farda que usava.³³²

O presidiário

Aragão foi detido no dia 4 de abril. Estava no apartamento 804, avenida Nossa Senhora de Copacabana, 661. Poucos dias depois, seu nome apareceu entre aqueles que tiveram os direitos políticos cassados.³³³ A partir daí, uma verdadeira devassa teve início, envolvendo não apenas a vida profissional de Aragão. As investigações levadas a cabo pelo Cenimar e por agentes do DOPS do Rio de Janeiro não pouparam os filhos, parentes próximos, a ex-esposa e a companheira com quem vivia maritalmente.³³⁴

Em um cofre encontrado no citado apartamento, o conteúdo dos documentos e objetos apreendidos revelam um pouco do homem, do militar e da cultura política do investigado. Consta em um dos autos de busca e apreensão que foram encontradas uma submetralhadora; uma pistola; carregadores para

³³² Unicamp, AEL, BNM 028, depoimento do capitão de fragata Mário de Albuquerque Suzano.

³³³ Unicamp, AEL, BNM 028. Auto de busca e apreensão de 9 de abril de 1964.

³³⁴ Unicamp, AEL, BNM 028. Auto de busca e apreensão de 9 de abril de 1964. Aragão estava desquitado de Nayde Pereira da Silva, mãe de seus três filhos, e sua companheira à época chamava-se Karla Pontes. Em reportagem publicada na revista *Fatos e Fotos*, de junho de 1964, Karla – que foi fotografada ao levar roupas e alimentos para Aragão, preso na Fortaleza de Lajes – é citada como uma famosa ex-atriz, de 25 anos de idade, e dizia sofrer por não conseguir liberação para ter contato com Aragão. Cf. “O grande amor de Aragão”. Revista *Fatos e Fotos*, ano 4, n. 175, Brasília, 6 de jun. 1964, p. 20-23.

submetralhadora municionados e uma caixa de munição para pistola. Entre os documentos encontrados, são citados:

[...] contratos de transporte de mercadorias; cópia de um documento classificado como “reservado” onde consta um “estudo da situação nacional sobre sítio-intervenção na GB (Guanabara)”; documento do “Comitê Eleitoral Pró Marechal Lott-Jango Goulart”; cópia do artigo “Barcos de Pesca Japoneses na Costa do Brasil: ameaça à soberania nacional”; exemplar da publicação “Que sabe você sobre petróleo”, Gondin da Fonseca; exemplar da coleção “Homens que fizeram época: Lênin e a Revolução Russa”, de Christopher Hill.³³⁵

Em outro documento, referência a escrituras de imóveis, dinheiro em espécie, canetas de marca, joias, recibos de negócios etc.³³⁶ As diligências não pararam. Em outro imóvel pertencente a Aragão, um sítio localizado no município de Petrópolis numa região conhecida como Nogueira, oficiais fuzileiros navais fizeram a varredura.

[...] entrando na casa supramencionada, procedemos à mais minuciosa busca, examinando todas as salas, quartos e dependências, fazendo abrir as portas, gavetas, armários etc. Foram encontrados trancados a porta de um dos quartos, um cofre de parede e um armário, o que determinou o arrombamento dessas peças e, aí foi encontrado um exemplar da coleção “Cadernos do Povo Brasileiro: o que é Constituição”, de Osny Duarte Pereira, com dedicatória datada de vinte e um de março de mil novecentos e sessenta e quatro, do que para constar, se lavrou o presente auto [...].³³⁷

Aragão passou a responder vários inquéritos e foi transferido constantemente de prisão. De acordo com os documentos, sua primeira cela foi na Fortaleza de Lages, depois no navio *Princesa Leopoldina* e, por fim, no Centro de Armamento da

³³⁵ Unicamp, AEL. BNM 028. Auto de busca e apreensão de 9 de abril de 1964.

³³⁶ Unicamp, AEL. BNM 028. Aditamento ao auto de busca e apreensão de 9 de abril de 1964.

³³⁷ Unicamp, AEL. BNM 028, caixa 2. Auto de busca e apreensão de 10 de abril de 1964.

Marinha (CAM).³³⁸ Principalmente os armamentos encontrados provocaram também as prisões de pelo menos dois de seus filhos, Dilma e Dilson Aragão. Ao relembrar os primeiros meses da ditadura no Brasil e particularmente sua vivência pessoal, Dilma revelou:

Nossa vida era monitorada por um guarda armado de metralhadora. Até que um dia papai explodiu: ‘Eu não admito isso, sou um oficial general’. Eu fui presa por causa da arma. Tá certo que tinha muita munição, mas a gente não sabia que como oficial general ele não podia ter um exército dentro de casa. Nós achávamos, como filhos, que aquilo poderia prejudicá-lo mais ainda. Então, o que fizemos? Eu disse: ‘Eu levo isso aqui’. Meu irmão disse: ‘Eu levo isso, levo aquilo. Deixa na casa de um amigo. Limpamos a área, entendeu?’. Só que ele havia assinado uma caução dessa arma nove mm [nove milímetros] oficial e eu não sabia. Fiquei quieta. Daqui a pouco entra a polícia na minha casa. Fui presa por causa de uma arma. Depois, ficaram com medo de deixar meu pai preso no navio. Foi que botaram ele na Fortaleza de Lages, que foi um caos, uma tortura. Saí desnorteada. Eu tinha acabado de ver meu irmão urinando sangue, apanhando muito dos agentes do DOPS. Então, eu saí, papai tinha acabado de sair, e fui ver meu irmão.³³⁹

Entre a data de sua prisão e o final do mês de maio não havia sequer mandado de prisão contra Aragão, ausência que motivou diversos pedidos de *habeas corpus* por parte de seus advogados.³⁴⁰ O mandado só foi expedido no dia 27 de maio com base no artigo 149, do Código da Justiça Militar.³⁴¹

Passados quase dois meses de sua prisão, uma carta de Dilma publicada na coluna do jornalista Carlos Heitor Cony

³³⁸ Unicamp, AEL. BNM 028, caixa 2. Requerimento dos advogados José Bonifácio Diniz de Andrada e Wilson Lopes dos Santos.

³³⁹ Duarte, 2012, p. 209.

³⁴⁰ Duarte, 2012.

³⁴¹ Decreto-Lei 925, 2 de dezembro de 1938. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del0925.htm. Acesso em: 8 de jun. 2013. O artigo diz que: “fora do flagrante delito, a prisão, antes da culpa formada, poderá ser ordenada em qualquer fase do processo, quando a ordem, a disciplina, ou o interesse da justiça o exigir.”

(2004, p. 105-106), do *Correio da Manhã*, repercutiu enormemente na imprensa. Em tom mais que emocionado, dizia:

Após 58 dias de incontida saudade e profunda tristeza, consegui pela primeira vez avistar-me com meu pai, o vice-almirante Cândido da Costa Aragão [...]. Grita dentro de mim a repugnância pelos homens, ao ver como a maldade, o ódio e a ferocidade fizeram de meu pai um trapo humano. Se meus olhos não o presenciassem, por pior que me pintassem o quadro, eu não o conceberia como realmente é. Vale lembrar que meu pai é um vice-almirante que perdeu a batalha. Encontrei-o relegado a uma condição tão deprimente que só um verme cheio de peçonha merecia ter. Estou reclamando na condição de uma filha desesperada que não quer acreditar na verdade da desdita tão humilhante do pai. Senhores que mandam no momento em minha terra, peço-lhes de joelhos, não clemência, mas justiça! Provem que nasceram de ventre humano, provem que existe em seus corações um pouco pelo menos de amor filiar e paternal, provem que não é mentirosa a fé que não cansam de apregoar. Libertem meu pobre pai da deplorável condição física. Martirizem-no menos, para que ele possa readquirir a saúde mental. O espectro do homem que vi, ri e chora desordenadamente e não consegue articular uma frase sequer, no mesmo assunto. O desespero me faz pedir, por esmola, que cobrem o crime (político) de um ser humano, mas na condição de seres humanos. Se meu apelo, em vez de causar mais ódio, lhes sensibilizar, o que espero, então posteriormente mostrem-no ao povo. Agora sei que isso é lhes é inteiramente impossível. Seria certamente um cartão de visitas por demais desabonador para o atual regime e para os democratas que nos governam.

Aragão ficou preso por cerca de quatro meses, até que no início de agosto um dos pedidos de liberdade finalmente foi concedido pelos ministros do Superior Tribunal Militar. Entretanto, dias depois, outro mandado de busca e apreensão o colocaria na condição de procurado pela ditadura. Já era tarde, escondido na

mala de um automóvel conduzido por sua filha Dilma,³⁴² Aragão conseguiu entrar na embaixada do Uruguai.

A vida nas embaixadas

Muito antes da chegada de Aragão à representação diplomática do Uruguai, várias embaixadas já haviam sido objeto de reportagens em jornais e revistas. Consideradas territórios estrangeiros, foram os lugares mais concorridos pelos que tentavam fugir das prisões e torturas já iniciadas ainda em abril de 1964.

As prioridades eram as dos países latino-americanos. Instaladas na grande maioria em pequenos apartamentos, receberam dezenas de pessoas que viraram prisioneiras, mesmo sem condenação. Eram políticos, militares, jornalistas, sindicalistas, líderes estudantis, em geral simpatizantes do governo Jango. O golpe ainda não completara um mês e as embaixadas do México, Argentina, Peru, Chile, Bolívia e Uruguai já contabilizavam cerca de cinquenta asilados em suas pequenas instalações.³⁴³

Nos primeiros dias, a embaixada mais movimentada foi a do México, recebendo cerca de vinte pessoas, fato esse que motivou um entendimento entre o Itamaraty e o representante mexicano para que parte deles fosse removida para a chancelaria, situada na Praia de Botafogo. Havia, inclusive, problemas de locomoção dentro dos cômodos. Impedidos de receber visitas e de se comunicar com o mundo externo, os asilados entravam numa rotina desgastante, “em ócio forçado, numa espécie de prisão de luxo e sem grades”,³⁴⁴ sempre vigiados externamente, pelos jornalistas e pelos militares.

Nessa embaixada, temos informações de que pelo menos cinco marinheiros, já processados pela rebelião de março, também passaram por lá. Entre 1964 e 1966, obtiveram apoio dos mexicanos os marujos Paulo Conserva, Adelzito Bezerra, Edilton Swarowski, Marcos Antônio da Silva Lima e José

³⁴² Entrevista de Dilma Aragão ao autor. Rio de Janeiro, 13 out. 2009.

³⁴³ Pinto, Fernando. “Os Asilados”. In Revista *Manchete*, 25 de abr. 1964, p. 24.

³⁴⁴ Pinto, Fernando. “Os Asilados”. In Revista *Manchete*, 25 de abr. 1964.

Anselmo dos Santos, o “cabo Anselmo”.³⁴⁵ Este foi notícia mais uma vez no mês de maio, após ter saído da embaixada e ser preso por agentes da Marinha.

De acordo com reportagem do *Jornal do Brasil*, Anselmo estava sozinho e armado com uma pistola. Antes dele, já tinham sido presos os marinheiros Edson Neves Quaresma e Valter [Walter Herman].³⁴⁶ O marinheiro Severino e o fuzileiro Edgar Aquino Duarte também foram citados nas reportagens como envolvidos na articulação que retirou Anselmo da embaixada. Além destes, o marujo Reinaldo Di Benedetti foi preso no dia 28 de maio sob a mesma acusação.³⁴⁷

Na ocasião de sua prisão, Anselmo declarou à imprensa: “Se eu morrer, outros virão [...], saí do asilo porque o importante é arriscar. Estava à procura do primeiro foco de resistência que houvesse no País”.³⁴⁸ Nos dias seguintes, a fuga de Anselmo continuou sendo pauta de reportagens, inclusive com a notícia de que o mesmo estaria envolvido em um plano subversivo que teria entre outros objetivos explodir o porta-aviões *Minas Gerais*, maior navio de guerra do Brasil no período.³⁴⁹ Como era uma figura pública, inclusive com seus direitos políticos cassados pelo AI-1, Anselmo ficou preso na delegacia do Alto da Boa Vista, após passar por outras prisões.

³⁴⁵ Conserva, Paulo. op. cit., p.13.

³⁴⁶ BN. *Jornal do Brasil*, 24 de mai. 1964, capa e p. 26. No APERJ, documento faz referência a Walter Hermann Robert Lauber como indiciado na fuga de Anselmo na embaixada do México. APERJ – Fundo Polícia Política, Setor Secreto, pasta 09, maço 01, folhas 40 e 41.

³⁴⁷ Alves, 1967, p. 170-172.

³⁴⁸ BN. *Jornal do Brasil*, 24 de mai. 1964, capa e p. 26.

³⁴⁹ BN. *Jornal do Brasil*, 26 de mai. 1964, p. 5. Alguns dias após o golpe, José Anselmo conseguiu asilo na Embaixada do México. Lá entrou em contato com militantes de Ação Popular (AP), como o padre Alípio Freitas, e em conjunto decidiram pela saída de Anselmo para tentar organizar uma “Resistência” ao golpe. Os telefonemas de Anselmo para marinheiros que ainda estavam soltos e clandestinos foram rastreados pelo Cenimar. Segundo Anselmo, ele contou com a ajuda do deputado Paulo Wright, o qual teria lhe dado as chaves de um apartamento em Laranjeiras, bairro do Rio de Janeiro. Para os asilados na embaixada: APESP – Ordem Social, 50-D-7-383. Para a versão de Anselmo: *Jornal do Brasil*, 27 de mai. 1964, p. 5. Em agosto de 1967, o Superior Tribunal Militar confirmou a sentença que condenou a dois anos de prisão os envolvidos naquela fuga de Anselmo da embaixada. Foram condenados, além do próprio Anselmo: Severino Vieira de Souza, Reinaldo Di Benedetti, Edson Neves Quaresma, Litercílio Machado da Silva, José Agatangelo de Oliveira e a militante da AP, Isa Guerra. Apesp – Ordem Social, 50-Z-94158.

Particularmente na embaixada do Uruguai, para onde foi Aragão, o espaço era maior. Instalada em um antigo casarão, na rua Artur Bernardes, no bairro do Catete, possibilitava até recreações em partidas de frescobol jogadas no pequeno pátio interno do imóvel. Lá estiveram os ex-deputados federais Elói Dutra e Demistóclides Batista – líder ferroviário –, ambos com direitos políticos cassados. Dos edifícios vizinhos, veículos da imprensa flagravam os asilados em momentos de banho de sol; fumando um cigarro; ou até mesmo escondendo o rosto para não ser fotografado.³⁵⁰

Denise Rollemberg, ao apresentar outros casos de pessoas que procuraram aquela representação ainda em 1964, pontuou que “entrar na embaixada do Uruguai também foi uma forma de escapar e chegar a Montevideú. Este foi o recurso de Paulo Schilling, da Frente de Mobilização Popular e assessor do governo Brizola, que durante dois meses esperou o salvo-conduto, que garantia a saída do País como asilado”.³⁵¹

A presença de Aragão em “território uruguaio” gerou um problema diplomático entre o Brasil e o vizinho do Cone Sul. A ida de Aragão para aquela embaixada, sem negociação prévia, e a constante vigilância exercida pela Marinha e pela polícia política, provocou mais uma vez a atenção da imprensa e visível tensão entre autoridades uruguaias:

Tengo el honor de dirigirme al Señor Ministro a fin de poner en su conocimiento que la prensa brasileña sigue publicando com destaque, noticias referentes al problema creado por el asilo concedido al *Almirante Aragão* [...]. Aún se hace notar, pero de forma menos ostensiva, la presencia de elementos de la Marina y del Departamento de Policía Política que continúan ejerciendo una vigilancia permanente a esta Misión.³⁵²

A condição de asilado político concedida pelo Uruguai demarca fronteiras na trajetória do almirante Aragão. A partir

³⁵⁰ Pinto, Fernando, op. cit., p. 22-25.

³⁵¹ Rollemberg, 1999, p. 71.

³⁵² Apud Fernandes, 2009, p. 103.

daquele momento, o *almirante do povo* para seus simpatizantes e *almirante vermelho* para seus opositores iniciava uma nova marcha. A esperança era obter o salvo-conduto e navegar livremente para o exílio. Porém, todas as tentativas eram negadas. Exemplo disso foi o pedido de revogação da prisão preventiva elaborado pelo advogado Wilson Lopes dos Santos e enviado ao Superior Tribunal Militar em maio de 1965. Nele, seu defensor dizia, entre outras coisas, que:

O requerente foi demitido da Marinha da Guerra e a prova de que não pretende ausentar-se do distrito da culpa, está na sua disposição de desistir do asilo, para comparecer perante esse egrégio Tribunal, justificando-se, assim, plenamente o que ora requer e espera ver deferido, por ser de JUSTIÇA.³⁵³

Requerimento negado.³⁵⁴ Em setembro do mesmo ano, mais uma tentativa dos advogados de Aragão de conseguir sua absolvição e consequente liberdade. O argumento agora se baseava na legalidade das decisões tomadas pelo cliente durante o exercício do cargo.

O militar, ao prestar seu compromisso, jura respeitar e defender o governo legalmente constituído. Todos os atos atribuídos e realmente praticado pelo vice-almirante Cândido da Costa Aragão, o foram no estrito cumprimento de seu dever como cidadão e militar. Em 31 de março de 1964, existia no Brasil um governo legalmente constituído. O movimento que o depôs somente se institucionalizou a sete de abril. Aqueles que defenderam, ou procuraram defender o governo, não praticaram nenhum ilícito penal. E não o fizeram, porque toda e qualquer ação que visasse à defesa dos princípios constitucionais se identificaria com próprio dever inerente a cada militar. Assim, inexistindo crime, impõe-se a absolvição, como imperativo de JUSTIÇA.³⁵⁵

³⁵³ Unicamp, AEL. BNM 028, folhas 2457-2458.

³⁵⁴ Unicamp, AEL. BNM 028, folhas 2460-2461.

³⁵⁵ Unicamp, AEL. BNM 028, folhas 2724-2725.

Em oito de novembro de 1965, foi divulgada pela imprensa a concessão do salvo-conduto que garantiu a partida de Aragão para o Uruguai. Dias depois, chegou ao fim o chamado processo dos almirantes. Dos doze processados, apenas três foram condenados. Aragão, por unanimidade, a nove anos e três meses de reclusão.³⁵⁶

O contra-almirante, também fuzileiro, Washington Frazão Braga, a dezoito meses de reclusão, e ao tenente Paulo Medeiros Ferro Costa foi imputada a pena de dois anos de prisão. Os demais almirantes, Sylvio Motta, Suzano e Goyano, foram absolvidos, bem como os demais oficiais já citados.³⁵⁷

Por que um salvo-conduto às vésperas de uma anunciada condenação? De acordo com o vice-presidente do Superior Tribunal Militar à época, ministro Miguel Resende, “a condição *sub judice* do vice-almirante cassado, em nada implicará na sua saída do País, uma vez que mesmo no caso de condenado ele não poderá ser preso na embaixada uruguaia”.³⁵⁸ Na entrevista dada ao jornal Última Hora, o ministro revelou a estratégia do governo brasileiro por trás da decisão de liberar o asilado: “A concessão de salvo-conduto vai atender mais o interesse do país que dá o asilo, pois o acusado não poderá permanecer eternamente dentro da embaixada”.³⁵⁹

No dia 12 de novembro, os jornais *O Globo* e Última Hora noticiaram a partida de Aragão em um voo da Força Aérea Uruguaia.

³⁵⁶ Aragão foi enquadrado nos artigos 134, 154, 171 e 214 do Código Penal Militar de 1944, ainda em vigor na época de sua condenação. Unicamp, AEL, BNM 028, folha 577. O artigo 134 tinha a seguinte redação: “Incitar à desobediência, à indisciplina, ou à prática de crime militar”, e fixava uma pena de reclusão, de dois a quatro anos. No artigo 154: “Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça ao executor, ou a quem esteja prestando auxílio”. Pena: detenção se seis meses a dois anos. No artigo 171, constava: “Abandonar, sem ordem superior, o posto ou o lugar de serviço que lhe tenha sido designado, ou serviço que lhe cumpria, antes de terminá-lo”. A pena era a mesma atribuída ao 154. E, por fim, o artigo 214, onde Aragão foi condenado por: “Fazer desaparecer ou extraviar combustível, munição, peças de equipamento de navio ou de aeronave ou de engenho de guerra moto-mecanizado, ou armamento.” A pena, nesse caso, poderia variar entre um e três anos de detenção. Cf. BRASIL, Decreto-Lei n. 6227 de 24 de janeiro de 1944. Disponível em: http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=6227&tipo_norma=DEL&data=19440124&link=s. Acesso em: 19 jan. 2014.

³⁵⁷ BN. *O Globo*, 17 nov. 1965, p. 7.

³⁵⁸ BN. *O Globo*, 08 nov. 1965, p. 8.

³⁵⁹ BN. *O Globo*, 08 nov. 1965, p. 8.

Na despedida, no aeroporto do Galeão, uma rara aparição nas reportagens do perfil mais familiar do personagem. *O Globo* destacou a presença dos três filhos do almirante, Diva, Dilson e Dilma, como também das irmãs Rivanda e Gloriete (?), dos sobrinhos José Milton e Alcilete Aragão e da neta Dayse.³⁶⁰ O Última Hora destacou: “Aragão deixa o Brasil após Quinze Meses de Asilo”.³⁶¹

Naquela altura, já não tinha o mesmo vigor e a disposição física que lhe eram peculiares. Durante as idas e vindas às prisões e o período na embaixada, teve o agravamento dos sintomas de glaucoma e perdeu parte da visão do olho esquerdo em virtude de um descolamento de retina. Segundo Dilma Aragão, ninguém queria fazer a cirurgia ocular de seu pai. Após algumas semanas, o procedimento foi realizado no Hospital da Aeronáutica, pelo médico Caldas Brito. Entretanto, não retornou a enxergar com perfeição.

O corpo já não era mais o mesmo, as notícias davam conta de que havia emagrecido dezoito quilos ao longo dos meses de prisão e asilo. A fama de galanteador, boêmio e praticante rotineiro de jogos de azar aos poucos ia ficando para trás.³⁶² Não havia mais tropas para comandar e o Brasil caminhava para o fechamento do regime.

O *ex-almirante*,³⁶³ expressão que aparece nos documentos desse período, não poderia recorrer mais aos fuzileiros da ativa. Seus ex-comandados estavam, desde abril de 1964, sob as ordens do contra-almirante Heitor Lopes de Souza, oficial oriundo do Corpo da Armada e transferido para o CFN, e que virou o homem de confiança dos presidentes militares, ficando no cargo até abril de 1971, já no posto de vice-almirante.³⁶⁴ Em

³⁶⁰ BN. *O Globo*, 12 nov. 1965, p. 21.

³⁶¹ BN. *Jornal Última Hora*, 12 nov. 1965, p. 7.

³⁶² Entre os militares da época, Aragão tinha fama de galanteador e de ter tido vários casamentos em momentos distintos de sua vida. Entrevista de Raimundo Porfírio ao autor. Rio de Janeiro, 20 mai. 2009. Nos documentos, encontrei três companheiras ao longo de sua trajetória de vida.

³⁶³ A condição jurídica de Aragão após o golpe é de demitido. Porém, a legislação da época assegurava às filhas do demitido o direito de ficar com uma pensão vitalícia, como se o pai estivesse falecido. Cf. Brasil. Lei 3.765, de 4 de Maio de 1960 – Dispõe sobre as pensões militares. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L3765.htm>. Consultado em: 11 de jul. 2013.

³⁶⁴ Ver Costa, 2005, p. 80.

maio de 1965, muitos dos seus ex-soldados não implicados nos inquéritos e que continuaram na carreira militar foram desembarcar em outra praia.

Aragão não contava mais com seus fuzileiros. A missão da tropa, naquele momento, era “ajudar” os “amigos” norte-americanos em um país da América Central, no mar do Caribe. Talvez fosse uma forma de retribuir o apoio recebido por ocasião do golpe no Brasil, especificamente na *Operação Brother Sam*. Os fuzileiros navais, dentro do novo alinhamento da política externa brasileira, agora marchavam em outro solo.

Os fuzileiros na República Dominicana

A operação recebeu o nome de *Renascimento*. Foi a organização e o posterior embarque de aproximadamente 270 fuzileiros navais para a República Dominicana integrando a Força Armada Interamericana – FAI, tendo o destacamento brasileiro recebido o nome de Faibras. Ao todo, mais de 1.100 militares brasileiros das três Forças Armadas participaram da FAI, em cada contingente, sendo que três contingentes foram enviados entre maio de 1965 e setembro de 1966.³⁶⁵ O comando da FAI, depois denominada Força Interamericana de Paz (FIP), estava com os Estados Unidos, que invadiram o país sob a alegação de que cidadãos norte-americanos que estavam na capital Santo Domingo corriam risco de morte devido a turbulências internas na política daquele país. A história é bem mais complexa.

Analistas militares, da Ciência Política e das Relações Internacionais formam o primeiro grupo de estudiosos brasileiros que se dedicaram ao estudo da esquecida invasão. Para o comandante fuzileiro naval Jaime Assis Filho, escrevendo quase quarenta anos depois, “as referências bibliográficas deixam dúvidas quanto à realidade de muitos fatos. Fontes norte-americanas reportam uma intervenção com a finalidade de defender a

³⁶⁵ Assis Filho, 2004, p. 47-64. Nota: o autor do artigo é oficial fuzileiro naval.

democracia e a integridade dos cidadãos norte-americanos que se encontravam na ilha na época dos conflitos”. Entretanto, ressalva o militar, a visão dos dominicanos era bem distinta. Para eles “o imperialismo norte-americano fez-se presente, violando o princípio da não intervenção, simplesmente por conta dos seus interesses, como já houvera acontecido no passado”.³⁶⁶

E qual o interesse imediato do EUA no caso da ilha caribenha? O mesmo argumento utilizado pelos golpistas no Brasil um ano antes: não queriam uma nova cuba nas Américas, ou seja, o anticomunismo em tempos quentes de Guerra Fria.

Na literatura militar, a invasão foi preventiva e inevitável, teriam que agir para evitar um “mal maior”: o domínio comunista em mais um país das Américas. É o que fica implícito na análise do oficial brasileiro Jaime Assis Filho (2004):

A crise dos mísseis de Cuba, em 1961, que por pouco não desencadeou uma guerra nuclear, trouxe ao governo do presidente Kennedy a preocupação constante em monitorar, de forma efetiva, tudo o que se passava nas repúblicas americanas. Em particular, ficaram em permanente observação àquelas localizadas mais próximas dos EUA, de modo a impedir-se, a tempo e a contento, uma nova Cuba, ou seja, a comunização de outro país no continente americano. Cuba já era demais para a política imperialista dos americanos.

O assassinato, em 1961, do ditador Trujillo na frágil República Dominicana (RD) permitiu a ascensão ao poder, segundo a inteligência americana, de líderes de esquerda, que, mais cedo ou mais tarde, implantariam no país a tão decantada ditadura do proletariado. Antes que isso se tornasse uma realidade, em abril de 1965, os EUA intervieram naquela República, sob a alegação de proteger e evacuar os seus cidadãos, antes mesmo que a Organização dos Estados Americanos (OEA) obtivesse parecer favorável para intervir, dentro dos preceitos que regem a sua carta.

³⁶⁶ Assis Filho, 2004.

A crise, uma vez instalada, não permitiu outra solução, a não ser a criação de uma Força de Paz que, sob a égide da OEA, desembarcaria na RD com a tarefa de criar as condições favoráveis para o retorno da ordem e o estabelecimento de um governo democrático, legalmente escolhido por meio de eleições gerais e livres. O governo brasileiro, consoante a decisão da X Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, decidiu enviar tropa para integrar a Força Armada Interamericana (FAI).

Para Angelo Del Vecchio (2004, p. 172), “a Guerra Fria limitava definitivamente as possibilidades e alianças que não se orientassem pela lógica bipolar”. Com o advento do golpe, o governo do general Castelo Branco “revogou as linhas gerais da política externa anterior, e com isto arquivou, por algum tempo, as pretensões de um projeto de desenvolvimento autárquico”. Ainda segundo Del Vecchio, a adesão do Brasil à FIP que interveio na República Dominicana em 1965 foi um incontestável gesto de alinhamento dos militares ao pan-americanismo.

Esse momento da política externa brasileira, destacadamente no que diz respeito à diplomacia, Paulo Fagundes Vizentini (2006, p. 145 e 146) ressaltou que houve um verdadeiro recuo, abandonando o “‘terceiro-mundismo’, o multilateralismo e a dimensão mundial da Política Externa Independente, regredindo para uma aliança automática com os EUA e para uma diplomacia de âmbito hemisférico e bilateral”. Vizentini registrou ainda que o rompimento das relações com Cuba em maio de 1964 e o envio de tropas brasileiras para a República Dominicana no ano seguinte foram uma clara demonstração de lealdade ao “grande irmão do norte”.

Voltando especificamente à atuação dos fuzileiros navais brasileiros como executores de missões militares da nova política externa brasileira, encontraremos nomes que notadamente atuaram contra Aragão e, conseqüentemente anti-Jango, nos anos que antecederam o golpe no Brasil. Nesse sentido, destaque os capitães de fragata Raphael de Azevedo Branco e Clinton Cavalcante de Queiroz Barros, que após o golpe atuaram como

testemunhas de acusação e encarregados de inquéritos contra Aragão e os marinheiros.

Dos três contingentes que se revezaram na invasão da República Dominicana entre maio de 1965 e agosto de 1966,³⁶⁷ cada um permaneceu lá por um período de seis meses. Foi também no segundo semestre de 1966 que muitos marinheiros e fuzileiros, asilados nas embaixadas e condenados a vários anos de prisão, começaram a deixar o país rumo ao exílio, na contramão dos que retornavam com medalhas no peito em nome de uma ditadura que se fechava cada vez mais.

Aragão, já no Uruguai, receberia vigilância constante e implacável da repressão brasileira e tentaria remontar seus laços de amizade para quem sabe, um dia, voltar ao Brasil. Mas a viagem seria longa, tortuosa e cheia de tempestades. Diferente dos seus ex-fuzileiros que deixavam o Brasil para lutar no exterior sem motivos aparentes. Do exterior, por inúmeros motivos, Aragão buscaria saídas para lutar no Brasil!

³⁶⁷ Assis Filho, 2004, p. 64.

Capítulo IV

Exílio: entre rotas e *derrotas*³⁶⁸

[...] nós e nossos personagens não somos modelos de coerência, de continuidade em nossos procedimentos e vivemos em uma tensão entre o vivido e o imaginado, o desejado, entre razão e paixões (amores, medos etc.). Leis, normas e práticas existentes são constantemente desrespeitadas.³⁶⁹

Vavy Pacheco Borges

Na tentativa de situar historicamente a existência do exílio como categoria analítica, Luis Roniger (2011, p. 33) apresenta-nos um panorama das práticas que antecederam as formas e experiências que marcaram o século XX.

Na época colonial, o desterro (degredo), a trasladação e a expulsão para os confins do império ou então a expulsão para lugares onde se poderia controlar o desterrado foram amplamente utilizados contra a disfuncionalidade social, como instrumento de poder contra delinquentes sociais, marginalizados e rebeldes, assim como para reforçar o componente humano na defesa das fronteiras imperiais em expansão. Foi em princípios do século XIX, após a independência, que o fenômeno do exílio começou a desenvolver perfil político especial e assumiu o papel que, embora transformado, persistiu ao longo do século XX. O desterro se converteu nos novos Estados em um mecanismo amplamente

³⁶⁸ Na linguagem marinheira, a expressão *derrota* não é, necessariamente, sinônimo de fracasso. Ela pode significar mudança de rumo – saída da rota – ou, simplesmente, a volta para casa. Exemplo dessa segunda possibilidade está em um trecho da “Canção do Marinheiro”, também conhecida como “Cisne Branco”: “[...] dada por finda nossa *derrota*, temos cumprido nossa missão”.

³⁶⁹ Borges, 2011, p. 220.

usado e abusado no âmbito da política e da vida pública, um complemento ao encarceramento e às execuções. No imaginário coletivo e nas esferas públicas dos países da América Latina, o exílio se converteu em um modo central de “fazer política”.

A partir das reflexões de Roniger, identificamos que a raiz latina *exilium* está intimamente ligada à experiência do desterro, ou também degredo, presente em vários momentos da história da humanidade. Segundo o autor, o exílio abarca tanto as condições de expulsão quanto um ato voluntário, decorrente de uma mudança radical das circunstâncias, [principalmente políticas]. Assim, devemos contemplar também, além da saída forçada, “a possibilidade de abandonar voluntariamente a pátria, a fim de escapar da perseguição ou da violência política e civil”. Aproximando mais nossa lente da categoria em tela, podemos enxergar também as formas de operação,

[...] o exílio pode resultar de procedimentos judiciais ou decisões arbitrárias, mas em ambos os casos os indivíduos afetados o perceberão como um ato de coação. É assim que o desterro pode ser imposto por governos de fato que sustentam o poder político; mas é também comum que exilados devam tomar o caminho do desterro em situações nas quais a legalidade se mantém e prevalece.³⁷⁰

Um trabalho de referência ao se falar dos exilados brasileiros no período da ditadura foi escrito por Denise Rollemberg. Conceitualmente, a autora aponta inúmeros caminhos para tentarmos compreender essa categoria, de sonoridade e imagem tão expressivas, mas carregada de armadilhas. Rollemberg (1999, p. 45) destacou, principalmente, o aspecto político que permeia o conceito, explicando que “o exilado tem um projeto sociopolítico para a sociedade. É a derrota deste projeto, ao mesmo tempo individual e coletivo, ou as dificuldades consideradas intransponíveis para a sua implementação que o fazem exilado”.

³⁷⁰ Roniger, 2011, p. 36-37

Especificamente sobre os brasileiros atingidos pela ditadura, as experiências vividas durante o exílio foram diversas e heterogêneas. As variações foram influenciadas pelas conjunturas específicas presentes em cada país de destino, como também pelas referências e interesses individuais e/ou coletivos. Nas atividades políticas e culturais dos exilados, podemos encontrar, segundo Rollemberg, “os valores de cada fase e como se modificaram, indicando rupturas e continuidades na esquerda exilada”.³⁷¹ Lançando mão de dois recortes específicos – o conceito de geração e a divisão por fases –, e, através destes, constatando e revelando as *metamorfoses* existentes, a autora descortinou muitas questões que ficavam escondidas sob o olhar da vitimização e empobreciam as análises historiográficas. Vários aspectos levantados por Denise Rollemberg também veremos nas rotas de Aragão durante seu exílio.

“Como *el* Uruguay *no hay*”?!

O CIEX foi criado em 1966. Ligado ao Ministério das Relações Exteriores (MRE), este órgão aparece como uma das ramificações do Serviço Nacional de Informações (SNI) e durante muitos anos sua existência passou à margem dos estudos sobre o período, fruto do alto grau de discrição e reserva que envolvia os agentes daquele Centro, como também a dificuldade de acesso aos documentos sobre o período.

De acordo com Pio Penna Filho, os objetivos principais do órgão, assim como de todo o sistema de informações, eram “eliminar ou neutralizar os grupos (e pessoas) considerados subversivos e de zelar pela manutenção dos sucessivos governos autoritários que se revezaram no poder entre 1964 e 1984”. Para Penna Filho, havia uma clara ilegalidade na atuação do CIEX, visto que a legislação que criou o SNI restringia sua atuação ao território

³⁷¹ Rollemberg, 1999, p. 189.

nacional, agindo, dessa forma, “ao arrepio de lei brasileira e do direito internacional” (Filho, 2008, p. 81).

Sobre as origens mais remotas do serviço de vigilância do MRE, Penna Filho adverte que o CIEX não surgiu do nada. “O Ministério das Relações Exteriores já detinha alguma experiência no monitoramento das atividades de militantes do Partido Comunista Brasileiro no Exterior – e, de forma geral, de análise da atuação do movimento comunista internacional”.³⁷²

Também destacando a atuação dos nossos diplomatas nos serviços de vigilância muito antes de 1964 – especialmente a partir da Revolta Comunista de 1935 –, Adrianna Setemy pontuou que:

A análise do conjunto dos telegramas diplomáticos secretos e sigilosos trocados entre a chancelaria e as representações diplomáticas brasileiras em Buenos Aires e Montevidéu de 1935 a 1966, permitiu demonstrar que nos anos que antecederam a Guerra Fria, o combate ao comunismo em defesa da nacionalidade e da soberania brasileira já era objeto de políticas de Estado e, além disso, era ostensivamente assumido pelos representantes diplomáticos envolvidos nesse tipo de atividade, uma vez que o comunismo era entendido como um crime comum contra a ordem social e a nacionalidade. (Setemy, 2013, p. 20)

Sobre as funções do órgão criado no contexto específico da ditadura, Penna Filho destacou que:

O CIEX recebeu a incumbência de acompanhar as atividades dos “subversivos” que, apesar do exílio, continuavam protestando contra a falta de liberdade política no Brasil, denunciando os maus-tratos impostos pelo regime contra os seus oponentes ou mesmo conspirando em outros países e articulando o lançamento de ações de guerrilha ou atos de contestação para serem desenvolvidas no Brasil. Mas não eram só os ativistas e militantes políticos que eram perseguidos e monitorados pelo Centro. Quase todo brasileiro no exterior passou a ser visto como um

³⁷² De acordo com o autor, essa vigilância foi mais clara após o final da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria.

suspeito potencial, principalmente aqueles que se dirigiam para países ou regiões consideradas como áreas subversivas, seja no Leste europeu ou em países que ainda respeitavam a existência de agrupamentos políticos de esquerda, como o Uruguai ou o Chile, antes dos seus respectivos golpes.³⁷³

Em meados de 1966, começaram a aparecer os primeiros documentos do órgão fazendo alusão ao nosso investigado. Penna Filho ainda revelou que a elaboração dos documentos pelo CIEX nesse período, particularmente sobre os exilados brasileiros no Uruguai, não foi por acaso. “Além de aquele país ser considerado democrático em ‘excesso’, foi para lá que se retiraram os primeiros brasileiros exilados da ditadura militar brasileira”³⁷⁴ acrescentando que, “os primeiros informes produzidos pelo CIEX, sobretudo os volumes 1 e 2, contendo mais de mil documentos, estão bem concentrados no monitoramento das atividades dos brasileiros que se encontravam no Uruguai”³⁷⁵ Aragão seria um deles.

O Ministério do Interior uruguaio, responsável pela coordenação e a vigilância dos exilados naquele país, demorou a investigar o caso, mas, em junho de 1966, Aragão, de acordo com o informe do CIEX, apareceu e discursou em um evento de caráter político realizado numa universidade de Montevideú. O ato foi organizado pelo Comitê Coordenador de Apoio a Cuba e contou com a presença de membros do Partido Comunista do Uruguai (PCU). A polícia de Montevideú enviou relatório ao Ministério, destacando a presença de Aragão, inclusive com recortes do jornal *El Popular*, no qual a foto dele foi publicada.³⁷⁶

Os informes chegaram até os agentes do CIEX. Percebe-se aí a troca de informações e documentos entre os informantes do

³⁷³ Filho, 2008, p. 83.

³⁷⁴ Filho, 2008, p. 84.

³⁷⁵ Filho, 2008. É de suma importância atentarmos para a necessidade de analisarmos essas fontes de uma maneira extremamente crítica. As referências que aqui aparecem só foram citadas como tal após cruzamento sistemático com outras fontes e investigação do contexto citado nos informes. Além disso, a vantagem de conhecermos o futuro, para além das datas que constam nos documentos, nos indicava o grau de confiança ou não. Nesse procedimento, centenas de textos, boletins e informes não passaram no crivo da fase de crítica das (às) fontes.

³⁷⁶ AN, COREG, IE 02.02.

Uruguai e do Brasil. Em 12 de julho de 1966, o CIEX divulgou texto sobre mais movimentação de Aragão no Uruguai. A nota relatou com detalhes uma reunião ocorrida no dia 4 daquele mês na residência do oficial. A relação dos exilados presentes no encontro ajudou-me a perceber a rede de sociabilidade que abraçaria aquele senhor que já se aproximava dos sessenta anos de idade. Estiveram presentes Emmanuel Nicoll, Alfredo Ribeiro Daudt,³⁷⁷ Edgar Alves Maia, Alberto dos Reis Benevides, Marcos Leo Ramos, Álvaro Araújo, José Medeiros Dantas, José Carlos dos Santos e Alfredo Magaldi Brandão. De acordo com os informantes do Itamaraty, Aragão foi o único orador e delineou para os presentes:

Que o grupo militar estava planejando a montagem de um esquema, visando a penetração no Brasil via Rio Grande do Sul e selva do estado do Mato Grosso [...]. A luta no Brasil só poderia ser realizada através da via armada, pois todos os caminhos foram fechados, tanto o eleitoral como o da anistia, e isso significa o nosso retardamento, nos distanciando do objetivo e por tal perdemos a perspectiva, fato que está acontecendo a Leonel Brizola – que anda muito pessimista à medida em que o tempo passa, o distanciando mais ainda da liderança revolucionária (sic).³⁷⁸

A sequência dos informes mostra que Brizola convidou Aragão para estabelecer contato, em seu apartamento localizado em Atlântida, naquela capital. O almirante teria dito a Brizola que o grupo militar aceitava a liderança de Brizola, desde que ele se comprometesse a entrar clandestinamente no Brasil e levasse “ao conhecimento do povo brasileiro” que estava realmente comandando a revolução contra a ditadura. Disse ainda que estava em seus planos a organização de pelotões no Uruguai, pois o grupo militar não suportava mais a inatividade.

³⁷⁷ Emanuel Nicoll era coronel da Força Aérea Brasileira e Alfredo Ribeiro Daudt, capitão-aviador. Ambos foram excluídos da FAB pelo Ato Institucional n. 3, de 9 de abril de 1964. Disponível em: <http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/upload/legislacao/3.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2013.

³⁷⁸ AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 001.003, p. 21.

O agente ainda relatou que Aragão, logo após o encontro, comentou que estava disposto a romper politicamente com Brizola e que pretendia escrever uma carta considerando-se desligado da liderança do político gaúcho.³⁷⁹

As reuniões entre os exilados brasileiros no Uruguai eram constantes e tratavam de diversos temas. Um exemplo disso foi um informe divulgado no mês de julho, no qual foi mencionada a existência de uma reunião para eleger a Diretoria da Organização de Exilados Brasileiros no Uruguai (OEBU). Cândido da Costa Aragão foi eleito o presidente, e o ex-ministro do Trabalho de Jango Amaury Silva, o seu vice.³⁸⁰

Esse fato demonstra o prestígio de Aragão não apenas entre os militares exilados, mas também entre os setores civis do exílio. Entre os personagens de prestígio que compunham aquela entidade de exilados, o chefe dos Correios do governo João Goulart, o coronel Dagoberto Rodrigues, e o aviador Paulo de Mello Bastos, importante líder de sua categoria no período pré-golpe.

Aragão debateu, mais uma vez, sobre o papel de Brizola na investida contra a ditadura, com os estudantes brasileiros Seron e Neder (“possivelmente Ned Neves”, escreveu o agente). No encontro, realizado em 28 de julho na residência do almirante, os estudantes teriam demonstrado estarem decepcionados com Brizola, que, segundo eles, “vive se endeusando e que já não é o mesmo de antes”.³⁸¹ Ainda assim, disseram acreditar no líder gaúcho, pois este havia assegurado a eles que haveria ação revolucionária no Brasil. Aragão, por sua vez, teria afirmado que “Brizola não era o homem indicado para liderar a ‘revolução brasileira’” e disse que “estaria decidido a organizar pelotões e enfrentar quaisquer tipos de luta”.

Alertado por um dos seus interlocutores que não dispunha de meios para materializar as ações armadas, Aragão teria respondido que, mesmo dispondo de poucas armas, poderia atacar pequenos quartéis e confiscar armamentos, citando como exemplos as ações de Fidel Castro e de Che Guevara em Cuba.³⁸²

³⁷⁹ AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 001.003, p. 31.

³⁸⁰ AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 001.003, p. 36.

³⁸¹ AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 001.004, p. 13.

³⁸² AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 001.004.

Uma carta recebida por Aragão com remetente de Havana foi digna de mais uma nota dos agentes do CIEX. A missiva teria sido escrita pelo “cabo” Anselmo, mas o conteúdo da carta não foi revelado. Possivelmente, não conseguiram ter acesso ao texto.³⁸³ Era agosto de 1966.

Em setembro, o primeiro boletim no qual Aragão aparece em articulações com militantes uruguaios.³⁸⁴ O informante relatou que o almirante brasileiro vinha mantendo contato com “o comunista uruguaio Luis Oribe Alemagny”, apontado como o representante da Agência de Notícias da China Comunista “Hinsinjua”.³⁸⁵ No mesmo mês, a informação de que o “grupo militar” de exilados no Uruguai, sob as lideranças de Cândido Aragão, Emanuel Nicoll e Alfredo Ribeiro Daudt, havia redigido um manifesto em apoio à campanha comandada pela UNE contra a ditadura no Brasil. Que campanha seria essa?

O documento em apreço procura vincular estudantes e operários na subversão contra o governo, conclamando-os a uma Marcha para a Libertação Nacional. O apoio oferecido pelo grupo de asilados é essencialmente de natureza moral, embora no manifesto os signatários declararam que estão acordes com o programa de lutas traçado pela UNE e que se apresentam para as tarefas que lhes forem confiadas nesse processo de libertação nacional.³⁸⁶

O informe relatou ainda que cópias do manifesto foram remetidas por correio normal a jornalistas de confiança no Brasil, dentre eles Edna Lott, do jornal carioca Última Hora e candidata a deputada federal pelo MDB/GB. Este último documento traz algumas questões que dizem respeito ao que se passava no Brasil naquele momento.

Em primeiro lugar, sobre a mobilização dos estudantes contra um regime que se fechava cada vez mais e a necessidade dos exilados brasileiros em não ficar à margem do que ocorria no

³⁸³ AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 001.004, p. 14.

³⁸⁴ AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 001.005, p. 54.

³⁸⁵ AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 001.004.

³⁸⁶ AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 001.005, p. 93.

País que haviam deixado. Mesmo desterrados, tentavam interferir na cena política brasileira.

Em setembro de 1966, a UNE havia desencadeado uma série de protestos contra a ditadura, com destaque para os organizados em Minas Gerais, São Paulo, Distrito Federal e Rio de Janeiro. As manifestações eram principalmente contra a chamada Lei Suplicy de Carlos Lacerda, que, já em 1964, tornou ilegal as entidades de representação estudantil, e também contra o Acordo MEC-USAID (Ministério da Educação e Cultura-United States Agency for International Development), divulgado como uma parceria entre Brasil e EUA para a modernização da administração no Brasil, assinado em julho daquele ano.

Um dos pontos mais polêmicos era a cobrança de anuidade de estudantes do ensino superior. O acordo foi visto pelas organizações estudantis e demais críticos da ditadura, como “uma ação imperialista dos norte-americanos e uma ingerência dos Estados Unidos na educação nacional”³⁸⁷. Era essa a campanha à qual o informe faz referência.

Ainda em setembro ocorreu a prisão de 178 estudantes em um congresso clandestino da UNE realizado em São Bernardo do Campo, e o episódio que ficou conhecido como o Massacre da Praia Vermelha, quando cerca de seiscentos estudantes que protestavam na Faculdade Nacional de Medicina, no Rio de Janeiro, foram violentamente reprimidos pela polícia.³⁸⁸

Nos dois meses seguintes, aparece entre os interlocutores de Aragão o argentino J. Posadas, apontado nos documentos como um *perigoso* trotskista que teria tido envolvimento com o atentado no Aeroporto de Guararapes, em Pernambuco, e nas coordenações do movimento grevista em São Paulo e Porto Alegre.³⁸⁹ Também nesse período temos a criação do chamado

³⁸⁷ Siqueira, 2013.

³⁸⁸ Siqueira, 2013.

³⁸⁹ AN, COREG, Fundo CIEX, BR NA BSB IE 001.007, p. 10. No dia 25 de julho de 1966, explodiu uma bomba no saguão do aeroporto de Guararapes, onde centenas de pessoas esperavam pelo marechal Arthur da Costa e Silva, que sucederia Castello Branco na Presidência da República. A explosão matou um almirante, um jornalista e feriu 14 pessoas, inclusive uma criança. Naqueles dias, explodiram no Recife três bombas. Todas colocadas por um grupo ligado à Ação Popular, a AP. Quem montou e colocou o explosivo

Movimento de Resistência Militar Nacionalista (MRMN), o qual teria como objetivos principais a estruturação de comandos de guerrilhas para penetrar no Brasil.³⁹⁰

O primeiro ano de Aragão no exílio será marcado pelo confronto aberto entre ele e Leonel Brizola na disputa pelo comando entre os exilados que queriam voltar ao Brasil e lutar contra a ditadura. Os informantes diziam que era “cada vez mais crescente a hostilidade entre os asilados Leonel Brizola e Cândido da Costa Aragão [...]. A situação chegou a tal ponto que Aragão pensou em fazer uma declaração à imprensa denunciando Brizola de Industrial da Revolução Brasileira”.³⁹¹

O militar que participava do jogo político agora não confiava no político que queria jogar no campo militar. É o que fica evidente nesse momento do exílio. Essa conclusão não tem como base apenas os documentos oficiais. A própria filha do almirante, Dilma Aragão, nos confidenciou que durante o exílio no Uruguai teria acontecido um problema sério entre Aragão e Brizola e os dois se tornariam inimigos eternos.³⁹²

O asilado Cândido da Costa Aragão não aceitou o convite formulado por José Guimarães Neiva Moreira, para um almoço a “dois” na residência deste último.

Para tanto, Aragão teria escrito uma carta desculpando-se e dizendo, entre outras coisas, que sua posição é antagônica à de Brizola e Neiva Moreira, o que dificultaria qualquer diálogo.

Circula ainda, nos meios de asilados militares, que Leonel Brizola está preocupado com a posição de Cândido Aragão, contrária à sua liderança revolucionária e temeroso que Aragão tome uma atitude repentina “à la Jefferson” e coloque em xeque a sua posição de líder dos asilados na ROU e da própria revolução brasileira.

no aeroporto foi Raimundo Gonçalves Figueiredo, o “Raimundinho”. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2013/12/15/eduardo-campos-o-atentado-de-guararapes-por-elio-gaspari-518229.asp>. Acesso em: 19 dez. 2013.

³⁹⁰ AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 001.007, p. 16.

³⁹¹ AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 001.005, p. 72.

³⁹² Entrevista de Dilma Aragão ao autor. Rio de Janeiro, 13 de outubro de 2009.

A serem verdadeiras essas afirmações, poderiam impelir Brizola a uma ação precipitada. Por outro lado, os dados acima podem refletir um excessivo otimismo da parte dos asilados que formam o grupo “militar”.³⁹³

No início de dezembro, o MRMN vira Resistência Armada Nacionalista – RAN, tendo como signo uma rã. Anfíbia, como os fuzileiros navais do almirante paraibano.³⁹⁴ De acordo com documento do CIEEX, de 20 de dezembro de 1966, o grupo planejava:

- a. Obter recursos financeiros junto ao Partido Comunista Uruguaio (PCU) e à Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), através de contatos com Rodney Arismendi e Edmundo Soares Neto;
- b. Lançamento no Brasil de manifesto subversivo assinado por Cândido Aragão, visando especialmente as capitais dos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Guanabara e Rio de Janeiro;
- c. Ainda nas mesmas cidades, pichamento de paredes divulgando a nova sigla do grupo: RAN;
- d. Por intermédio da OLAS, enviar a Cuba os asilados Cândido Aragão, Daudt e Armando Magno de Araújo;
- e. Posteriormente, enviar grupos de dois a Cuba e Coréia do Norte para adestramento na técnica de guerra de guerrilhas;³⁹⁵

Observa-se no documento a referência à OLAS, uma organização inspirada no êxito da Revolução Cubana de 1956 que tentava aglutinar as esquerdas da América Latina. Em janeiro de

³⁹³ AN, COREG, Fundo CIEEX, BR AN BSB IE 001.007, p. 43. A expressão “à la Jefferson” citada no documento é uma referência ao ex-coronel da Artilharia do Exército Jefferson Cardim de Alencar Osório, que em março de 1965, por iniciativa própria, deixou o Uruguai e tentou iniciar um movimento guerrilheiro no Sul do País, passando pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. O coronel teve o apoio do sargento Alberi Vieira dos Santos, da Brigada Gaúcha, e formaram um grupo de 17 guerrilheiros. De acordo com Moniz Bandeira, Jefferson Cardim “foi barbaramente torturado em três quartéis do Exército, até sofrer uma crise de demência e ser submetido a tratamento médico”. Cf. Bandeira, 2010, p. 372. De acordo com Jorge Ferreira, 21 homens armados invadiram a cidade de Três Passos, no Rio Grande do Sul, tomaram uma rádio e leram um manifesto contra a ditadura militar. Ferreira, 2011, p. 569.

³⁹⁴ AN, COREG, Fundo CIEEX, BR AN BSB IE 001.008, p. 70.

³⁹⁵ AN, COREG, Fundo CIEEX, BR AN BSB IE 001.008, p. 70.

1966, quase dez anos após a vitória de Fidel Castro sobre as tropas de Fulgêncio Batista, ocorreu a I Conferência da Organização de Solidariedade dos Povos da Ásia, África e América Latina, que ficou conhecida como a *Tricontinental*.

No encontro, 82 países enviaram representantes, sendo que praticamente um terço era da América Latina.³⁹⁶ A *Tricontinental* objetivava coordenar os países do chamado Terceiro Mundo no sentido de unificar as bandeiras de luta contra o imperialismo capitalista (diga-se norte-americano), visto que as divergências não eram poucas. O debate mais notório envolvia os simpatizantes da via pacífica ao socialismo de um lado, e os entusiastas do caminho armado na outra margem.

Como fruto do encontro, surgiu por influência do líder chileno Salvador Allende a OLAS, que tinha como propósitos “Unir, coordenar, e estimular a luta contra o imperialismo americano por parte de todos os povos explorados da América Latina”.³⁹⁷ Uma grande conferência para consolidar a *Onda* aconteceria no ano seguinte. É importante situarmos esse debate no sentido de compreendermos todo o entusiasmo de Aragão e do grupo militar exilado no Uruguai e a determinação destes em partir para a luta armada contra a ditadura no Brasil.

Enquanto não se anunciava a chegada do Ano-Novo, os agentes do CIEX ainda soltaram várias notas sobre a movimentação de Aragão em dezembro de 1966. Seguindo os passos dos arapongas, ficamos sabendo que dois marinheiros desembarcaram em Montevideú e foram integrados à RAN, sendo acomodados na calle (rua) Emilio Romero, 422. Um deles era conhecido como Pinheiro.³⁹⁸ A chegada dos militares, excluídos da Marinha por suas participações na Rebelião dos Marinheiros de 1964, teria sido articulada, no Brasil, por Bayard Demaria Boiteux e pelo ex-sargento do Exército Amadeu da Luz Ferreira.

Outras notas dizem respeito à ida de sua filha Dilma Aragão a Montevideú. Segundo o documento, além de ter sido

³⁹⁶ Marques, 2009, p. 123.

³⁹⁷ Marques, 2009.

³⁹⁸ AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 001.008, p. 111.

convidada por Amaury Silva para ser a mensageira dos exilados – chamada pelo agente de pombo-correio –,³⁹⁹ Dilma retornaria ao Brasil levando informações para divulgar em jornais de oposição ao regime e recomendação de procurar o apoio do ex-deputado José Gomes Talarico.⁴⁰⁰ No dia 20 de dezembro, o jornal Última Hora publicou uma pequena reportagem, com chamada de capa, na qual Dilma Aragão denunciou o que ela chamou de “situação de penúria” dos exilados brasileiros no Uruguai.⁴⁰¹

Existem também notas em alusão ao contato de Aragão com Djalma Maranhão, jornalista e ex-prefeito de Natal, Rio Grande do Norte, que também passou um período exilado em Montevidéu. Em maio de 1966, o político havia conseguido autorização para viajar à Europa, e em setembro circulou entre os órgãos de informações que Maranhão estava em “Berlim Oriental para participar do 6º Congresso da Organização Internacional dos Jornalistas (OIJ)”.⁴⁰²

Consta ainda que Aragão teria sido destinatário de uma carta enviada pelo jornalista, na qual o conclamava a seguir os ensinamentos do marxismo-leninismo pois, “um comandante, nos dias de hoje, precisa de ideologia e deve armar-se com a dialética, para enfrentar os grandes combates militares e sociais”.⁴⁰³ Por essa viagem, ao retornar ao Uruguai, Djalma Maranhão teve problemas com a polícia local. “Em 10/dez/66 o asilado Djalma Maranhão viajou com a esposa para Punta del Este (ROU), a fim de fugir à busca imposta pela polícia uruguaia. Naquela cidade, o ‘alvo’ passará de sete a dez dias, retornando em seguida a Montevidéu”,⁴⁰⁴ relatou o agente. A partir daí aparece com destaque a relação entre ambos:

³⁹⁹ AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 001.008, p. 76.

⁴⁰⁰ AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 001.008, p. 48 e 76.

⁴⁰¹ Jornal Última Hora, 20 dez. 1966, edição vespertina, p. 10. Disponível em: <http://www.arquivostado.sp.gov.br/uhdigital/pdf.php?dia=20&mes=12&ano=1966&edicao=10&secao=>.

⁴⁰² AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 001.005, p. 94.

⁴⁰³ AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 001.005.

⁴⁰⁴ AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 001.008, p. 77.

[...] Cândido da Costa Aragão tem procurado estabelecer contato com o inspetor Gutierrez (lotado na Seção de Inteligencia y Enlace), com o objetivo de acalmar a movimentação policial em torno de Maranhão.

Comenta-se no meio de asilados brasileiros no Uruguai que Djalma Maranhão não tem problemas financeiros, de vez que emprestou 100 dólares a Cândido Aragão e paga, mensalmente, o montante de 7.500 pesos uruguaios pelo aluguel do apartamento onde reside.⁴⁰⁵

Também no último mês do ano, um grande relatório do CIEX, classificado como A-1, ou seja, de alta confiança para os órgãos, trouxe um balanço das atividades de brasileiros exilados no Uruguai no último semestre. Quatro grupos de exilados foram separados. Três deles como influenciados por lideranças e um grupo temático: “o grupo de João Goulart; o grupo militar (Cândido Aragão); o grupo de Leonel Brizola; e o grupo sindical”⁴⁰⁶ No relatório, o ex-presidente João Goulart é apresentado como um grande e rico latifundiário em terras uruguaias. Não seriam os agentes que iriam apresentá-lo, obviamente, como carismático, popular, ou outras referências elogiosas.

Além de possuir grandes extensões de campo e rebanhos, teria recentemente adquirido a maioria das ações do frigorífico “Tacuarembó”, na cidade de mesmo nome e deteria a propriedade de diversos imóveis em Montevidéu. [...] Goulart goza de um considerável círculo de relações nos meios oficiais do Uruguai. No Partido Nacional (blanco), Goulart tem um amigo na pessoa do conselheiro do governo Alberto Heber Usher e mantém vinculações com o senador Eduardo Víctor Haedo e com o ministro de Interior, Nicolas Storace Arrosa.⁴⁰⁷

⁴⁰⁵ AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 001.008.

⁴⁰⁶ AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 001.008, p. 121.

⁴⁰⁷ AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 001.008, p. 122.

As atividades de Jango na política interna uruguaia também aparecem no Partido Colorado, contribuindo financeiramente para “a campanha de Jorge Battle Y Ibañez”. Entre os exilados brasileiros, Goulart contribuía mensalmente para a Associação de Exilados e fornecia uma quantia em dinheiro para aqueles que chegavam ao Uruguai com pouco ou nenhum recurso.

Sobre as relações pessoais do presidente deposto com Leonel Brizola, o documento revela que estavam rompidas. O contato entre ambos era feito por emissários. “Não existem relações pessoais entre Goulart e seu cunhado Brizola. Os dois teriam chegado às vias de fato, pouco depois de se asilarem no Uruguai; não há registro de qualquer contato entre os dois, nos últimos meses [...]”,⁴⁰⁸ disse o agente.

Esse clima tenso entre os ex-companheiros vinha se revelando desde o período pré-golpe e ficou mais explícito nos primeiros anos do exílio no Uruguai. Nas memórias do ex-ministro de Jango, Abelardo Jurema (1964, p. 74), “não era fácil ao presidente governar com um Brizola a tiracolo, mas lhe era muito difícil libertar-se dele”. Jurema ainda relembrou a preocupação de Jango com a estreita relação entre Brizola e Aragão antes do golpe. “Por mais de uma vez me dizia, rindo, que falasse ao almirante Aragão para não se influenciar muito com o Brizola, não esquecendo que sua promoção e o posto-chave que ocupava eram resultantes da sua confiança e da sua amizade”.

Na análise de Jorge Ferreira (2011, p. 566), “as divergências políticas e as mágoas recíprocas que vinham acumulando um do outro tornaram a convivência [no exílio] praticamente impossível. Jango era incisivo em relação a qualquer atitude de enfrentamento armado com o regime dos militares”, ressaltando que,

A Brizola, ele dizia: “Você irá matar muitos companheiros nossos e não irá resolver nada”. Desde o primeiro dia de exílio mantinha-se discreto, mas recebia solidariamente qualquer exilado que o procurasse, embora evitasse ações que pudessem ser interpretadas como provocações ao regime militar. A estratégia de

⁴⁰⁸ AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 001.008, p. 123.

Brizola era bem diferente: atacar diretamente a ditadura. Ele já chegou em território uruguaio determinado a retornar ao Brasil liderando um levante popular e militar.

Ainda no campo de influência de Goulart, sua relação com os sindicalistas é apontada pelos agentes como a mais estreita entre os grupos de exilados. Entre eles, são citados como assessores diretos de Jango Luís Cláudio Braga Duarte e Humberto Pinheiro, e Dante Pellacani, figura de proa do CGT no período do governo João Goulart.

Sobre o grupo liderado por Aragão, consta no mesmo relatório o completo rompimento entre Brizola e o almirante, em virtude de o líder político gaúcho não ter aceitado a sugestão de Aragão para que assumisse a liderança direta de uma ação revolucionária, entrando em território brasileiro à frente dos asilados. Em relação aos membros mais notórios do grupo guerrilheiro criado pelo fuzileiro, as informações dão conta de que andavam em busca de recursos para viabilizar toda a logística da guerrilha. Os financiadores prioritários do dinheiro que tentariam conseguir seriam China e Cuba. Mas chegaram tarde.

Em relação a Pequim a gestão consistiu em explanação feita por Cândido Aragão, Emanuel Nicoll e Alfredo Daudt a Ruben Nuñez (diretor da sucursal em Montevidéu da Agência de Notícias Nova China) e Sarandy Cabrera (membro da Diretoria do Instituto Cultural Uruguai-China), representantes de Pequim em Montevidéu [...]. A estes elementos foi, ainda, dito que Aragão poderia ir a Pequim explicar pessoalmente o programa e as necessidades do MRMN às autoridades responsáveis [...]. No que se refere a Havana, a solicitação do MRMN de recursos e assessoria técnica feita por intermédio do deputado (pelo Movimento Revolucionario Oriental – MRO) uruguaio Ariel Collazo e do presidente do MRO, Armando Cuervo, teria chegado posteriormente ao levantamento feito por emissários especiais de [Fidel] Castro, no 1º trimestre de 1966, das reais possibilidades dos grupos subversivos da América Latina. Essa primeira inspeção parece ter resultado, no que concerne

a grupos brasileiros, na indicação de que Leonel Brizola seria o líder em melhores condições de levar adiante uma ação subversiva, refletindo-se, em consequência, em apoio material ao grupo do ex-deputado petebista. Agora, há indicações de que enviados de Havana estariam por realizar nova missão de inspeção pela América Latina, sendo de supor que os dirigentes cubanos estejam procedendo a um reexame do seu auxílio aos grupos brasileiros, levando em conta o surgimento do MRMN. Confirmando essa hipótese, vale ressaltar que Brizola nas últimas seis semanas tem revelado preocupação em reduzir drasticamente seus gastos, o que tem ocasionado sério descontentamento entre seus liderados.⁴⁰⁹

A análise das informações contidas nesse documento e nas demais fontes citadas apontam para o seguinte diagnóstico: o período que Aragão passou na embaixada no Uruguai, entre 1964 e novembro de 1965, foi essencial para que Brizola se estabelecesse como a grande liderança política entre os asilados brasileiros no Uruguai e começasse a articular com os cubanos o apoio para um possível movimento armado.

A chegada de Aragão a Montevideú vai ofuscar de certa maneira o brilho do político entre os militares exilados. Entretanto, sendo muito mais jovem que Aragão e contando com recursos oriundos de Fidel, tudo isso aliado à sua destacada trajetória política, o ex-deputado era, naquele momento, o principal articulador da guerrilha que tentaria agir no Brasil com o apoio de Cuba. Ele já estava atuando, mas Aragão não sabia.

E a situação do grupo militar também não era animadora. A espera por recursos para as ações armadas também atingia a liderança dos ex-fardados, naquele momento sob a sigla de Movimento de Resistência Militar Nacionalista (MRMN):

Nos últimos dois meses, diante da necessidade de aguardar, ainda por algum tempo, as respostas de Pequim e Havana e possivelmente premidos pela escassez de recursos disponíveis, inclusive para suas necessidades pessoais (Aragão e Nicoll estariam

⁴⁰⁹ AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 001.008, p. 124 e 125.

reduzidos à penúria), os dirigentes do MRMN estabeleceram uma vinculação com o Partido Comunista Uruguaio (PCU), o qual está fornecendo acomodações e recursos financeiros para a instalação de integrantes do grupo “militar” em Montevidéu.

O MRMN reúne a maioria dos elementos militares asilados no Uruguai e, à medida em que vão chegando ao país, outros asilados ou refugiados ex-membros da Forças Armadas, cuja tendência é aderir ao grupo “militar” [...].⁴¹⁰

Em seguida aparece uma clara dúvida da efetiva liderança de Aragão entre os militares no exílio. Tudo dependeria da chegada dos recursos. No relatório, há ainda outras preocupações em relação aos militares exilados organizados sob o símbolo anfíbio, principalmente quanto às táticas que poderiam ser utilizadas por eles.

A se concretizar o auxílio solicitado a Pequim ou Havana, a RAN tem possibilidade de desencadear ações subversivas em território nacional, valendo lembrar que em seu programa de ação [...] eram contemplados atentados contra estrangeiros (norte-americanos).⁴¹¹

Haveria ainda a possibilidade de o grupo ser mais influenciado diretamente pelos partidos comunistas e dessa maneira abandonar o interesse pelas ações armadas, mesmo assim, a vigilância da ditadura sobre o grupo deveria ser mantida a todo instante. É o que fica explícito nas linhas seguintes:

[...] na medida em que o PCB, através do PCU e pela ação de seus representantes no grupo “militar”, consiga impor sua orientação e disciplina à RAN, esta perderá as características de grupo dedicado à ação revolucionária direta (violenta) e tenderá a enquadrar-se, como núcleo militar, num esquema mais amplo de ação comunista, podendo tornar-se assim mais eficaz e perigosa.⁴¹²

⁴¹⁰ AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 001.008, p. 125.

⁴¹¹ AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 001.008.

⁴¹² AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 001.008.

A situação do chamado “Grupo de Brizola” era melhor, mas não tão confortável. Sob pressão da incômoda presença do almirante paraibano, era chegada a hora da ação. Mais uma vez utilizando o documento do CIEX, com rara precisão analítica, temos uma projeção bem real sobre as decisões de Brizola para o ano seguinte. Temos que ressaltar o uso do vocabulário empregado pelo agente, onde o guerrilheiro é tratado como “terrorista”.

[...] apesar do desgaste que vem sofrendo sua liderança entre os asilados e de um aparente descontentamento de todos os elementos que, no Brasil e mesmo do exterior, vinham apoiando ou subsidiando seus planos subversivos, parece ainda reunir algumas condições para promover ações subversivas em território brasileiro. Os recursos por ele recebidos de Havana, ainda que possam ter sido recentemente reduzidos, já terão sido suficientes para a aquisição de armamento e foram certamente utilizados para a montagem de uma rede de comunicações, cujo funcionamento parece ser bastante eficiente.

Dispondo desses dois elementos, ficariam faltando a Brizola os quadros para o desencadeamento da ação e o momento oportuno, levada em conta a situação política tanto no Brasil quanto no Uruguai.

Brizola tem tentado preencher o primeiro requisito através do adestramento dos elementos de que dispõe no Uruguai (contatos com Abraão Guillen e Caballero Ferreira, terroristas espanhol e paraguaio) e do envio de elementos procedentes do Brasil a Havana para treinamento nas escolas de guerrilha de Fidel Castro. Não é possível precisar o grau de êxito que Brizola terá obtido nesse empreendimento, mas é lícito presumir que já dispunha de um núcleo de terroristas adestrados.

Sobre o intitulado “grupo sindical”, o relatório o coloca sob a tutela de Jango como um instrumento de equilíbrio e de anulação às propostas revolucionárias de Brizola e Aragão e aponta Luis Claudio Braga Duarte, Humberto Pinheiro e Dante Pellacani como seus contatos diretos, o primeiro por razões financeiras.

Então, efetivamente, seriam assim três grupos e não quatro como deduziu o agente. O grupo de Jango, o de Brizola e o de Aragão. O imaginado grupo foi assim descrito:

Até o presente, as táticas e os objetivos do grupo sindical têm coincidido inteiramente com as que parecem orientar o comportamento do ex-presidente Goulart. Há indícios de que o PCB, por intermédio do grupo sindical, está procurando contar com o apoio de Goulart para seu programa de recomposição das bases político-sindicais de que dispunha no Brasil antes da Revolução de mar/64. Nesse sentido mantém, nos termos descritos anteriormente, a vinculação dos sindicalistas com o ex-presidente se desenvolve, através dos seus elementos junto aos grupos de Brizola e de Aragão uma ação discreta, tendente a desencorajar o desencadeamento precipitado de uma ação revolucionária.⁴¹³

Em outros trechos do relatório semestral, o agente fez uma rara análise da política interna uruguaia e a presença dos exilados brasileiros. A leitura do texto, sua análise e o cruzamento com outras fontes,⁴¹⁴ nos fornece considerações importantes sobre o impacto da presença de um ex-presidente, também grande empresário; de políticos; sindicalistas; e militares cassados no pequeno país do Cone Sul.

Os asilados brasileiros no Uruguai têm contado com considerável simpatia e tolerância da parte do governo uruguaio. Além da tradição uruguaia de dispensar tratamento liberal a asilados e exilados procedentes de qualquer país do mundo e, em particular, de seus vizinhos continentais, contribui muito para a acolhida dada aos brasileiros a presença em seu meio de dois políticos do Rio Grande do Sul (Goulart e Brizola), estreitamente vinculados, por laços de amizade e negócios, a figuras influentes no Uruguai. Além disso, muitos dos elementos de menor importância entre os asilados também procedem do Rio Grande do Sul, alguns da faixa de fronteira, onde a característica da

⁴¹³ AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 001.008, p. 134.

⁴¹⁴ Ver Tavares, 1999, e Rollemberg, 1999.

nacionalidade é diluída pelos contatos constantes, pelas ligações de família e pelos interesses comerciais.

Nessas circunstâncias, frequentes foram os casos, nos últimos dois anos, em que se fez sentir a relutância das autoridades uruguaias, nos mais diferentes níveis, em coibir mais efetivamente as atividades dos asilados, dirigidas contra o governo brasileiro.⁴¹⁵

É importante destacar que, nesses primeiros três anos da presença de exilados brasileiros no Uruguai, estava no poder o Partido Nacional, conhecido como *Blanco*. De tradição conservadora, os membros do partido possivelmente viam com preocupação as ligações de exilados brasileiros com as esquerdas uruguaias, inclusive com o PCU. Comprovando isso, há o caso da ameaça de expulsão do sindicalista Dante Pellacani, quando as autoridades uruguaias perceberam sua tentativa de intervir nas atividades dos sindicatos daquele país.⁴¹⁶

Sendo de tradição conservadora, os *Blancos*, evidentemente, não eram os interlocutores preferidos dos exilados brasileiros. Era com os seus opositores, os *Colorados*, que os desterrados poderiam contar em caso de qualquer ingerência maior das autoridades uruguaias. Estando na oposição, podiam “encontrar munição para ataques ao governo em medidas restritivas que fossem aplicadas às atividades dos asilados (sic)”⁴¹⁷

Ao analisar o processo político uruguaio na segunda metade do século XX, Enrique Serra Padrós concluiu que “uma profunda crise interna se arrastava desde o fim da Guerra da Coreia (1950-1953), o que levou à perda dos mercados da carne e da lã uruguaia, gerando, conseqüentemente, desemprego, pobreza, arrocho salarial, deterioração dos serviços estatais e violência policial”.⁴¹⁸ Segundo Padrós, esses fatores, “combinados com o clima de Guerra Fria e o impacto da Revolução Cubana e da imposição de ditaduras no Brasil (1964) e na Argentina (1966) provocaram

⁴¹⁵ Rollemberg, 1999, p. 135.

⁴¹⁶ Rollemberg, 1999.

⁴¹⁷ Rollemberg, 1999.

⁴¹⁸ Padrós, 2013.

importantes mobilizações sindicais, estudantis e o surgimento da organização guerrilheira tupamara”.⁴¹⁹ Para Alexandra Barahona Brito (2003, p. 115 e 116),

A crise do Estado de bem-estar, que surge a partir da estagnação da economia a partir da década de 1950, e a incapacidade do sistema partidário tradicional de lidar com os seus efeitos produziu uma perda de confiança no sistema político, aumentou o extremismo político num contexto onde o marxismo já ganhava força, um crescimento da mobilização sindical e o surgimento da violência armada com os *Tupamaros*, a partir dos anos 60. Com a criação da Confederação Nacional de Trabalhadores (CNT), em 1966, aumentou a mobilização [...].

O ano de 1966 também foi o da nova Constituição no Uruguai e de eleições presidenciais. O país, que era governado por um colegiado, apostava no presidencialismo para alavancar o desenvolvimento econômico e social.⁴²⁰ Através de um plebiscito, a população optou pela mudança e, nas eleições de novembro, sagrou-se vencedor o general da reserva Oscar Gestido, do Partido Colorado. Ele substituiria o colegiado, formado por membros do Partido Nacional (Blanco).

A política uruguaia não passou à margem das observações de um dos agentes brasileiros. Com o resultado das eleições em mãos e sabendo que a posse aconteceria em março de 1967, não se absteve em tecer previsões para o futuro dos exilados brasileiros no Uruguai.

Em linhas gerais, o agente reportou aos diplomatas do Itamaraty, em dezembro de 1966, que a volta do Partido Colorado ao poder poderia representar para os exilados uma possível melhoria na relação com as autoridades uruguaias “que se deverá traduzir por maior influência nos meios de imprensa, maior acesso aos diversos escalões da administração pública do país e maior

⁴¹⁹ Padrós, 2013.

⁴²⁰ Cf. “Documental Uruguay (1966-1980)”. Video divulgado por Agrupación Compañeros – Partido Nacional. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=9TRdxDuw1fs>. Acesso em: 10 nov. 2013.

liberdade de movimentos”,⁴²¹ ressaltando que uma previsão mais exata da relação do novo governo uruguaio com os exilados brasileiros iria depender da composição ministerial a ser montada por Oscar Gestido. Não faltou uma análise do perfil psicológico do general eleito:

De outra parte, a própria personalidade de Gestido deverá ter alguma influência na atitude a ser adotada pelo Uruguai no tocante ao problema de asilados (sic) e, em última análise, na condução de suas relações com o Brasil. O presidente eleito, homem de 65 anos de idade, é de tendência conservadora e firmou reputação de absoluta integridade pessoal, dedicação ao trabalho e considerável capacidade administrativa. Essas características pessoais de Gestido poderão influir na conduta do governo uruguaio, levando-o a assumir atitudes de maior correção nos seus contatos com o governo brasileiro e restringindo o acesso dos asilados (sic), principalmente daqueles obviamente vinculados às esquerdas, à autoridade máxima do país.⁴²²

Gestido ainda não tomara posse, e entre dezembro de 1966 e janeiro de 1967 Aragão foi convocado duas vezes para prestar explicações. Em ambas situações, foi o ministro do interior, Augusto Legnani, que, assessorado pelo serviço de inteligência uruguaio, advertiu Aragão. Primeiro, por ter participado – junto com outros asilados – de um “ato público de solidariedade com Cuba”, em 13 de dezembro de 1966.⁴²³ Na segunda convocação, em janeiro, disse mais uma vez para Aragão não participar de atos políticos.⁴²⁴ Outra nota secreta do mês de janeiro fez alusão à passagem por Montevidéu do filho de Aragão, Dilson, nos últimos dias de 1966. Além de visitar o pai, teria ido como representante da “Associação dos Cassados pela Revolução (sic)”, dirigida pelo professor Bayard Boiteux, no Rio de Janeiro, que estaria organizando espetáculos no Brasil com o objetivo de arrecadar fundos

⁴²¹ AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 001.008, p. 136.

⁴²² AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 001.008.

⁴²³ AN, COREG, Fundo CIEX, IE 02.03.

⁴²⁴ AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 002.001, p. 9.

para os exilados brasileiros no Uruguai. A cantora Nara Leão foi citada como uma das artistas já contatadas.⁴²⁵

Ainda sobre seu filho, consta em um dos documentos que teria enviado carta ao pai comunicando sua filiação ao Partido Comunista do Brasil – PC do B –, sigla inspirada no modelo chinês de socialismo – o maoísmo.⁴²⁶

A vigilância interna também era constante. Em certos momentos, possivelmente por ser visto apenas como militar anti-imperialista e sem vinculação orgânica com nenhum partido ou linha ideológica das esquerdas internacionais, Aragão aparece sendo “disputado” por algumas correntes a bombordo. É o que deixam claro vários documentos retransmitidos ao CIEX. Uma possível viagem do exilado à China foi motivo de agitação entre os órgãos de vigilância uruguaios e brasileiros, como também do Partido Comunista Uruguaio.

1. A Direção do Partido Comunista Uruguaio não vê com bons olhos a possibilidade de viagem de Aragão ao México e à China.
2. Os inconvenientes apontados seriam:
3. A tendência chinesa do Movimento de Liberação Latino-Americana (M.L.L.);
4. A possibilidade de exploração, pela China, da adesão de uma figura militar latino-americana, de relativo prestígio.
5. Diante disso, está sendo estudada uma maneira de impedir essas viagens de Aragão. Por sugestão de Emmanuel Nicoll, que age em coordenação com o PCB, uma das formas a serem examinadas pelo PCU seria:
6. Conceder, de imediato, substancial ajuda à RAN e, por conseguinte, ao próprio Aragão;
7. Promover convite a Aragão para visitar a URSS e outros países da Cortina de Ferro; feito isto, convencer Aragão a estabelecer residência atrás da cortina, possivelmente em Praga.

⁴²⁵ AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 002.001, p. 36.

⁴²⁶ AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 001.008. Abordaremos o maoísmo nas páginas seguintes deste capítulo.

8. A vantagem final do esquema acima descrito seria permitir que Nicoll, na liderança efetiva da RAN, pudesse enquadrá-la na orientação comunista ortodoxa, aproveitando o nome e a influência de Aragão, que estaria isolado e impedido de tomar iniciativas divergentes.⁴²⁷

Ao que parece, Aragão estava mesmo disposto a viajar. No Uruguai não conseguiu o apoio que queria. Conforme já destacado, ele havia chegado tarde e Brizola, não gratuitamente, era mesmo o preferido dos cubanos para empreender a guerrilha no Brasil. Possivelmente, não tinha um lugar único de destino, ou de escolha. Aragão queria internacionalizar-se, conhecer de perto outros mundos, principalmente aqueles alinhados ao anti-imperialismo norte-americano. Para onde ir? Teria ele se acalmado e desistido de sua ideia fixa de invadir o Brasil? A turma da RAN onde estaria? E Brizola, Neiva Moreira, Dagoberto Rodrigues?

Brizola sai na frente

De acordo com Denise Rollemberg (1999, p. 28), no Uruguai, Brizola foi o principal catalisador das forças. O golpe só reforçava a opção feita antes de 1964 pela luta armada, haja vista a tentativa de formar o “Grupo dos 11”. Tendo resistido inicialmente à teoria do *foco* guerrilheiro,⁴²⁸ ele aderiu ao foquismo após o fracasso do coronel Jeferson Cardim.

Brizola agrupou em torno de si os sargentos e marinheiros expulsos das corporações e perseguidos pelos militares e

⁴²⁷ AN, COREG, Fundo CIEX, IE 02.02.

⁴²⁸ De acordo com a teoria do *foco* guerrilheiro, este deveria ser desencadeado a partir de uma região estrategicamente favorável ao desencadeamento da luta armada, onde um pequeno grupo de guerrilheiros realizaria as primeiras ações armadas do processo revolucionário. A partir das ações do contingente e do apoio das massas camponesas entre as quais se realizaria a propaganda armada, seriam criadas as condições necessárias para a transformação da região numa zona de guerrilhas, permitindo o surgimento de novas zonas de guerrilhas e ampliando sua zona de ação, dando-se assim os primeiros passos para a construção do Exército Popular Revolucionário. Dois livros teriam influenciado a esquerda brasileira a aderir ao foquismo: *A guerra de guerrilhas* de Che Guevara (1961) e *Revolução na revolução* (1967), do francês Régis Debray. Cf. Sales, 2007, p. 69; 91 e 92.

formou uma espécie de Estado-Maior com o ex-deputado Neiva Moreira, o seu assessor no governo do Rio Grande do Sul, Paulo Schilling, o ex-deputado pelo PSB, Max da Costa Santos, e o coronel Dagoberto Rodrigues.

Ainda segundo Rollemberg, provavelmente, a possibilidade de contar com o apoio do governo cubano tenha sido decisiva para a reorientação de Brizola.⁴²⁹ Ao aderir ao foquismo, o grupo recebeu o nome de Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), mas Brizola preferia Morena – Movimento de Resistência Nacionalista. Segundo Neiva Moreira, inicialmente eram previstos quatro focos guerrilheiros: Aparados da Serra – Rio Grande do Sul; Caparaó – Minas; a zona florestal entre São Paulo e o litoral; e uma área em Mato Grosso. No entanto, ele, maranhense de Nova Iorque, cidade localizada a 600km de São Luís, afirmou ter influenciado para que fosse implantado um foco guerrilheiro na região de Imperatriz, no Maranhão. Segundo Moreira, uma das hipóteses era montar o foco guerrilheiro na região conhecida como Bico do Papagaio.⁴³⁰

Muito frequentemente associado apenas com o episódio da tentativa de implantação de um foco guerrilheiro em Minas Gerais, na Serra do Caparaó, as pretensões do MNR eram muito mais ambiciosas do que conhecemos sobre essa organização. Efetivamente, três desses focos entraram na fase de preparação, envolvendo levantamento geográfico, questões logísticas e formação de guerrilheiros: Caparaó, Imperatriz/Marabá e Mato Grosso. Todos esses núcleos tiveram marinheiros e fuzileiros em posições de destaque. Nos dois últimos, eram os *comandantes*, assessorados por mais de uma dezena de companheiros navegantes.⁴³¹

Sobre o apoio de Cuba ao MNR, Rollemberg ressaltou que aconteceu na forma de treinamento guerrilheiro e em dinheiro. Há também relatos de apoio vindo da Guiana, com a oferta de armas. De acordo com a autora, a questão do dinheiro é mais um tabu, entre outros, na história do apoio cubano à luta armada no Brasil.

⁴²⁹ Rollemberg, 1999, 2001, p. 28.

⁴³⁰ Louzeiro, 1989, p. 229. Citado em Almeida, 2012, p. 102.

⁴³¹ Almeida, 2012, p. 103.

“Fala-se nela com reservas, embora o próprio Brizola já tenha admitido ter recebido dinheiro de Cuba”⁴³² Aragão tinha perdido duas vezes, o apoio logístico e os recursos humanos personalizados nos ex-marinheiros e fuzileiros navais recrutados por Brizola.

No início de 1966, quando Aragão ainda tentava se adaptar à vida de exilado, alguns guerrilheiros já estavam de volta ao Brasil, clandestinamente. O grupo de Caparaó era o mais promissor, ou, nas palavras de Flávio Tavares, com certa ironia jornalística: “o grupo estava algures, noutra geografia mantida em sigilo, e progredia ‘cada vez mais’”.⁴³³ Restava aos demais comandantes guerrilheiros do Morena seguir o exemplo dos companheiros “bem-sucedidos” nas montanhas de Caparaó.⁴³⁴ Já haviam voltado ao Brasil depois de fazer treinamento guerrilheiro em Cuba os ex-marinheiros Marcos Antônio, José Duarte e Avelino Capitani, dentre outros.

Havia ainda a perspectiva da presença de Che Guevara em território brasileiro no sentido de contribuir com a luta armada, especificamente nesse contexto do MNR. Embora os preparativos já estivessem a todo vapor desde o início do ano, só em outubro de 1966 os guerrilheiros subiram a serra e se instalaram nas matas. Segundo Denise Rollemberg, em novembro de 1966, quando começava Caparaó, “Guevara teria ido a Montevidéu e encontrado Brizola [...]. Nessa mesma época do possível contato de Che com Brizola, teria havido o encontro de Che, em São Paulo, com Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira, dirigente da ALN”⁴³⁵.

Ao passar do tempo, o otimismo de alguns brizolistas no exílio uruguaio para com o foco guerrilheiro de Caparaó não se confirmaria. O grupo “mineiro” do MNR começou a enfrentar uma série de desafios, entre eles: dificuldade em se relacionar com os camponeses da região; abastecimento deficiente; desentendimentos pessoais – o que minava a hierarquia da guerrilha – inospitalidade da região; problemas de ordem pessoal e familiar

⁴³² Rollemberg, 1999, 2001, p. 31.

⁴³³ Tavares, 1999, p. 194 e 195.

⁴³⁴ Idem. Cf Almeida, 2012, p. 106.

⁴³⁵ Rollemberg, 1999, 2001, p. 35.

(nascimento de filhos, saudade da família etc.) e, a demora em entrar em combate efetivamente.⁴³⁶ Esses fatores foram provocando deserções e desistências, inclusive a do subcomandante Jelcy.

A presença dos homens cabeludos e barbudos na região passou a ser vista com desconfiança pela população, justamente o contrário do que deveria ocorrer, ou seja, a guerrilha deveria ter na comunidade local sua forte aliada.⁴³⁷ O apoio logístico que vinha do Rio de Janeiro, capitaneado pelo professor Bayard Boiteux e por Amadeu Rocha, os quais articulavam apoio político e financeiro como intermediários de Brizola, não foram suficientes para vencer aqueles desafios, agravados pela deprimente combinação fome-doença-desânimo.

Foi dessa forma, melancólica, que o grupo guerrilheiro de Caparaó caiu, cerca de um ano após ter se instalado na região. Ironicamente, em 1º de abril de 1967, data em que o *Regime* completava três anos. Cercados pela polícia mineira, restavam apenas sete “guerrilheiros”, os quais não tiveram tempo de reagir. O Exército, que em um primeiro momento desconfiou daquela operação bem-sucedida da polícia mineira, tentou depois forjar um combate para liquidar o grupo. Entretanto, eles já tinham sido salvos, paradoxalmente, por uma fotografia mandada tirar pelo comandante do 11º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais, coronel Jacinto do Amaral Melo.⁴³⁸

Na imagem, que percorreria as edições de jornais e revistas nos dias seguintes, aparecem oito prisioneiros. Aos sete presos pela operação somou-se Amarantho Jorge, detido três dias antes por porte de armas quando foi à cidade comprar remédios para Avelino Capitani, que, segundo os relatos, não resistiria por muito tempo. Soube-se depois que ele sofria de peste bubônica.

Mas a realidade é que o foco guerrilheiro de Caparaó tinha fracassado. Na imprensa, não faltaram notícias desencontradas, as

⁴³⁶ Todos esses aspectos estão ressaltados na bibliografia existente sobre a guerrilha. Para um maior aprofundamento, ver Costa, 2006; Boiteux, 2006; Rebello, 1980; Kuperman, 1992.

⁴³⁷ Para a relação comunidade – guerrilheiros, ver o documentário: *CAPARAÓ*, Flávio Frederico. Kinoscópio, 2006.

⁴³⁸ A lúcida análise é de José Caldas Costa, entrevista a Flávio Frederico. In *CAPARAÓ*, Flávio Frederico. Kinoscópio, 2006.

quais mencionavam até uma possível presença do *cabo* Anselmo na região. Este estava desaparecido desde sua fuga do Alto da Boa Vista. Nos dias e meses seguintes à queda de Caparaó, o Exército armou seu espetáculo. Cerca de dois mil homens desembarcaram na pacata região e montaram uma estrondosa operação, inclusive com aviões bombardeando a serra.⁴³⁹

A experiência fracassada de Brizola e seu Estado-Maior com a queda do núcleo guerrilheiro de Caparaó marcou muitos daqueles que se envolveram diretamente no episódio. Houve, mesmo após vários anos do acontecido, dificuldade extrema de os envolvidos nas negociações com Havana falarem abertamente sobre o assunto.⁴⁴⁰ Talvez, houvesse chegado a hora de Aragão ocupar o vácuo deixado por Brizola nas relações com os cubanos. E lá foi ele.

“Cabo” Anselmo, sensação em Havana?!

Nos primeiros dias de julho de 1967, Aragão foi visto em Zurique, Suíça, em trânsito para Praga, na Tchecoslováquia, que à época fazia parte da área de influência da União Soviética – centro de atração de muitos simpatizantes do socialismo. Segundo o informante, ele teria se hospedado no Hotel Seilerhof e preenchido a ficha como Cândido da Costa. Sem receber visitas, partiu para Praga no dia 2 de julho em avião da companhia “Swissair”.⁴⁴¹ No mesmo maço de papéis, surge ainda o co-

⁴³⁹ Costa, 2006. Cf. Almeida, 2012, p. 108.

⁴⁴⁰ Sobre o silêncio, Denise Rollemberg relatou que “Uma vez que Brizola e Neiva Moreira recusam-se [recusaram-se] a falar sobre Caparaó, a reconstrução da história do apoio de Cuba à luta armada é limitada, ficando difícil saber se seus projetos estavam – e como estavam –, de fato, articulados ao de Che Guevara. As informações são contraditórias e, provavelmente, apenas estes dirigentes poderiam esclarecê-las. Tanto tempo depois, por que é impossível obter de seus principais articuladores o testemunho das relações dos dois movimentos com o governo cubano? Talvez a mística em torno das relações com Cuba tenha sido tão intensamente vivida que ainda hoje teima em sobreviver, condenando a história ao silêncio, perpetuando-a como algo *impronunciável*”. Rollemberg, 1999, p. 37.

⁴⁴¹ AN, COREG, BR AN BSB IE 002.010, p. 47.

dinome do agente da ditadura brasileira que se infiltrara entre os asilados no Uruguai, e vivia ombro a ombro com Aragão. Trata-se de Alberto Conrado Avegno, que se apresentava em Montevideu como secretário de Aragão.⁴⁴²

Uma reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, do dia 16 de dezembro de 2012, revelou que, de 1967 a 1980, Alberto Conrado Avegno teve intensa atividade secreta, como infiltrado da ditadura militar (1964-85) entre os exilados brasileiros no Uruguai. Interceptava e copiava cartas, produzia relatórios com nomes, endereços e planos, dando subsídios a 361 informes da ditadura apenas entre 1974 e 75. Fez viagens internacionais para cumprir “missões” do governo brasileiro. Foi detido duas vezes, no Uruguai e no Brasil, e liberado ao revelar-se infiltrado. Identificado nos relatórios sob diferentes codinomes – “Altair”, “Johnson”, “Mário”, “Carlos Silveira” e até mesmo “Zuleica” –, ao longo de 14 anos ele se firmou como “único homem infiltrado no meio subversivo e peça fundamental do esquema de segurança do Brasil no Uruguai. Sua família tinha muitos contatos na alta sociedade do pequeno país do Cone Sul, onde seu avô servira como embaixador do Brasil.”⁴⁴³

O destino de Aragão era Cuba, haja vista que em outubro o Itamaraty foi informado de que Max da Costa Santos (ex-deputado janguista), José Anselmo dos Santos (“cabo” Anselmo), Carlos Marighella e Aragão estavam de volta a Praga, após terem participado, em Havana, da primeira reunião do Comitê de Solidariedade aos Povos da América Latina (I Cospal).⁴⁴⁴ Ou seja,

⁴⁴² A reportagem ainda destacou fatos que já mencionamos aqui: Os primeiros documentos sigilosos sobre o araponga datam da segunda metade dos anos 60. Até 1973, quando sobreveio a ditadura militar uruguaia, foram parar em Montevideu dezenas de militantes e perseguidos no Brasil, incluindo o presidente deposto, João Goulart, que viveu em fazendas no interior do país a partir de 1964, o ex-governador do RS Leonel Brizola, o ex-ministro Darcy Ribeiro, o almirante Cândido Aragão e os coronéis cassados Emanuel Nicoll e Jefferson Cardim Osório. Conrado se aproximou de todos eles valendo-se de sua dupla nacionalidade – nasceu no prédio do consulado do Brasil em Salto – e do prestígio de sua família de diplomatas”. Cf. Valente, Rubens e Leitão, Matheus. “O araponga uruguaio”. Disponível em : <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/84076-o-araponga-uruguaio.shtml>. Acesso em: 18 dez. 2013.

⁴⁴³ Valente, Rubens e Leitão, Matheus. “O araponga uruguaio”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/84076-o-araponga-uruguaio.shtml>. Acesso em: 18 dez. 2013..

⁴⁴⁴ AN, COREG, BR AN BSB IE 002.010, p. 9.

a ida pela Suíça e Praga fazia parte da rota para se chegar a Havana. O encontro é comumente lembrado como o momento de efetivação da Organização Latino-Americana de Solidariedade – OLAS, e foi realizado entre os dias 31 de agosto e 10 de julho, tendo sido agendado no ano anterior.

Não foi Aragão, Marighella, nem Aloísio Palhano – ex-dirigente sindical e chefe da delegação –, quem se destacou no encontro das esquerdas da América Latina. Se consideramos a cobertura do evento feita pela imprensa brasileira, o ex-marinheiro foi a grande estrela. O orador exaltado da Associação dos Marinheiros que havia se refugiado na embaixada mexicana e foi preso, ainda em 1964, depois de ter saído da representação estrangeira, teria chegado a Cuba em 1966 após ser resgatado da delegacia do Alto da Boa Vista, no Rio de Janeiro, no esquema do MNR montado por Brizola.

Depois de dois anos preso e já bem relacionado com policiais daquela delegacia, Anselmo conseguiu fugir, sem dificuldades, em uma bem organizada operação que, além de contar com ex-companheiros da Marinha, teve a ajuda financeira do jornalista Flávio Tavares, que na época já articulava com Brizola, exilado no Uruguai, a organização do Movimento Nacionalista Revolucionário, o MNR.⁴⁴⁵ O Uruguai foi o primeiro destino de Anselmo fora do País. Na realidade, ele seguiria os passos de alguns marujos e fuzileiros que logo após as “fugas” das embaixadas e dos presídios tiveram aquele país vizinho como destino.⁴⁴⁶

Durante o período no qual estive em Cuba, Anselmo realizou o curso de guerrilhas e era visto como um verdadeiro revolucionário pelos responsáveis em formar os combatentes na *Ilha*. Neiva Moreira, interlocutor de Brizola com Cuba, declarou: “a notícia que eu tive dele foi os cubanos me dizendo: ‘entregue a ele todo tipo de responsabilidade militar que possa necessitar,

⁴⁴⁵ Em entrevista a Fernando Molica, Flávio Tavares admitiu que subornou por US\$ 100,00 policiais responsáveis pela vigilância de Anselmo no Alto da Boa Vista. Cf. Molica, Fernando. *O homem que morreu três vezes: uma reportagem sobre o chagal brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 158.

⁴⁴⁶ Cf. Almeida, 2012, p. 100.

porque ele está apto a ser um grande guerrilheiro.”⁴⁴⁷ Porém, com a desarticulação do MNR, ele e mais um grupo de marinheiros e outros militantes teriam que aguardar uma nova oportunidade para se engajar de vez na luta armada em solo brasileiro.

No período em que ficou em Cuba, alguns testemunhos dão conta de que o carismático e simpático marinheiro – que tinha sido líder de uma rebelião, fugiu da prisão, realizou curso de guerrilhas e se mostrava disposto a voltar ao Brasil para lutar pelo seu povo – gozava de certa liberdade e a ele se dava muita importância.⁴⁴⁸

O início dos trabalhos da conferência foi marcado pela expectativa da presença de Che Guevara nos debates, o qual, segundo notícias, naquele momento estaria combatendo na Bolívia. No entanto, no dia 2 de agosto, a chamada principal de capa do *Jornal do Brasil* trouxe a seguinte manchete: “Ex-cabo Anselmo reaparece na reunião da OLAS”. De acordo com a reportagem, Anselmo teria se pronunciado em defesa da luta armada “para derrubar o regime militar” e condenou o “mito do partido para fazer a revolução”.⁴⁴⁹ No dia seguinte, mais destaque ao marujo rebelde: “Ex-cabo Anselmo é a sensação em Havana”. No texto, mais surpresa: “A chegada de Anselmo dos Santos causou certa sensação porque apareceu aqui como um verdadeiro partidário das guerrilhas”; e reproduziu fala do marujo: “dentro em breve ajustaremos contas com os gorilas e os lacaios brasileiros”.⁴⁵⁰

A série de reportagens sobre a OLAS foi encerrada da seguinte forma: “Ex-cabo Anselmo promete retornar logo ao Brasil”.⁴⁵¹ O que os jornalistas não sabiam é que os discursos oficiais de Anselmo na OLAS não foram escritos por ele. Havia, como na assembleia dos marinheiros de 1964, um mentor por trás daquelas palavras explosivas.

É interessante registrarmos como nesse momento o ex-marujo aparece como um dos quadros mais conhecidos nas

⁴⁴⁷ Programa *Linha Direta Justiça* da Rede Globo de Televisão, 5 de julho de 2007.

⁴⁴⁸ APESP, Ordem Social, pasta 52-Z-0 (562); documento 52-Z-0-35.628, folha 07. Depoimento de Hans Rudolf Manz. De acordo com Élio Gaspari, Hans Rudolf era da ALN e trabalhou para a polícia. Ver Gaspari, 2002, p. 156, nota 53.

⁴⁴⁹ BN. *Jornal do Brasil*, 2 de ago. 1967, capa e p. 2.

⁴⁵⁰ BN. *Jornal do Brasil*, 3 de ago. 1967, p. 2.

⁴⁵¹ BN. *Jornal do Brasil*, 9 de ago. 1967, p.02.

esquerdas brasileiras. Uma imagem muito diferente daquela que será revelada nas memórias dos militantes na década de 1970 quando da traição e sua atuação como infiltrado na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Naquele momento, ele também passaria a ser conhecido por dezenas de simpatizantes da Revolução Cubana espalhados pela *Nuestra América*.

Desde a chegada de vários representantes dos países latino-americanos ao evento, agentes do Itamaraty já informavam ao Ministério das Relações Exteriores – com distribuição para os principais órgãos de inteligência que compunham o Serviço Nacional de Informações (SNI) – toda a movimentação na Ilha. Nesse sentido, um minucioso boletim transmitido por agente de alta confiança trazia a informação de que no dia 24 de julho já estavam em Cuba delegações do Brasil, Costa Rica, El Salvador, Guiana Holandesa, México e Uruguai. Constam, no relato, os nomes dos mais notórios representantes de cada país. Sobre o Brasil, destaque para as presenças já citadas de Aloísio Palhano, Cândido Aragão e Carlos Marighella.⁴⁵²

No decorrer do evento, foram distribuídos panfletos com as propostas da nascente organização. Entre os pontos mais emblemáticos estão:

(V) – que a luta revolucionária armada constitui a linha fundamental da revolução na América Latina; (VI) – que todas as demais formas de luta devem servir e não atrasar o desenvolvimento da linha fundamental, que é a luta armada; (VIII) – que os países nos quais esta tarefa não tiver sido proposta de modo imediato devem considerá-la de todas as formas como uma perspectiva inevitável no desenvolvimento da luta revolucionária em seu país; (X) – que a guerrilha, como embrião dos exércitos de libertação, constitui o método mais eficaz para iniciar e desenvolver a luta revolucionária na maioria dos países da América Latina; (XIV) – que a revolução cubana, como símbolo do triunfo revolucionário, constitui a vanguarda do movimento anti-imperialista latino-americano. Os povos que realizam a

⁴⁵² AN, COREG, IE 02.07, p. 2 e 3.

luta armada, à medida que avançam por este caminho, situam-se também na vanguarda.⁴⁵³

No aspecto mais amplo, conforme ressaltou Jean Rodrigues Sales, o encontro de Havana pode ser visto como uma tentativa por parte dos cubanos de tornarem-se um centro revolucionário no continente. “Entre outras formulações, a OLAS criticou a política defendida pelos partidos comunistas e indicou a luta guerrilheira como estratégia adequada para a maior parte dos países latino-americanos, proclamando que o dever de todo revolucionário era ‘fazer a revolução’”.⁴⁵⁴

De acordo com Marques, o PCB juntamente com o Partido Comunista Argentino (PCA) e o Partido Comunista Venezuelano (PCV) se negaram a participar do encontro. Entre outros desencontros entre a OLAS e esses partidos estava a crítica sobre as formas de luta revolucionária. Como vimos, os participantes do congresso em Cuba estavam decididos que o único caminho possível era a guerrilha, as ações armadas. Para os partidários comunistas, existiriam outras rotas:

O PCB, pelo menos desde o mês de julho de 1967, se queixava de que a OLAS, em seus comunicados e declarações, se manifestava sistematicamente como se a luta armada fosse a única forma de luta revolucionária, o que estaria em desacordo com as recomendações da Tricontinental, que se referia a “todas as formas de luta, conforme as condições concretas de cada país”. Além disso, o Comitê dirigente da organização estaria tentando ditar diretivas para o movimento revolucionário nos diversos países da América Latina, desrespeitando os respectivos partidos marxistas-leninistas, o que dificultaria a participação do PCB [...] ⁴⁵⁵

Essa divergência entre o PCB e a linha cubana vai marcar o rompimento de Carlos Marighella com o “partidão”. Ao participar do congresso como convidado, o ex-deputado baiano

⁴⁵³ Marques, 2009, p. 124.

⁴⁵⁴ Sales, 2007, p.60-61. Cf. Almeida, 2012 p. 110 e 111.

⁴⁵⁵ Marques, 2009, p. 125.

demonstrou que concordava com a luta armada. Marighella queria sair do que chamava de “imobilismo burocrático” e desejava um combate mais quente contra a ditadura.⁴⁵⁶ Queria *incendiar* o mundo.⁴⁵⁷ Marighella, segundo Mário Magalhães, foi quem redigiu o discurso da delegação brasileira, mas se recusou a pronunciá-lo, por não ser seu membro oficial. Anselmo foi o orador escolhido para dar vida às palavras rebeldes. Ao romper com o partido, o agora guerrilheiro enviou, nos meses seguintes, cartas a Fidel, aos membros do partidão e ao almirante Aragão.

Letras revolucionárias⁴⁵⁸

Havana, 28 de setembro de 1967

Ao Almirante Cândido Aragão

Prezado Patrício

Depois de nossas conversações e após o exame que fizemos dos problemas políticos do nosso país, estou remetendo esta carta para dizer-lhe que concordo com a sua posição em termo de unidade das forças populares e revolucionárias brasileira (sic).

Suas posições sobre a recente Conferência da Olas, sobre a frente popular revolucionária, sobre a luta armada e outras questões contam com o meu apoio.⁴⁵⁹

Escrevendo de Cuba em setembro de 1967, Marighella cita conversações anteriores entre os dois, nas quais discutiram necessariamente a conjuntura política brasileira e a busca de soluções para a derrubada da ditadura instalada em abril de 1964. Nesse

⁴⁵⁶ Gorender, 1987, p. 94-97.

⁴⁵⁷ Magalhães, 2012.

⁴⁵⁸ As análises aqui presentes sobre a carta são frutos do trabalho de curso ministrado pela professora Angela de Castro Gomes no primeiro semestre de 2010 no CPDoc da Fundação Getúlio Vargas. Uma versão do trabalho foi publicada na Revista *Dia-logos*, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 2011. Cf. Almeida, 2011, p. 23-32.

⁴⁵⁹ APESP – Fundo Ordem Social, documento 30-Z-160-12.269.

sentido, embora não tenha aparecido na cobertura feita pela imprensa brasileira, Aragão esteve em Havana no período de realização da OLAS. Na continuação da missiva, mais revelações:

Penso que os revolucionários brasileiros têm o dever de procurar unificar suas forças. Sem tal unidade, nosso povo não pode libertar-se do domínio do imperialismo norte-americano e da opressão dos gorilas que assaltaram o poder com o golpe de abril.

O empenho na luta pela unidade das forças revolucionárias brasileiras merece o aplauso e a colaboração de todos os que não se conformam com o atual estado de coisas em nossa Pátria.

Secundando sua opinião, participo também da ideia de que concentrar os esforços em termo da luta de guerrilhas como genuína expressão da luta armada popular é a melhor forma de pugnar pela unidade das forças revolucionárias brasileiras.⁴⁶⁰

Escrevendo a um militar de alta patente e tendo em seu remetente um dos mais expressivos militares que foi preso e processado por ter sido fiel ao presidente João Goulart, Marighella teve a preocupação e o cuidado de fazer referência ao *imperialismo norte-americano*, de matizar a expressão *forças revolucionárias brasileiras* – com destaque ao adjetivo pátrio –, ratificando ainda a questão nativa com a expressão *nossa Pátria*.

Para um experiente militante comunista, fazer uso de um vocabulário próprio ao seio militar foi também uma estratégia, uma escolha, uma tentativa de se aproximar ao máximo do mundo e da cultura política de um oficial conhecidamente nacionalista e anti-imperialista, como era o caso de Aragão. Nesse trecho, interessante também é a expressão *nosso povo*, tendo em vista que o destinatário da carta era conhecido no seio das esquerdas no início da década de 1960 como o “almirante do povo”.

Outro trecho da carta-documento expõe um Marighella teórico da revolução, mas acima de tudo pragmático. A ação salta em seu texto e é possível visualizarmos, sentirmos e

⁴⁶⁰ APESP – Fundo Ordem Social, documento 30-Z-160-12.269.

compreendermos melhor por que sua organização seria batizada de *Ação Libertadora Nacional*:

O que nós – os revolucionários brasileiros – precisamos é fazer unir nossas forças, partindo da luta de guerrilha e a criação de um núcleo armado com base na aliança operário-camponesa, à qual devem se juntar o combativo movimento estudantil, a intelectualidade, a juventude, a mulher brasileira, os funcionários públicos, e os militares revolucionários de dentro e fora das forças armadas. [...] É chegado o momento de fazer a coleta de fundos, comprar e capturar armas e munições, fabricá-las clandestinamente e selecionar e adestrar combatentes, preparar médicos, enfermeiras, recolher remédios, roupas, calçados e alimentos, estabelecer o apoio logístico a guerrilha (sic).⁴⁶¹

Esta passagem ilustra bem e corrobora algumas análises que apontam a participação de Marighella na OLAS como o momento crucial de sua “conversão” à luta de guerrilhas. Segundo Denise Rollemberg, há ainda certa polêmica em relação à sua adesão ou não à teoria do foco guerrilheiro naquele momento. Porém, a autora interpreta a concepção do líder da ALN, em sua visão da luta revolucionária, como sendo de “uma maneira bem mais ampla e complexa do que o foquismo propunha, supostamente legitimado na Revolução Cubana”.

A meu ver, ao fazer menção na carta à *aliança operário-camponesa*, ao *movimento estudantil*, à *intelectualidade*, à *juventude*, à *mulher brasileira*, aos *funcionários públicos* e aos *militares revolucionários*, Marighella expressa sim uma forma mais sofisticada e mais abrangente que o tipo de luta proposta pelo *foquismo*. Sem dúvida, esta correspondência contribui de sobremaneira no que diz respeito à interpretação do que seria [foi] o pensamento embrionário dos militantes de uma das mais importantes organizações armadas que atuou no período da ditadura civil-militar. Fica ainda a impressão, neste trecho da missiva, que o almirante Aragão poderia ser um valoroso colaborador em relação à

⁴⁶¹ APESP – Fundo Ordem Social, documento 30-Z-160-12.269.

logística da nascente organização, afinal, eles precisariam de armas, munições, remédios etc.

Naquele contexto, o seu interlocutor não seria um dos mais indicados para intermediar também adestramento de combatentes? Quem sabe até seus antigos homens, os fuzileiros navais – muitos deles expulsos da Marinha após o golpe – não poderiam somar forças e agregar conhecimento militar sobre armamentos, táticas e treinamentos específicos para a nova organização guerrilheira? Ou seja, há demandas nas letras, nas palavras.⁴⁶²

Na epístola também há *um tempo*. Apressado, imediato, inadiável, corrido, que fica bem explícito na passagem: “É chegado o momento (!)”. É um tempo individual, próprio do remetente, do “eu”, de si, mas necessariamente provocado e inspirado nos problemas da sociedade, da coletividade: “o dilema é realmente submissão ou rebelião, pacifismo ou luta armada, organizar o povo para a violência, legítima e necessária, ou ficar no conformismo, a reboque da burguesia”, prossegue Marighella, para em seguida se declarar, mostrar um “eu” decidido, assumindo sua posição: “Diante deste dilema já temos uma posição definida. Somos pela luta armada e pela unidade das forças revolucionárias, e por isso mesmo estamos juntos”.⁴⁶³

O trecho citado deixa claro que o autor compromete-se, assina um contrato, dá sua palavra [escrita] de honra sob condições estabelecidas entre as partes em contatos anteriores. Daí a sua característica principal de ser um documento-testemunho, que fica ainda mais explícita pelo fato de estar arquivada como pertencente ao acervo da antiga Delegacia (Departamento) de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS-SP), provavelmente encontrada com algum militante preso.

O futuro mostraria que as letras revolucionárias escritas por Carlos Marighella em setembro de 1967 eram mesmo para valer. Em dezembro daquele ano, sua organização guerrilheira deu início às ações, interceptando um carro que transportava

⁴⁶² Almeida, 2011.

⁴⁶³ Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Ordem Social, documento 30-Z-160-12.269.

dinheiro em São Paulo. Nos anos seguintes, ações contra instituições financeiras foram a principal marca da ALN, sendo uma das mais impressionantes a efetuada contra o trem pagador em agosto de 1968.⁴⁶⁴ A morte física de *Meneses* – codinome utilizado na guerrilha – aconteceria em novembro de 1969 depois de ter sido emboscado pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury, em São Paulo.⁴⁶⁵

Vivendo os socialismos

No mês seguinte à escrita da carta, em outubro de 1967, o CIEX já repassava para os demais órgãos do sistema de informações da ditadura um encontro ocorrido em Praga entre os brasileiros que participaram da OLAS. Para os agentes, não restava dúvida de que Aragão esteve em Havana e seu regresso ao Uruguai não era mais aceito pelas autoridades daquele país. As razões são expostas no texto a seguir:

1. Em fins de SET/67 Max da Costa Santos, José Anselmo dos Santos, Carlos Marighella e Cândido da Costa Aragão se encontravam em Praga, procedentes de Havana [...].
2. Segundo foi possível apurar, os marginados pretendiam tomar os seguintes destinos: Max da Costa Santos regressaria a Paris; Carlos Marighella retornaria ao Brasil, via Uruguai, clandestinamente; Aragão retornaria ao Uruguai; José Anselmo dos Santos – ignorado.
3. Com respeito a Aragão, cumpre observar que o Título de Identidade e Viagem, fornecido pelas autoridades uruguaias, com que viajou de Montevidéu para a Europa (e, posteriormente, para Havana), não autoriza seu regresso ao Uruguai. Por outro lado, tendo deixado aquele país, perdeu ele, por força da legislação uruguiaia, sua qualidade de asilado político [...].⁴⁶⁶

⁴⁶⁴ Gorender, 1987, p. 98.

⁴⁶⁵ Gorender, 1987, p. 175.

⁴⁶⁶ AN, COREG, BR BSB IE 002.010, p. 9.

Para os agentes do Itamaraty, Aragão procuraria uma forma de regressar sem chamar a atenção das autoridades uruguaias e, com seu ingresso, criar um fato consumado. Ele teria cobertura de asilados brasileiros em Montevidéu orientados por membros da Embaixada da Tchecoslováquia naquela capital.

No final do mês de outubro, sem saber ao certo o paradeiro do almirante brasileiro, o presidente do Uruguai Oscar Gestido assinou decreto no qual declarou cancelado o asilo político de Aragão. Na nota do CIEEX, a informação de que “o referido decreto vem formalizar a extinção automática da condição de asilado político de que gozava Aragão, nos termos da legislação uruguia, por haver ele deixado o território uruguaio”.⁴⁶⁷

Os exilados brasileiros no Uruguai não eram o principal problema do presidente. Complicações em sua saúde aliadas a questões de administração abreviaram sua passagem no Executivo daquele país. Apenas dois meses após assinar o decreto, o general deixou vaga sua cadeira. Gestido governou menos de um ano e não conseguiu conter a crise pela qual passava o país, falecendo de infarto em 6 de dezembro de 1967. Sua rápida gestão foi marcada pelo pedido de demissão de cinco ministros, descontentes com os rumos da política econômica adotada. Essa instabilidade política teria gerado uma imensa fuga de capitais, agravando a crise econômica.⁴⁶⁸

A morte de Gestido levou à Presidência Jorge Pacheco Areco. Embora representasse um partido de esquerda, seu governo foi marcado por um recrudescimento da política, tornando-se cada vez mais autoritária, revelada na ofensiva contra grupos políticos de esquerda, na censura e no fechamento de órgãos da imprensa opositora. Pode-se caracterizar este momento histórico como um período de “radicalização de posições”. Por um lado, o governo propôs e realizou medidas destinadas a aumentar a restrição do exercício das liberdades individuais. Em paralelo e em

⁴⁶⁷ AN, COREG, BR BSB IE 002.010, p. 73.

⁴⁶⁸ Cf. “Oscar Gestido”. Disponível em: <http://www.biografiasyvidas.com/biografia/g/gestido.htm>. Acesso em: 19 nov. 2013.

estreita interação, grupos cada vez mais radicalizados das esquerdas, como o Movimento de Libertação Nacional, que havia surgido em 1962, proclamou a luta armada como a única solução.⁴⁶⁹

No emblemático ano de 1968, curiosamente, os agentes do CIEX no Uruguai, responsáveis pela vigilância de Aragão, ficaram sem muitas informações. Apenas algumas notas esparsas sobre a movimentação dos membros da RAN e relatos de que Aragão estaria em Cuba.⁴⁷⁰ Certamente, para Aragão, naquele momento o Uruguai não era o melhor porto. Ao assumir a Presidência, Jorge Pacheco Areco aumentou a vigilância e a repressão aos grupos das esquerdas mais radicais, principalmente os guerrilheiros Tupamaros, e seu governo é lembrado como um regime civil autoritário, por ter contribuído para a crescente intervenção militar na cena política uruguaia.⁴⁷¹

Em sua análise sobre o que chamou de *Pachecato*, Enrique Serra Padrós (2011) ressaltou que “[...] Poucos dias após assumir, em nome da estabilidade política e do combate à ‘subversão’, Pacheco dissolveu diversos partidos, movimentos sociais e jornais identificados com o pensamento político de esquerda”. Na contextualização dessas ações, Padrós destacou que 1968 foi o ano no qual “a guerrilha urbana se tornou uma presença constante no processo político do país [...]” e ainda, “os Tupamaros se transformaram no paradigma da guerrilha urbana latino-americana e tiveram enorme sucesso contra as forças policiais”.⁴⁷²

⁴⁶⁹ Tradução livre de: “La muerte de Gestido llevó a la Presidencia de la República a Jorge Pacheco y a un recrudescimiento de una política crecientemente autoritaria, que se manifestó en el ataque a grupos políticos de izquierda, censura y cierre de la prensa opositora y la implantación nuevamente de medidas prontas de seguridad. Se podría caracterizar este momento histórico como un período de “radicalización de posiciones”. Por un lado, desde el gobierno en especial desde el Poder Ejecutivo se proponían y llevaban a cabo medidas tendientes a la restricción creciente del ejercicio de las libertades individuales. Paralelamente, y en una estrecha interrelación, grupos cada vez más radicalizados de izquierda como el Movimiento de Liberación Nacional, surgido en 1962, proclamaban la lucha armada como única solución. Disponível em: <http://www.uruguayeduca.edu.uy/Userfiles/P0001/File/Uruguay%20entre%201958-1968.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2013.

⁴⁷⁰ AN, COREG, BR AN BSB IE 003.003.

⁴⁷¹ Brito, 2003, p. 116.

⁴⁷² Padrós, 2011, p. 5.

Embora o objetivo principal fosse desenvolver ações de guerrilha no Brasil, a carta de Marighella a Aragão ainda ecoou no Uruguai, que estava agitado pelas ações dos Tupamaros. Em março de 1968, circulou uma nota entre os órgãos da repressão brasileira, disseminando a informação de que o asilado brasileiro em Montevideú Francisco Lages dos Santos teria em seu poder “uma carta impressa em Havana, escrita por Carlos Marighella, apoiando a liderança do ex-almirante Cândido da Costa Aragão e os diversos grupos de asilados brasileiros no Uruguai”.⁴⁷³ O objetivo do portador da missiva ao divulgar a carta seria fazer “propaganda positiva pró-Aragão e o grupo da ‘Resistência Armada Revolucionária’”.⁴⁷⁴

Dias depois, a confirmação de que Aragão estaria mesmo em Cuba e que o grupo da RAN sediado em Montevideú, sob a liderança de Emanuel Nicoll, iria divulgar um manifesto em apoio a Aragão, “a fim de dar cobertura à RAN e dificultar possíveis diligências das autoridades policiais uruguaias”.⁴⁷⁵ O documento tem data de 18 de março de 1968, e, após esse momento, a base do CIEX na representação diplomática brasileira no Uruguai só divulgaria novos informes sobre Aragão no ano seguinte.

O período de Aragão na Ilha pode ser analisado a partir de um relatório divulgado pelo Cenimar dois anos depois.⁴⁷⁶ O que fica evidente é que os problemas entre os cubanos e Brizola em relação ao financiamento do MNR e o fracasso da Guerrilha de Caparaó, principalmente sobre o suposto sumiço de dinheiro enviado por Cuba, influenciaram para que a relação de Aragão com os cubanos não fosse das mais empolgadas.

De acordo com o marinheiro e ex-diretor da AMFNB, Antônio Duarte (2012), que teve contato com Aragão durante o exílio, a presença de Aragão em Cuba tinha como objetivo principal adquirir recursos financeiros “para comprar armas e recrutar soldados para a formação de um verdadeiro exército”. Na prática, resumiu-se a um pedido do governo local para que Aragão

⁴⁷³ AN, COREG, BR AN BSB IE 003.003, p. 3.

⁴⁷⁴ AN, COREG, BR AN BSB IE 003.003.

⁴⁷⁵ AN, COREG, BR AN BSB IE 003.003, p. 51.

⁴⁷⁶ AN, COREG, A0190410.

produzisse relatórios sobre o funcionamento das Forças Armadas Brasileiras, principalmente sobre a Marinha.

A frieza dos revolucionários cubanos em relação a Aragão também foi recíproca. O almirante queixava-se da não existência de um plano revolucionário para o Brasil e, segundo o Cenimar, “passou a fazer críticas candentes ao governo local e ao Partido Comunista Cubano”.⁴⁷⁷ Em Havana, sua rede de sociabilidade era basicamente formada por oficiais e praças excluídos da Marinha após o golpe, tendo como interlocutores mais assíduos o comandante brasileiro Thales Fleury Godoy – que trabalhou como oficial da marinha mercante cubana – e José Anselmo, o “cabo”, com quem teve problemas de relacionamento.⁴⁷⁸

Ao visitar a embaixada chinesa em Havana, recebeu convite para conhecer o país, mencionado pela Cenimar como Chinacom (China Comunista), porém, o governo cubano não concordou com a viagem, contribuindo para que a permanência de Aragão na Ilha se prolongasse por quase um ano.⁴⁷⁹ O ostracismo chegou ao fim no segundo semestre de 1968 e, enfim, Aragão foi conhecer a terra de Mao Zedong.

Almirante na terra do *timoneiro*

No segundo semestre de 1968, a polêmica Revolução Cultural (RC) chinesa dava seus últimos suspiros depois de dois anos de intensa agitação urbana. Nascida com o objetivo de reformular o ensino, as artes e a formação dos intelectuais chineses, a RC baseava-se, sobretudo, na premissa de que, até que o Partido Comunista Chinês (PCCh) “não possuísse o seu próprio exército de intelectuais provenientes dos trabalhadores urbanos e do campesinato, via-se obrigado a usar os talentos dos acadêmicos formados nas velhas escolas do regime anterior”, afirmou

⁴⁷⁷ AN, COREG, A0190410, p. 2.

⁴⁷⁸ Duarte, 2012, p. 225.

⁴⁷⁹ AN, COREG, A0190410, p. 2.

Moisés Fernandes (2003, p. 101). O regime anterior citado apresentava uma China desmembrada e dirigida pelo que Fernandes chamou de “caudilhos regionais” que ganharam força a partir de 1916, com a morte do general Yuan Shikai, um dos responsáveis pela implantação do regime republicano na China, após a queda da Dinastia *Qing*, em 1911. Ainda segundo Fernandes, “muitos desses caudilhos eram ditadores atrozos que precipitaram numerosas guerras para aumentar o seu poder e para proteger os seus domínios territoriais”.

Essa configuração começaria a se transformar a partir de 1935, com a ascensão de Mao Zedong (ou Mao Tsé-Tung) à direção do PCCh, convicto de que o campesinato, e não o proletariado urbano, deveria ser a classe protagonista da revolução chinesa. Ao reformular as diretrizes vindas do Partido Comunista da União Soviética, Mao ainda incorporou ao pensamento marxista aquela que ficou conhecida como teoria da “Nova Democracia”, explicada através da inclusão de outras classes como agentes da revolução social. Além do proletariado e do campesinato, ganhou espaço o que ele chamou de pequena burguesia e a burguesia patriótica. A dimensão *radical* e *violenta* da imaginada revolução não foi esquecida:

[...] não é o convite para um jantar, a composição duma obra literária, a pintura dum quadro ou a confecção dum bordado; ela não pode ser assim tão refinada, calma e delicada, tão branda, tão afável e cortês, comedida e generosa. Uma revolução é uma insurreição, é um ato de violência pelo qual uma classe derruba outra.⁴⁸⁰

A Revolução veio em 1949, com Mao Zedong como figura mais notória. O país seria rebatizado com a sonora consigna de República Popular da China (RPC). Durante cerca de dez anos a Revolução Chinesa transformou o cenário político, como também as relações econômicas e sociais, tendo seus maiores feitos acontecido nas áreas rurais, a exemplo da forte e sintomática Reforma Agrária. Segundo Daniel Aarão Reis Filho, “as expropriações eram

⁴⁸⁰ Fernandes, 2003, p. 95.

realizadas no quadro de um debate político, onde cada camponês fazia o seu 'relato de amarguras' contando sua vida, condições de trabalho [...]. O processo, assim, adquiria um profundo significado social e político".⁴⁸¹

Entretanto, no final dos anos 1950, os recursos para a execução dos planos de industrialização mostram-se insuficientes e o novo regime passa a agir com enorme violência contra seus opositores, notadamente os intelectuais contrários a Mao Zedong. Com o objetivo de demonstrar publicamente que não dependia "da cooperação dos intelectuais e dos profissionais, Mao precipitou o 'Grande Salto em Frente', entre 1958 e 1963, que resultou num fiasco total", segundo Fernandes. Acrescentando ainda que "[...] A grande fome que se gerou durante esta campanha resultou na morte de 30 milhões de chineses e desacreditou seriamente a política megalômana de Mao Zedong" (Fernandes, 2003, p. 100).

O Grande Salto foi a tentativa de transformar o que Alberto Moravia chamou de "atrasados camponeses" em "operários agrícolas moderníssimos de tipo russo ou mesmo americanos"⁴⁸² e de fazer das fazendas agrícolas centros de produção de aço (Moravia, 1970). Entretanto, apesar do entusiasmo, a falta de experiência dos camponeses no campo industrial provocou a queda sintomática da produção de aço e a desorganização da produção agrícola, onde também houve perdas significativas.

Nas explicações do próprio Mao Zedong, o programa fracassou em virtude da "inexperiência dos quadros [partidários],

⁴⁸¹ Reis Filho, 1981, p. 15. O autor ainda destaca a importância de mais duas leis. A Lei do Casamento, que proibiu o casamento obrigatório, tramado pelos pais e imposto aos mais jovens, e a Lei da Organização Sindical Urbana, que garantiu a criação de sindicatos, estabeleceu o seguro-desemprego e a participação dos operários na gestão das empresas estatais e privadas. Mas, por outro lado, essa mesma lei manteve o direito de despedir os trabalhadores e os horários de trabalho permaneceram os mesmos, sem direito a férias. Reis Filho, 1981, p. 16.

⁴⁸² Moravia, 1970, p. 62. Apesar de ser uma obra da década de 1970 e a de Daniel Aarão Reis dos anos 1980, decidi utilizá-los como referências, ao lado de Moisés Fernandes, em um texto publicado em 2003, pela linguagem didática e pela fluida escrita dos referidos autores. Para um maior aprofundamento sobre a Revolução Chinesa, ver também as ótimas análises de Spence, 1996; Pomar, 2003.

idealismo de muitos na execução da política, ‘esquerdismo’ e supervalorização da vontade em outros”.⁴⁸³

Desprestigiado dentro do PCCh com o fracasso da política do “Grande Salto”, Mao foi substituído no cargo de chefe de Estado pelo seu sucessor na hierarquia partidária, o moderado Liu Shaoqi. Entretanto, continuou exercendo forte influência como o comandante de todo o processo revolucionário.

Em meados dos anos 1960, há um acirramento entre as posições antagônicas dos moderados e radicais, dentro do próprio partido. No primeiro grupo, Liu Shaoqi e Deng Xiaoping aparecem com mais destaque. Já entre os chamados radicais, Mao está mais uma vez como protagonista ao lado de Lin Biao, no movimento que ficou conhecido como Revolução Cultural. Inicialmente concebida como um desdobramento do Movimento de Educação Socialista no plano das artes e da literatura, “foi ampliada para a discussão ao conjunto da sociedade, incluindo-se debates sobre a cultura em geral, o sistema de ensino e o combate aos “Quatro Velhos” (velhos hábitos, velha cultura, velhas ideias e velhos costumes).⁴⁸⁴

O movimento social é apoiado e confirmado por uma carta de Mao Tsé-tung a Lin Biao, de 7 de maio de 1966, onde se formula a crítica ao sistema de ensino vigente, destacando-se a necessidade da combinação do trabalho manual e intelectual. A data ficaria conhecida por dar origem, mais tarde, ao nome das escolas de reeducação dos quadros do PCC[h], denominadas Escolas 7 de Maio. As manifestações de estudantes e jovens estendem-se a todo o país no segundo semestre de 1966. Oito comícios-monstros se realizarão em Pequim nos três meses seguintes, reunindo onze milhões de Guardas Vermelhos.⁴⁸⁵

Na análise de Fernandes, a RC foi desencadeada também sob “o pretexto de extirpar os ‘cancros morais’ implantados nas estruturas do partido e do Estado, isto é, o clientelismo e o

⁴⁸³ Moravia, 1970, p. 34.

⁴⁸⁴ Moravia, 1970, p. 50-51.

⁴⁸⁵ Moravia, 1970, p. 55.

economicismo”.⁴⁸⁶ Sobre as premissas teóricas, o documento determinante foi a Resolução do Comitê Central do PCCh, de 8 de agosto de 1966, que ficou conhecido como “16 pontos”.⁴⁸⁷

Este documento traçou as grandes orientações da “revolução cultural”. Exortou o partido, as forças armadas e o povo chinês a envolverem-se na luta contra os representantes da “burguesia” que se encontravam no interior dos aparelhos do partido e do Estado para defenderem o socialismo. [...] Embora explícito no espírito, os objetivos e os meios da “revolução cultural” não estavam bem definidos e tornaram-se ainda mais ambíguos consoante evoluiu a conjuntura e os maoistas perderam o controle da situação.⁴⁸⁸

O ano de 1967 foi extremamente agitado, o movimento operário se radicaliza e conquista perigosa autonomia, agindo, em muitos momentos, ao largo das orientações do PCCh. O mesmo acontece com os Guardas Vermelhos e jovens estudantes. O ano seguinte “seria marcado pelo controle de direção, pela estabilização do processo de lutas sociais, pela retomada da produção e pelos últimos espasmos de um Movimento que não conseguira encontrar seus rumos” (Reis Filho, 1980).

Os ecos da RC ainda eram ouvidos quando Aragão chegou ao território chinês. Se tivermos como base os documentos do Cenimar, Aragão passou quatro meses de atividades intensas.

Na Chinacom, Cândido Aragão foi recebido pelo presidente da Associação de Amizade China-América Latina. Cândido Aragão recebeu tarefas de preparar organogramas sobre funcionamento das Forças Armadas brasileiras, seguido de um trabalho explicativo sobre o funcionamento, efetivos, classes sociais que as compõem etc.⁴⁸⁹

⁴⁸⁶ Fernandes, 2003, p. 100.

⁴⁸⁷ Fernandes, 2003, p.102; Reis, 1981, p. 53.

⁴⁸⁸ Fernandes, 2003, p. 102.

⁴⁸⁹ AN, COREG A0190410, p. 3.

Ao contrário do período que passou em Cuba, a passagem de Aragão pela China não ficou apenas nisso. Constam nos documentos que realizou Conferência sobre as Forças Armadas brasileiras em uma Academia Militar de Pequim, seguida de debate. Também foi relatado que o almirante “percorreu grande parte da China, fazendo ainda um curso de guerra revolucionária e um estágio nas chamadas bases de apoio”.⁴⁹⁰

Pela análise desse documento fica a impressão de que Aragão foi prestigiado na China comunista. Entretanto, é necessário sublinharmos, mais uma vez, que essas fontes não podem ser interpretadas como a representação da “verdade”. Ainda assim, o próprio Aragão, como bom falante que era, relatava suas viagens e mostrava fotografias a interlocutores mais próximos e, possivelmente, as conversas chegavam até os agentes da repressão no Brasil.⁴⁹¹

É possível que os chineses levaram em conta seu histórico de vida e suas inclinações à esquerda de características anti-EUA, como também sua intenção de retornar ao Brasil e derrubar a ditadura através das armas. De Pequim, foi convidado pela embaixada do Vietnã do Norte para conhecer Hanói e ir presencialmente ao teatro de guerra. Ainda de acordo com o relatório da inteligência naval, percorreu durante um mês e meio o país, visitando as frentes de batalha, e realizou um curso denominado de *guerra popular*.⁴⁹²

A visita de Aragão ao Vietnã do Norte acontece em um período marcado por um prolongado conflito armado contra as forças do Vietnã do Sul. O norte tinha como maior aliado a China, e o sul, os EUA. Iniciada efetivamente em 1955, a chamada Guerra do Vietnã explícita, mais uma vez, a existência de duas visões fortemente antagônicas de mundo.

⁴⁹⁰ AN, COREG A0190410.

⁴⁹¹ No capítulo VI, *A última retinida*, apresento as fontes dessa afirmação, entre elas a entrevista de Aragão ao jornalista Hélio Goldstejn para o jornal *Versus*, n. 31, abr. 1979, na qual o almirante apresentou-lhe seu álbum de fotografias onde constam suas viagens dos tempos de exílio.

⁴⁹² Idem.

A presença dos norte-americanos na guerra deixa claro sua intensão de tentar conter o avanço do comunismo no Sudoeste da Ásia, onde os guerrilheiros, chamados pejorativamente de *Viet Cong*s pelos norte-americanos,⁴⁹³ tentavam conquistar territórios após o cancelamento das eleições seguido de repressão violenta empreendida pelo líder anticomunista Ngo Dinh Dien.⁴⁹⁴

Em 1964, os norte-americanos entram efetivamente na guerra, utilizando armas químicas como napalm e o agente laranja.⁴⁹⁵ Em 1968, ano da visita de Aragão às várias frentes da guerra, foi realizada a maior operação dos “Viet Congs” contra os Vietnamitas que ficou conhecida como a Ofensiva Tet. Embora não tenham obtido êxito inicial com a ofensiva, os guerrilheiros conseguiram levar a opinião pública norte-americana e a de vários países do mundo a se colocarem abertamente contra aquela guerra.

Cada vez mais desgastado internamente e sofrendo pressões de artistas, militantes pacifistas e familiares dos militares, o presidente Nixon – sem nenhuma perspectiva de vitória –, ordenou a retirada dos soldados em 1973. Dois anos depois, “Saigon [atual Ho Chi Minh] foi tomada pelos Viet Congs e os funcionários da embaixada norte-americana tiveram que fugir”.⁴⁹⁶

Após esses meses “navegando” pelo continente asiático e vivenciando conflitos culturais e conflitos armados em 1968, Aragão continuou sua viagem. Antes de retornar clandestinamente para o Uruguai, passou pela Argélia e ficou hospedado na residência do exilado brasileiro Miguel Arraes. Lá esteve por cerca de sete meses aguardando resolver problemas na documentação. Os agentes

⁴⁹³ Observação de Daniel Aarão Reis por ocasião da defesa desta tese, em 9 de abril de 2014.

⁴⁹⁴ Cf. <http://acervo.estadao.com.br/noticias/topicos,guerra-do-vietna,879,0.htm>. Acesso em: 5 dez. 2013.

⁴⁹⁵ O Napalm é um agente carbonizante produzido a partir da mistura de gasolina com uma resina de palmeira. Em combustão, pode chegar a temperaturas acima de 1.000°C. O agente laranja foi produzido para derrubar as folhas das árvores, impedindo que os soldados inimigos se escondessem nas matas. “Os herbicidas utilizados nessas ofensivas foram fornecidos ao exército norte-americano basicamente por algumas grandes empresas: em primeiro lugar, a Dow Chemical – uma das mais poderosas empresas norte-americanas nesse setor –, seguida, entre outras, pela Thompson, Diamond, Monsanto, Hercules e Uniroyal”. Cf. <http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=530>. Acesso em: 5 dez. 2013.

⁴⁹⁶ Cf. <http://acervo.estadao.com.br/noticias/topicos,guerra-do-vietna,879,0.htm>. Acesso em: 5 dez. 2013.

do Cenimar relataram que Aragão havia saído de Montevideú “com um título de viagem expedido pelo Ministério do Interior Uruguaio, válido por dois anos, sem direito a retorno”.⁴⁹⁷

Mesmo sabendo que voltaria na ilegalidade, o Uruguai seria seu destino. Era um território estratégico para pôr em prática seus planos.

Sr. Federico! Regresso e *adiós Uruguay*

Com o passaporte espanhol em nome de Julio Dorado, conseguido por Miguel Arraes, ele voou de volta ao Uruguai. Antes de desembarcar em Montevideú, teria passado pela Suíça e o Chile, onde ficou sob a proteção de Almino Afonso.⁴⁹⁸ Atendendo solicitação de Arraes, uma de suas missões no Uruguai era ser o elo entre Brizola e Goulart para a criação de uma possível frente popular revolucionária. Entretanto, conforme já exposto, sua ligação com Brizola era inexistente, como também deste com Jango. Na visão dos agentes do Cenimar, esse entendimento era “coisa difícil de conseguir”, pois Leonel Brizola “nem queria ouvir o nome de Cândido da Costa Aragão, pois o considera um canalha por tê-lo denunciado em Cuba e em todo lugar por onde andou, como ladrão de dinheiro de países socialistas”.⁴⁹⁹

As análises da situação inusitada – a volta proibida de um exilado para um país que não era o seu – indicam que Jango também não via com bons olhos o retorno de Aragão. Mas ele voltou. E já monitorado: “Após uma ausência de um ano e meio retornou ao Uruguai, em fevereiro de 1969, o ex-almirante (FN) Cândido da Costa Aragão, procedente da Argélia, via Chile e Argentina”.⁵⁰⁰ Os informes dão conta de que “as áreas” sob o controle de Jango e Brizola mantiveram-se indiferentes, chegando a existir hostilidades. A presença de Aragão era um problema para a comunidade

⁴⁹⁷ AN, COREG, A0190410, p. 3.

⁴⁹⁸ AN, COREG, A0190410.

⁴⁹⁹ AN, COREG, A0190410.

⁵⁰⁰ AN, COREG, A0190410, p. 2.

dos exilados brasileiros no Uruguai porque geraria desconfortos com as autoridades daquele país. Aragão ainda tentou cumprir a missão solicitada por Arrares, tendo como intermediário o primeiro secretário do Partido Comunista Uruguaio Rodney Arismendi, mas não obteve êxito.⁵⁰¹

Também entre os comunistas uruguaiois, segundo os agentes, ele passou a ser um “problema”. Em boletim secreto, datado de 24 de março, o CIEX relatou que:

1. O PC Uruguaio estaria insatisfeito com a presença de Cândido da Costa Aragão em Montevidéu, já que este se deixou ver por toda a “comunidade brasileira” naquela cidade, onde sua presença não seria mais segredo.
2. O PC Uruguaio teria sugerido a Aragão viajar para o Chile, onde o marginado regularizaria sua situação e pediria asilo. Para tanto, o PCU estaria disposto a fornecer recursos e escolta até o Chile.
3. A atitude do PCU seria interpretada por Aragão como resultante das necessidades de política do PCU, comprometido com uma posição conciliadora, com o governo Pacheco Areco, notadamente após a visita a Moscou do vice-presidente da República, senhor Abdala, posição essa que podia ser prejudicada por uma necessidade de envolvimento e proteção ostensiva a Aragão.
4. Aragão estaria agora receoso de viajar ao Peru, como era sua intenção, pois temia que, com sua nova orientação, o PCU venha até a “traí-lo”.⁵⁰²

Entre abril e junho cresceram as buscas do governo uruguaio no sentido de expulsar Aragão do país. Policiais do Departamento de Imigração visitavam residências de brasileiros exilados e faziam perguntas sobre o paradeiro do “brasileiro careca”.⁵⁰³ A CIA aparece com interesse no paradeiro de Aragão.

⁵⁰¹ AN, COREG, BR AN BSB IE 004.003, p. 53.

⁵⁰² AN, COREG, BR AN BSB, IE 04.003, p. 62.

⁵⁰³ AN, COREG, BR AN BSB, IE 004.004, p.31; BR AN BSB IE 004.006, p. 5.

Em maio, pouco antes da prisão de Aragão, mais revelações de Alberto Conrado usando o codinome Altair.

Altair teria sido informado por Raul Sartório, do SI/ROU, de que a “CIA” estaria procedendo investigações sobre ele, Altair, no Brasil e no Uruguai, tratando-se de investigação de rotina [...]. Altair, entretanto, suspeita de que a “CIA” já descobriu que é ele, Altair, quem acompanha a CÂNDIDO ARAGÃO e a JEFERSON CARDIM OSÓRIO; como está a CIA extremamente interessada nestes e não possui informações sobre os mesmos, buscaria chegar a eles através de Altair. Este teria indícios de que está sendo vigiado por elementos da “CIA”, a diversos lugares, inclusive à casa de ARAGÃO, cujo endereço é de conhecimento da “CIA”. Altair supõe que esta [a CIA] espera apenas a confirmação do fato de que ele, Altair, é a única pessoa que visita ARAGÃO e que conhece o endereço deste, a fim de tentar uma abordagem, sob a ameaça de dar conhecimento à polícia do paradeiro de ARAGÃO e comprometer, assim, seriamente a Altair.⁵⁰⁴

As diligências chegaram ao fim no dia 7 de junho, quando, finalmente, Aragão foi localizado e conduzido para interrogatório.⁵⁰⁵ Conhecido no prédio onde morava apenas pela alcunha de “Sr. Federico”, foi levado para um interrogatório que durou cerca de dez horas. Os agentes uruguaios buscavam informações sobre sua entrada e posterior saída do Uruguai; relações políticas naquele país; relações com Cuba; e meios de subsistência.

Sobre a primeira questão, Aragão tergiversou e disse que o motivo de seu pedido para sair do Uruguai em 1967 foi a necessidade de realizar tratamento de doença dos olhos, em São Paulo, onde teria ficado até novembro de 1968, quando retornou a Montevideú de forma clandestina.⁵⁰⁶ A respeito de suas relações políticas, afirmou que não tinha vinculação com o Comitê de Solidariedade com Revolução Cubana e não se relacionava com

⁵⁰⁴ AN, COREG, BR AN BSB IE 025.001, p. 128.

⁵⁰⁵ AN, COREG, IE 04.06.

⁵⁰⁶ AN, COREG, BR AN BSB IE 004.006, p. 33-35.

muitas pessoas “a fim de não divulgar seu paradeiro”.⁵⁰⁷ Sobre a residência onde morava, citou que foi indicada por Emílio Gavagnin, amigo uruguaio que conheceu quando era presidente da Associação de Exilados Brasileiros no Uruguai. Gavagnin, segundo os documentos pesquisados, era dirigente comunista. Aragão disse ainda que sobrevivia com cerca de US\$ 400,00 (quatrocentos dólares) que recebia como pensão do governo brasileiro,⁵⁰⁸ diga-se, a Marinha.

Em poder de Aragão foi apreendida uma pistola, carregada com 17 munições, e uma documentação que deixaria a chamada “comunidade de informações” em alerta. Já no ofício de encaminhamento ao SNI, o adido militar do Exército Brasileiro no Uruguai sublinhou que “tal documentação merece um estudo cuidadoso e uma investigação meticulosa, que poderão concorrer eficientemente para neutralizar o planejamento subversivo”.⁵⁰⁹ Na papelada apreendida pela polícia uruguaia, foram encaminhados aos órgãos brasileiros textos dos quais foram extraídos alguns tópicos especiais.

Missão no Uruguai dentro do esquema de união de forças revolucionárias que são ARRAIS (sic), MARIGHELLA, ALMINO AFONSO e ARAGÃO; possibilidade de ajuda da CHINA; necessidade de utilizar o URUGUAI como base de apoio; importância da ajuda peruana em armas e tolerância para utilização das linhas limítrofes; importância do ACRE, como território a ser liberado, para a eclosão da revolução; necessidade de descentralizar a ação no Rio Grande do Sul, inconveniência mercê

⁵⁰⁷ AN, COREG, BR AN BSB IE 004.006.

⁵⁰⁸ AN, COREG, BR AN BSB IE 004.006. Pela legislação em vigor na época do golpe de 1964, Aragão tinha direito a deixar pensão para seus herdeiros. Provavelmente, seus filhos o repassavam em algum valor. Dilma Aragão é a que mais aparece nos registros, fazendo visitas ao pai. Sobre a legislação específica, Cf. Brasil. Lei 3.765, de 4 de maio de 1960 – Dispõe sobre as pensões militares. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L3765.htm>. Consultado em: 7 de dez. 2013. “Art. 20. O oficial da ativa, da reserva remunerada ou reformado, contribuinte obrigatório da pensão militar, que perde posto e patente, deixará aos seus herdeiros a pensão militar correspondente. Parágrafo único. Nas mesmas condições, a praça contribuinte da pensão militar com mais de 10 (dez) anos de serviço, expulsa ou não relacionada como reservista por efeito de sentença ou em virtude de ato da autoridade competente, deixará aos seus herdeiros a pensão militar correspondente”.

⁵⁰⁹ AN, COREG, AC-ACE- 6356-69, p. 3.

ao grande contingente de efetivos militares; ida de dois emissários ao BRASIL para contatos nas áreas de marinheiros e fuzileiros navais, com os companheiros CARLOS MARIGHELLA, MAURO BORGES e JOSÉ PORFÍRIO, em GOIÁS; ida de dois emissários à região de IJUÍ (Rio G. do Sul) para o estudo de uma fazenda cedida como local de treinamento; carta de MARIGHELLA, datada de HAVANA, 28 de setembro de 1967, a ARAGÃO; em que ponto a COREIA pode ajudar.⁵¹⁰

O documento mais importante tem como título “Da necessidade de uma estratégia para a Revolução Brasileira”. As dez páginas que compõem a referida estratégia receberam dos agentes o nome de “Plano de subversão apreendido na residência do ex-almirante Cândido da Costa Aragão”.⁵¹¹

As análises do material apreendido levaram os arapongas brasileiros a concluir que o plano, possivelmente, teria sido escrito por Marighella, em espanhol, com alterações e acréscimos feito por Aragão, também este responsável por sua tradução para a língua portuguesa. Pelo que foi apresentado, tanto de caráter teórico-político quanto pela profundidade das questões debatidas, seria mesmo Marighella o autor do plano. Aragão poderia ter colaborado com aspectos mais militares, acredito.

O plano inicia com uma parte teórica no qual elege o principal inimigo: “A revolução brasileira está intimamente integrada à luta contra a denominação (sic) [dominação] dos povos subdesenvolvidos da Ásia, África e América Latina exercida pelo imperialismo, principalmente o imperialismo norte-americano”.⁵¹²

Em seguida, a crença de que a chamada *revolução brasileira* teria “um papel da maior importância na América do Sul, pelo relevo de suas condições dimensionadas de país continente”, dentre outros fatores, como posição geográfica, população, condição de subdesenvolvimento, reservas e riquezas naturais, miséria social etc. Sobre a ditadura especificamente, consta, entre outras análises, que “desnacionalizou a nação brasileira, entregando todo

⁵¹⁰ AN, COREG, AC-ACE- 6356-69, p. 2 e 3.

⁵¹¹ AN, COREG, AC-ACE- 6356-69.

⁵¹² AN, COREG, AC-ACE- 6356-69, p. 3 e 4. Todas as citações do parágrafo são da mesma fonte.

o seu complexo de riquezas naturais e subordinando completamente a sua capacidade industrial aos monopólios ianques”.

Nos momentos seguintes, o texto indica os setores da sociedade brasileira que teriam a responsabilidade de fazer a revolução, deixando transbordar a “fé” que seu(s) autor(es) tinha(m) no caráter revolucionário do povo brasileiro, personalizado no operário, no camponês e nos jovens estudantes, cabendo aos últimos o papel de vanguarda.

O operariado brasileiro é combativo e conseqüentemente revolucionário; é neste momento quem mais aspira – ao lado do campesinato – o desencadeamento da luta armada – é quem tem a maior responsabilidade na sua deflagração e na condução do processo de luta – no entanto a sua vanguarda vem falhando na coordenação e na criação de perspectivas para a oportunidade de sua deflagração.

Da aliança operário-camponês-estudante depende não só o surgimento da luta armada em vários pontos do território brasileiro – como o seu vertiginoso crescimento no campo e nas cidades.

O campesinato brasileiro explorado desde os primeiros albosres da nacionalidade é quem mais objetiva junto com o operário a sua luta de emancipação.

A juventude brasileira tem estado sempre presente na luta contra a opressão, desde abril de 1964, e está consciente da grande responsabilidade da tarefa que neste momento histórico da vida da nação brasileira repousa sobre os seus ombros de se constituir em vanguarda da luta de libertação nacional e pela sua bravura e abnegação própria de sua idade entendendo já que deve ir buscar o operário nas fábricas e nas oficinas e o camponês na sua miséria e no seu abandono no campo e juntos e de armas na mão escolherem as bases de apoio mais próprias e deflagrarem a grande luta de emancipação de nosso povo.⁵¹³

⁵¹³ AN, COREG, AC-ACE- 6356-69, p. 7.

Na continuação do histórico documento, segue-se uma linha política da estratégica com as medidas a serem adotadas caso o plano fosse vitorioso, com destaque para a linguagem imperativa: derrubar a ditadura pela violência armada; instaurar um governo popular; destruir de imediato o exército tradicional; nacionalizar tudo que pertencesse ao imperialismo; reforma agrária; reforma urbana; assegurar trabalho aos nacionais e estrangeiros radicados no Brasil; e, por último, a reforma bancária, nacionalizando todos os bancos privados.⁵¹⁴

Na parte final do texto apreendido da residência de Aragão, a reafirmação do papel da guerrilha como instrumento de deflagração da imaginada revolução e um “plano geral de sabotagem”, o qual deveria preceder o “surto guerrilheiro”, envolvendo principalmente, “a destruição de pontes, túneis e viadutos nas estradas de ferro, rodovias e portos, se for possível”, com a finalidade principal de tirar as tropas dos quartéis e expô-las ao cenário externo, provocando o desgaste físico e psicológico do exército regular, que seria obrigado a guarnecer os pontos estratégicos no sentido de evitar novos ataques dos guerrilheiros.⁵¹⁵

Os policiais uruguaios que apreenderam toda a documentação em poder de Aragão repassaram-na para os agentes brasileiros tanto do CIEX como também para o Adido Militar em Montevidéu. A constatação é feita a partir da observação das diversas siglas encontradas no campo “distribuição”, presente nesse tipo de documento oficial. Lá estão o SNI, Cenimar, NSISA, sem contar ainda o carimbo da Embaixada da República Federativa do Brasil no Uruguai – Adido do Exército.⁵¹⁶

Após o seu depoimento prestado no dia 7 de junho, Aragão foi intimado a deixar o Uruguai no prazo de noventa dias, “a partir do dia 10/JUN/69”,⁵¹⁷ sem direito à volta. Ou seja, suas viagens a Cuba, China, Vietnã e Argélia; sua inquietação e movimentação política em Montevidéu, aliadas à apreensão dos referidos documentos, resultaram em sua expulsão do Uruguai. Estava ele

⁵¹⁴ AN, COREG, AC-ACE- 6356-69, p. 9 e 10.

⁵¹⁵ AN, COREG, AC-ACE- 6356-69, p. 12.

⁵¹⁶ AN, COREG, AC-ACE- 6356-69, p. 2.

⁵¹⁷ AN, COREG, BR AN BSB IE 004.006, p. 33.

mais uma vez em uma encruzilhada. Prestes a deixar o Uruguai, recebeu solidariedade de um emissário enviado por Marighella, que estava no Brasil desenvolvendo ações de guerrilha, como expropriações bancárias, assaltos a pedreiras para adquirir explosivos e propaganda contra a ditadura. Em documento de agosto de 1969, consta que:

O agente foi procurado por telefone por Sá Roris [Roriz] para que o levasse até Aragão. [...] Disse que Marighella mandava uma mensagem para Aragão, que tivesse paciência, que nesta fase da luta urbana Aragão era muito peso para tê-lo dentro do Brasil; que o mandaria levar para o Brasil quando já se estivesse na fase rural.⁵¹⁸

Fica claro nesse relato que Aragão não era apenas um embaixador da guerrilha. O texto explicita que o almirante queria voltar para o Brasil, mas foi obediente e ouviu o conselho enviado por Marighella. No mês seguinte, aconteceria a “mais espetacular” ação da guerrilha urbana no Brasil, que foi o rapto do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick. Os generais aceitaram as exigências feitas pelos guerrilheiros da ALN e do MR-8 e, depois de ler um manifesto em rede nacional em pleno feriado de 7 de setembro, libertou 15 presos políticos que voaram em direção ao México.⁵¹⁹

A ação também respingaria em Aragão. De acordo com relatos dos agentes no Uruguai, “tão logo se verificou o sequestro do embaixador americano no Rio, o serviço americano, através da tal Dirección de Información e Inteligencia, começou a pressionar Aragão a sair do país dizendo que tinha prazo até o dia 7 de setembro, não dando um dia mais”.⁵²⁰

A primeira opção foi o Peru, mas a autorização foi negada, após consulta feita à embaixada peruana em Montevidéu.⁵²¹ Faltando poucos dias para terminar o prazo, solicitou das

⁵¹⁸ AN, COREG, BR AN BSB IE 025.001, p. 122.

⁵¹⁹ Cf. http://www.franklinmartins.com.br/estacao_historia_artigo.php?titulo=manifesto-do-sequestro-do-embaixador-americano-rio-1969.

⁵²⁰ AN, COREG, BR AN BSB IE 025.001, p. 119.

⁵²¹ AN, COREG, BR AN BSB IE 025.001, p. 40; e AN, COREG, BR AN BSB IE 004.007, p. 24.

autoridades uruguaias a autorização de deixar o país, mas antes pediu de volta sua pistola.⁵²² Ainda não era hora de se desarmar... O Chile, pré-eleição de Allende, foi o seu destino.

Os quase três anos vividos em solo uruguaio, entre idas e vindas, ficaram marcados pelos grupos guerrilheiros criados (MRMN e RAN), mas que não entraram em ação por falta de recursos – principalmente materiais; pelo rompimento “sem volta” com Leonel Brizola; pelo diálogo com os guerrilheiros Tupamaros; e pela vigilância constante que os órgãos de informações tinham sobre ele. Ao desembarcarem no Chile, um agente da Embaixada Brasileira em Santiago – provavelmente sem saber da infiltração de Conrado –, reportou o seu nome para os órgãos de informações no Brasil.⁵²³ Lá estava ele, ao lado de Aragão.

Vivendo a “experiência chilena”

No ano do golpe no Brasil assumiu a Presidência do Chile Eduardo Frei Montalva, do Partido da Democracia Cristã (PDC), agremiação ligada aos setores mais abastados da sociedade. Frei venceu Salvador Allende e substituiu Jorge Alessandri Rodriguez, do Partido Nacional (PN), que governava o Chile após vencer as eleições de 1958. O governo de Alessandri, segundo Tereza Marques, “foi marcado pela defesa dos interesses da burguesia, dos latifundiários e do capital internacional” e, “[...] para conter as insurgências, Alessandri recorreu a diversas medidas repressivas, fazendo com que seu governo ficasse notabilizado pelo autoritarismo”.⁵²⁴

Ao assumir a chefia do Executivo chileno, Frei conseguiu avanços significativos na produção industrial e executou, com relativo sucesso, o programa de reforma agrária. Entretanto, devido à migração em massa de pessoas do campo para a cidade – o que parece um paradoxo –, surgiu o grande problema da falta de

⁵²² AN, COREG, BR AN BSB IE 004.010, p. 17.

⁵²³ AN, COREG, A006477.

⁵²⁴ Marques, 2011, p. 80. A autora cita como referência Guazzelli, 2004, p. 55.

moradias nos grandes centros urbanos do Chile. Manifestações de sem-teto e de mineiros reivindicando melhores condições de vida foram violentamente reprimidas pelo governo, o que, decisivamente, contribuiu para o acirramento dos ânimos em um período pré-eleitoral. Aos manifestantes somaram-se os operários, que já eram presença constante nas ruas chilenas.⁵²⁵ Como exemplos dessa crescente mobilização, Cátia Silva cita “a tomada da catedral metropolitana de Santiago por um grupo de jovens, o movimento grevista dos magistrados e a tentativa de levante militar comandada pelo general Roberto Viaux [...]”.⁵²⁶

No triênio 1968-1970, houve considerável aumento da presença de brasileiros exilados no Chile. Ao analisar os documentos produzidos pelo CIEX, Cátia Silva constatou que a partir de 1968 o volume dos informes aumentou e houve diversificação nas temáticas. “Além de acompanharem os passos dos exilados, de apresentarem os itinerários e o conteúdo das reuniões realizadas entre os exilados, abordavam também questões sobre política interna, economia, sociedade e relações externas”.⁵²⁷

Em maio de 1970, o informante do CIEX mencionou a existência de aproximadamente três centenas de brasileiros exilados naquele país, isso cinco meses antes da eleição de Allende:

1. O fluxo de asilados e refugiados brasileiros no Chile ter-se-ia incrementado nos últimos meses, estimando-se que, em ABR/70, se encontrariam naquele país cerca de 300 elementos, entre asilados de júri, refugiados, ingressados como turistas ou clandestinamente.
2. A razão de tal incremento seria atribuível a:
3. Existência de uma chamada “caixinha”, sustentada por asilados que usufruem de cargos, bem remunerados em dólares, em organismos internacionais com sede no Chile, como CEPAL, OIT etc.
4. Possibilidades de contatos com o PC Chileno e outras organizações de esquerda, bem como as perspectivas otimistas

⁵²⁵ Marques, 2011.

⁵²⁶ Silva, 2009, p. 70 e 71.

⁵²⁷ Silva, 2009, p. 109.

de uma vitória eleitoral de SALVADOR ALLENDE, que teria prometido ao grupo de asilados, encabeçados por Almino Afonso, apoio a movimento tendente a derrubar o governo brasileiro.⁵²⁸

Nas eleições a serem realizadas em setembro de 1970, as perspectivas otimistas relatadas pelo agente secreto brasileiro se confirmariam. Segundo Tereza Marques, nessas eleições:

A esquerda chilena ampliou as suas alianças, demonstrando grande coesão interna”. [...] As alianças da esquerda resultaram na Unidade Popular (UP), que reunia os Partidos Comunista e Socialista, além do Partido Radical (formado por setores médios urbanos e médios proprietários), do Movimento de Ação Popular Unitário (MAPU), da esquerda cristã e do Movimento da Esquerda Revolucionária (MIR). Já a direita se dividiu entre o Partido Nacional (PN) e o Partido da Democracia Cristã (PDC). Allende venceria a eleição com 36,6% dos votos, contra 34,9% do ex-presidente Jorge Alessandri, que concorreu pelo PN. Em terceiro lugar, com 27,8%, ficou Radomiro Tomic, do PDC.⁵²⁹

Era apenas o primeiro passo. De acordo com a legislação chilena em vigor à época, o candidato que não obtivesse a maioria absoluta dos votos na eleição direta, teria que passar pela aprovação do Congresso para tomar posse. Após acordos com o PDC – ou apenas DC – e de ter assumido o compromisso de manter as promoções previstas para os oficiais das Forças Armadas Chilenas, Allende, enfim, pôde tomar posse.⁵³⁰

De acordo com Peter Winn (2010, p. 75), “Salvador Allende era agora o presidente do Chile, eleito com a promessa de liderar seu país pela via chilena – um caminho democrático

⁵²⁸ Silva, 2009.

⁵²⁹ Marques, 2011, p. 81. Guazelli, 2004, p. 55 e 56.

⁵³⁰ Sader, 2014. Agradeço ao professor Daniel Araújo Reis a observação sobre a participação do Parlamento Chileno na eleição de Allende.

para um socialismo democrático”. Entretanto, os índices da eleição demonstram como seria complexa a governabilidade do novo presidente.

Um ano antes da eleição de Allende, Aragão desembarcou em Santiago e foi recebido pelo senador Rafael Tarud, apontado pelos informantes como candidato à presidência do Chile “pelos partidos esquerdistas API [Ação Popular Independente] e PSD [Partido Social Democrático]”.⁵³¹ A decisão de Aragão de escolher o Chile após a negação de entrada no Peru, possivelmente, levou em conta a existência de um bom número de brasileiros exilados vivendo em Santiago, como também a perspectiva de vitória da ampla frente de esquerda que já se articulava. Seu principal interlocutor no novo lugar de morada foi Almino Afonso.⁵³²

Em maio de 1970, de acordo com o informante, os exilados brasileiros no Chile foram divididos em dois grupos, o chamado grupo do partidão (PCB) – no qual são citados como membros importantes Edmur José Fonseca, Licio Hauer e Ulrich Hoffman –, e o grupo liderado por Almino Afonso e Márcio Moreira Alves. Aragão foi indicado como pertencente ao segundo agrupamento, cujo objetivo principal seria

⁵³¹ AN, COREG, BR AN BSB IE 004.010, p. 1; 22.

⁵³² Almino Afonso nasceu 11 de abril de 1929, em Humaitá, Amazonas. Em janeiro de 1963, foi nomeado ministro do Trabalho e Previdência Social, pouco depois do plebiscito que reinstalou o regime presidencialista. Um dos signatários do Estatuto do Trabalhador Rural, começou a se afastar de Goulart em abril, quando reconheceu como legal o Comando-Geral dos Trabalhadores (CGT), entidade criada à margem da estrutura sindical oficial. No fim de maio, recusou-se a impedir que o CGT deflagrasse uma greve geral, cujo objetivo era pressionar o governo para que desse início às reformas de base. Em junho, foi afastado do ministério e retornou à Câmara dos Deputados. Em 1º de abril de 1964, Almino Afonso foi um dos redatores de documento gravado por Goulart para ser transmitido pela Rádio Nacional, na qual o presidente afirmava que lutaria contra sua deposição, ocorrida no dia anterior, e denunciava o caráter reacionário do golpe militar. À noite, no entanto, Goulart seguiu para Porto Alegre e, daí para o exílio no Uruguai. Ainda em abril, Almino Afonso perdeu seu mandato e teve seus direitos políticos suspensos por dez anos, por força do Ato Institucional nº 1. Permaneceu mais de uma década no exílio, tendo residido em diversos países da América do Sul. De volta ao Brasil em 1976, três anos depois ingressou no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido oposicionista criado pela instalação do bipartidarismo em 1965. Com o retorno ao pluripartidarismo em novembro de 1979, filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Cf. http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/almino_afonso. Acesso em: 2 dez. 2013.

a formação de uma frente contra o governo brasileiro, utilizando ação de propaganda ostensiva e, eventualmente, ação direta de guerrilhas, em coordenação com Amarílio Vasconcelos, elemento que teria vivido quatro anos na China comunista, onde trabalhou na revista *Pequim Informa*, ensinando também português para chineses. [...] Amarílio teria a missão de recrutar novos elementos maoistas dentre os refugiados brasileiros no Chile integrantes ou ex-integrantes de organizações subversivas, como Marighella, Lamarca, POLOP, PC do B etc., sendo o objetivo de Amarílio a formação de um grupo político-militar.⁵³³

No rastro desse documento, a conclusão do informante é que Aragão ficou encarregado da parte militar, com a incumbência de criar uma escola de “quadros políticos-militares” em uma propriedade pertencente a Almino Afonso. A escola funcionaria inicialmente com 15 militantes, onde teriam aulas de política, manuseio de armamentos, explosivos, confecção de documentos falsos etc. Até o endereço e o valor pelo qual teria sido adquirida a propriedade aparecem no informe do CIEX. Ela estava localizada em um lugar conhecido como “Los Angeles, caminho Santa Bárbara (distante cerca de três horas de automóvel de Santiago do Chile), com 500 hectares, propriedade cujo preço de aquisição seria 225 mil escudos chilenos”.⁵³⁴ Aragão estaria com a intenção de convencer os sargentos José Medeiros Dantas, Arnaldo de Araújo e Jacy Pereira Lima, ainda exilados no Uruguai, a fixarem residência no Chile e atuarem como instrutores na referida “escola de quadros”.

Essas articulações em território chileno aconteciam bem antes de o governo da Unidade Popular tomar posse, mas a expectativa gerada pela vitória de Allende, em setembro, certamente gerou uma onda de otimismo entre os brasileiros exilados no Chile. Contudo, a sonhada *via democrática ao socialismo* enfrentaria inúmeros obstáculos para sua concretização. De acordo com Winn (2010, p. 77),

⁵³³ AN, COREG, BR AN BSB IE 005.004, p. 8.

⁵³⁴ AN, COREG, BR AN BSB IE 005.004, p. 9.

Allende herdou uma crise econômica e um sistema político profundamente abalado, em primeiro lugar por sua eleição e depois pelo assassinato do comandante em chefe das Forças Armadas. Ele entendia que sua primeira tarefa era restaurar a estabilidade econômica; caso contrário se arriscaria a criar as condições para um golpe militar. Por isso, durante suas primeiras semanas como presidente eleito, Allende foi um modelo de moderação, uma presença tranquilizadora que advertia sobre a necessidade de se mover lentamente e agir com contenção.

O programa de governo da Unidade Popular estava ancorado em quatro pilares básicos: a recuperação das riquezas básicas do país, especialmente as minas de cobre; a nacionalização dos bancos; uma reforma agrária profunda; e a socialização das principais empresas de produção e distribuição chilenas. “Esses eram o cerne, ‘los cambios’ (as mudanças) que se tornaram sinônimo da revolução chilena”, conforme analisou Peter Winn (2010, p. 78).

Ao fazer um levantamento sobre os caminhos escolhidos por Allende e a UP para alcançar os objetivos que constavam no plano de governo, Thereza Marques nos indica as principais medidas tomadas já no primeiro ano da gestão de Allende. Baseado em uma lei de 1932, ainda em vigor à época, ele promoveu a nacionalização da exploração mineira, como também de “uma parcela relevante do setor bancário e da indústria manufatureira [...]”,⁵³⁵ e colocou em prática “a maior desapropriação de terras já vivida até então pelo Chile em favor da reforma agrária”, o que contribuiu, não sem enfrentar problemas, para o aumento da produção agrícola e da produção industrial. Ao fazer um balanço do primeiro ano de governo, os números positivos ainda seriam revelados em outras áreas, como a diminuição da inflação e da taxa de desemprego, e ainda “a elevação dos salários nos setores público e privado, o que aumentou o poder de compra da população”.⁵³⁶

⁵³⁵ Marques, 2011, p. 83. De acordo com a autora, os principais problemas enfrentados para a execução da reforma agrária foram as greves no campo e as invasões organizadas por grupos da UP e do Movimento de Esquerda Revolucionário (MIR).

⁵³⁶ Marques, 2011.

Mesmo diante dessa agenda complexa e de enfrentamentos de demandas históricas do seu país, o presidente Allende ainda tinha espaço em sua agenda para atender os exilados brasileiros que ali se encontravam. Entre eles, Aragão.

Em maio de 1971, recebeu a visita de sua filha Dilma e, no mesmo mês, ao lado de Amarílio Vasconcelos, Aragão foi recebido pelo presidente Allende.⁵³⁷ Na pauta, a concessão e o visto de entrada no Chile para Miguel Arraes, e a possibilidade de o prêmio da loteria chilena (Polla), em um dia que não houvesse ganhadores, fosse dada a um exilado brasileiro como forma de contribuir para a revolução brasileira. Allende teria repassado para Aragão uma quantia em espécie no valor de cinco mil escudos chilenos (aproximadamente 350 dólares), como forma de colaborar com a “caixinha” dos exilados brasileiros.⁵³⁸ Allende continuaria com sua tarefa, muito mais árdua – de implantar o socialismo pela via democrática –, e Aragão com sua missão – buscar meios e instrumentos para derrubar a ditadura no Brasil.

Em julho de mesmo ano, Aragão aparece em um documento divulgado pelo CISA como um dos personagens importantes, entre os exilados brasileiros no Chile, comprometidos com o que chamaram de “Plano Geral para a Revolução Brasileira”.⁵³⁹ Além dele, foram citados Darcy Ribeiro, Almino Afonso e Amarílio Vasconcelos. Não há nada no informe que indique a contribuição de Allende para com o Plano.

É pouco provável que todos os citados estivessem ainda pensando em derrubar a ditadura no Brasil através das armas. Nunca é demais relembrar que os agentes da repressão muitas vezes sobrevalorizavam as esquerdas, armadas ou não, como uma forma de justificar seu trabalho e existência. Alguns meses depois do encontro com Aragão, ao comemorar seu primeiro aniversário no governo, o presidente chileno discursou no Estádio Nacional praticamente lotado:

⁵³⁷ Para a visita de sua filha, Cf. AN, COREG, BR AN BSB IE VAZ 126.0176, p. 1.

⁵³⁸ AN, COREG, BR AN BSB IE 006.006, p.06.

⁵³⁹ AN, COREG, BR AN BSB VAZ 053.0104, p. 1 e 2.

[...] hemos cumplido. Hoy vengo a manifestar que...hemos ido conquistado el poder, y hemos ido realizando los cambios revolucionários establecidos en el Programa de la Unidad Popular. Es Pueblo de Chile há recuperado lo que le pertenece. Ha recuperado sus riquezas básicas de manos del capital extranjero. Ha derrotado los monopólios pertenecientes a la oligarquía...Hemos avanzado en el área social, base del programa económico, fundamento del poder para el Pueblo. Controlamos el 90% de lo que fuera la banca priada... Más de setenta empresas monopólicas y estratégicas han sido expropiadas, intervenidas, requisadas o estatizadas. Somos dueños. Podemos decir: nuestro cobre, nuestro carbón, nuestro hierro, nuestro salitre, nuestro acero. Las bases fundamentales de la economía pesada son hoy de Chile y los chilenos. Y henos acentuado y profundizado el processo de la reforma agraria: 1.300 predios de gran extensión, 2 millones 400 mil hectares han sido expropiados”.⁵⁴⁰

É possível inferirmos como aquela experiência por que estava passando o Chile poderia marcar os exilados brasileiros que ali viviam. Era o futuro que queriam para o Brasil. Mas o futuro, rapidamente, viraria passado. Sobre essa vivência de brasileiros exilados no Chile, Denise Rollemberg destacou que “a chegada ao Chile produziu, para a maior parte, um impacto extremamente favorável e positivo” (Rollemberg, 1999, p. 98).

Em inícios dos anos 1970, a política não se restringia a uma classe política, a segmentos da sociedade. Não era feita na clandestinidade, em voz baixa, em *aparelhos*, por vanguardas.

⁵⁴⁰ Apud Winn, 2010, p. 106. Tradução que consta na mesma referência: “...cumprimos. Hoje venho manifestar que... estamos conquistando o poder e realizando as mudanças revolucionárias estabelecidas no Programa a Unidade Popular. O povo do Chile recuperou o que lhe pertence. Recuperou as riquezas básicas das mãos do capital estrangeiro. Derrotou os monopólios pertencentes à oligarquia... Avançamos na área social, base do programa económico, base do poder para o povo. Controlamos 90% do que eram bancos privados... Mais de setenta empresas monopolistas e estratégicas foram expropiadas, sofreram intervenção, foram requisitadas ou estatizadas. Somos donos. Podemos dizer: nosso cobre, nosso carbono, nosso ferro, nosso salitre, nosso aço. As bases fundamentais da economia pesada são hoje do Chile e dos chilenos. E enfatizamos e aprofundamos o processo da reforma agrária: 1.300 prédios de grande extensão, 2 milhões e 400 mil hectares foram expropiados”.

Ao contrário, ocupava as ruas, cada esquina, envolvendo a todos, numa verdadeira contramão da história latino-americana. [...] Manifestações de massa, discussões políticas nas ruas, nos transportes públicos, nos locais de trabalho, nos partidos, nas associações. Assistiam à participação de uma população politizada e com posições definidas.

Aragão era um deles e continuava seus contatos com as redes de bombordo latino-americanas. Em novembro de 1971, teria sido procurado por um dos representantes do grupo peronista “17 de Outubro”, relatado como Roberto Vigliano. O visitante relatou a Aragão o objetivo de se formar uma aliança entre militares da esquerda latino-americana, a qual seria formada pelo almirante brasileiro; por Juan Domingo Perón – Argentina; pelo general boliviano Juan José Torres, ex-presidente da Bolívia – deposto após um golpe de estado liderado por Hugo Banzer em 1971;⁵⁴¹ e o major uruguaio Pablo Vicente.⁵⁴² Antes de findar o ano, recebeu a visita de seu filho, Dilson, que teria sido o portador de uma quantia em dinheiro e correspondências enviadas pelos familiares.⁵⁴³

Em março de 1972, Aragão recebeu a visita de Juan José Torres,⁵⁴⁴ que estava em Santiago à procura de apoio internacional para retomar o poder em seu país. No mesmo mês, aparece prestigiado por Allende como principal interlocutor entre os exilados bolivianos no Chile que lá chegaram após a queda de Torres.

⁵⁴¹ Hugo Banzer governou a Bolívia entre 1971 e 1978. Em 1997, voltou ao poder, após perder várias eleições nas décadas de 80 e 90. Seus simpatizantes afirmam que ele fez mais pela democracia boliviana do que qualquer um de seus antecessores, e seu maior feito foi erradicar do país a folha de coca, usada como matéria-prima para a cocaína. Seus críticos, entretanto, afirmam que ele nunca foi um democrático, e acusam o ex-general de não respeitar os direitos humanos, de sucumbir à corrupção. Cf. <http://www.estadao.com.br/arquivo/mundo/2002/not20020505p46232.htm>. Acesso em: 5 dez. 2013.

⁵⁴² AN, COREG, BR AN IE 07.04, p. 4.

⁵⁴³ AN, COREG, BR AN IE 07.04, p. 3.

⁵⁴⁴ AN, COREG, BR AN BSB IE 008.005, p. 21. Juan José Torres, após ser deposto em 1971, exilou-se em Lima, no Peru, e foi assassinado na Argentina em 1976. Das inúmeras versões que existem, a mais forte é a de que foi assassinado por membros da Operação Condor. Cf. <http://www.oexplorador.com.br/site/ver.php?codigo=19115>; e, <http://www.infobiografias.com/biografia/34152/Juan-Jos%C3%A9-Torres-Gonz%C3%A1lez.html>. Acesso em: 10 fev. 2014.

1. Atendendo a pedido de autoridades chilenas, inclusive do próprio presidente ALLENDE, o asilado brasileiro ex-almirante CANDIDO DA COSTA ARAGÃO tem mantido frequentes contatos com os líderes das três principais correntes de asilados bolivianos no Chile, funcionando como uma espécie de “mediador” entre essas correntes.
2. Os mencionados líderes são os seguintes: ex-presidente general J. J. TORRES, ex-major SANCHEZ e o líder mineiro JUAN LECHIN.
3. A finalidade do encontro é encontrar um denominador comum entre as três correntes citadas.⁵⁴⁵

A presença de militantes das esquerdas da América Latina no Chile sofreria um revés em pouco tempo. Na mesma proporção da profundidade, rapidez e intensidade das reformas implantadas por Allende, começariam as reações dos conservadores chilenos. Nas palavras de Tereza Marques, “os setores dominantes da economia chilena, contrariados principalmente no tocante às expropriações, procuraram se organizar para sabotar essa tentativa da UP de instalar o socialismo através das vias democráticas [...]”⁵⁴⁶ Peter Winn chama atenção para os problemas causados por algumas medidas econômicas tomadas pela equipe de Allende, o que teria contribuído para aumentar o coro dos descontentes.

Na teoria, as empresas nacionalizadas da área de propriedade social produziriam um lucro que ajudaria a pagar os programas sociais expandidos do governo. Na prática, caminhavam para um déficit por elas financiado aos emprestar dinheiro dos bancos nacionalizados, com o Estado finalmente pagando por essa onda crescente de tinta vermelha por ter imprimido dinheiro. [Houve então o aumento da inflação] ... que era de apenas 27% em 1971, mas que aceleraria dramaticamente em 1972 e atingiria os três dígitos em 1973.⁵⁴⁷

⁵⁴⁵ AN, COREG, BR AN BSB IE 008.003, p. 1.

⁵⁴⁶ Marques, 2011, p. 86.

⁵⁴⁷ Winn, 2010, p. 139.

Outro problema que sempre é citado em análises sobre aquele contexto chileno é a *escassez de bens de consumo*, provocada pelo aumento considerável da renda dos trabalhadores chilenos.⁵⁴⁸ Existem ainda as explicações que fazem alusão à tentativa de sabotagem contra Allende, exemplificada na criação de um mercado paralelo, clandestino, que teria contribuído para o aumento dos preços e o surto inflacionário.⁵⁴⁹

Nessa conjuntura de aumento das tensões sociais, surgiram as chamadas “greves dos patrões”, organizadas pelas empresas de transportes rodoviários e comerciantes.⁵⁵⁰ Sob a ótica das configurações políticas partidárias, houve uma reaproximação dos membros do Partido da Democracia Cristã com o Partido Nacional. “Ao mesmo tempo a Unidade Popular passou a enfrentar problemas com membros da esquerda armada do MIR. A oposição passou a organizar diversas manifestações de rua contra o governo, que se tornavam cada vez mais violentas”.⁵⁵¹

Possivelmente, percebendo o recrudescimento da política chilena, Aragão passou a fazer contatos com a esquerda argentina no sentido de contar com uma opção caso a conjuntura em Santiago continuasse o processo de radicalização e tivesse um desfecho desfavorável a Allende. Em maio de 1972, Aragão enviou carta ao “Movimiento Peronista 17 de Octubre”, na Argentina. Na carta, ele se mostrava entusiasmado com o processo político argentino e ressaltou a “necessidade da unificação das ‘forças revolucionárias’ sul-americanas como única forma de derrotar as ‘oligarquias e seus patrões, o imperialismo norte-americano’”.⁵⁵²

Em outra carta, agora enviada ao major Pablo Vicente, peronista residente no Uruguai, Aragão considerou que a Argentina, através de Perón, seria o próximo país a adotar a via socialista no sul do continente, logo seguido pela Bolívia e, finalmente, o Brasil. Segundo o almirante, naquele momento, Juan Domingo Perón exercia uma liderança que ultrapassava as fronteiras da

⁵⁴⁸ Winn, 2010.

⁵⁴⁹ Marques, 2011, p. 86.

⁵⁵⁰ Marques, 2011.

⁵⁵¹ Marques, 2011.

⁵⁵² AN, COREG, BR AN BSB IE 008.006, p. 24.

Argentina e estendia-se para toda a América do Sul, podendo ajudar no que chamou de “processo de libertação dos povos latino-americanos”.⁵⁵³

Se observarmos a análise de Luís Alberto Romero sobre o contexto argentino dos doze meses seguintes à carta escrita por Aragão, veremos que não ocorreu aquilo que o almirante brasileiro previa. De acordo com Romero (2006, p. 86),

O Programa de Reconstrução e Libertação Nacional, apresentado em maio de 1973, apesar da concessão do clima da época que havia em seu título, consistia em superar as limitações ao crescimento de uma economia cujos traços básicos não se pensava modificar. Não havia nada que indicasse orientação na direção do “socialismo nacional”, e tampouco uma tentativa de buscar novos rumos para o desenvolvimento do capitalismo [...]. Seus objetivos, de acordo com as mudanças já consolidadas na estrutura econômica do país, eram fortemente intervencionistas e, em menos medida, nacionalistas e distribucionistas, e não implicava nenhum ataque direto a nenhum dos interesses estabelecidos.

No mesmo mês de apresentação do Plano peronista, ou seja, maio de 1973, os informantes indicam que Aragão viajou a Buenos Aires, com o objetivo de verificar a receptividade dos argentinos diante de uma possível transferência de exilados brasileiros para aquele país. Ele também vislumbrava a ida de Miguel Arraes, ainda na Argélia, para reforçar a futura comunidade brasileira em Buenos Aires.⁵⁵⁴ No mês seguinte, mais uma viagem ao mesmo destino, agora acompanhado por Amarílio Vasconcelos.⁵⁵⁵ Era mais uma tentativa, agora presencial, de preparar o terreno para sua possível ida junto com demais brasileiros para a capital argentina.

A ida de Aragão à Argentina, em mais uma curta viagem – já que voltaria ainda ao Chile –, possivelmente foi motivada pela vitória dos candidatos peronistas ocorrida em março daquele ano.

⁵⁵³ AN, COREG, BR AN BSB IE 008.006, p. 77.

⁵⁵⁴ AN, COREG, BR AN BSB IE 010.006, p. 59.

⁵⁵⁵ AN, COREG, BR AN BSB IE 010.006, p. 63.

Héctor Cámpora e Vicente Solano Lima, presidente e vice, respectivamente, assim que assumiram o governo convocaram novas eleições com o objetivo de passar a presidência para o líder Juan Domingo Perón, que não pôde concorrer nas eleições de março por estar no exílio. O coronel do Exército argentino ficou dezoito anos fora do país após ter governado a Argentina por quase dez anos em períodos de intensas turbulências políticas.

Nas eleições de setembro, a chapa formada por Perón e sua segunda esposa, Maria Estela Martinez de Perón, foi vencedora com mais de sessenta por cento dos votos. Juan Domingo Perón já havia governado a Argentina por dois mandatos (1946-1952/1952-1955) e sua expressiva vitória em 1973 demonstra sua força política e sua liderança entre o eleitorado argentino.⁵⁵⁶

Em solo chileno, a via democrática para o socialismo já não estava tão pacífica assim. A radicalização, assim como no Brasil em 1964, também atingira os quartéis. Em 29 de junho de 1973, houve uma tentativa de golpe por parte da extrema direita. “Um regimento blindado de Santiago [...] atacou de surpresa o palácio presidencial e os principais prédios do governo. Foi rapidamente reprimido [...] pelas tropas leais ao presidente, comandadas

⁵⁵⁶ O peronismo não é um fenômeno fácil de ser compreendido. De acordo com Paulo Renato da Silva, “Em 1943, quando houve um golpe de Estado no país, liderado por militares autoritários e anticomunistas, simpatizantes do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) na Segunda Guerra Mundial, Juan Domingo Perón (1895-1974) foi um dos líderes do golpe. Na ditadura militar instaurada, acumulou os cargos de vice-presidente, ministro da Guerra e secretário do Trabalho. Nesta última função, implantou vários avanços na legislação trabalhista, como férias remuneradas e o *aguinaldo* – o décimo terceiro salário dos argentinos. As medidas foram possíveis graças à boa situação econômica do país, que durante a guerra foi um dos principais fornecedores de alimentos para a Europa. Como consequência, Juan Perón ganhou o apoio de parte expressiva dos trabalhadores. Fortalecido, Juan Perón decidiu concorrer à Presidência do país. Durante a campanha, apresentou-se como defensor dos interesses populares e nacionais – dois pilares do discurso peronista até hoje – e prometeu consolidar e ampliar benefícios sociais e trabalhistas. Em fevereiro de 1946, venceu as eleições. Nos primeiros anos de governo a economia continuou bem, e o novo presidente pôde nacionalizar ferrovias e serviços, como o fornecimento de gás, energia elétrica e telefonia. Em 1949, uma reforma constitucional nacionalizou também os recursos naturais do país. Consolidava-se a imagem de Perón como líder nacionalista e anti-imperialista. A lenda ganhou ainda mais apelo depois que os militares que derrubaram Perón em 1955 sequestraram o corpo de Evita [sua primeira esposa] da CGT. Mandaram enterrá-la com um nome falso na Itália, e seu paradeiro permaneceu desconhecido por 15 anos”. Cf. Silva, 2013. Para um maior aprofundamento, ver: Capelato, 2009.

pessoalmente pelo comandante do Exército”.⁵⁵⁷ O ataque resultou em duas dezenas de mortos e nove feridos, entre rebeldes e tropas leais ao governo. No final de julho, estourou mais uma grande greve. Os proprietários de caminhões decretaram a paralisação nacional dos transportes.

Também em um dia 29, agora em agosto, ocorreu mais um movimento liderado por militares contrários a Allende. De acordo com Peter Winn (2010), foi um assalto ostensivo, combinado e de surpresa da Aeronáutica e do Exército, utilizando helicópteros e caminhões, ao Centro de Produção Jorge Fernandez, em busca de armas. No dia 4 de setembro, estima-se que meio milhão de chilenos e simpatizantes de Allende marcharam pelas ruas de Santiago em comemoração ao terceiro ano de sua eleição. Gritavam, entusiasmados: “*Allende! Allende! El pueblo te defiende*”.

Sete dias depois, parte dos que marchavam estariam na esquina do palácio presidencial La Moneda, no centro de Santiago, e presenciariam o ataque protagonizado pelo Exército seguido do bombardeamento dos caças da Força Aérea Chilena. Lá dentro, decidido a não se entregar, Allende fez seu último pronunciamento em uma rádio. “Colocado en un tránsito histórico, pagaré con mi vida la lealtad al pueblo [Colocado numa encruzilhada histórica, pagarei com minha vida a lealdade ao povo]”.⁵⁵⁸ Horas depois, ele cumpriu o prometido utilizando um fuzil que ganhara de presente de Fidel Castro. Nas palavras de Peter Winn, “Em uma ironia final, Salvador Allende, que havia passado a vida toda tentando criar um caminho pacífico para o socialismo, seria lembrado por morrer defendendo uma revolução com uma arma na mão”.

Armas, povo, presidente morto, militares cercando palácio, manifestações de rua, generais fiéis, generais golpistas. Parece que a história se repetia no filme assistido pelo exilados brasileiros no Chile. Entretanto, um filme em que não eram espectadores, eram a própria cena. Quase vinte anos antes, o suicídio de Vargas. Quase dez anos antes, o golpe de 1964. O futuro que imaginavam

⁵⁵⁷ Winn, 2010, p. 167 e 168.

⁵⁵⁸ Winn, 2010, p. 179.

para o Brasil, ou a construção do socialismo – com a violência que fosse necessária –, poderia ser alcançado também pela via democrática? A experiência chilena, certamente, foi marcante para eles, inclusive para Aragão.

A queda de Allende, desencadeando uma onda de terror, provocou uma ruptura de grande impacto. A vitória das forças reacionárias era uma realidade até mesmo no país que contava com uma ampla base social na luta pelo socialismo, estimulando a reflexão sobre a viabilidade ou não da revolução institucional. De uma forma ou de outra, a revolução latino-americana estava derrotada, pelo menos momentaneamente. “A derrota de um continente.” Com o fim da experiência chilena, uma outra etapa começava: o *exílio no exílio*.⁵⁵⁹

Foi a derrota não apenas da via democrática ao socialismo. Foi também a derrota da Revolução na América Latina. “[...] os brasileiros já exilados no país integraram-se à leva de chilenos e latino-americanos fugidos da repressão. A chegada ao exílio, a partir de então, identificava-se à desesperança na revolução latino-americana” (Rolleberg, 1999, p. 57). Para Aragão, chegava ao fim o período da “experiência chilena”.

O almirante e o coronel – Aragão “visita” Perón

Meses depois, em novembro, Aragão deixou Santiago definitivamente. Ao contrário do que ocorrera quando teve que deixar o Uruguai, dessa vez ele já tinha um destino definido: a Argentina peronista.

1. Por volta de 2 de novembro de 1973, o asilado brasileiro CÂNDIDO DA COSTA ARAGÃO viajou de Santiago de

⁵⁵⁹ Rolleberg, 1999, p. 57.

Chile com destino à cidade de Buenos Aires, onde pretende se radicar.

2. O marginado, que viajou portando “salvo-conduto” chileno, pretende, no momento, se dedicar à subversão na Bolívia e teria sido portador de instruções de JUAN JOSÉ TORRES e seus representantes na Argentina.
3. Em Buenos Aires o marginado tentaria contacto com os asilados Joaquim Pires Cerveira, ROQUE APARECIDO DA SILVA, AMARÍLIO DE OLIVEIRA VASCONCELOS e com o refugiado ALBERTO CONRADO.⁵⁶⁰

Percebe-se, mais uma vez, o nome do infiltrado Alberto Conrado, agora já na Argentina. Meses depois, no início de 1974, quando de uma visita do ex-presidente João Goulart à Argentina, Aragão o procurou para que Jango intercedesse junto ao governo argentino para que fossem resolvidas algumas questões que envolviam os exilados brasileiros. Goulart teria os encaminhado a um alto funcionário do governo e ficou decidida a criação de uma comissão composta por três membros para atuar como “canal de comunicação entre o Ministério do Interior e os asilados brasileiros”.⁵⁶¹

Ainda em solo argentino, um exemplo da queda de prestígio que vinha sofrendo o almirante Aragão. Já no seu oitavo ano de exílio, foi surpreendido quando tentou se passar por um jornalista que queria realizar uma entrevista com o presidente do Panamá, general Omar Torrijos, em visita oficial à Argentina. “Ao aproximar-se de Torrijos, foi reconhecido por policiais argentinos incumbidos da guarda pessoal do visitante e foi por eles posto para fora do recinto”.⁵⁶²

Para os analistas de informações do CIEEX, Aragão estaria tentando interceder para resolver problemas de documentação de exilados brasileiros no Panamá, visto que “a maioria desses asilados está tentando obter documentação de viagem [...] que os habilitem a se deslocar do Panamá para outros países, dentre

⁵⁶⁰ AN, COREG, BR AN BSB IE 011.005, p. 64.

⁵⁶¹ AN, COREG, BR AN BSB IE 012.001, p. 26.

⁵⁶² AN, COREG, BR AN BSB IE 012.001, p.76.

eles a Argentina”⁵⁶³ No documento não aparecem os nomes dos exilados que estariam no Panamá.

Um informe de maio de 1974 dava conta da presença do exilado brasileiro Carlos Figueiredo Sá em Buenos Aires que estaria em posse de “elevada quantia de dólares americanos, de procedência sueca, para suprir o movimento subversivo brasileiro e chileno, radicados na Argentina”⁵⁶⁴ A distribuição dos dólares e a disputa pela liderança dos exilados entre Aragão e Carlos Sá levaram este a acusar o almirante de “agente do ‘Cenimar’ na Argentina e todos deviam tomar o maior cuidado possível com o ex-almirante”⁵⁶⁵ Era a típica acusação entre os militantes da esquerda diante de qualquer desavença ou impasse.

Em julho de 1974, Perón morre e sua esposa Maria Estela assume. Dois meses depois, Aragão deixaria Buenos Aires. É possível que já estivesse pensando em sair da Argentina, mas o seu destino era incerto, talvez Cuba, de novo; talvez Argélia... É o que consta em um relato do CIEEX, datado de abril daquele ano.

1. Semanalmente, Cândido da Costa Aragão vai à Embaixada cubana em Buenos Aires. Pretende transferir-se para Cuba ou para Argélia.
2. Os cubanos não confiam em ARAGÃO, pois, em sua última viagem a Cuba, o marginado seguiu de Havana para Pequim.
3. ARAGÃO pensa que os cubanos também o julgam implicado no golpe dado pelo ex-coronel Emanuel Nicoll, que recebeu dez mil dólares para desenvolver a organização R.A.N. O dinheiro desapareceu e nunca foi dada explicação convincente para o fato.⁵⁶⁶

⁵⁶³ AN, COREG, BR AN BSB IE 012.001.

⁵⁶⁴ AN, COREG, BR AN BSB 012.005, p. 11.

⁵⁶⁵ AN, COREG, BR AN BSB 012.005.

⁵⁶⁶ AN, COREG, BR AN BSB IE 012.004, p. 1. A RAN nunca chegou a operar uma guerrilha, ou seja, ficou apenas na fase do planejamento e tentativa de organização.

Parece que dessa vez ele havia acertado em sair logo de onde estava, pois dois anos depois Maria Estela seria retirada da Presidência por um golpe de Estado em 24 de março de 1976.⁵⁶⁷

Não foi apenas uma questão de percepção, a morte de Juan Perón contribuiu para que Aragon tomasse a decisão de deixar a Argentina. Havia também a atração por uma nova revolução que estava sacudindo a Europa do Sul, desde abril. Lá também os militares foram protagonistas, mas, em vez de derrubar um regime democrático para instalar uma ditadura, ocorreu o contrário.

O Tejo seria seu próximo porto. O Fado substituiria o Tango!

⁵⁶⁷ Ver “Juan Domingo Perón”. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/ango/biografias/juan_domingo_peron. Acesso em: 10 dez. 2013.

Capítulo V

Do Tejo à Guanabara

*Quanta alegria nos traz a volta, à nossa
Pátria do coração, dada por finda nossa
derrota, temos cumprido nossa missão.*

Trecho da “Canção do Marinheiro”, tam-
bém conhecida como “Cisne Branco”.

Às 22h55, ainda no dia 24 de abril de 1974, todos os lisboetas que estavam sintonizados na rádio Emissores Associados de Lisboa, ouviram a canção “E Depois do Adeus”, interpretada por Paulo de Carvalho e concorrente no Eurofestival daquele ano.⁵⁶⁸ Para a maioria, apenas mais uma bela canção de amor, mas para outros era a chegada a hora de amarrar os coturnos, abotoar os uniformes e ouvir as últimas instruções de seus capitães antes de deixar os quartéis.

O segundo e decisivo sinal viria já no dia 25, às 00h20. A canção senha foi “Grândola, Vila Morena”, de Zeca Afonso, tocada pela Rádio Renascença (Rosas, 2010, p. 103). Esta emissora tinha um alcance além-capital e poderia ser ouvida em grande parte do País. Um dos trechos mais empolgantes da música que se tornaria o hino do “25 de Abril” adverte que “dentro de ti, ó cidade, o povo é quem mais ordena”. Seguiu-se o deslocamento de tropas em vários pontos do País e a tomada, sem grandes sobressaltos, de emissoras de TV, rádios, aeroportos e bancos. O passo seguinte foi a tomada de quartéis.

Bastariam mais algumas horas para que os militares rebelados conquistassem a simpatia dos portugueses e, Marcelo Caetano, sucessor de Salazar no comando do regime autoritário

⁵⁶⁸ Cf. <http://www.25abril.org/index.php?content=1&hora=1>. Acesso em: 20 dez. 2012.

iniciado em 1926,⁵⁶⁹ passasse o poder para o general António Spínola, representante do Movimento das Forças Armadas (MFA) nos instantes iniciais de transição. Dias depois, já começavam a desembarcar em Lisboa líderes políticos que estavam exilados, a exemplo de Mário Soares do Partido Socialista (PS) e Álvaro Cunhal do Partido Comunista Português (PCP).⁵⁷⁰ Na análise de Cláudio de Farias Augusto,

[...] a Revolução de 1974 inicia-se na Guiné-Bissau. O significativo controle de grande parte do território pelo PAIGC possibilitou, em 24 de setembro de 1973, a proclamação unilateral da independência, e a República da Guiné-Bissau passou a ser reconhecida por setenta Estados soberanos – número maior que o de Estados que reconheciam a ditadura salazarista como um governo legítimo naquele momento. Em novembro do mesmo ano, a ONU condenou Portugal pela ocupação ilegal de parte das terras guineenses, instando-o a retirar suas tropas dali imediatamente. Isso criou condições únicas para a mobilização inicial de oficiais que visavam solucionar um conflito que privava o país de uma vida política condizente com os rumos do Ocidente europeu, levando-o a uma situação deplorável e anacrônica no cenário internacional.⁵⁷¹

A questão da guerra colonial contra os movimentos de libertação na África, o *ultramar* para os patricios, aparece invariavelmente como o motivo principal, responsável por desencadear a rebeldia dentro das Forças Armadas portuguesas, particularmente o Exército e seus oficiais intermediários, os capitães.

De acordo com Fernando Rosas (2010, p.101), quando Marcelo Caetano, em setembro de 1968, substituiu Salazar na Presidência do Conselho, a escolha crucial que se colocava para

⁵⁶⁹ De acordo com Francisco C. P. Martinho, o período da história portuguesa conhecido como Primeira República chegou ao fim com um golpe militar, em 1926, mas logo depois transformou-se em ditadura civil com a ascensão do ex-ministro da economia, Antonio Oliveira Salazar, ao comando do chamado Estado Novo português, em 1933. Cf. Martinho, 2010, p. 285-287.

⁵⁷⁰ Cf. <http://www.instituto-camoes.pt/revista/cronologia.htm>. Acesso em: 8 nov. 2012.

⁵⁷¹ Augusto, 2011, p. 33.

o regime estava entre conseguir “abrir caminho para uma solução política para a guerra colonial (que já durava sete anos e iria durar mais seis), com isso viabilizando um eventual processo de transição do regime, apesar dos riscos evidentes da opção; ou a continuação sem alternativa à vista da guerra colonial impediria qualquer processo de abertura e corria o risco de pôr em causa o próprio regime”. Rosas, indicando qual a opção feita por Caetano, apontou ainda as consequências das opções feitas pelo chefe de Estado que seria deposto em 25 de abril.

Sabe-se que Caetano não logrou, ou não quis seguir a primeira escolha. O que significou que o cansaço e o descontentamento político e social com a guerra, não podendo exprimir-se livremente em movimentos de opinião ou de pressão no quadro do regime vigente que os proibia, foi instalar-se na oficialidade intermediária que conduzia as operações da guerra colonial no terreno (Rosas, 2010, p.101).

Em 1968, Portugal já estava há cerca de sete anos em conflito com suas colônias africanas. A difícil missão de um exército regular em lutar contra grupos guerrilheiros e as desastrosas notícias vindas das colônias (particularmente da Guiné-Bissau) faziam com que muitos jovens migrassem de Portugal com o objetivo de fugir do recrutamento para a guerra. Ocorreram ainda problemas corporativos entre os chamados “milicianos” do Quadro Especial (QE) e os militares de carreira do Quadro Permanente (QP) (Rezola, 2007, p. 29 e 30).

Também como consequência das derrotas na África, em fevereiro de 1974, o ex-governador e comandante-geral das forças portuguesas na Guiné-Bissau, general António Spínola, lançou o livro *Portugal e o futuro*. “Os pontos principais preconizavam a democratização do país, sua integração à Europa [...], o fim da guerra e a adoção de um sistema federalista”.⁵⁷² Segundo Maria Inácia Rezola (2007), ao chegar às livrarias, o livro rapidamente se transformou num sucesso editorial inédito em Portugal. Além dos pontos já citados, chama atenção no livro a defesa feita

⁵⁷² Augusto, 2011, p. 82.

pelo general da “progressiva autonomia dos Estados e Províncias Ultramarinas, reconhecendo o ‘direito dos povos à autodeterminação’”. Nesse sentido, esclarece Rezola, “Spínola demolia um dos mais fortes pilares do regime – o Império – e abria o debate sobre um tema tabu – a guerra”.

Para além do seu óbvio impacto junto da opinião pública nacional e internacional, o livro gerou uma onda de entusiasmo em grande parte dos capitães. Apesar de nem todos concordarem com as teses federalistas de Spínola, muitos se reveem nas suas críticas à política colonial do regime e na ideia de que a solução para a guerra era política e não militar. *Portugal e o futuro* transforma-se numa Bíblia, não por ter constituído o suporte ideológico do Movimento, mas porque permitiu que muitos ultrapassassem a questão da apoliticidade das Forças Armadas e, sobretudo, o complexo de se oporem à continuação da guerra (Rezola, 2007, p. 42).

A publicação da obra de Spínola, que havia sido convidado pelos capitães para dirigir o Movimento das Forças Armadas (MFA) ao lado do também general Francisco da Costa Gomes, expressa o entendimento dos conspiradores de que a saída para o fim da guerra seria especificamente política e, em segunda instância, a força da questão hierárquica entre os militares, elegendo dois generais para a chefia do movimento.

Inicialmente compreendido como um golpe militar clássico, o “25 de Abril” se transformaria em Revolução, batizada por jornalistas e autores estrangeiros como *Revolução dos Cravos*.⁵⁷³ Nos primeiros dias, a conhecida cartilha comum nesses episódios

⁵⁷³ O “25 de Abril” teria recebido esse nome, principalmente fora de Portugal, por causa de uma entregadora de flores que, empolgada que estava com a presença dos militares na rua, saiu distribuindo os cravos para os soldados que estavam na Praça do Rossio. Sem saber como reagir, eles colocaram as flores nos canos dos fuzis e os fotógrafos encarregaram-se de perpetuar as cenas, que no dia seguinte estariam nas páginas dos jornais e revistas. Cf. “37 anos depois: da Revolução dos Cravos à bancarrota portuguesa”. <http://www.diarioliberalidade.org/portugal/batalha-de-ideias/26572-37-anos-depois-da-revolu%C3%A7%C3%A3o-dos-cravos-%C3%A0-bancarrota-portuguesa.html>. Acesso em: 25 dez. 2013; Ver também: “Revolução dos Cravos repercutiu no Brasil” In: <http://www.es-tadiao.com.br/arquivo/arteelazer/2000/not20001221p2182.htm>. Acesso em: 25 dez. 2013.

– instalação de uma Junta de Salvação Nacional (JSN) e debates acerca dos caminhos a serem tomados.

Em sua composição militar, a JSN contava com três oficiais do Exército, dois da Aeronáutica e dois da Marinha. Nesta última, os indicados pelos delegados do MFA na Armada foram o capitão de fragata Rosa Coutinho – que ficaria conhecido posteriormente como o almirante vermelho – e Pinheiro de Azevedo, comandante do Corpo de Fuzileiros Navais.

Almirante vermelho... fuzileiros... aí vem Aragão.

Os primeiros dezenove meses da Revolução foram de intensos debates e dúvidas quanto ao caminho que o Processo Revolucionário em Curso (PREC) deveria seguir. Divisões dentro dos grupos revolucionários e as discussões sobre o papel do MFA após a vitória foram constantes. Existiam ainda pressões advindas dos partidos políticos de esquerda, às quais fizeram com que os primeiros meses fossem marcados por tentativas de golpe,⁵⁷⁴ mobilizações nas ruas e mudanças de rumo em relação ao programa inicial do MFA.

Governos provisórios se sucederam, mas parecia que a Revolução não iria encontrar um norte, mesmo após a inclusão de diversos partidos de esquerda no governo, a exemplo do Partido Socialista (PS) e do Partido Comunista Português (PCS).⁵⁷⁵ Os debates mais calorosos giravam em torno da execução do programa de governo conhecido como “três D” – Descolonização, Democratização e Desenvolvimento.

No Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), em Portugal, constam dossiês sobre a movimentação de brasileiros exilados em terras lusas no período da ditadura no Brasil. Alguns documentos dizem respeito a Cândido da Costa Aragão. Eles fazem parte do acervo produzido pelo Ministério da Administração

⁵⁷⁴ Maria Inácia Rezola destaca a renúncia do general Spínola em 28 de setembro de 1974, após constante queda de braço entre este e os dois órgãos consultivos, a JSN e a “Coordenadora” – composta por membros do MFA. Cf. Rezola, 2007, p. 108-110. Cláudio de Farias Augusto relata, ainda, um movimento de paraquedistas ocorrido em março de 1975, os quais, descontentes com os rumos tomados pela Revolução, atacaram um quartel no norte de Portugal. Cf. Augusto, 2011, p. 92.

⁵⁷⁵ Rezola, 2007, p. 72.

Interior (MAI), responsável, dentre outras coisas, pela vigilância dos estrangeiros em Portugal. De acordo com os relatórios, Aragão entrou em Portugal pelo aeroporto de Portela, exatamente no aniversário de cinco meses da Revolução de Abril, em 25 de setembro de 1974.⁵⁷⁶

A ida de Aragão para as margens do Tejo, obviamente, não foi algo isolado e pensado individualmente. Américo Freire, ao estudar a presença de exilados brasileiros em Lisboa após o “25 de Abril,” nos apresenta um valioso panorama na comunidade de brasileiros que lá chegaram, encantados com “Grândola, Vila Morena”.

Ao longo do ano de 1974, uma leva de exilados brasileiros, vindos de diferentes direções, desembarcou em Lisboa. Para uns, a capital portuguesa representava, antes de tudo, a oportunidade de fugir do frio belga; para outros, era a hora de deixar para trás a instabilidade política argentina e cair na “festa democrática lusa”; para outros, ainda, era o momento de buscar compreender o que pensavam os “soldados socialistas de Portugal”, como também o de reconstruir a trajetória profissional no jornalismo e na academia.

Em meados de 1975, a colônia de exilados brasileiros concentrava-se em Lisboa e em seus arredores e compreendia personalidades e ex-militantes de diversos matizes das esquerdas brasileiras. Da “geração 64”, o nome mais conhecido era o *almirante Cândido Aragão* – um dos líderes da corrente nacionalista militar radical que fora varrida pelo regime de 1964. Já nos meios intelectuais, a figura de maior peso era a do jornalista e escritor Márcio Moreira Alves, seja pelo seu trânsito com Miguel Arraes, um dos próceres do exílio brasileiro, [...] pelos vínculos que construiu com importantes lideranças civis e militares portuguesas.⁵⁷⁷

⁵⁷⁶ PORTUGAL, ANTT, Fundo MAI, folhas 246 e 247. Agradeço ao professor Américo Freire, do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, a indicação dessa fonte.

⁵⁷⁷ Freire, 2011, p. 117 e 118. Grifo meu.

Ao chegar a Lisboa, Aragão procurou contato com membros da Marinha Portuguesa e lá encontraria acolhida entre militares que tinham influência não apenas na Armada, como também na política nacional. Um dos membros do Conselho da Revolução (CR) se tornaria o principal interlocutor de Aragão na instituição naval. O então capitão de fragata Manuel Martins Guerreiro aparece na documentação com forte ligação ao colega de farda brasileiro. Em 20 de setembro de 2012, ele nos revelou alguns aspectos da personalidade, ocupações e aspirações do nosso investigado durante sua estadia em Portugal.

Não me recordo como foi esse contato inicial do almirante Aragão com a Marinha, mas é natural que ele tenha procurado a Marinha. O recebemos ali no gabinete do chefe do Estado-Maior da Armada, onde, acredito, eu estava como chefe de gabinete do almirante Pinheiro de Azevedo [...]. Fui eu quem o recebi. Eu era capitão de fragata... quando ao almirante Aragão cá estava eu era capitão de fragata. Portanto, eu o recebo e imediatamente se manifestou aquela solidariedade normal entre pessoas próximas ideologicamente e sobretudo nós o recebemos com muito carinho e consideração. Nós procuramos resolver a questão material do almirante porque era uma pessoa que estava sem recursos. [...] Arranjamos-lhe essa situação de ser investigador [pesquisador] da Biblioteca Central de Marinha. E portanto arranjamos um local de trabalho, um gabinete e essa situação de investigador. E o que ele ganhava era suficiente para sua estadia em Portugal, para se manter cá, e, digamos, para viver com alguma dignidade.

Ele também almoçava conosco na mesa dos oficiais. Durante muito tempo ele almoçou na minha mesa [...]. Nós conversávamos sempre. Nós estávamos interessados em conhecer a experiência brasileira, sobretudo como é que as coisas tinham passado, e ele também estava muito interessado em falar conosco e em conhecer a realidade portuguesa [...]. Tínhamos longas conversas à hora do almoço, às vezes fora da hora do almoço. Às vezes ele próprio ia ao gabinete do chefe do Estado Maior da Armada, porque ele sempre foi um homem muito preocupado

com a situação portuguesa. Creio que ele teve alguns contatos políticos em Portugal, creio que com a Isabel do Carmo, era uma dirigente do Partido Revolucionário do Proletariado (PRP).⁵⁷⁸

A vigilância sobre o militar brasileiro em Portugal aparece inicialmente nos documentos do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE). Pedidos de revalidação de visto; de renovação de passaporte e até solicitações do governo brasileiro para dificultar a vida de Aragão e outros exilados em Portugal, podem ser consultados no arquivo do MNE.

Em uma pasta com os nomes de José Serra e Cândido da Costa Aragão, é mencionada a solicitação das autoridades da ditadura brasileira, em fevereiro de 1970, para que fossem apreendidos os passaportes de ambos, caso pisassem em solo português.⁵⁷⁹ Em maio de 1975, o comandante-geral da Polícia de Segurança Pública consultou o MNE no sentido de saber se a ordem de apreensão ainda estava em vigor. Iniciou-se ali uma intensa troca de mensagens entre diferentes repartições do Ministério, objetivando encontrar uma saída para o imbróglio.

A Repartição Consular cumprimenta a Repartição da Política Europa América e tem a honra de lhe enviar os seguintes documentos:

Cópia da Nota da Embaixada do Brasil n. 26, de 6/2/1970, em que se pede a apreensão de dois passaportes brasileiros, um deles pertencente a CÂNDIDO DA COSTA ARAGÃO.

[...] Cópia do ofício do comandante-geral da Polícia de Segurança Pública ... em que se pergunte se esta Secretaria de Estado mantém o seu pedido de apreensão daquele passaporte, pertencente a um ex-almirante da marinha de guerra brasileira.

⁵⁷⁸ PORTUGAL. Entrevista com o Almirante Manuel Martins Guerreiro, Lisboa, Sede da Associação 25 de Abril, 20 de setembro de 2012.

⁵⁷⁹ PORTUGAL, Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros – MRE (Palácio das Necessidades); Fundo PEA – Política Europa América, Relações Bilaterais de Portugal com o Brasil. Cândido da Costa Aragão e José Serra, pedido do governo brasileiro para apreensão dos respectivos passaportes.

A Repartição Consular muito agradecerá que a Repartição de Política da Europa América a habilitasse a responder àquele comandante-geral e pede a sua atenção para a circunstância de que tem vindo a receber, diariamente, insistências telefônicas da Polícia de Segurança Pública no sentido de ser urgentemente esclarecida sobre o caso.

Lisboa, 15 de maio de 1975.

Repartição da Política Europa América⁵⁸⁰

No segundo semestre de 1975, os agentes da ditadura brasileira já estavam mais uma vez seguindo os rastros de Aragão, e andavam bem informados quanto às ocupações do exilado. Em uma pequena nota, reportaram ao Brasil que Aragão continuava trabalhando na “Biblioteca do Estado Maior da Armada [na realidade era a Biblioteca Central da Marinha] portuguesa e estaria assessorando aquela unidade militar no que diz respeito aos assuntos navais brasileiros, chilenos e argentinos”.⁵⁸¹ Estaria ele vivendo com uma chilena, conhecida apenas como Maria. Morava temporariamente na Pensão “Janelas Verdes”, em Lisboa, onde também estariam os ex-marinheiros Manoel Livino Riberio Leal e José (ou Antônio) Duarte dos Santos.⁵⁸²

Entretanto, as funções de Aragão não se limitavam a cumprir expediente na biblioteca e debater assuntos navais. Sobre o conteúdo das conversas com os oficiais portugueses, além do interesse na trajetória pessoal de Aragão, havia também a necessidade de saber sobre as experiências de Aragão pelos países por onde tinha vivido. Depois de nove anos de exílio, já passara por Uruguai, Cuba, China, Argélia, Vietnã do Norte, Chile e Argentina.

O almirante brasileiro, segundo Martins Guerreiro, passou a ser uma espécie de consultor informal no processo revolucionário português. “Nós discutíamos tudo, a questão portuguesa, as várias questões [...] porque aquilo era um processo muito

⁵⁸⁰ PORTUGAL, Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros – MRE (Palácio das Necessidades); Fundo PEA – Política Europa América, Relações Bilaterais de Portugal com o Brasil.

⁵⁸¹ AN, COREG, IE 014.09, p. 1.

⁵⁸² AN, COREG, IE 014.09.

acelerado, muito quente e ele tinha algumas ideias, aliás, por conta de sua própria experiência, quer no Chile, quer no Brasil”⁵⁸³

Imerso naquela conjuntura como ator e observador privilegiado, Aragão ainda acreditava na guinada da Revolução portuguesa rumo ao socialismo. Suas conversas não eram apenas com os pares na Marinha, ele também procurava membros da esquerda mais radical. O ex-militante do PCP e à época um dos quadros do Partido Revolucionário do Proletariado (PRP), Carlos Carneiro Antunes, nos revelou alguns temas tratados com Aragão nas conversas que tiveram na sede do próprio partido. Segundo Antunes, foi o exilado brasileiro quem os procurou.

O Aragão queria... o sonho dele era fazer uma aliança entre mim e o Martins Guerreiro e por mais que eu explicasse isso que estou a explicar a si, ele achava que havia pontos em comum... e eu achava que não havia pontos em comum. No fundo, eu dizia-lhe, “o Aragão, nós queremos outra sociedade, queremos acabar com este Estado. [...] Aquilo que nos distingue dos outros, é sobretudo a questão do Estado, e, portanto, o nosso trabalho estará feito, quando a gente destruir este Estado. Ora, ninguém quer isso, e portanto não há aliança”. Porque ele sonhava no fundo com o golpe de Estado. Um golpe de Estado que tirasse a direita do poder e os militares de direita. E eu sempre fui contra os golpes de Estado, eu sempre defendi a necessidade da insurreição, e insurreição é uma coisa que tem a ver com o povo, com os trabalhadores, não tem a ver com os exércitos. [...] Era uma discussão sem fim com o nosso amigo Aragão. Eu tenho a sensação que ele me estimava e eu também o estimava, mas que existia ali uma zona de incompreensão, porque, por exemplo, ele vivia muito a necessidade da ação de força. E eu que fiz ação armada, sempre vi a ação armada como último recurso.⁵⁸⁴

⁵⁸³ PORTUGAL, Entrevista de Manuel Martins Guerreiro ao autor, op. cit.

⁵⁸⁴ PORTUGAL. Entrevista de Carlos Carneiro Antunes ao autor. Lisboa, 20 de novembro de 2012. Carlos Antunes foi militante do PCP e depois rompeu com os comunistas e ingressou nas Brigadas Revolucionárias, organização partidária das ações armadas. Militou ainda no PRP e ficou preso durante quatro anos, acusado de “autor moral” de várias ações durante o período revolucionário iniciado em abril de 1974.

Essa imagem de Aragão como um componente inserido no contexto da revolução portuguesa, inclusive sendo ouvido por importantes atores políticos, não ficaria apenas nas conversas informais. A pedido de Martins Guerreiro, Aragão elaborou um documento intitulado “Sobre a disciplina revolucionária – contribuição para o desenvolvimento do processo revolucionário português”. Pela primeira vez, nas fontes consultadas, aparecem claramente inspirações marxistas no pensamento de Aragão. O termo “socialismo” substituiria o “nacionalismo” na ideologia de Aragão, pelo menos naquele momento. Não é fácil detectarmos quando se deu essa transição, mas sua vivência no exílio já havia influenciado suas ideias políticas, principalmente após sua viagem à China.

Em quatro páginas, o exilado brasileiro tentava convencer os militares da Armada portuguesa a tomar partido na construção de uma sociedade socialista em Portugal. Alguns trechos do referido texto, deixam clara a intenção de Aragão que a Revolução em terras lusas levasse o país a uma sociedade socialista.

O 25 de Abril fez brotar um tipo novo de disciplina, que foi espontaneísta, arrancada das minorias dominantes pela eclosão do processo revolucionário em Portugal, mas não consideramos salutar a sua prática por não assentar em bases ideológicas firmes, tendo em vista os interesses superiores da nação, a quem fundamentalmente a disciplina se destina.

[...] Entendemos também que a DISCIPLINA REVOLUCIONÁRIA exige melhorar a cultura das amplas massas para a perfeita receptividade da ideologia da SOCIEDADE SOCIALISTA – justa – sem explorados nem exploradores, buscando alcançar a “sociedade sem classe” que se deseja.

[...] Consideramos do maior interesse desenvolver-se a maior atenção para o difícil momento que atravessa o povo português, para que a atual contradição ideológica em que se vive não sirva de pretexto aos atuais detentores do Poder Militar, insensivelmente ou por conveniência, para fazer retornar a disciplina autoritária, com a anulação plena de direitos do escalão

subordinado, servindo assim, deliberadamente, às exigências do sistema político que desejam implantar em Portugal.

[...] Na primeira fase de transição para o socialismo todos os esforços poderão convergir para a produção e transformação ideológica do homem, passando a ideologia a constituir o eixo em torno do qual vai se desenvolver a caminhada rumo ao Socialismo, entrando o grau cultura como fator decisivo do resultado desejado. A DISCIPLINA REVOLUCIONÁRIA que se deseja alcançar para o processo revolucionário português constituirá a espinha dorsal da transformação social para conscientemente suportar os duros embates contra o sistema capitalista espoliador e o “Czarismo Moderno” representado pelo Imperialismo Norte-Americano.

Lisboa, 9 de fevereiro de 1976.

CANDIDO DA COSTA ARAGÃO⁵⁸⁵

Tudo indica que esse documento seria uma segunda versão, pois os agentes do CIEX já haviam relatado aos órgãos no Brasil a encomenda feita pelo oficial português Martins Guerreiro.

1. Por solicitação do comandante Martins Guerreiro, da Marinha portuguesa, os asilados brasileiros Cândido da Costa Aragão e Carlos Figueiredo Sá resolveram, em 7 de fevereiro de 1976, alterar o documento intitulado “Sobre a disciplina revolucionária; contribuição para o desenvolvimento do processo revolucionário português”, cujo texto original fora entregue ao referido militar português, em 19 de novembro de 1975.
2. Não se conhecem as razões que levaram à alteração deste documento, que foi executado para servir de roteiro-guia nas “reuniões de esclarecimento” efetuadas, antes do “25 de Novembro”, em dependências da Armada portuguesa.⁵⁸⁶

As ideias do almirante brasileiro não podem ser compreendidas fora da conjuntura específica em que estava vivendo.

⁵⁸⁵ AN, COREG, A0940173, p. 4-7.

⁵⁸⁶ AN, COREG, IE 15.01, p. 3.

Conforme já frisamos, a chamada Revolução dos Cravos não se encerra com a queda de Marcelo Caetano em abril de 1974. Grupos heterogêneos dentro das próprias Forças Armadas – da direita, de centro e da esquerda mais radical – tentavam assumir o controle do Estado português e definir o projeto de futuro para o país. Menos de dois meses antes da data que consta no texto, houve um novo episódio que marcou o destino da Revolução.

O “25 de Novembro”

Um acontecimento de difícil explicação e envolvido em disputas memoriais. Essa é a mais esclarecedora afirmação que se pode concluir ao analisarmos parte da produção historiográfica portuguesa sobre o “25 de Novembro” de 1975.⁵⁸⁷ Marcado pela tentativa de paraquedistas em tomar alguns quartéis – particularmente bases aéreas – e a tomada de estações de TV, os estudos mais profundos indicam a presença da extrema esquerda entre os militares comandantes da ação. Do outro lado, estariam os chamados “Nove”, grupo composto por oficiais mais moderados, alguns acusados de direita, sob a liderança do general Costa Gomes.

Este oficial, presidindo o Conselho da Revolução (CR), decretou estado de sítio parcial em Lisboa e manteve o CR em reunião permanente. Na Marinha, destacaram-se Rosa Coutinho e Martins Guerreiro – com quem Aragão dialogava diariamente –, que obtiveram êxito em impedir a adesão dos fuzileiros navais ao movimento rebelde.⁵⁸⁸

O general Ramalho Eanes, um dos expoentes do grupo dos “Nove” e que seria presidente da República, reconheceu que a facção moderada tinha relações preferenciais com o Partido Socialista (PS). “Era o partido com maior implantação, representação democrática, com maior aproximação afectiva não só com os militares”.⁵⁸⁹ Existem também inúmeras versões que dão

⁵⁸⁷ Ver Rezola, 2007; Rosas, 2010. Rezola faz um balanço historiográfico e de obras memoriais sobre o episódio.

⁵⁸⁸ Ver Rezola, 2007; Rosas, 2010, p. 255.

⁵⁸⁹ Ver Rezola, 2007; Rosas, 2010, p. 258

conta da difícil relação do Partido Comunista Português (PCP) e a extrema esquerda. Ambos disputando espaço dentro das Forças Armadas com a intenção clara de reconfigurar a composição do CR, que naquele contexto estava nas mãos dos moderados, contando até com representantes da ala conservadora das Forças Armadas. De acordo com Fernando Rosas, que considera o 25 de Novembro como “a contenção da Revolução”,

[...] A Revolução tinha dividido a sociedade portuguesa em dois campos fundamentais, embora muito distintos e contraditórios em si mesmos.

De um lado, um campo hegemónico pelo PCP e os sectores do MFA que lhe deram afectos, tendo como figura de proa o primeiro-ministro Vasco Gonçalves. Mantinham uma aliança instável com vários grupos da esquerda radical próximos de Otelo Saraiva de Carvalho e dos oficiais do Comando Operacional do Continente (Copcon). Eram globalmente defensores do aprofundamento do processo revolucionário e de uma sociedade socialista assente no poder popular, como meta distinta do que consideravam ser a democracia burguesa, ainda que tal correspondesse a visões, por vezes, muito distintas entre os seus componentes.⁵⁹⁰

Diante dessa configuração e disputas, com a vitória dos moderados – ou da direita, segundo os esquerdistas mais extremos –,⁵⁹¹ a Revolução portuguesa tomou seu rumo, dentro da estabilidade institucional e política. Segundo Rezola, “independentemente da interpretação sobre os acontecimentos do 25 de Novembro, a sua consequência mais directa é a completa alteração da correlação de forças político-militares”.⁵⁹²

⁵⁹⁰ Rosas, 2010, p. 106 e 107.

⁵⁹¹ São portadores dessa ideia o militante Carlos Carneiro Antunes, entrevistado por mim, como também a militante Isabel do Carmo, que, mesmo após várias tentativas, não nos concedeu entrevista. Isabel foi indicada como uma das possíveis interlocutoras de Aragão durante seu exílio em Portugal. Sua opinião sobre o “25 de Novembro” pode ser conferida em “Isabel do Carmo”. Cf. <http://anabelamotaribeiro.pt/68604.html>. Acesso em: 20 dez. 2013.

⁵⁹² Rezola, 2007, p. 271.

Na opinião de Rosas, “A revolução perdera seu braço armado, ou seja, tudo. A partir daí, aprovou-se a Constituição de 1976 e elegeram-se nos sucessivos actos eleitorais daquele ano as novas instituições da democracia”.⁵⁹³ Na mesma linha interpretativa, Rezola (2007) conclui que após o 25 de Novembro “assiste-se à abertura de um novo momento político: o da transição entre o processo revolucionário, que marcara os anos 1974-1975, e a institucionalização da democracia”.

Não era só o processo revolucionário português que interessava a Aragão. Ele também se relacionava com a comunidade dos exilados brasileiros em Portugal, sendo convidado para inúmeros eventos em Lisboa e arredores. Nesses encontros e convívios surgiam histórias que, aos olhos de hoje, ganham ares de surrealismo. Uma delas foi revelada pelo exilado Enoir de Oliveira Luz – conhecido em Lisboa como “Seu Juca” do Restaurante Brasuca –, proprietário do local que serviu de ponto de reunião de brasileiros e dos revolucionários portugueses na segunda metade dos anos 1970.

De vez em quando os exilados faziam convívio. Uma vez eu fui a um convívio desses e estava o Duda Agnes, jornalista, e lá eu vi o Aragão. Mas quando eu vi o sargento Camacho⁵⁹⁴ eu fui embora. Além de nome, sabia que podia ser uma pessoa infiltrada. Eu não participava muito das atividades dos exilados porque havia infiltração. A maioria vivia com nome de guerra. A gente não sabia o nome verdadeiro. A casa ficava em Algés, eu não lembro o nome dele todo, mas a companheira dele era bancária. Ele [Aragão] era um gajo de festa. Falava com todo mundo. Nessa época a gente estava tentando criar uma casa da Anistia, para todos.

⁵⁹³ Rosas, 2010, p. 109.

⁵⁹⁴ Trata-se de Carlos Camacho [Carlos Galeão Camacho Matos?], apontado entre os exilados em Lisboa como agente infiltrado e muito próximo a Aragão. A passagem de um homônimo durante o exílio no Chile também foi marcada por acusações de infiltração e participação em torturas como agente da DINA, a polícia política chilena. Alguns o recordam como ex-militar do Exército Brasileiro, exilado, militante do MIR e estudante de Sociologia na Universidade de Concepción. Há ainda um homônimo, que aparece com hábito religioso e é dirigente do Partido Verde de São Paulo. Não temos informações que indiquem ser a mesma pessoa, apesar da coincidência dos nomes. Para as acusações no Chile, Basso, 2002, p. 35-39. Cf. <http://pascualrojasarias.blogspot.com.br/2012/09/caso-pascual-rojas-y-el-agente-de.html>. Acesso em: 15 out. 2013.

Chegou uma hora que quiseram usar o almirante Aragão e ele foi usado. Muita gente que queria ir embora de qualquer jeito para o Brasil. De que forma usaram? O comandante Aragão era uma personalidade, pela idade, pela história dele... Então fizeram uma proposta para o comandante Aragão de se alugar um barco e pôr os exilados todos nesse barco e entrar pelo rio Amazonas... vir pelo mar, entrar pelo rio Amazonas e entrar no Brasil, como se fosse dar um impacto, né. Isso é a maior loucura que pode haver. Mas o comandante aceitou, tava na disposição de conseguir um barco. Vai ver, meia dúzia de maluco dentro. Isso saiu no jornal, aqui e no Brasil. Uma loucura!⁵⁹⁵

Tudo indica que os agentes da ditadura não conseguiram essa informação, mas a documentação indica outras reuniões dos exilados em Portugal. Mais um informe do CIEX, enviando relatos sobre dezembro de 1975, alertou que Aragão teria se reunido com exilados brasileiros, na residência de Carlos Figueiredo Sá, para a comemoração do 78º aniversário de Luís Carlos Prestes. Estiveram presentes ainda Márcio Moreira Alves, Fernando Leite Perrone, Jose Maria Crispim, dentre outros.⁵⁹⁶ A nota segue, explorando os passos de Aragão e suas diversas articulações:

1. O ex-almirante Cândido da Costa Aragão teria comunicado em 22 de dezembro de 1975, ao comodoro-diretor de Pessoal da Marinha Portuguesa, que só exerceria seu cargo na Biblioteca Central da Marinha até o dia 15 de janeiro próximo e que seu afastamento era justificado por “motivos de saúde”.
2. Em fins de dezembro de 1975, o nominado estava muito desgostoso com o atual panorama político português e, por tal, confidenciava a amigos mais chegados que seu próximo destino poderia ser Argel, ao lado de Miguel Arraes, ou Buenos Aires, com Alberto Conrado [o infiltrado].

⁵⁹⁵ PORTUGAL. Entrevista de Enoir de Oliveira Luz ao autor. Lisboa, Restaurante Brasuca, 28 de setembro de 2013. Seu Juca foi dirigente sindical do Sindicato dos Trabalhadores em joalheria e pedras preciosas em Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul. Devido à sua militância política, teve que deixar o Brasil e viveu em Moscou por cerca de três anos até chegar a Portugal em fevereiro de 1976, onde vivia até o dia da entrevista.

⁵⁹⁶ AN, COREG, IE 15.01, p. 1.

3. Em 15 de dezembro de 1975, o ex-almirante estabeleceu contato, em dependências do “Hotel Sheraton de Lisboa”, com o reitor da Universidade de Lourenço Marques, professor Fernando Ganhão, com a finalidade de examinar a possibilidade de instalação de uma escola de quadros em Moçambique destinada a refugiados brasileiros e chilenos. Fernando Ganhão disse a Aragão que o assunto em tela seria decidido pelo doutor Oscar Monteiro – atual chefe de gabinete de Samora Machel –, que deveria chegar a Lisboa por volta de 27-28/dezembro/1975 (o que não viria a concretizar-se).⁵⁹⁷

Percebe-se que o agente não estava bem informado, pelo menos em alguns aspectos. Não fora Aragão que pedira exoneração. Em 24 de fevereiro, o almirante brasileiro recebeu a notícia de que deveria abandonar suas funções na Biblioteca da Marinha portuguesa “por ordem expressa do Estado-Maior daquela força naval”.⁵⁹⁸ Ele contou com a solidariedade dos comandantes Martins Guerreiro e Serrano. Os referidos oficiais portugueses revelaram, ainda, que tal fato consumou-se por pressão da Embaixada do Brasil e de seu Adido Naval, comandante Valbert Medeiros de Figueiredo, e asseguraram que Aragão não ficaria desamparado.

No informe consta que Aragão agradeceu a proteção dos citados oficiais e solicitou uma passagem aérea Lisboa-Buenos Aires, para onde pensava viajar com o fim de radicar-se e trabalhar em um “negócio” de sociedade com os refugiados Avelino Bione (sic) Capitani e Alberto Conrado [o agente].⁵⁹⁹ Por interferência dos amigos de farda, Aragão ainda ficaria mais alguns meses em sua função. Martins Guerreiro recorreu ao primeiro-ministro, almirante Pinheiro de Azevedo, que teria pedido que tudo fosse feito “sem que a Embaixada Brasileira suspeite de alguma coisa”.⁶⁰⁰ Em informes seguintes o assunto foi tratado nos mínimos detalhes:

⁵⁹⁷ AN, COREG, IE 15.01, p. 2.

⁵⁹⁸ AN, COREG, IE 15.03, p. 7.

⁵⁹⁹ AN, COREG, IE 15.03.

⁶⁰⁰ AN, COREG, BR AN BSB IE 15.04, p. 27.

1. Apesar da solicitação de exoneração do cargo que ocupa na Biblioteca Central da Marinha portuguesa, o ex-almirante Cândido da Costa Aragão ainda não foi afastado daquelas funções, como era de se esperar.
2. O nominado, que é protegido do comandante Martins Guerreiro – membro pró-comunista do Conselho da Revolução –, foi avisado, por este, de que o seu trabalho naquela Repartição da Marinha estará assegurado enquanto ele, Martins Guerreiro, permanecer como membro do Conselho da Revolução.⁶⁰¹

Alheio às questões ocupacionais e às perseguições ocultas ou não, ainda em fevereiro Aragão aparece tentando viabilizar a ida de exilados brasileiros para Moçambique. O interlocutor moçambicano, citado apenas como Quincas, prometeu encaminhar a solicitação de Aragão ao vice-presidente da Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique), Marcelino dos Santos.⁶⁰² Também no mesmo mês ocorreu uma reunião com o objetivo de se discutir o Estatuto do Comitê Português pela Anistia Geral no Brasil (CPAGB). O encontro foi presidido por Márcio Moreira Alves e contou com a presença de bom número de brasileiros ali exilados, entre eles Fernando Leite Perrone, Almir Dutton Ferreira, Altair Lucchesi Campos – ex-capitão, dentre outros. Aragão ficou responsável pela parte da organização de atos de repúdios à ditadura no Brasil, marcados para março.⁶⁰³

No mês seguinte, março, Aragão aparece em mais uma comissão, agora formada por exilados brasileiros e latino-americanos em Portugal. O objetivo era organizar um protesto junto ao Alto Comissariado das Nações Unidas para refugiados (ACNUR) no sentido de reivindicar explicações pela expulsão do país do boliviano José Jorge Sanjines.⁶⁰⁴

⁶⁰¹ AN, COREG, IE 15.03, p. 2.

⁶⁰² AN, COREG, IE 15.03, p. 4.

⁶⁰³ AN, COREG, IE 15.03, p. 5.

⁶⁰⁴ AN, COREG, IE 15.05, p. 1.

Curiosamente, em 1º de abril, data efetiva do golpe no Brasil, o militar brasileiro foi dispensado definitivamente de sua assessoria na Marinha portuguesa. Apesar de o alto comando da Armada ter cedido às pressões do governo brasileiro, seus camaradas não o deixaram desamparado. No documento que decretou a exoneração de Aragão, constava a indenização equivalente a um ano de seu salário e outras vantagens. Os agentes do CIEX desconfiavam que Aragão continuasse trabalhando, agora de forma clandestina, como membro do serviço de inteligência da Marinha portuguesa.⁶⁰⁵

Alguns dias depois da exoneração, mais uma indicação de que seus companheiros não o deixariam “a ver navios”. Dessa vez, além de Martins Guerreiro e Serrano, aparece no relato o “almirante vermelho” português Rosa Coutinho,⁶⁰⁶ que esteve entre os sete membros da JSN na Revolução de dois anos antes. A política interna portuguesa também estava na agenda.

A nota diz que em 14 de abril de 1976, no “Restaurante do Mercado do Povo”, em Lisboa, Aragão compareceu a um almoço com os três militares citados. Rosa Coutinho estaria viabilizando um emprego para Aragão em uma empresa estatal angolana, com sede em Luanda, e o brasileiro poderia trabalhar como gerente ou assessor administrativo, com salário de mil e quinhentos dólares, aproximadamente.⁶⁰⁷

Seus familiares estavam preocupados com a situação do brasileiro em Portugal. Em maio, Aragão recebeu a visita de seu irmão, Alceu, que tentou convencê-lo a se entregar e encerrar

⁶⁰⁵ AN, COREG, IE 15.05, p. 2.

⁶⁰⁶ Rosa Coutinho era capitão de fragata em 1974. Foi um dos militares do Movimento das Forças Armadas que desencadeou a Revolução do 25 de Abril, tendo integrado a Junta de Salvação Nacional. Notabilizou-se no pós-25 de Abril de 1974, tendo ficado conhecido como o “almirante vermelho” pela sua proximidade ideológica com o PCP. Após a revolução de 1974, integrou a Junta de Salvação Nacional, e em outubro de 1974 foi designado Alto Comissário em Angola até janeiro de 1975. No período pós-revolucionário, coordenou o Serviço de Extinção da PIDE-DGS e da Legião Portuguesa. Na Marinha, Rosa Coutinho passou grande parte da sua carreira embarcado, tendo sido capturado nos anos 1960 numa missão de patrulhamento e pesquisa no rio Zaire. É um personagem que desperta amor e ódio devido a suas posições ideológicas a favor da independência de Angola. Cf. <http://expresso.sapo.pt/rosa-coutinho-morre-aos-84-anos=f586276#ixzz2oLQxJ126>. Acesso em: 23 dez. 2012.

⁶⁰⁷ AN, COREG, IE 15.05, p. 3.

de vez o período de exílio. No relato do agente, “depois de várias conversas com seu irmão, Cândido Aragão passou a considerar a ideia de entregar-se à Embaixada do Brasil em Lisboa, com o fim de ser repatriado para o Brasil e lá “morrer condignamente”.⁶⁰⁸

Os atentados?

O carimbo no boletim divulgado em outubro tem a marca do SNI. A Agência Central retransmitiu informação recebida pelo CIEEX que tratava de um ato realizado por Aragão no dia 7 de setembro e que obteve relativa repercussão na imprensa portuguesa. Em uma cerimônia, no mínimo inusitada, foi depositada uma coroa de flores no monumento a D. Pedro I (D. Pedro IV em Portugal), na região do Rossio, em Lisboa.⁶⁰⁹ Segundo o relato, teriam comparecido jornalistas do *Diário de Lisboa, Página Um*, Agência France Press, além da RTP (Rádio Televisão Portuguesa). Outra coroa de flores seria depositada na Chancelaria da Embaixada do Brasil, em mais uma cerimônia. Entretanto, devido ao forte esquema de segurança, foi deixada na garagem do prédio durante a noite.⁶¹⁰

A iniciativa de Aragão, que contou com a cobertura de militantes do PRP, seria uma retaliação ao embaixador do Brasil em Portugal, a quem Aragão culpava pela explosão de uma bomba em frente ao prédio no qual residia, no dia 5 de setembro.

Na madrugada do dia 5 set 76, em frente ao edifício onde reside o ex-almirante Cândido da Costa Aragão, à Av. Infante Dom Henrique, 808, Cascais [...], explodiu uma bomba que danificou alguns automóveis estacionados no local e quebrou alguns vidros dos prédios mais próximos, não tendo havido vítimas. O ex-almirante atribui ao Gen. Carlos Alberto Fontoura, embaixador do Brasil em Portugal, a responsabilidade pela citada explosão.⁶¹¹

⁶⁰⁸ AN, COREG, BR AN BSB IE 15.05, p. 83.

⁶⁰⁹ AN, COREG, A0979089, p. 6.

⁶¹⁰ AN, COREG, A0979089.

⁶¹¹ AN, COREG, A0979089, p. 5.

No dia 10 de setembro, ocorreu um incêndio no prédio da Chancelaria da Embaixada Brasileira. O embaixador Fontoura, não satisfeito com a investigação feita pela polícia portuguesa, convocou agentes do SNI, que se deslocaram até Portugal para investigar o caso. O principal suspeito de coordenar o possível atentado era Aragão. De acordo com o agente do CIEX, em almoço no dia seguinte, Aragão teria confidenciado que “toda a guarda interna da Embaixada fora narcotizada”.⁶¹² Carlos Alberto Fontoura foi o chefe do SNI no governo Costa e Silva e gozava de prestígio na comunidade de informações. Havia chegado a Lisboa um mês após o “25 de Abril” sob protestos de militantes das esquerdas, principalmente brasileiros e portugueses.⁶¹³

Não há como comprovarmos que essa explosão e retaliação de Aragão tenha alguma ligação com o suposto documento que ganhou o apelido de “Código 12”, divulgado pela imprensa brasileira em maio de 1978.⁶¹⁴ O “Código 12” resume-se à troca de informações – com data de início em 23 de setembro de 1975 –, sobre uma ordem do então chefe do SNI, general João Baptista Figueiredo, ao embaixador do Brasil em Lisboa, para assassinar Aragão e Carlos Figueiredo de Sá.

“Por decisão do Comando operacional do SNI, se deverá empreender, antes do dia 15 de outubro de 1975, uma operação Código 12, contra o ex-almirante Cândido Aragão e o dr. Carlos Sá. Simultaneamente, empreenderemos como cortina de fumaça uma ação em Paris ou Roma, a cargo da DINA. General João Figueiredo. Ministro diretor do SNI.”⁶¹⁵

Em seu livro de memórias, o general Sylvio Frota (2006) faz indagações sobre o silêncio das autoridades militares à época da divulgação do documento, esclarecendo que não seria difícil

⁶¹² AN, COREG, IE 15.10, p. 04.

⁶¹³ Cf. Fontoura, Carlos Alberto da. (Depoimento, 1993). Rio de Janeiro, CPDOC, 2005, p. 80-86. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista626.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2014.

⁶¹⁴ Cf. *O Globo*, 7 de maio de 1978; *Jornal do Brasil*, 8 de maio de 1978. Apud Frota, 2006, p. 576; 577 e 578.

⁶¹⁵ Frota, 2006, p. 577.

questionar a veracidade do que fora divulgado. Apesar de setores da imprensa afirmarem que os documentos eram forjados e que o objetivo da divulgação clandestina objetivava atingir o então candidato à Presidência, João Figueiredo, Sylvio Frota colocou em dúvida essa versão e apontou a defesa antecipada feita por parte da imprensa como algo estranho, talvez orquestrado. Em suas palavras, “A imprensa, de modo geral, abordou o assunto com interesse, na primeira quinzena de maio daquele ano. Os argumentos justificadores, como já defini, eram frágeis e balburdiavam mais do que convenciam”. Disse ainda o general que,

Não tendo sido dadas provas nem explicações convincentes sobre esses eventos, a opinião geral, na incerteza sobre a realidade, penduleou sobre as versões – algumas antagônicas – contadas à socapa na chamada comunidade de informações ou publicamente relatadas pela imprensa.

Entre as versões citadas por Sylvio Frota, duas seriam as mais conhecidas. A primeira dizia que a divulgação dos documentos, apenas em 1978, seria obra do Partido Comunista Português, que teria tido acesso às correspondências ainda em 1975, mas aguardara o momento ideal para divulgação. A outra, dizia ser obra da CIA, que não estaria satisfeita com a indicação de Figueiredo para a Presidência e tentava desgastá-lo publicamente. Entretanto, para o ex-ministro do governo Ernesto Geisel e um dos expoentes da chamada linha dura do regime, ambas as versões são fantasiosas, “como sói acontecer quando a imaginação se esforçar por esclarecer fatos apenas superficialmente conhecidos. A primeira parece nascida de especulações oposicionistas ou reacionárias, enquanto a segunda afigura-se de geração oficiosas”.⁶¹⁶ Onde estaria a verdade?

Pelo menos algumas informações corroboram os documentos pesquisados. Inicialmente, podemos afirmar que Carlos

⁶¹⁶ Frota, a meu ver, coloca o problema dentro de um conflito interno e o objetivo do não esclarecimento do documento por parte do Exército, seria atingi-lo politicamente – como ex-chefe do SNI –, já que tencionava ser candidato à presidência no lugar de Figueiredo e fora preterido pelo presidente Geisel.

Figueiredo Sá era um dos principais companheiros de Aragão desde a passagem dos dois pelo Chile até a ida de ambos para Portugal. Também é fato as atividades de Aragão dentro da Marinha Portuguesa, e isso foi referido em uma das supostas mensagens trocadas entre Figueiredo e o embaixador Fontoura. O texto diz que “os indivíduos acima citados foram considerados ‘grave risco’ para a segurança nacional, o primeiro pelas suas atividades políticas dentre das FA portuguesas, e o segundo, pelas suas comprovadas conexões a terrorista (sic) de renome internacional”⁶¹⁷

Outra hipótese de atentado, agora levantada por Dilma Aragão, a filha mais jovem e a mais ligada ao pai, diz respeito a um atropelamento sofrido pelo almirante brasileiro em Portugal. Segundo ela, “tentaram matá-lo em Portugal, quando papai sofreu um acidente violento de carro. Quando foi atravessar a rua, veio um carro que jogou ele longe, que quase morreu. Foi um atentado”⁶¹⁸

Outro fator, hoje inquestionável, foi o envio de um araponga para “cuidar” especialmente de Aragão em Portugal. Mais uma vez, todas as evidências nos levam a afirmar que Alberto Conrado era o agente infiltrado. Os relatos mais pormenorizados e atualizados sobre Aragão em Portugal são do período compreendido entre março e outubro de 1976, justamente os meses nos quais Conrado foi enviado a Lisboa para a missão especial. Segundo reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, publicada em dezembro de 2012,

Duas das mais ousadas ações de Conrado foram viagens ao Brasil e a Portugal. A “Missão Portugal” ou “Neuzona” custou US\$ 7,62 mil, divididos entre Itamaraty e o Cenimar (Centro de Informações da Marinha). De acordo com os preparativos da operação, “totalmente planejada e integralmente conduzida pelo Cenimar”, Conrado passaria de quatro a seis meses em Lisboa, para “levantar em Portugal as atividades subversivas em execução ou a serem executadas no Brasil, a fim de prover dados e informes”. Dois homens da ditadura, “Paulo”, baseado em Londres, e “Antonio”, no Brasil, manteriam contatos esporádicos com ele. Para encontros “tête-à-tête”, Conrado deveria

⁶¹⁷ Frota, 2006, p. 578.

⁶¹⁸ Entrevista de Dilma Aragão a Antônio Duarte. Apud Duarte, 2012, p. 221.

ligar e indicar um local. Ao se aproximar dos agentes, ele devia perguntar sobre “a loja da Varig” e mostrar um pedaço de uma nota de um cruzeiro. Segundo os documentos, Conrado esteve em Portugal entre março e outubro de 1976, mantendo estreito contato com o almirante Aragão. Em dezembro, já de volta a Montevideú, entregou ao CIEX um relatório de dez páginas com os nomes de 76 “subversivos detectados” em Portugal, Itália e França ou “em trânsito” por Portugal. Havia desde anônimos a gente conhecida, como o ex-deputado Márcio Moreira Alves e o futuro presidente Fernando Henrique Cardoso.⁶¹⁹

Ignorando a vigilância e o acompanhamento constante de seus passos, Aragão aparece no mês de dezembro em atos organizados pelo Comitê Português Pró-Anistia Geral no Brasil (CPAGB), que tinham como objetivo protestar contra a ditadura no Brasil. Foram sete dias de ações diversas, culminando com um colóquio, realizado dia 20, no Instituto Superior de Economia (ISE) com o tema *O Governo João Goulart e o Golpe de Estado de 1964*.⁶²⁰

Na ótica do agente infiltrado, “a peça principal do colóquio foi o discurso pronunciado pelo ex-almirante Cândido da Costa Aragão, ‘em homenagem ao falecido ex-presidente João Goulart’”.⁶²¹ O citado CPAGB tinha uma publicação própria, intitulada *Amnistia*, e em seu quarto número publicou uma foto do evento no qual Aragão aparece em destaque, ao lado dos militantes da esquerda portuguesa Piteira Santos, Eduardo Cruz, Nuno Teotónio e o major Pedroso.⁶²²

⁶¹⁹ Valente; Leitão. “O araponga uruguaio”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/84076-o-araponga-uruguaio.shtml>. Acesso em: 18 dez. 2013.

⁶²⁰ AN, COREG, IE 16.01, p. 1.

⁶²¹ AN, COREG, IE 16.01.

⁶²² PORTUGAL, BNP, Jornal *Amnistia*, n. 4, p. 3. O *Amnistia* teve sete edições e tiragens que atingiram a marca de 5 mil exemplares. Os principais temas explorados na publicação – que contava na redação com exilados brasileiros e militantes das esquerdas portuguesas – eram: denúncias de tortura e violência contra presos políticos ou mesmo contra a população brasileira; acompanhamento dos movimentos sociais no Brasil (ênfase no movimento estudantil e na atuação da oposição sindical); a ação da Igreja Católica na luta contra o regime; e análises da conjuntura política brasileira. Cf. Freire, 2011, p. 130-136.



Aragão em Portugal durante evento organizado pelo CPAGB

Fonte: Revista Amnistia, n. 4, p. 3

No mesmo mês, constatamos a decisão do almirante de viajar à Venezuela. Aragão comprou, em 7 de dezembro, três passagens aéreas. Além de seu bilhete pessoal, os outros seriam para sua esposa chilena [nome não mencionado] e para o exilado José Maria Crispim.⁶²³ As passagens deveriam ser usadas no prazo limite de 31 de março de 1977.⁶²⁴ Até decidir se iria mesmo para a Venezuela, se dedicaria a escrever, de próprio punho, algumas considerações sobre a “Revolução brasileira”. Nesse sentido, em janeiro de 1977, os arapongas provavelmente estavam eufóricos analisando os manuscritos que roubaram dos pertences do almirante. Nas cerca de dezoito páginas, o agente tentou resumir o conteúdo, afirmando que

⁶²³ José Maria Crispim era um histórico militante comunista do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e estava entre os 14 deputados federais do partido cassados em 1948. Também constam na lista Carlos Marighella, Jorge Amado, Maurício Grabois, Henrique Oest, Gregório Bezerra, João Amazonas, Oswaldo Pacheco, dentro outros. Em 13 de agosto de 2013, a Câmara dos Deputados, simbolicamente, devolveu os mandatos em cerimônia que contou com a presença de filhos e netos dos cassados, visto que todos já haviam morrido. Cf. <http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/camara-devolve-mandatos-de-comunistas-cassados-em-1948,732d55c822a70410VgnVCM10000098ccb0aRCRD.html>. Acesso em: 12 fev. 2014.

⁶²⁴ AN, COREG, IE 16.01, p. 3.

[...] o autor advoga uma sociedade sem classes e o recurso à luta armada para alcançá-la. Elogia MAO TSÉ-TUNG e critica a URSS pela política de “desanuviamiento”, que estaria comprometendo a “Revolução Mundial”. Considera chegado o momento de promover a organização do povo brasileiro, “pela base” – operários, camponeses, intelectuais patriotas etc. – “numa frente patriótica ampla, de libertação nacional e pela salvação do Brasil”.⁶²⁵

Ainda em janeiro, Aragão vai a Paris e faz vários contatos com inúmeros exilados brasileiros que lá viviam. Um dos pontos mais destacados pelo CIEX foi um encontro entre ele e Apolônio de Carvalho, quando debateram sobre a instalação de uma “escola de quadros” na Guiana. Aragão teria recebido o apoio do histórico militante comunista.⁶²⁶

Na mesma viagem, o almirante brasileiro visitou a embaixada da China em Paris e pediu intervenção no auxílio de brasileiros lá exilados, especialmente para Amarílio de Oliveira Vasconcelos. Tentando conseguir apoio material (dinheiro, metralhadoras antiaéreas, rádios transmissores, minas etc.) para pôr em prática suas ideias revolucionárias, mostrou ao funcionário da embaixada fotos onde aparecia com militares do alto escalão das Forças Armadas chinesas, como também com o general Giap, do Vietnã.⁶²⁷ Nessa viagem, contou com a companhia de Carlos Camacho, o mesmo suspeito de infiltração.⁶²⁸

Conforme já relatamos, havia certo desencantamento com o processo português após o “25 de Novembro” e sua não guinada ao socialismo. Diferente do “25 de Abril”, não era o povo quem mais ordenava. Aragão iria buscar novos ares. Um informe do início de fevereiro ajudou-nos a compreender, ou ao menos indicar possibilidades, de como se deu a escolha de Aragão para sua nova atracção. Em contato direto com o cônsul da Venezuela em Lisboa, a decisão seria tomada rapidamente.

⁶²⁵ AN, COREG, BR AN BSB IE 16.002, p. 8.

⁶²⁶ AN, COREG, BR AN BSB IE 16.002, p. 45.

⁶²⁷ AN, COREG, BR AN BSB IE 16.002, p. 46 e 47. O agente relata o pedido de US\$ 50.000,00 (Cinquenta mil dólares).

⁶²⁸ AN, COREG, BR AN BSB IE 16.002, p. 18.

1. No início de 1977, os asilados políticos brasileiros Cândido da Costa Aragão, Domingos Ferreira (esquerda “revolucionária”), Carlos Figueiredo Sá (do PCB), e Carlos Galeão Camacho contactaram (sic) o Consulado-Geral da Venezuela em Lisboa, tendo em vista obter visto para entrada e permanência em território venezuelano.
2. O ex-almirante Aragão foi ali tratado com especial deferência pelo próprio cônsul-geral, e obteve o visto rapidamente, havendo mesmo sido dispensado do preenchimento dos numerosos requisitos legais para radicação na Venezuela.
3. O cônsul-geral da Venezuela em Lisboa, Carlos Alberto Taylhardat, é almirante da reserva, ex-secretário de Junta Interamericana de Defesa e ex-professor da Escola de Formação de Oficiais da Marinha venezuelana. Teria sido, também, cônsul no Rio de Janeiro, período esse no qual teria realizado um estudo aprofundado da situação interna brasileira (campo político, econômico, social etc.).
4. O contato de Taylhardat com os asilados brasileiros em Lisboa não seria casual, mas corresponderia a um projeto de arrematar aqueles subversivos para infiltrá-los em território brasileiro, aí fomentando a subversão, inclusive armada. Tudo isso se enquadraria numa estratégia de “contenção” do Brasil, que permitiria à Venezuela assumir um papel condizente com sua condição de país mais rico da área (3º lugar na OPEP, em produção de petróleo).
5. ARAGÃO deverá ser esperado no Aeroporto, em Caracas – chegará dentro de uma semana, aproximadamente – pelo vice-almirante Rafael Luce, a quem entregará uma sobrecarta lacrada, que lhe foi entregue por Taylhardat. Luce teria sido aluno de Taylhardat e ocuparia atualmente o cargo de chefe do Serviço Nacional de Fronteiras do Ministério das Relações Exteriores da Venezuela.
6. Na Venezuela, Aragão deverá assumir nova personalidade, com documentos de identidade falsos e aparência física modificada (bigode, barba etc.). As despesas de manutenção serão pagas pelos venezuelanos (não se sabe se com recursos de origem governamental).

Diante de tão boas condições, não seria fácil recusar as propostas apresentadas. Dois almirantes como interlocutores certamente também pesaram em sua decisão. Em 11 de fevereiro de 1977 ele parte para Madrid, acompanhado de sua esposa chilena mencionada como Maria, e de Carlos Galeão Camacho.⁶²⁹ Após alguns dias na Espanha, desembarcou em Caracas.

A última estação!

Em 21 de fevereiro, Aragão teria feito uma ligação telefônica comunicando seu novo país de morada ao “infel” secretário Alberto Conrado, então vivendo no Uruguai. Dias depois, lá estava Conrado, agente do Cenimar e do CIEX sob os codinomes “Altair” e “Johnson”, recebendo a missão de Aragão de arregimentar militantes para sua futura “escola de quadros”.⁶³⁰ O almirante brasileiro chegou à Venezuela durante o governo de Carlos Andrés Perez, que, segundo documentos do governo brasileiro, apoiou a ida e a permanência de Cândido Aragão em seu país.⁶³¹

Perez havia assumido a Presidência em março de 1974 como candidato da Ação Democrática sob a consigna “Democracia com energia”.⁶³² Algumas de suas principais medidas foram as naciona-

⁶²⁹ AN, COREG, BR AN BSB IE 16.003, p. 6.

⁶³⁰ AN, COREG, BR AN BSB IE 025.001, p. 515.

⁶³¹ AN, COREG, BR AN BSB IE 025.001.

⁶³² Cf. Postulado como candidato de Acción Democrática a la presidencia en las elecciones del 9 de diciembre de 1973, lanza la consigna “Democracia con energia”, obteniendo el triunfo con 2.142.427 votos, asumiendo el poder el 12 de marzo de 1974. En su primer año de gobierno desarrolló dos iniciativas relacionadas con el ámbito cultural: la Biblioteca Ayacucho (calificada colección de las obras maestras de las letras latinoamericanas) y el Programa de Becas Gran Mariscal de Ayacucho, para la capacitación de millares de venezolanos en los centros universitarios más prestigiosos del mundo. En 1975 nacionaliza la industria del Hierro y al año siguiente, la industria del Petróleo. Al fin de su mandato pudo afirmar la absoluta normalidad registrada en el orden militar durante todo el ejercicio de su quinquenio. Por su desvelo insistente en la protección a la naturaleza y en pro de la recuperación ecológica, recibió en 1975 el reconocimiento mundial del Premio “Earth Care”, otorgado por primera vez a un jefe de Estado de América Latina. En 1976 se convirtió en el vicepresidente de la Internacional Socialista. En 1979 entrega el cargo de presidente a su sucesor Luis Herrera Campins y se incorpora a la Cámara del Senado como miembro vitalicio. Disponível em: <http://www.venezuelatuya.com/biografias/perez.htm>. Acesso em: 25 dez. 2013.

lizações das indústrias de ferro e petrolífera. Estabilizou as relações com as Forças Armadas e em 1976 tornou-se o vice-presidente da Internacional Socialista. Aragão sentia-se prestigiado pelo presidente venezuelano e teria advertido o agente infiltrado Conrado para evitar relacionar-se com os opositores de Perez.

Durante sua estada em Caracas, Alberto Conrado manteve contato com um deputado, JESUS (und), e também com alguns elementos do MIR. A reação do almirante Aragão com relação a esses contatos foi desaprovadora. Considera ARAGÃO que não se deve fazer contatos ou aliar-se com adversários e inimigos de Carlos Andrés Perez, que, até o momento, tem-lhes dado um apoio mais ou menos concreto.⁶³³

Em maio de 1977, Aragão aparece como assessor da Comissão de Política Exterior do Senado venezuelano. Nesse período, os relatos indicam a sua recusa de participar da recriação do Partido Socialista Brasileiro – PSB, que estaria sendo articulada por Miguel Arraes. Segundo os informantes, estava havendo um deslocamento de exilados brasileiros de Lisboa para Caracas, procurando integrar-se ao “projeto de ressurreição do PSB”.⁶³⁴

Esse debate no exílio acompanha as discussões internas no Brasil, que à época ensaiava a volta ao pluripartidarismo após treze anos sob o sistema do bipartidarismo, representado pelo governista Arena (Aliança Renovadora Nacional) e pelo oposicionista MDB (Movimento Democrático Brasileiro).

Por não ter aderido ao projeto, o almirante brasileiro teria ficado um período afastado das atividades da comunidade de exilados na Venezuela e sofrido uma espécie de isolamento por parte dos demais “desterrados”.

1. CÂNDIDO DA COSTA ARAGÃO reativou seus contatos com grupos político-militares venezuelanos depois de um curto período de marginalização, motivado pela sua recusa em

⁶³³ AN, COREG, BR AN BSB IE 025.001, p. 515.

⁶³⁴ AN, COREG, IE 16.07, p. 3.

participar de uma possível restauração do “PSB”. Dos grupos contatados, os principais são: o “Frontera” e o “Pró-Venezuela”.

2. O grupo “Frontera” seria composto de mais de trezentos oficiais das três armas, além de representantes da Guarda Nacional, entre elementos da ativa e da reserva. Nesse grupo estuda-se, ostensivamente, a possibilidade de uma situação tensa, ou mesmo de guerra, com o Brasil, ou com a Colômbia. No caso de uma investida contra a Guiana, prevê-se um tipo de aliança com Cuba ou a concessão de vantagens petrolíferas a Fidel Castro.
3. O grupo “Pró-Venezuela”, por sua vez, cogita de planos similares ao do “Frontera”, porém com traços nitidamente marxistas. O almirante Wolfgang Larrazabal integra, simultaneamente, os dois grupos citados.⁶³⁵

Ainda no mesmo período, Aragão foi o destinatário de uma carta enviada por D. Pedro Casaldáliga, que o informava sobre um convite que recebeu para visitar igrejas na Venezuela, mas estava com receio de sair do Brasil, pois achava que seu retorno seria proibido pelas autoridades brasileiras.⁶³⁶

A partir daí, as notícias começaram a ficar mais raras. No Brasil e nas comunidades de exilados no exterior, o debate sobre a Anistia ganhava força e cada vez mais o ímpeto revolucionário daria lugar à luta pela democracia dentro da estabilidade institucional. O último suspiro das conspirações revolucionárias nas quais Aragão aparece durante o exílio aconteceria na Argentina. O Departamento da Polícia Federal do Paraná transmitiu à comunidade de informações a notícia da criação de uma Junta de

⁶³⁵ AN, COREG, IE 16.07, p. 4.

⁶³⁶ AN, COREG, IE 16.07, p. 5. Pedro Casaldáliga nasceu na Catalunha, Espanha, e chegou ao Brasil em 1968. Na época em que enviou a carta a Aragão já era conhecido como crítico contumaz da ditadura no Brasil. Ligado às populações indígenas na região do Mato Grosso, é bispo emérito de São Félix do Araguaia. Recentemente teve de deixar a região por sofrer ameaças de morte em virtude de sua luta em defesa das terras dos índios Xavantes. Cf. <http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/politica-cia/ameacado-de-morte-o-bispo-d-pedro-casaldaliga-84-anos-deixou-sua-casa-e-esta-bem-mas-preocupado-diz-sobrinha/>. Acesso em: 23 out. 2013; Ver também: <http://www.brasildefato.com.br/node/11835>. Acesso em: 23 out. 2013.

Coordenação Revolucionária, em dezembro de 1977, envolvendo países do Cone Sul.⁶³⁷

Os dados conhecidos que constam neste OI: Dá-nos conta de uma reunião realizada no balneário de Lahuem/Argentina, na qual participaram guerrilheiros da Argentina, Chile, Uruguai e Brasil. Na oportunidade foi criada a Junta de Coordenação Revolucionária – JCR, cuja a finalidade seria a de formar uma estratégia de atuação para o chamado Cone Sul e coordenar as ações das Brigadas de Choque nos países que o compõem. Organizações que se reuniram ERP/Argentina, ELN/Bolívia, MIR/Chile, MLEN-TUPAMAROS/Uruguai, ALN e VAR-PALMARES/Brasil [...] e um representante do MR-8. Subversivos que participaram – Fernando Gabeira, José Ferreira, Isidoro Antônio Viana Gutierrez, Cândido da Costa Aragão e Carlos Figueiredo de Sá [...].⁶³⁸

Em 1978, ao que parece, diminuiu a vigilância sobre Aragão na Venezuela, haja vista a inexistência de informações a respeito do investigado naquele ano. Mais notícias só em março de 1979, meses antes da aprovação da Anistia no Brasil, quando foi relatada sua participação em um dossiê da Inteligência Militar venezuelana, que envolveria o levantamento e a sistematização de informações sobre os vizinhos do Cone Sul.

As atividades da DIM (Dirección de Inteligencia Militar) venezuelana estão estruturadas, de forma autônoma, sob a denominação de Projeto Fênix (Proyecto Phenix), para coordenar as informações sobre os campos político, econômico e militar dos países do Cone Sul.

[...] Na seção brasileira, aparece como “diretor” o ex-almirante Cândido da Costa Aragão. Nela colaboram outros brasileiros: Carlos Camacho, José Silvio Pereira da Silva e uma secretária

⁶³⁷ Tradicionalmente, é a região formada por Argentina, Chile e Uruguai. Alguns estudos também incluem o Paraguai. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/paises-do-cone-sul-investigam-e-punem-criminosos-das-ditaduras>. Acesso em: 7 dez. 2013.

⁶³⁸ AN, COREG, ZD 001.006, p. 1.

venezuelana. A seção funciona no Edifício Parque Central, aptº 907.⁶³⁹

Meses depois do informe, em 18 de maio, Aragão já aparece ensaiando sua volta ao Brasil. Ele compareceu ao serviço consular da embaixada brasileira em Caracas e formulou o pedido de passaporte para regressar ao Brasil. Mostrou ao funcionário vários recortes de jornais que falavam sobre a possibilidade de aprovação da anistia e estava se preparando para regressar após cerca de 14 anos de exílio.⁶⁴⁰ Três dias depois ele retornou ao consulado, agora para registrar uma declaração em nome de uma cidadã chilena – da qual o nome não foi mencionado pelo agente –, passando-lhe o direito sobre “seus bens e proventos a que possa ter direito no Brasil, tanto no passado quanto no futuro”.⁶⁴¹

Aragão estava realmente ansioso e queria voltar ao Brasil de qualquer jeito. Parecia oscilar entre a esperança na aprovação da lei e a total descrença de que o retorno legal seria possível. Aproveitando a presença do jornalista José Gomes Talarico em um evento de sua categoria realizado em Caracas, o almirante brasileiro teria confidenciado a Talarico sua disposição de retornar ao Brasil, ainda em julho, sem esperar a anistia.

Para isso, indagaria ninguém menos de que o ministro brasileiro das Relações Exteriores, que estava com visita marcada para a Venezuela no mês de julho. Aragão queria saber dele se poderia voltar ao Brasil sem sofrer nenhuma represália. A reação de Talarico foi pedir para que Aragão não tomasse “qualquer atitude capaz de prejudicar o regresso ao Brasil de Leonel Brizola e Luis Carlos Prestes”.⁶⁴²

Por fim, a última nota do CIEX sobre o período de exílio de Aragão, já após aprovação da lei de Anistia, ocorrida em 28 de agosto de 1979.

⁶³⁹ AN, COREG, IE 17.03. p. 1.

⁶⁴⁰ AN, COREG, IE 17.04. p. 1.

⁶⁴¹ AN, COREG, IE 17.04.

⁶⁴² AN, COREG, IE 17.07, p. 1.

1. Este Centro remete cópia do título de nacionalidade válido para o regresso ao Brasil, concedido ao ex-almirante CÂNDIDO DA COSTA ARAGÃO, pelo Serviço Consular da Embaixada do Brasil em Caracas, em 11.setembro.1979.
2. O nominado declarou, na ocasião, que pretende regressar em breve ao Brasil, com passagem fornecida pelo “Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)”⁶⁴³.

Era chegada a hora do regresso, do retorno. A revolução armada já não era mais a palavra de ordem. O tempo, sempre ele, contribuíra para as transformações, as metamorfoses. A palavra mais pronunciada agora era *democracia*. Os militares, de qualquer orientação ideológica, perderiam espaço para os “paisanos” que começavam a regressar ao Brasil com grandes recepções, festas, comícios.

E Aragão, como será sua volta? Terá ele uma grande recepção como outros exilados?

⁶⁴³ AN, COREG, IE 17.08, p. 1.

Capítulo VI

A última retinida⁶⁴⁴

*O biógrafo sabe que jamais concluirá sua obra, não importa o número de fontes que consiga exumar.*⁶⁴⁵

François Dosse

Antes de deixar a Venezuela, Aragão foi procurado pelo jornalista Helio Goldstejn, do jornal combativo *Versus*, publicado no Brasil, e foi subtema da chamada de capa, com o título “Aragão, o almirante que quis invadir o Brasil”.⁶⁴⁶ A notícia principal apresentava o “novo” Brasil que emergia nas grandes greves do ABC Paulista: “Lula e Marcílio comandaram a grande greve que abalou Figueiredo. Nas ruas, nas fábricas, nos sindicatos, em todo o País... cresce a revolta.”⁶⁴⁷

Sobre a entrevista, que ocupou o espaço de seis páginas, estavam em pauta vários temas: o golpe de 1964 e a não resistência; a origem social do entrevistado; o perfil das Forças Armadas; o governo Jango; a peleja com Lacerda etc. No que diz respeito ao seu período no exílio, Aragão falou sobre sentimentos e ressentimentos:

Só o próprio exilado sabe do exílio. É indefinível, principalmente para um homem como eu, que veio para o exílio sem recursos, sem uma profissão definida, sem uma profissão técnica, e desajudado plenamente por todas as forças políticas, quer dizer, por todos os países por onde andei e do meu país. Nunca pertenci a

⁶⁴⁴ Na linguagem marinheira, retinida é um cabo (corda) de fina bitola (circunferência) que é lançado da embarcação para o cais, dando início ao processo de atracação e à posterior amarração do navio na chegada ao porto de destino. No retorno para casa, ou seja, ao porto de origem, é lançada a última retinida daquela viagem.

⁶⁴⁵ Dosse, 2009, p. 14.

⁶⁴⁶ Jornal *Versus*, n. 31, abr. 1979, capa.

⁶⁴⁷ Jornal *Versus*, n. 31, abr. 1979.

nenhuma organização. Sempre fui contra, não sei porque, talvez por uma questão de defeito ideológico [...], sempre achei que não tinha sentido. Ou as organizações se fundiam e formavam o partido da revolução, adquiriam conteúdo, e podiam fazer alguma coisa, ou a heterogeneidade era consequência de que havia de conteúdo de cada brasileiro pertencente à organização. Havia uma inquietude muito grande, uma ânsia permanente de ser chefe, chefe de alguma coisa...⁶⁴⁸

Entre os vários questionamentos, um especialmente sobre o processo de abertura política iniciado no governo do general Ernesto Geisel a partir de 1974. Aragão disse que servia mais como propaganda política para o exterior e que internamente não tinha nenhuma significação. Seria “mera propaganda para garantir a saída, a liquidação, uma fórmula de os homens da ditadura fecharem a porta da ditadura”⁶⁴⁹

Encontramos, ainda, perguntas que dizem respeito ao que ele achava da possibilidade de ocorrer uma anistia ampla, geral e irrestrita no Brasil. Naquele momento, em abril de 1979 – agora mais Cândido que Aragão –, disse ele que “A anistia tem uma configuração histórica. A anistia é uma esponja no passado”⁶⁵⁰ Ou seja, naquela conjuntura, como era comum aos demais exilados, o principal seria esquecer o que passou e reintegrar as pessoas à vida social e política do Brasil.

O interesse do jornalista no sentido de tentar fisgar o pensamento de Aragão sobre a anistia está inserido em um contexto no qual não apenas os canais de menor expressão, como é o caso da *Versus*, mas também publicações de grande circulação exploravam o tema. Poucos meses antes, em janeiro de 1979, a anistia de Aragão e demais militares excluídos após o golpe aparecia como um dos principais problemas para o governo.

À época, falava-se em reintegração dos proscritos nas Forças Armadas, o que verdadeiramente seria um problema. Em reportagem da revista *Veja* daquele mês, o deputado Thales

⁶⁴⁸ Jornal *Versus*, n. 31, abr. 1979, p. 8.

⁶⁴⁹ Jornal *Versus*, n. 31, abr. 1979, p. 9.

⁶⁵⁰ Jornal *Versus*, n. 31, abr. 1979, p. 5.

Ramalho afirmou que “o calcanhar de Aquiles é a questão dos militares punidos, que são mais de 1.000”.⁶⁵¹ No texto da matéria vem o aprofundamento,

De fato, o amplo espectro formado pelos militares punidos vai do coronel Francisco Boaventura, afastado do Exército em 1969 por divergências táticas com o governo, até o ex-coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório, preso e condenado por ter ensaiado um movimento guerrilheiro em 1965 – passando pelo ex-almirante Cândido Aragão, o “Almirante Vermelho”, exilado há quinze anos. Diante desse quadro, Thales Ramalho imagina que “o futuro presidente vai encontrar resistência dentro das próprias Forças Armadas”. Talvez não. Segundo uma bem informada fonte militar de Brasília, o Exército já está preparado para receber com naturalidade um projeto de anistia – “desde que limitada e restrita”, ressalva – graças aos efeitos do debate já estabelecido nos meios políticos em torno do assunto.

Restaria convencer, então, os oficiais mais diretamente ligados ao combate à subversão, ao aparelho de segurança – “que não devem estar gostando muito dessa história”, reconhece a mesma fonte. De qualquer forma, assinala, o aparelho de segurança não é o Exército. “É só uma parte dele – limitada, pequena e, o mais importante, sob inteiro controle.”⁶⁵²

Indagado por Hélio Goldstejn, Cândido falou mais e participou do debate:

Figueiredo tem feito declarações contrárias a isso. Eu acredito que ele deveria fazer uma revisão dessas punições. Ele fala muito em democracia. Mas para falar, ele tem que partir dessa posição: anistia ampla, geral e irrestrita. Não pode haver democracia com exilados políticos. Democracia é um manto protetor onde todo o povo é tutelado por ela. Não existe sentido em falar em anistia restrita. Acho que o general Figueiredo devia aproveitar

⁶⁵¹ Revista *Veja*, 31 de jan. 1979, p. 14. Thales Ramalho era deputado pelo MDB e, na época, ocupava o cargo de secretário-geral da agremiação.

⁶⁵² Revista *Veja*, 31 de jan. 1979.

essa oportunidade que lhe é dada e transformar o carrasco que é hoje no anjo tutelar de amanhã.

O Brasil já devia ter marchado para uma reformulação política, com uma Assembleia Constituinte e uma nova constituição com postulados democráticos, dentro de uma democracia popular, atualizada e moderna. Não uma democracia à Dom João VI! Não uma democracia dos quartéis!⁶⁵³

Aragão ainda achou fôlego para atacar as Forças Armadas brasileiras e seu perfil conservador e revelou seu desejo, há muito ensaiado, de voltar e viver no Brasil, não mais como revolucionário armado, mas como anistiado político. “Desde que me sejam dadas as condições. Da mesma maneira que os militares viveram no Brasil e morreram no Brasil, eu também quero viver no Brasil e morrer no Brasil. Afinal, eu não dou a ninguém o direito de querer ser mais brasileiro do que eu.”⁶⁵⁴

Era comum os exilados mais conhecidos serem recepcionados por muitos jornalistas, políticos, familiares e militantes do movimento da anistia no Brasil. Para a grande maioria, a volta era uma verdadeira festa, mas não foi a única forma de se viver esse regresso. Os significados do retorno após a aprovação de lei, em agosto, foram bem exemplificados na análise de Rollemberg (1999):

A anistia era, ao mesmo tempo, o fim e o começo. Promoveria a retomada de uma sequência interrompida. Pertencer, enfim, “plena e verdadeiramente”, a uma sociedade. Restabelecer uma identidade perdida, usurpada. Recuperar a capacidade de expressão e compreensão na língua materna. Reencontrar as origens, o meio onde se nasceu e cresceu. Reunir partes fragmentadas. Retomar a luta. Reinsere-se na vida política do País. Reintegrar-se a uma história. A expectativa de atuar “lá dentro pra conquistar o resto” [...]. [Entretanto] Se o fim do exílio e a volta estiveram, em geral, associados a tempos de felicidade, os testemunhos vão descortinando uma realidade mais complexa

⁶⁵³ Jornal *Versus*, n. 31, abr. 1979, p. 5.

⁶⁵⁴ Jornal *Versus*, n. 31, abr. 1979, p. 9.

e nuançada. Trata-se de um momento delicado. [...] A volta nem sempre é gloriosa.

Era chegada a hora do regresso. Como vimos no capítulo anterior, nos documentos do CIEX e em sua própria fala, era certo seu retorno. Entre 12 de novembro de 1965 – data em que deixou o Brasil – e 18 de outubro de 1979, haviam se passado praticamente quatorze anos. Alguns de seus principais interlocutores durante o exílio já haviam retornado, como são os casos de Leonel Brizola – que ficaria inimigo de Aragão – e Miguel Arraes. Brizola havia desembarcado em Foz de Iguaçu no dia 6 de setembro, com cerca de 300 pessoas à sua espera, segundo reportagem do *Jornal do Brasil*.⁶⁵⁵ Arraes, no dia de seu retorno, em 15 de setembro, foi recepcionado por milhares de pessoas em um comício realizado em Recife.⁶⁵⁶

Teria festa para Aragão?

Antes mesmo de pisar em solo brasileiro ele já era notícia nos jornais de grande circulação. Mas não eram palavras animadoras: “Ex-almirante Aragão será preso ao chegar”.⁶⁵⁷ Os agentes do DOPS do Rio de Janeiro trataram logo de recortar a notícia e incluir no prontuário do almirante. Não era especulação. No dia seguinte o *Jornal do Brasil* abordou com detalhes a volta, sem glórias, do militar paraibano: “Almirante Aragão chega e é preso por peculato sem poder ver parentes”.⁶⁵⁸

Esperado por três delegados representantes da Marinha, militares cassados, mais de 20 parentes e sem a costumeira recepção de parlamentares e manifestantes pró-anistia, o almirante Cândido de Aragão foi preso ontem ao chegar ao Aeroporto Internacional, vindo de Caracas, a última das quatro cidades onde se asilou desde 1964 (sic). Ele está condenado a seis anos por peculato.

⁶⁵⁵ BN. *Jornal do Brasil*, 7 set. 1979, p. 5.

⁶⁵⁶ BN. *Jornal do Brasil*, 17 set. 1979, p. 4. A reportagem fala na presença de cerca de dez mil pessoas no comício, realizado no bairro de Santo Amaro.

⁶⁵⁷ BN. *O Globo*, 18 out. 1979, s.p. Acervo do APERJ, prontuário 638.

⁶⁵⁸ BN. *Jornal do Brasil*, 19 out. 1979, p. 26.

Com passaporte português, terno escuro, duas malas e uma pasta 007 na mão, o almirante foi levado para a sala da Polícia Federal no Aeroporto. Uma hora depois – sem que fosse cumprida a promessa de que seu advogado e os três filhos poderiam vê-lo – um Veraneio do DOPS levou-o ao 1º Distrito Naval.⁶⁵⁹

Pelo tom da notícia, percebe-se que Aragão não estava entre os exilados mais esperados pelas esquerdas. Ele não era um deles? Não era o almirante vermelho? O almirante do povo?⁶⁶⁰

Além dos filhos, Dilson, Diva e Dilma, a matéria faz alusão à presença de cinco netos e do advogado Augusto Sussekind de Moraes Rego. O defensor ainda tinha esperanças de que o juiz da 2ª Auditoria da Marinha se manifestasse antes da chegada do avião, sobre o pedido por ele feito para que o almirante apelasse da pena em liberdade. “Afim”, desabafou o Sr. Sussekind, “ele é primário e este processo de peculato que o condenou há seis anos é o mais infame que já vi em minha vida”.⁶⁶¹

Aragão havia sido acusado de ter autorizado, na época em que era comandante-geral dos fuzileiros navais, obras na rede elétrica de sua corporação sem concorrência pública e de ter-se apropriado de um ventilador e de um rádio de sua residência oficial do comando. Havia ainda a condenação a 9 anos e 3 meses, pela Lei de Segurança Nacional. Na realidade, essa condenação foi por não ter reprimido os marinheiros em 1964, quando foi acusado de abandono de posto e incitamento à indisciplina. A matéria informava que essa pena estava prescrita, mas o advogado queria que ela fosse enquadrada na lei de anistia, cujo alcance era maior, assim como seus efeitos.

Ao desembarcar, tinha ao seu lado a companheira que aparecia nos documentos apenas como “chilena” e que na reportagem foi citada, equivocadamente, como Deolinda Bobadilla. Seu nome correto, Audolinda Del Carmen Llanter.⁶⁶²

⁶⁵⁹ BN. *Jornal do Brasil*, 19 out. 1979.

⁶⁶⁰ Agradeço à minha orientadora Samantha Viz Quadrat pela preciosa observação.

⁶⁶¹ BN. *Jornal do Brasil*, 19 out. 1979, p. 26.

⁶⁶² No verbete do CPDOC o nome da companheira chilena de Aragão aparece como Aldalina Bobadilla, no entanto, na Certidão de Óbito, o nome oficial da segunda esposa

Suas filhas reclamaram da ausência de deputados e das entidades que lutavam pela Anistia. De acordo com a matéria jornalística, o Comitê Brasileiro da Anistia enviou um representante que se retirou antes de o avião chegar. Ao ser informado pelo delegado sobre o mandado de prisão, um Aragão sorridente teria perguntado: “são só seis anos? Ora, eu até pensei que fosse pior”.⁶⁶³ Na sala da Polícia Federal ele foi interrogado pelo superintendente, coronel Agnelo Bizo, e pelo delegado Wilson Bizo, da Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras.

Dois dias depois da chegada de Aragão, desembarcou no Rio de Janeiro Luís Carlos Prestes. Vindo de Paris, onde prestou concorrida entrevista na sede do Partido Comunista Francês antes do embarque, Prestes teve recepção organizada pelo amigo, o arquiteto Oscar Niemeyer. O histórico militante foi saudado por centenas de simpatizantes, com direito à música “O Bêbado e a Equilibrista”, de João Bosco e Aldir Blanc – que fala da anistia e da volta dos exilados –, sendo tocada no sistema de som do aeroporto.⁶⁶⁴

Aragão, evidentemente, não pôde marcar presença ao evento de retorno do exilado com quem havia encontrado em Portugal por ocasião do aniversário de Prestes. O almirante, após interrogatório no dia de sua chegada, foi levado posteriormente para o então Regimento Caetano de Farias, atual Batalhão de Choque de Polícia Militar do Rio de Janeiro.⁶⁶⁵

Apesar de isolado, o militar de 72 anos ainda despertava o interesse de simpatizantes e de muitos que haviam sido seus oponentes nas décadas de 1950-1960. O relato é do jornalista José Amaral Argolo:

Pouco antes da deflagração do Movimento Militar que derrubou o presidente da República, o vice-almirante destacou um pelotão de fuzileiros navais empunhando metralhadoras para que invadisse a Redação de *O Globo* na rua Irineu Marinho e prendesse todos os jornalistas (incluindo Roberto Marinho e

do militar aparece como Audolinda Del Carmen Llanter Aragão. Para o primeiro nome, cf. Abreu, 2001, p. 271.

⁶⁶³ BN. *Jornal do Brasil*, 19 out. 1979, p. 26.

⁶⁶⁴ BN. *Jornal do Brasil*, 21 out. 1979, p. 3.

⁶⁶⁵ Argolo, 2008, p. 241 e 242.

seus irmãos Ricardo e Rogério). Como repórter de *O Globo*, fui designado para entrevistar o vice-almirante, pois o Dr. Roberto Marinho queria a todo custo saber o que pensava, tanto tempo depois, o ex-comandante do Corpo de Fuzileiros Navais. Por sorte, consegui conversar ao telefone com o filho mais velho do Sr. Cândido Aragão; expliquei o que acontecera e ele compreendeu o problema. A solução foi a seguinte: eu me apresentaria como se fora sobrinho do vice-almirante e, na companhia do filho deste, entraria e deixaria o quartel do Batalhão de Choque. Foi o que aconteceu. Durante quase duas horas conversei com o vice-almirante Cândido Aragão. Afável e brincalhão (apesar do desconforto do alojamento), respondeu a todas as perguntas, exibiu diversos álbuns contendo fotografias das suas inúmeras viagens, inclusive ao Vietnã do Norte. De volta à Redação, redigi cinco laudas sob a forma de entrevista pingue-pongue (aproximadamente cento e cinquenta linhas). Resultado: gaveta. Nem um fragmento foi publicado.

Esse relato exemplifica qual seria tônica a partir daí. O fato de a entrevista não ter sido publicada marca o início dos silêncios em torno de Aragão. O momento era político e eles seriam os mais procurados e mais ouvidos. O ano de 1979 marca certamente a caminhada do País para o processo de abertura política e a volta da democracia eleitoral pluripartidarista. Brizola, Arraes, Ulysses Guimarães, Lula, Tancredo Neves etc. seriam atores importantes na “nova” República que emergia em trajes civis.

A assunção de João Batista Figueiredo naquele ano e sua posterior saída em 1985, marcam os seis anos de consolidação da abertura iniciada no governo de seu antecessor, general Ernesto Geisel, que ditou os rumos da política nacional de março de 1974 a março de 1979. Antes deles, além do citado Castelo Branco, já haviam passado pela Presidência os também generais Costa e Silva – marcado principalmente pelo fechamento do regime, com a edição do Ato Institucional 5, o AI-5, em dezembro de 1968 –, e Garrastazu Médici, que teve seu governo sublinhado tanto pelo “milagre econômico” como pelo aumento da repressão de todas as formas e das mortes de militantes da esquerda armada.

Com o início do processo de abertura consolidado, o MDB, que então se firmara durante o regime como único partido oposicionista, se transformaria em PMDB. Será que o antigo fardado, Aragão, teria espaço ou queria participar do jogo partidário? Outras opções mais claras, no futuro bem próximo, seriam o nascente Partido dos Trabalhadores (PT), que emergia do movimento sindical da região do ABC paulista, cuja figura mais notória era o líder do Sindicato dos Metalúrgicos Luís Inácio Lula da Silva; o Partido Socialista Brasileiro (PSB), refundado por Miguel Arraes; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ressurgido na figura do agora inimigo de Aragão, Leonel Brizola. No entanto, como os processos ainda não tinham sido prescritos, o almirante continuava, mesmo após sua volta, *proscrito*⁶⁶⁶ politicamente, mas não estava totalmente abandonado.

Entre 15 e 18 de novembro de 1979, foi realizado em Salvador o II Congresso Nacional de Anistia. Neste encontro, a ideia era demonstrar para o regime que a mera aprovação da lei não era o fim da linha. Queriam os organizadores reafirmar o compromisso “de continuar, e de intensificar cada vez mais, unitariamente, a luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, até a derrocada final e definitiva do arbítrio e do autoritarismo”.⁶⁶⁷

No documento final, uma dimensão do contexto histórico no qual os militantes que regressavam do exílio iriam atuar:

O caráter parcial e discriminatório do projeto de anistia da ditadura aponta, de forma insofismável, a necessidade de prosseguimento e ampliação da luta: os cárceres do País ainda retêm, presos, os nossos companheiros; muitos brasileiros, ainda exilados ou na clandestinidade, não podem retornar ao Brasil ou reintegrar-se plenamente na vida social e política; perduram, ainda, sem esclarecimentos nem punições, as mortes, os desaparecimentos e as sequelas dos incontáveis crimes cometidos em quinze anos de ditadura, e permanecem intactos todos os

⁶⁶⁶ Utilizo aqui o termo *proscrito* no sentido de vetado, excluído, mesmo que de forma branda e sutil. Agradeço ao professor Américo Freire a observação para essa questão durante o exame de qualificação.

⁶⁶⁷ Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/content/manifesto-do-ii-congresso-nacional-de-anistia>. Acesso em: 14 jan. 2014.

aparatos jurídicos e materiais da repressão. Enquanto perdurar o arbítrio, deve continuar a luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita; sem vacilações nem esmorecimentos.⁶⁶⁸

A prisão de Aragão não passou despercebida dos organizadores. Em um trecho do documento final, foi manifestada a “solidariedade ao almirante Cândido Aragão, anistiado e posteriormente preso, e apoio à sua libertação imediata”.⁶⁶⁹

Parece que o apelo tinha a intenção de pressionar para a execução de uma decisão tomada pelo STM dias antes. Desde 5 de novembro o Superior Tribunal Militar havia deferido o pedido de *habeas corpus* feito por seus advogados,⁶⁷⁰ mas a decisão demorou algumas semanas para ser cumprida, daí a inclusão de Aragão no Manifesto do II Congresso de Anistia e o pequeno gesto de solidariedade na nota.

No final de novembro Aragão ganhou sua liberdade. Mesmo *sub judice*, era uma liberdade que não gozava desde 1964. Desde documentos falsos a nomes inventados, passando por diversos países, línguas, culturas, ideologias, tinha agora um currículo invejável, não apenas de militar, mas de ator político, de articulador, de embaixador dos militares e militantes do nacionalismo de esquerda. Algumas brigas na bagagem. Amigos e inimigos. Decepcionou-se com muitos. Decepcionou tantos outros. Só não havia ensarilhado sua arma. Queria, ainda, travar alguns combates.

O manifesto

No início de junho de 1980, foi divulgado no jornal carioca *Tribuna da Imprensa* um texto assinado por Cândido Aragão. Em quinze parágrafos, o almirante volta às ideias que o haviam

⁶⁶⁸ Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/content/ii-congresso-nacional-pela-anistia-luta-continua>. Acesso em: 19 jan. 2014.

⁶⁶⁹ Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/content/ii-congresso-nacional-pela-anistia-luta-continua>. Acesso em: 19 jan. 2014

⁶⁷⁰ Abreu, 2001, p. 271.

seduzido no período pré-golpe e que ficaram adormecidas durante seu longo exílio, quando se tornou um entusiasta da revolução mundial, principalmente após sua visita à China maoista. Aragão, talvez querendo contribuir para o efervescente debate político que marcava o País, apresentou aquilo que entendia como *nacionalismo*.

Povo e nacionalismo⁶⁷¹

A execução da estratégia global para a defesa da soberania e segurança da nossa pátria implica e inclui preliminarmente uma profunda preparação psicológica das amplas massas populares – abrangentes mesmo de todo o potencial da nacionalidade, para fazer criar enraizadamente o sentimento nacionalista do homem, sentimento este que é origem e razão de ser do mesmo homem na sua convivência e integração social.

Sabemos por definição que o Exército é o povo em armas. Sabemos também que as forças armadas da ativa representam uma modesta vanguarda que tem a missão de barrar a entrada de um circunstancial inimigo do território sagrado da nossa Pátria enquanto dá o tempo necessário para a mobilização da Nação para a guerra. Isso quer dizer que a Nação é o povo – quem a defende é o povo –, quem a constrói é o povo.

Chamamos por definição de nacionalismo o amor ou apego dos naturais de uma nação a Ela e a tudo quanto a Ela pertence; ou, também, a doutrina das reivindicações políticas de nacionalidades oprimidas.

Após apresentar seu particular conceito do nacionalismo, tendo o “povo” – também de difícil definição – como protagonista, Aragão deixa transparecer todo o seu ressentimento com o regime instalado em 1964. Como tudo que vivera ainda fervilhava em suas lembranças, o inimigo externo continuava o mesmo,

⁶⁷¹ Jornal *Tribuna da Imprensa*, 9 jun. 1980, s.p. Apud APERJ, prontuário 638, folha 35. O texto aqui apresentado foi encontrado também no Arquivo Nacional, Coordenação Regional de Brasília – AN, COREG, BR AN BSB VAZ 132A-0172.

o imperialismo norte-americano. Obviamente, Aragão não falava mais em vanguarda ou partido revolucionário, em escolas de quadros, em distribuição de armas etc. O povo, mesmo apresentado de uma maneira frágil e quase degenerado, deveria ser o protagonista das transformações que viriam.

A ditadura militar instituída em 1964 teve o propósito vil e comprometido com nação estrangeira, de destruir um governo constitucionalmente eleito e esmagar as liberdades democráticas de que gozava todo o povo brasileiro, o que perdura até hoje – com o antinacional e mesquinho propósito de entregar todo o nosso imenso potencial de riquezas ao imperialismo norte-americano e empresas multinacionais, submetendo o povo brasileiro à difícilíssima emergência que o aniquila e submerge.

Nesta difícilíssima encruzilhada em que foi colocada a Nação brasileira; o povo enfermo – ignorante e faminto, tem que forçosamente buscar uma saída, com novos caminhos, que implique uma transformação social, com a construção da Pátria Grande que sempre sonhamos, sob o império da liberdade, independência econômica e verdadeira justiça social – levando principalmente em conta sua autodeterminação e interdependência, manter relações com todos os povos do mundo e buscando permanentemente a Paz Mundial.

A partir de 1964, o setor mais graduado da ditadura militar entendeu montar a “Estratégia” do Terror, para despersonalizar o povo e criar o clima geral de perplexidade para facilitar a sua tarefa “entreguista” e de suporte do imperialismo norte-americano e empresas multinacionais.

O povo brasileiro, faminto e desesperado, vem tomando consciência que tem de lutar em seu benefício – apesar de continuar mantido todo o mecanismo do Estado Policial fascista perseguindo e encarcerando o povo e intervindo policialmente nos sindicatos das classes trabalhadoras. Segue, portanto, o mesmo clima de opressão para que não seja contrariado o entreguismo do patrimônio nacional. Vende-se parte do sagrado solo de nossa Pátria e as oligarquias nativas funcionam no campo de nas

idades como excelentes “testas de ferro” das multinacionais, facilitando enormemente o funcionamento de todos os canais da espoliação do nosso povo faminto, miserável e abandonado.⁶⁷²

Na conclusão do que denominou de *Manifesto à Nação*, o apelo sentimental do *comandante* aos valores que apreendeu na instituição castrense durante os quarenta anos de vida militar. No desfecho, não apenas o nacionalismo e o patriotismo, também os “sentimentos cívicos” ganham destaque. As expressões *alma, sentimento, heroísmo, espírito, dom e sagrada luta*, com todas as abstrações que carregam, exprimem, a meu ver – para além de uma simples estratégia discursiva –, o pensamento de um homem que viveu e vivenciou intensamente os impasses, as imprecisões, as dúvidas, os erros, as incertezas, as encruzilhadas e os dilemas sociais de seu tempo, quer individualmente, quer coletivamente.

Se o País marchava decisivamente rumo à democracia eleitoral e partidária, as canções a serem ouvidas pelo povo deveriam ter como temas a Nação e a Pátria. Mas o povo não deveria ser mero ouvinte, seria mesmo compositor, instrumentista, arranjador e intérprete da “Democracia moderna”. Esse era o prenúncio elaborado pelo teórico Aragão.

A perplexidade anulou na nossa gente os sentimentos mais necessários à vida social, que são os sentimentos cívicos de nacionalismo e patriotismo – que fazem nascer no homem o verdadeiro sentido de Pátria –, pois é o nacionalismo que acrisola o patriotismo e que temos a prova prática nas grandes lutas de reivindicações populares em vários países do mundo.

O povo brasileiro também muito em breve desenvolverá a sua consciência ideológica nacionalista e de unidade nacional, para a sua luta de libertação nacional, para expulsar da nossa Pátria o imperialismo norte-americano e empresas multinacionais, criando a nossa verdadeira independência econômica que significa a nossa real independência.

⁶⁷² AN, COREG, BR AN BSB VAZ 132A-0172.

A nossa estrutura política obsoleta do capital estrangeiro e das oligarquias será transformada em Democracia moderna – eminentemente participativa – situando-se o seu Poder Político nas organizações sociais de base – onde o povo se estruturará em juntas-comitês e conselhos etc., de rua – bairro – cidades e Estados – com toda a massa trabalhadora organizada em sindicatos fortes exercitando permanentemente o Poder Popular, que é o poder nas mãos do povo, para dar vida à letra morta da nossa Constituição que diz: Todo o poder emana do povo!..

O nacionalismo é a mola que impele o homem para sua transformação de qualidade – principalmente político-sociais –, levando o homem para a história como bravo herói e mártir sempre em benefício da causa social.

O nacionalismo é a gênese e o rumo certo e seguro para o patriotismo.

O sentimento patriótico constrói a alma coletiva, robustece o espírito das amplas massas, identifica caminhos e possui o grande dom de despertar entusiasmo para lograrmos a conquista de objetivos superiores e a permanente superação do próprio homem.

Por tais razões consideramos da mais válida e superior importância buscarmos desenvolver permanentemente a consciência coletiva nacionalista e patriótica do povo brasileiro para conseguirmos transformá-lo no fulcro da causa da sagrada luta do povo brasileiro para reconquistar a sua liberdade e pacificamente empregar todos os esforços para a reconstrução econômica, política e social – cuja meta a atingir é o bem comum do povo brasileiro.

Para isto, conclamamos enfaticamente a cada um e a todo o povo brasileiro a tomar consciência da hora presente e da angústia em que se debate a Nação brasileira, para nos organizarmos cívica e pacificamente em torno da causa nacionalista e da Salvação Nacional.

Viva o Brasil!

Cândido da Costa Aragão⁶⁷³

⁶⁷³ AN, COREG, BR AN BSB VAZ 132A-0172.

Não temos como precisar qual o alcance desse manifesto à época de sua divulgação. De concreto, os agentes ficaram mais atentos aos passos daquele senhor que ainda incomodava o regime. O texto ganhou ares de documento e foi anexado a um dos prontuários de Aragão no antigo DOPS do Rio de Janeiro.⁶⁷⁴ Meses depois de sua divulgação, mais precisamente em setembro de 1980, agentes do Centro de Inteligência da Aeronáutica (CISA) encontraram várias cópias do texto no gabinete do vereador do Rio de Janeiro Antônio Carlos Nunes de Carvalho. Segundo os agentes – que fizeram questão de difundir a notícia para o SNI, CIE e Cenimar –, também foram encontrados estêncil e um mimeógrafo que eram utilizados para a reprodução de cópias do manifesto.⁶⁷⁵

Antônio Carlos, mais conhecido como Tônico, era vereador pelo PMDB e teve destacada atuação contra o regime militar. Foi um dos estudantes detidos por ocasião do Congresso da UNE em Ibiúna/SP, em 1968, e chegou a ser preso e torturado em virtude de sua militância no MR-8, no grupo conhecido como Dissidência da Guanabara (DI-GB).⁶⁷⁶ A presença dos agentes do CISA em seu gabinete em setembro de 1980 foi para apurar um atentado contra ele, através de uma carta-bomba, que explodiu e feriu violentamente seu tio José Ribamar de Freitas, deixando-o sem o braço esquerdo, cego, e sem alguns dedos da mão direita.⁶⁷⁷

O atentado, certamente organizado pela extrema direita militar inconformada com o processo de abertura política, ocorreu em 27 de agosto – véspera do aniversário de um ano da lei de anistia –, e não foi o único daquele dia. Mais duas bombas explodiram no Rio de Janeiro, uma na sede do jornal *Tribuna Operária* – não deixando vítimas – e outra na sede da OAB, que provocou a morte de Lyda Monteiro da Silva, secretária da entidade. O alvo seria o então presidente do Conselho Federal, Eduardo Seabra Fagundes. Ninguém foi preso ou responsabilizado pelos crimes.

⁶⁷⁴ APERJ, Fundo Polícia Política, prontuários 638 e 22.503.

⁶⁷⁵ AN, COREG, BR AN BSB VAZ 132A-0172, p. 1.

⁶⁷⁶ Tônico viria a falecer em novembro de 1993. Disponível em: www.cecac.org.br/Tonico_trajetoria.htm. Acesso em: 8 jan. 2014.

⁶⁷⁷ Disponível em: www.cecac.org.br/Tonico_atentado.htm. Acesso em: 8 jan. 2014.

No enterro de Lyda Monteiro, compareceram cerca de 20 mil pessoas que organizaram um “ato de repúdio ao terrorismo”.⁶⁷⁸

Apesar de ainda não ter sido totalmente “perdoado”, Aragão conquistava algumas vitórias nos tribunais. É o que fica evidente através da consulta ao *Diário Oficial da União* (DOU) de 24 de outubro de 1980. A partir daquele dia, Aragão não era mais ex-almirante, ele reconquistou o direito de ter de volta seu posto de vice-almirante do Corpo de Fuzileiros Navais e foi para a reserva remunerada da Marinha.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, de acordo com os artigos 1º da Lei n. 6.683 de 28 de agosto de 1979 e 110, item 1, letra a) da Lei n. 5.774 de 23 de dezembro de 1971 [...]

RESOLVE:

Considerar CANDIDO DA COSTA ARAGÃO reformado, a contar de 27 de dezembro de 1979, no posto de vice-almirante do Corpo de Fuzileiros Navais, por ter atingido a idade-limite de permanência na Reserva Remunerada da Marinha no ano de 1975, com a remuneração a que faz jus.

BRASÍLIA, em 23 de outubro de 1980
159º da Independência e 92º da República.

JOÃO FIGUEIREDO
Maximiniano Fonseca⁶⁷⁹

Porém, os prontuários de Aragão nos órgãos de repressão da ditadura ainda não haviam sido encerrados. Logo, a vigilância sobre ele e demais regressos do exílio continuava.

Nesse sentido, agentes do DOPS do Rio de Janeiro registraram, apenas sete dias depois da publicação da reforma do almirante, que Cândido Aragão se filiara ao Partido do Movimento

⁶⁷⁸ Disponível em: www.cecac.org.br/Tonico_atentado.htm. Acesso em: 8 jan. 2014. Cf. também www.oab.org.br/noticia/26014/ha-33-anos-lyda-monteiro-foi-vitima-da-bomba-contra-a-democracia. Acesso em: 9 jan. 2014.

⁶⁷⁹ BRASIL, Ministério da Justiça, *Diário Oficial da União*, 24 out. 1980, Seção II, 9204. Maximiniano da Fonseca era o ministro da Marinha à época.

Democrático Brasileiro (PMDB).⁶⁸⁰ O ato de assinatura teria ocorrido no dia 30 de outubro de 1980. Na oportunidade, o anfíbio almirante declarou – entre outras coisas que constavam no seu manifesto de meses antes – que poderia ser candidato nas eleições de 1982, desde que fosse do interesse do partido. Também lamentou, segundo os agentes do DOPS, “que se queira fazer separação entre civis e militares [...]. A conversação em questão é um imperativo das duas partes, e o Exército, como as Forças Armadas, em seu todo, não pode se transformar numa ilha”.⁶⁸¹

PMDB – o novo, nem tão seguro, porto

A nova “casa” política de Aragão, como já mencionado, havia se consolidado como o único partido autorizado para representar a oposição durante o regime militar.

De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta, “o MDB foi formado na esteira da derrota de 1964, após a onda de cassações que extirpou da vida política nacional lideranças identificadas com as esquerdas e com os projetos reformistas ensaiados na conjuntura anterior”.⁶⁸² Como toda mudança radical, a nova ordem que emergia necessitava de uma reconfiguração nas estruturas político-partidárias do País, objetivando dar aos militares uma maior tranquilidade para aprovação de seus projetos, principalmente nos primeiros quatro anos, 1964-1968, período no qual ainda o regime não se fechara completamente. Nesse sentido, parte expressiva dos políticos conservadores identificados com as ideias e os projetos da nascente ditadura, muitos deles integrantes da antiga União Democrática Nacional – UDN, agora militariam na Aliança Renovadora Nacional – Arena.

⁶⁸⁰ APERJ, Fundo Polícia Política, Prontuário 638. Resenha Diária n. 206, 31 de out. 1980.

⁶⁸¹ APERJ, Fundo Polícia Política, Prontuário 638. Resenha Diária n. 206, 31 de out. 1980.

⁶⁸² Motta, 2007, p. 285.

Sobre a Arena, Lúcia Grinberg ressaltou a existência de silêncios que não colaboram para um entendimento do jogo político que se iniciou com a ditadura. De acordo com a autora,

Durante do regime militar, a Arena sempre foi associada diretamente à UDN e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) ao PSD. [...] Mas essa imagem reproduzida por pessedistas filiados ao MDB silencia sobre o pessedismo que apoiou o movimento de 1964 e que migrou para a Arena. Ao longo de sua existência, havia realmente uma disputa compartilhada quer pelos membros da antiga UDN, agora na Arena, quer pelos membros do extinto PSD, então MDB. No entanto, a Arena era formada, de fato, tanto por udenistas quanto por pessedistas.⁶⁸³

Do outro lado, o enfraquecido MDB, “reunindo o que restou no Congresso de parlamentares dispostos a se filiar a uma organização formalmente de oposição ao novo regime”.⁶⁸⁴ Porém, adverte Motta, embora o MDB contasse com militantes realmente interessados em lutar com a ditadura, “nem todos os emedebistas tinham perfil de oposição; alguns estavam mais para auxiliar do regime do que qualquer outra coisa”.⁶⁸⁵ Ainda segundo Motta,

No período inicial de sua existência, entre 1966 e 1969 [...], o partido contou com um grupo de parlamentares aguerridos, que tentou dar vida real à organização e aproximá-la dos setores mais politizados da sociedade. Esses parlamentares, alcunhados de “imatuross” pelo grupo moderado do MDB... tentaram colar o partido à onda de protestos antiditatoriais que eclodiu em 1967-8. Dos membros do grupo acabou ganhando maior notoriedade o deputado Márcio Moreira Alves, autor do discurso utilizado pelos militares como desculpa para forçar o recrudescimento da repressão.

Com o advento do AI-5, o MDB teve cerca de sessenta deputados federais cassados, num universo de 139. O ressurgimento

⁶⁸³ Grinberg, 2004, p. 144.

⁶⁸⁴ Motta, 2007, p. 288-289.

⁶⁸⁵ Idem.

mais efetivo viria em 1974.⁶⁸⁶ Com a presença disfarçada de militantes do PCB em seus quadros, e contando com um pequeno, mas aguerrido, grupo de parlamentares chamados de *autênticos*, o partido conseguiu superar os candidatos da Arena.

Em 1978, em mais um processo eleitoral, o MDB derrotou mais uma vez os candidatos arenistas. Agora, o reforço vinha também de representantes das várias correntes do marxismo. Segundo Motta (2007, p. 296), “a partir de 1974, vários grupos políticos marxistas iniciaram uma rota de aproximação com o partido, que levou parte deles a se integrar efetivamente ao MDB, a exemplo do PC do B e do MR-8, recém-saídos de experiências fracassadas de luta armada”. A repetição do êxito em 1978 já seria um resultado dessa nova leva de ingressos.

Em relação ao grupo denominado de *autênticos*, algumas fontes contabilizam o número de 23 deputados, que a partir de 1971 faziam um contraponto ao grupo moderado do MDB.⁶⁸⁷

Os autênticos transformaram o parlamento em campo de luta pela volta da democracia. Lysaneas Maciel discursava sobre direitos humanos, Chico Pinto combatia a política econômica do governo e defendia nossa soberania. Um discurso marcante foi o de Alencar Furtado, em 1971: denunciou o desaparecimento de Rubens Paiva e cobrou o governo um tema tabu. Sucederam-se pronunciamentos contra a censura, a tortura, o desaparecimento de presos políticos e a favor do mercado nacional.

Em 1973, os autênticos idealizaram a antecandidatura de Ulysses Guimarães, principal líder do MDB, para a sucessão de Médici, fundamental para a vitória em 1974 e para um avanço sem precedente da oposição.⁶⁸⁸

⁶⁸⁶ Motta, 2007.

⁶⁸⁷ Cf. Os autênticos: timinho bom de briga. In: *Revista Caros Amigos – A ditadura militar no Brasil: a história em cima dos fatos*, fascículo 11, 2007, p. 325. A matéria destacou as atuações de Lysaneas Maciel, Chico Pinto, Alencar Furtado, Fernando Lyra, Marcos Freire, Freitas Nobre, Amaury Müller, Fernando Cunha, Francisco Amaral, Jailson Barreto, Nadir Rossetti, Paes de Andrade, Severo Eulálio, Josaphat Borges.

⁶⁸⁸ Cf. Os autênticos: timinho bom de briga. In: *Revista Caros Amigos – A ditadura militar no Brasil: a história em cima dos fatos*, fascículo 11, 2007, p. 325.

Acredito ser importante recuperar aqui um pouco dessa trajetória dos emedebistas, no sentido de situar o contexto e a instituição na qual militaria Aragão. Os dois anos que antecederam a filiação de Aragão ao MDB, 1978-9, foram marcados, principalmente, pelo debate em torno dos três “R”: Reabertura (política), Retorno (dos exilados e dos presos políticos à vida pública) e Reforma (partidária). Intrinsecamente ligados, esses temas de caráter político foram amplamente debatidos na imprensa e no parlamento.

Especificamente sobre a reforma partidária, o MDB acabaria perdendo um bom número de militantes para os demais partidos que se reestruturavam ou surgiam, a exemplo do PTB, do PDT e do PT. Sendo este último o que mais atrairia emedebistas.⁶⁸⁹

A absolvição jurídica

No dia 23 de fevereiro de 1981, Cândido da Costa Aragão foi, enfim, absolvido das acusações de peculato. O julgamento final, ocorrido na sede do STM em Brasília, não passou despercebido da imprensa. Segundo reportagem do *Jornal do Brasil*, o procurador da Justiça Militar, Milton Menezes da Costa, afirmou que não ficou comprovada a culpa do réu e pediu a nulidade do processo. Aragão, talvez com certa ironia, ficou de pé e pediu permissão para fazer um agradecimento, mas teve seu pedido negado.⁶⁹⁰ Na saída, analisou a decisão do júri e foi questionado sobre seu futuro.

Aragão é absolvido pelo STM

Brasília – O comandante do Corpo de Fuzileiros Navais no governo João Goulart, vice-almirante Cândido Aragão, foi absolvido ontem do último crime a ele imputado por ocasião da Revolução de 1964 – o peculato. Após 29 minutos de debates secretos, o STM proferiu a sentença favorável.

À saída do plenário, declarou-se surpreso com a sentença: “Se o meu julgamento é político e se este tribunal é eminentemente

⁶⁸⁹ Motta, 2007, p. 299.

⁶⁹⁰ *Jornal do Brasil*, 24 fev. 1981, p. 2.

político, eu não poderia esperar ser absolvido, mas o fato é que termina hoje minha longa peregrinação de quase 17 anos em cárceres, exílios e degradações. Do Brasil, espero me reintegrar ao seu povo e com ele lutar em busca de melhores caminhos”. O almirante Aragão manifestou descrença quanto ao sistema partidário. Observou que “o melhor partido político no momento é a Igreja”. E admitiu ingressar no Partido dos Trabalhadores. “Isso só depende do PT”, acrescentou.⁶⁹¹

O Partido dos Trabalhadores (PT) tinha apenas um ano de criação quando da indagação do repórter do *Jornal do Brasil* a Aragão. Fundado oficialmente “em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion, em São Paulo”,⁶⁹² o partido reuniu em seu ato de fundação “lideranças sindicais *autênticas*, revolucionários marxistas-leninistas e militantes cristãos radicais. Um encontro inusitado”, destacou Daniel Aarão Reis (2007). Ao revelar o cenário daquele momento de ascensão dos sindicatos e de radicalização promovida pelo movimento operário brasileiro, particularmente os trabalhadores das indústrias automobilísticas de São Bernardo do Campo, Reis destacou que:

A ditadura estava em franco declínio: seu aparelho repressivo, ainda intacto, e embora em atividade, intimidava cada vez menos. Mesmo entre as elites, principalmente entre elas, talvez, prevaleciam as tendências favoráveis à democratização do País. O contexto internacional também ajudava: o triunfo da revolução sandinista, em 1979; o declínio das ditaduras nas Américas ao sul do Rio Grande; e a própria atitude do governo Carter nos Estados Unidos, que via com bons olhos o declínio dos regimes ditatoriais, desde que substituídos em boa ordem, e pelo alto, tudo isso favorecia propostas alternativas fundadas na imaginação e na criatividade.⁶⁹³

⁶⁹¹ *Jornal do Brasil*, 24 fev. 1981.

⁶⁹² Reis, 2007, p. 507. Grifo do original.

⁶⁹³ Reis, 2007, p. 506-507

Foi num contexto como esse que se estruturou o PT, ganhando rapidamente notoriedade os nomes dos líderes sindicais que, desde meados de 1978, iriam decidir sua construção.⁶⁹⁴

Ainda sobre a criação do PT, Aarão Reis (2007) ressaltou que a decisão de criá-lo provocou questionamentos oriundos de expressivos setores das esquerdas. A pergunta mais repetida era: “Fundar um novo partido popular não contribuiria para enfraquecer o MDB, fazendo o jogo da ditadura?”. Segundo o autor, o PCB e o PC do B faziam coro a esses argumentos, apontando a criação de um novo partido como uma decisão inconsequente “no delicado momento da última fase da transição democrática, alquebrar o MDB, o principal instrumento que, mal ou bem, fora construído pela sociedade brasileira em suas lutas contra a ditadura”.

Não sabemos o porquê, mas não seria o partido da estrela vermelha que tiraria Aragão do PMDB, ao contrário do que ocorreria com militantes históricos emedebistas.⁶⁹⁵ O que fica explícito é que, após alguns meses de sua filiação, Aragão já estaria disposto a deixar o PMDB e demonstrava ceticismo quanto ao sistema partidário que estava em pleno reflorescimento.

A partir desse momento, Cândido Aragão começa a desaparecer do cenário, do contexto, da paisagem. Nos arquivos do DOPS, do CIEX, do Cenimar, suas fichas e respectivos prontuários deixam de ser alimentados. Começa o crepúsculo da pessoa física, do homem político. Aragão não é localizado nos próximos embates de seu tempo. Nas eleições de 1982, no movimento pelas eleições livres e diretas, as *Diretas Já*, em 1984, não se fala no “almirante vermelho”. Ele também não aparece como personagem nos embates para a formação e a atuação da Assembleia Constituinte de 1987/1988.

Curiosamente, à medida que os fardados autoritários vão deixando o poder, a farda de Aragão também vai deixar de ter

⁶⁹⁴ O autor cita os nomes de Luiz Inácio Lula da Silva, José Cicote, Henos Amorina, Paulo Skromov, Jacó Bitar e Olívio Dutra.

⁶⁹⁵ Rodrigo Patto Sá Motta cita o exemplo do deputado federal Airton Soares, que defendia uma relação de respeito do partido com os movimentos sociais, sem cooptá-los e respeitando a autonomia destes. Cf. Motta, 2007, p. 297.

importância. Os fuzis, de ambos os lados, perdem seu protagonismo. O fuzileiro vai na mesma maré. Agora viria o tempo dos engravatados, da força da caneta, dos grandes oradores, dos políticos profissionais. Essa não era a praia de Aragão.

Talvez ele até quisesse participar, mas sua esposa chilena, Audolinda Bobadilla, estava sempre por perto para deixá-lo fora das confusões. É de Ramalho Leite, conterrâneo de Aragão, o seguinte relato:

A última vez que o Almirante Cândido da Costa Aragão esteve nesta capital [João Pessoa/PB], já depois de anistiado, recepcionei-o com um almoço na minha residência do Jardim Luna. José Aragão, seu primo e meu sogro, pedira a cada membro da família para acolhê-lo com carinho. Era uma forma de compensá-lo dos sofrimentos e da distância que mantivera dos seus. Chamei alguns amigos, entre os quais Jório Machado, Edivaldo Motta e Orlando Almeida. O militar, cansado e cego de um olho, resultado de torturas na Fortaleza de Lajes, se queria falar, não conseguiu, mesmo diante da insistência de Jório, já deputado, mas que não largava seu fardo de repórter. A segunda esposa do almirante, Aldalina Bobadilha (sic), uma chilena com quem andou por vários países durante o exílio de quinze anos, não deixava que abrisse a boca sobre o passado. Ainda vivia apavorada com os inimigos do chamado Almirante do Povo.⁶⁹⁶

Essa será a tônica a partir desse momento de protagonismo dos atores políticos. Ao lado de sua esposa, residindo no Bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro, o “almirante Aragão da Paraíba” – como gostava de ser chamado –,⁶⁹⁷ paulatinamente sairia de cena. Porém, era um sair de cena da conjuntura daquele momento histórico específico.

Foi justamente a partir da consolidação do processo de abertura política, na esperança de que os traumas do passado, ainda tão vivos, não se repetissem, que se iniciou a publicação

⁶⁹⁶ Leite, Ramalho. “O Almirante do Povo”. Disponível em: <http://expressopb.com/2013/07/o-almirante-do-povo/>. Acesso em: 9 set 2013.

⁶⁹⁷ Jornal *Versus*, n. 31, abr. 1979, p. 5.

sistemática, em datas e momentos pontuais, dos livros de memórias, reportagens, obras e pesquisas acadêmicas em diversos campos das humanidades, sobre o governo João Goulart e o golpe de 1964. Mesmo que Aragão, Audolinda, e seus familiares quisessem esquecer e silenciar sobre os ressentimentos que ainda nos incomodavam, a trajetória de Aragão fazia dele um personagem dos mais lembrados e enunciados.

Até sua morte, em 11 de novembro de 1998, sua fala desapareceria dos jornais à medida que o tempo iria, organicamente, consumindo seu corpo e suas memórias. Esse crepúsculo do personagem que falava muito e que cada vez mais se recolhia dos embates de seu tempo foi ratificado por Dênis de Moraes (1989, p.163). “A fala do almirante Aragão é extraída de um de seus raros pronunciamentos desde que voltou do exílio, em dezembro de 1979”, ressaltou o autor.

Nos anos seguintes, será praticamente rotina ler um livro sobre o golpe de 1964 e cruzarmos com o seu nome em algum parágrafo. Ou seja, o sepultamento de seu corpo não significou necessariamente sua morte social. Arrisco-me a dizer que foi mais início do que fim. Suas constantes “reaparições” são exemplos dessa resistência ao naufrágio às profundezas do esquecimento.

A volta nos braços dos marinheiros

Não é recente a presença de Aragão nos livros sobre o período. Quer sendo citado como coadjuvante, quer como protagonista, ele foi sempre lembrado em diversas publicações, mesmo quando ainda vivo. Nossa intenção aqui não é apresentar um levantamento sistemático, ano a ano, de todas as publicações que mencionaram o investigado em suas páginas, mas, sim, mostrar como o personagem sempre ocupou espaços nas análises sobre o golpe de 1964.

Como relatado no primeiro capítulo, ainda em 1964 ele teve sua foto publicada no livro organizado por Alberto Dines

por ocasião de seu comparecimento à sede do Automóvel Clube, em 30 de março.

Pouco mais de dez anos depois, precisamente em 1975, exilado em Portugal, ele mesmo presentearia o comandante Augusto Santos, da Marinha portuguesa, com um exemplar do livro de Hélio Silva, no qual consta sua foto ao lado dos marinheiros rebeldes de 1964. Ao que parece, o almirante brasileiro queria comprovar seu protagonismo e sua importância nos acontecimentos de uma década atrás. Escreveu uma dedicatória ao amigo, “como reconhecimento dos seus méritos pessoais de lutador informado pela causa do povo”.⁶⁹⁸

Na volumosa obra, Aragão aparece nos momentos em que já registramos aqui e que iriam marcar as referências futuras sobre o personagem. No texto de Silva, a sequência o mostra atuando como negociador na Rebelião dos Marinheiros; registra sua presença na sede do Automóvel Clube, dia 30 de março; e, como não poderia faltar, o possível ataque a Carlos Lacerda, este o momento mais destacado.⁶⁹⁹

O Cel. Gustavo Borges comunicara ao governador que o almirante Heitor Lopes de Sousa interceptara um telegrama do ministro da Justiça, Abelardo Jurema, mandando o almirante Aragão, comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, atacar a Guanabara. Confirmando, em parte, essa informação, chegou ao Palácio a notícia de que os dois batalhões de fuzileiros, aquartelados na Ilha do Governador, o Humaitá e o Riachuelo, estavam se deslocando pela avenida Brasil. Essa notícia estourou como uma bomba. Conta Marcelo Garcia, chefe da Casa Civil do governador Carlos Lacerda: “Sabíamos da absoluta superioridade do inimigo em poder de fogo. Segundo o general Salvador Mandim, que comandava a defesa do Palácio, não teríamos condições de resistir mais que duas horas”.

⁶⁹⁸ Agradeço ao almirante Manuel Martins Guerreiro, da Marinha Portuguesa, a cópia da dedicatória escrita por Aragão ao comandante Augusto dos Santos.

⁶⁹⁹ Silva, 1975, p. 356-368; 364; 378; 414-417, respectivamente.



Imagem de Aragão na obra de Hélio Silva, 1975

Retomamos aqui esse episódio, porque durante nossas pesquisas feitas em Portugal foi recorrente a afirmação dos entrevistados sobre os “fantasmas” que perturbavam Aragão por não ter tomado a decisão de atacar o Palácio da Guanabara e prender Carlos Lacerda. O almirante Martins Guerreiro assim expressou o que percebeu nos diálogos com o amigo brasileiro:

Lembro-me que uma vez eu disse, Sr. almirante, pra não ser assim só uma conversa rápida, o senhor escreva isso. Escreva o que é que pensa, como é que acha, como é que a coisa deve ser. Aquilo levou algum tempo. Ele acabou por fazer, escrito à mão. Já era uma letra um bocadinho trêmula, tinha alguma dificuldade. Ele fez um documento talvez com umas vinte páginas, talvez eu o tenha guardado. Onde é que o documento está? Não sei exatamente.

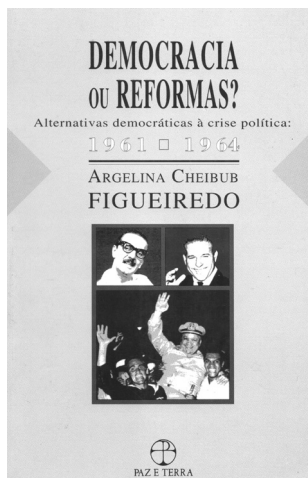
Eu li, discuti com ele, discutimos muito o processo português. Eu acredito que ele tinha essa ligação com o Partido Revolucionário do Proletariado exatamente por causa das conversas que nós tínhamos. Porque ele dizia tem que atuar... a força das armas...

Eu diria que ele tinha um problema, não diria de consciência, mas era qualquer coisa que o perturbava e o frustrava, digamos, era o golpe no Brasil. Porque sendo ele um comandante militar poderia ter intervindo, ele tinha isso na sua cabeça. E realmente acabou por não fazer a intervenção, isso era um pesadelo que ele tinha.

Essa questão de “nós temos os instrumentos e há de usá-los”, ele queria transferir isso para a situação portuguesa. Ele tava amargurado por não ter utilizado os instrumentos que deveria ter usado. O almirante Aragão dizia que a espingarda era pra usar. Ele nunca se libertou disso, não ultrapassou esse problema que era consigo próprio.⁷⁰⁰

Ele teria que conviver com essa mágoa, esse ressentimento, até o fim. Pois, após sua volta ao Brasil, nas raras oportunidades que tiveram, seus entrevistadores tinham uma pergunta preferida: por que não houve resistência ao golpe?

Em 1993, cinco anos antes do seu falecimento, ele apareceria mais uma vez. Agora com um inegável realce. Nesse ano, a Editora Paz e Terra publicou o livro *Democracia ou reformas?* Fruto da tese de doutorado em Ciência Política de Argelina Cheibub Figueiredo, na Universidade de Chicago. Na capa, as imagens de Jânio Quadros e João Goulart aparecem em destaque, tendo logo abaixo Cândido Aragão, sendo carregado nos ombros da marujada.⁷⁰¹



Capa do livro de Argelina Cheibub Figueiredo (Paz e Terra, 1993). Nela, a amplamente reproduzida imagem de Aragão nos ombros de marinheiros rebeldes em 1964

⁷⁰⁰ PORTUGAL. Entrevista com Manuel Martins Guerreiro. Lisboa, 20 set. 2012.

⁷⁰¹ Figueiredo, 1993, capa.

Em 1998, dias após o velório de Aragão, o vereador Antonio Pitanga, eleito pelo PT carioca, apresentou dois Projetos de Lei como o objetivo de homenagear Aragão. O primeiro seria nomear um logradouro da cidade, e o segundo, uma unidade escolar na rede oficial do município. Na justificativa dos projetos, o texto dizia que:

No último dia 12 de novembro, o almirante Aragão faleceu, aos 91 anos, após um longo período de enfermidade. No seu país, como ele sempre desejou. Infelizmente, sem ver construída a consciência ideológica nacionalista de seu povo, causa que justificou toda a sua vida.⁷⁰²

Um depoimento do jornalista Hélio Goldstejn, o mesmo que havia entrevistado Aragão em 1979, na Venezuela, reforçou os argumentos para aprovação dos Projetos:

Eu tinha dez anos quando ocorreu o golpe de 64.

Lembro que meu pai ouvia atentamente uma emissora de rádio do Rio Grande do Sul até que ela saiu completamente do ar. Mas as histórias contadas sobre o almirante Aragão, o “Almirante Vermelho”, como era popularmente conhecido, desde aquela época, já me fascinavam.

Eu não tinha ideia de que, quinze anos depois daqueles tempos terríveis, eu estaria na Venezuela com o “Almirante Aragão da Paraíba”, que é como ele se apresentava para todo mundo, ainda nos anos de exílio em Caracas. Modestamente, vivia de seu dinheirinho de refugiado da ONU, dormindo em um quarto de pensão, e alimentava com carinho um único sonho: voltar ao seu país, ainda que fosse apenas para terminar seus dias no país onde nasceu e que jamais esqueceu.

Mais de oitenta anos (sic) tinha então aquele espírito inquieto e a doçura de sua prosa nordestina. Ele era uma das figuras mais

⁷⁰² BRASIL, *Diário da Câmara Municipal do Rio de Janeiro*, 17 de dez. 1988, Ano XXII, n. 232. Projetos de Lei 999/98 e 1000/98, p. 12 e 13. Atualizei a ortografia.

controvertidas da história do Brasil e, talvez, um dos militares mais brilhantes e ativos que nosso país já conheceu.⁷⁰³

É inegável a simpatia do jornalista para com o nosso investigado. Entretanto, apenas um dos projetos foi aprovado, o que dá nome a um logradouro. Em 2005, Cândido da Costa Aragão virou nome de rua no Bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro.⁷⁰⁴ Sobre a escola, não encontramos nenhuma na rede municipal do Rio de Janeiro com essa denominação.⁷⁰⁵

Contudo, relembro que para a Marinha, particularmente para o Corpo de Fuzileiros Navais, ele viraria uma espécie de *Tabu*. É o tipo de *Tabu* do qual nos fala Marc Ferro (2003), citando Alain Rey, como “aquilo sobre o que se silencia por medo, por pudor”. Falar sobre Aragão não é algo que está proibido em uma lei, em uma norma ou em um regulamento militar. Alheio a essa indiferença, já aqui abordada, Aragão, como que numa vingança, empunhando um fuzil com silenciador – para não fazer muito barulho –, continua suas aparições e assombra aqueles que querem, ainda, o exterminar. Para isso, conta com uma fiel escudeira desde remotos tempos.

Dilma Aragão, a guardiã da boa memória do pai

Enquanto sua irmã mais velha, Diva, e a companheira de mais de duas décadas de Aragão, Audolinda, resolveram silenciar e não falar sobre o passado do personagem, Dilma é aquela que tem mais entusiasmo e gostaria de ver seu pai na galeria dos comandantes-gerais do Corpo de Fuzileiros Navais.⁷⁰⁶ Nascida em Santa Catarina, tinha aproximadamente trinta anos de idade quando ocorreu o golpe de 1964.

⁷⁰³ Idem.

⁷⁰⁴ Cf. <http://cm-rio-de-janeiro.jusbrasil.com.br/legislacao/314843/decreto-25436-05>. Acesso em: 14 jan. 2014.

⁷⁰⁵ Cf. <http://www.rio.rj.gov.br/web/sme/listas-das-escolassecrches>. Acesso em: 14 jan. 2014.

⁷⁰⁶ Entrevista não gravada ao autor.

Como ficou constatado ao longo dos capítulos anteriores, ela esteve ao lado de Aragão em momentos turbulentos de suas vidas. Junto com seu irmão Dilson, já falecido, foi presa pela ditadura acusada de portar uma arma que era de uso particular das Forças Armadas. Dilma Aragão está sempre presente nos documentos do CIEX, em visita ao genitor no Uruguai, no Chile e na Argentina.⁷⁰⁷

Em uma de suas passagens por Montevidéu, de acordo com os informantes do CIEX, além de ter sido convidada por Amaury Silva para ser a mensageira dos exilados – chamada pelo agente de pombo-correio –,⁷⁰⁸ Dilma retornaria ao Brasil levando informações para divulgar em jornais de oposição ao regime e recomendação de procurar o apoio do ex-deputado José Gomes Talarico.⁷⁰⁹

No dia 20 de dezembro de 1966, o jornal Última Hora publicou uma pequena reportagem, com chamada de capa, na qual Dilma Aragão denunciou o que ela chamou de “situação de penúria” dos exilados brasileiros no país do Cone Sul.⁷¹⁰ Ou seja, ela não era apenas a “filha do almirante”. Fazia de sua situação particular um instrumento da luta coletiva.

No Chile, assim como no Uruguai, Aragão recebeu também a visita do seu filho Dilson, que segundo os arapongas levaria “dinheiro e correspondência de familiares para seu pai”.⁷¹¹ Durante a estada de Aragão no Chile, um fato no mínimo inusitado ilustra bem o forte relacionamento entre pai e filha. No dia 31 de maio de 1971, em visita à Câmara dos Deputados daquele país, o almirante distribuiu caixas de fósforos da Companhia Fiat Lux, personalizadas com seu nome.⁷¹² Os supérfluos teriam sido levados por Dilma para presentear-lo. A partir daí, os agentes da ditadura abriram uma investigação que duraria cerca de seis meses para tentar descobrir quem havia confeccionado as malditas caixinhas.

⁷⁰⁷ Para sua ida à Argentina, ver AN, COREG, BR AN BSB VAZ 126.078.

⁷⁰⁸ AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 001.008, p. 76.

⁷⁰⁹ AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 001.008, p. 48 e 76.

⁷¹⁰ Jornal Última Hora, 20 dez. 1966, edição vespertina, p. 10. Disponível em: <http://www.arquivostado.sp.gov.br/uhdigital/pdf.php?dia=20&mes=12&ano=1966&edicao=10&secao=>.

⁷¹¹ AN, COREG, BR AN BSB VAZ, 126.0171.

⁷¹² AN, COREG, BR AN A0392571, p. 1-8.

Depois de várias diligências e ofícios enviados para Curitiba, São Paulo, Recife e Rio de Janeiro, em novembro o caso foi encerrado ao se descobrir que as caixinhas tinham sido confeccionadas no Rio de Janeiro, a pedido do funcionário da própria empresa, Edmo da Silva Tavares, que presenteou Dilma Aragão sem saber realmente quem era o pai da mesma.⁷¹³

Ao que parece, o carinho e o apreço de Dilma por seu pai era recíproco. Em mais uma viagem de visita durante o exílio chileno, Dilma recebeu flores do “papai”, como ela o chama ainda hoje, acompanhadas do seguinte bilhete:

Dilma querida

Estas flôres representam – na data da tua chegada – todo o meu carinho – todo o meu amor e toda a minha ternura – que felizmente – a distância – o tempo e a minha grande saudade só tem feito aumentar.

Do teu pai – admirador e amigo

Cândido

Santiago 21/3/72⁷¹⁴

No ano seguinte, já estaria Dilma solicitando autorização para visitar Cândido – como assinado no bilhete –, agora na Argentina. Ao requerer a permissão das autoridades brasileiras para deixar o País, Dilma argumentou dizendo que seu pai necessitava “não só dos meus cuidados, como também do meu apoio moral”⁷¹⁵

Nossa intenção ao mostrar a relação amorosa entre filha e pai no passado é, principalmente, esclarecer que a afetividade resistiu ao tempo. Recentemente, e não coincidentemente, com a preciosa colaboração de Dilma, a *boa* memória sobre Aragão ganhou o reforço de um dos dirigentes da Associação dos Marinheiros em 1964. Antonio Duarte foi responsável pela

⁷¹³ AN, COREG, BR AN A0392571.

⁷¹⁴ Este bilhete foi fotografado por mim e faz parte do acervo particular de Dilma Aragão. Ortografia mantida do original.

⁷¹⁵ AN, COREG, BR AN BSB VAZ 062.0019.

primeira obra que aborda aspectos biográficos do personagem aqui analisado. Mais ainda, Duarte, em 2012 – 48 anos após o golpe –, trouxe Aragão de volta nos braços dos marinheiros.⁷¹⁶

Os fragmentos

Na obra em questão, Duarte adverte seu leitor de que não se trata de “uma biografia tradicional com fulcro no homem, mas um ensaio comparativo de sua vida dentro do contexto político da época em que foi soldado”, e revela a imagem que guarda do seu investigado: “Com a história na mente, ele cumpriu o desempenho que se havia proposto. Foi um herói do povo, ironicamente reconhecido pelos seus inimigos”. E mais,

[...] O Corpo de Fuzileiros Navais foi a sua casa desde a adolescência, como ele enfatizou várias vezes. Aragão amava o Corpo de Fuzileiros, e por essa razão não pretendeu fazer outra coisa na vida.

A burocracia militar que produziu o golpe de Estado e os posteriores acertos de contas riscou o nome do almirante Aragão do mapa da história. A luta política na sociedade, como resultado da anistia, recuperou quase todos os seus direitos. No entanto, permaneceu a injustiça do não reconhecimento do seu papel na corporação do Corpo de Fuzileiros Navais. Ironicamente, os oficiais das forças armadas, apesar de cultuarem os valores corporativos, tentaram negar este valor a Cândido da Costa Aragão. Não satisfeitos com o julgamento no qual o condenaram, retiraram todo seu valor simbólico como soldado.⁷¹⁷

⁷¹⁶ Antonio Duarte foi expulso após o golpe por ser um dos participantes ativos da Rebelião dos Marinheiros em março de 1964. Nascido no Rio Grande do Norte em 1940, foi aluno da Escola Industrial de Natal e da Escola de Aprendizes Marinheiros, em 1958. Por sua militância na AMFNB foi condenado a 12 anos de prisão. Em maio de 1969, fugiu da penitenciária Lemos de Brito com um grupo de marinheiros, outros presos políticos e comuns e criaram o Movimento de Ação Revolucionária – MAR. Com a decadência das ações armadas, exilou-se em Cuba, Chile e Suécia, onde se graduou em Antropologia na Universidade de Estocolmo. Também é autor do livro de memórias *1964: a luta dos marinheiros* (Diorama, 2009).

⁷¹⁷ Duarte, 2012, p.11

Esse é o enredo que se desenvolve ao longo de toda a obra. Duarte não esconde sua ligação e seu apreço pelo nordestino Cândido. Na tentativa de juntar os fragmentos biográficos de seu contemporâneo, o autor nos fornece um mosaico com uma imagem extremamente simpática do militar paraibano, não gratuitamente apelidado por seus soldados de *Gasparzinho, o fantasma camarada*. Ao entrevistar outro contemporâneo de Aragão, o sargento Campelo, essa imagem simpática se confirma entre os fuzileiros:

Embora fosse duro como disciplinador, não era o que se pensa. Eu me lembro que no dia em que foi promovido a almirante, tinha uma mulher lá na guarnição do Quartel Central, chamada Zélia, que entrava lá na hora que queria, era uma lavadeira, que conheceu Aragão sargento e soldado, e no dia que ele recebeu as platinas de vice-almirante, ela subiu lá junto das autoridades e deu um beijo nele. E aquilo foi muito simbólico, porque ele tinha essas qualidades.⁷¹⁸

Sobre as características da personalidade de Aragão e seus *desvios* mais perceptíveis, estão o fato de alguns militares que conviveram mais próximos com ele relatarem que o oficial fuzileiro às vezes se mostrava zangado e ameaçador – mas sem prejudicar ninguém. Também há referência ao *mulherengo*, “caráter reforçado pelo próprio Aragão quando aparecia em festas acompanhado de jovens mulheres”, escreveu Duarte.⁷¹⁹

Apesar de expor também o lado, menos Cândido, de Aragão, a imagem presente na capa é a clássica fotografia, de autor não identificado, do militar paraibano sendo carregado como herói. As lembranças de seus subordinados começam a misturar histórias e memórias, o homem e o mito, sem saber ao certo onde começa um e termina o outro. Essa passagem presente na obra ilustra bem a afirmação acima:

⁷¹⁸ Entrevista de Francisco Paulino Campelo a Antônio Duarte. In: Duarte, 2012, p. 139.

⁷¹⁹ Entrevista de Francisco Paulino Campelo a Antônio Duarte. In: Duarte, 2012, p. 87.

E quando ele foi promovido, recebeu uma caneta de um ministro, o Victor Nunes Leal. Ele tinha muito relacionamento com a sociedade civil. E eu ouvi outras histórias, que eu não sei se são verdadeiras, mas eu ouvi que uma vez ele puniu um soldado, que foi expulso com 30 dias de cadeia rigorosa, como é dito lá. Aí quando passado um mês, mais ou menos, a mãe do soldado, que morava no subúrbio, era uma lavadeira, uma pessoa humilde, chegou e disse: “Eu quero falar com o almirante”. E ele era um homem que, sendo chamado de almirante do povo, cedeu. Aí a mulher começou a chorar e falar: “Comandante, o senhor expulsou meu filho. Ele ajuda a pagar a conta da luz e gás da minha casa. Eu estou com dificuldades”. Aragão mandou chamar o chefe de gabinete. “Traz a caderneta do soldado”. Trouxe e aí olhou e disse: “Tenente, o que eu posso fazer agora?”. E o tenente: “O senhor não pode fazer nada, porque já foi publicado o boletim”. Aí o Almirante Aragão queria: “O Almirante pode tudo!”. Pegou um lápis vermelho e escreveu: “Anulo”. E mandou o soldado voltar às cinco para receber de volta a farda (Duarte, 2012, p. 139).⁷²⁰

O soldado desconhecido

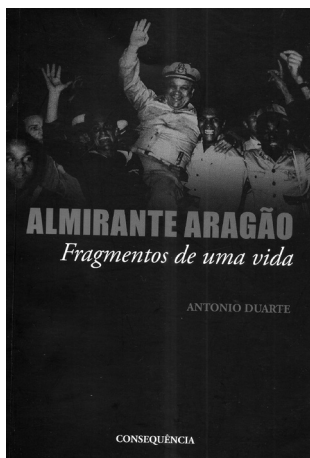
Como uma metáfora do fazer histórico, como uma provocação de Clio, há um dado que consideramos importante – entre tantos outros –, não desvendado nessa história. Aquilo que sempre teima em fugir do nosso alcance. Aquilo que vem comprovar nossas limitações. A história com rosto, mas, às vezes, sem nome.

Depois de ficar por horas e horas, por várias e várias vezes, observando a alegre, eufórica, impactante, extasiante e simbólica imagem de Aragão entre os marinheiros, quis saber quem são os rebeldes que o carregaram como herói. Não fui totalmente feliz na empreitada. Meu êxito foi relativo, parcial, limitado.

Ao lado esquerdo do sorridente almirante, tão eufórico quanto o protagonista, está Marcos Antônio da Silva Lima, vice-presidente da AMFNB e apontado pela maioria dos marinheiros

⁷²⁰ Entrevista de Francisco Paulino Campelo a Antonio Duarte.

de 1964 como o grande líder da entidade, apesar do destaque indiscutível do orador oficial e presidente, Anselmo.



Capa do livro de Antonio Duarte, 2012

O vice-presidente da AMFNB, Marcos Antônio da Silva Lima,⁷²¹ marinheiro paraibano – especialista em motores –, foi inegavelmente um dos quadros de destaque na segunda diretoria. Anselmo relatou em entrevista a Percival de Souza, que: “Internamente, a Associação também conhecia a disputa de excelência entre grupos políticos: o primeiro, ligado a mim, era mais moderado; o outro, mais radical, ligado a Marco (sic) Antônio, o vice-presidente da Associação”,⁷²² descrevendo Marcos como um jovem “enérgico e decidido”.

“Cabo” Anselmo, em depoimento prestado em 10 de junho de 1964, relatou que Marcos tinha muito contato com a classe política e fazia a ligação entre eles e a AMFNB, citando os nomes de Darcy Ribeiro, chefe da Casa Civil do governo João Goulart, e o ministro da Educação e Cultura de Jango, Júlio Sambaqui.⁷²³ Este último convênio foi pauta de reportagem publicada no *Jornal do*

⁷²¹ Algumas fontes utilizadas para essa abordagem sobre Marcos Antônio foram utilizadas e citadas por mim em Almeida, 2012.

⁷²² Souza, 1999, p. 69-74.

⁷²³ APERJ – Fundo Polícia Política, prontuário 1183. Depoimento de José Anselmo dos Santos.

Brasil em fevereiro de 1964.⁷²⁴ Antônio Duarte reforça o relato de Anselmo a respeito da ligação com Darcy Ribeiro, porém com outros propósitos:

Algumas [...] reuniões foram realizadas no Rio de Janeiro entre vários diretores, o vice-presidente Marco (sic) Antônio, o delegado geral Antônio Geraldo da Costa, e o presidente do Conselho Deliberativo [...], eu próprio, [...], com o chefe da Casa Civil da Presidência, no apartamento do próprio Darci (sic) Ribeiro, com o objetivo de informar ao governo sobre o andamento do movimento golpista de setores da oficialidade da Marinha [...].

Após o golpe, Marcos Antônio se refugiou na embaixada do México,⁷²⁵ para onde seguiu posteriormente, antes de desembarcar em Cuba para fazer treinamento guerrilheiro ainda no contexto do MNR de Brizola. Depois do curso na *Ilha*, entrou no Brasil com a função de liderar o grupo guerrilheiro na região do Mato Grosso, mas foi preso em São Paulo, em fevereiro de 1967, ao lado do amigo José Duarte, quando buscavam apoio para a guerrilha brizolista, já em decadência após a queda de Caparaó. Em seus depoimentos, Marcos Antônio e José Duarte nada revelaram sobre o MNR e foram cumprir suas penas por condenações em decorrência dos processos da AMFNB.⁷²⁶

Em maio de 1969, ao lado de antigos colegas da Marinha e de alguns presos políticos e comuns, foge da Penitenciária Lemos de Brito, no Rio de Janeiro, e se refugia na região de Angra dos Reis, onde, junto com os demais foragidos, criam o Movimento de Ação Revolucionária – MAR. Após algumas ações bem-sucedidas, o grupo entra em decadência com a prisão de integrantes encarregados das ações e ligações urbanas. Marcos, que consegue escapar às prisões, incorpora-se ao grupo armado do Partido Brasileiro Comunista Revolucionário – PCBR.⁷²⁷

⁷²⁴ BN – *Jornal do Brasil*, 14 fev. 1964, *capa*.

⁷²⁵ APESP – Ordem Social, 50-D-7-383. Depoimento de Marcos Antônio da Silva Lima, em 21 de fev. 1967.

⁷²⁶ Depoimento de José Duarte dos Santos: APESP – Ordem Social, 50-D-7-378. Marco Antônio da Silva Lima: APESP-Ordem Social, 52-Z-7923.

⁷²⁷ Para um maior aprofundamento sobre o MAR, cf. Almeida, 2012, p. 111-124.

Em janeiro de 1970, a repressão conseguiu cercá-lo em um apartamento em Copacabana e acabou de vez com a trajetória rebelde do marujo paraibano. Segundo Avelino Capitani:

[...] ao colocar a chave que lhes deram na fechadura, foi recebido com uma rajada de metralhadora. A polícia já estava dentro do apartamento e em todos os andares. Desceram as escadas trocando tiros. No térreo, Marco [sic] Antônio recebeu pelas costas um tiro fatal na cabeça. Na saída do prédio, a moça recebeu um tiro nas costas, mas sobreviveu.⁷²⁸

No prontuário de Marcos, arquivado no DOPS/RJ, constam as seguintes informações:

Era o chefe da esquadra de “cobertura” durante os assaltos a bancos, que passou a realizar após a fuga de Angra dos Reis onde se encontrava homiziado após fugir da Penitenciária Lemos de Brito. Participou de diversos assaltos a estabelecimentos bancários na GB, inclusive um levado a efeito no dia 17 de dezembro de 1969, contra a agência Brás de Pina do Banco Sotto Maior [...]. Possuía antecedentes políticos no DOPS/GB. Ao resistir à prisão, foi morto.⁷²⁹

Na fotografia do cadáver, o texto é este: “[...] enviada pelo Serviço Técnico, deste Departamento, em 15/1/70, em cujo verso se lê o seguinte histórico: ‘cadáver de desconhecido fotografado no Hospital Souza Aguiar em 14/1/70, posteriormente identificado como – MARCOS ANTÔNIO DA SILVA LIMA’”⁷³⁰ Esta referência comprova que Marcos, após ser atingido na cabeça,⁷³¹ foi deixado no hospital como desconhecido. Um forte indício de

⁷²⁸ Capitani, 1997, p. 57.

⁷²⁹ APERJ – Fundo Polícia Política, prontuário 2.247. Marcos Antônio da Silva Lima. Fonte já citada e reproduzida em Almeida, 2012.


⁷³⁰ APERJ – Fundo Polícia Política, prontuário 2.247. Marcos Antônio da Silva Lima. Fonte já citada e reproduzida em Almeida, 2012.

⁷³¹ Ver DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE. Comissão Especial sobre Mortos de Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, p. 330. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/.arquivos/livrodireitomemoriaeverdadeid.pdf. Consultado em: 1 mai. 2008, p. 112.

que a repressão não queria assumir aquele assassinato. O procedimento correto não seria fazer a ocorrência do confronto e da resistência à prisão, como consta em seu próprio prontuário?

Foi dessa forma que chegou ao fim a trajetória guerrilheira que um dia carregara nos ombros seu conterrâneo, que, como ele, tinha iniciado a carreira como um simples soldado.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DA GUANABARA
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA JUDICIÁRIA
DELEGACIA DE ACUSOS E FURTOS



SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DA GUANABARA
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA
JUDICIÁRIA
DELEGACIA DE ACUSOS E FURTOS

NOME: MARCO ANTONIO DA SILVA LIMA

VULGO OU CODINOME: "Desconhecido" "Desconhecido"

NOME DO PAI: José Luis de Lima

NOME DA MÃE: Cláudia de Lima Lima

NACIONALIDADE: Brasileira

NATURALIDADE: _____ ESTADO CIVIL: casado

NASCIMENTO: 21 de outubro de 1941 IDADE: 26 anos

PROFISSÃO ANTERIOR: Desembolsado casado pela revolução

GRAU DE INSTRUÇÃO: secundária

RESIDÊNCIA: Rua Isherlog, nº 27/608

LOCAL DE TRABALHO: profissionalizado pela organização

OBSERVAÇÕES: FUGA/MS. Era o chefe da seção de "cobertura" durante os assaltos a bancos, que passou a realizar após a fuga de A. Aguiar dos Reis onde se encontrava hospedado após fugir do Pentecostário Lemos de Brito. Participou de diversos assaltos e estabelecimentos bancários no RJ, incluindo um levante a efeito no dia 17 de dezembro de 1969, contra o Banco da Terra de Fim do Duque de Caxias S/A, conforme foi apurado por Auto de Inquirição no Inq. nº 127/69, distribuído à 3ª Instância do Ministério do RJ em 02/01, ficando estabelecidas prisões ao DOP/MS. Ao resistir a prisão, foi morto (Cópia 500, Livro C 305, Folha 102-7 da 9ª Circunscrição)

Prontuário de Marcos Antônio da Silva Lima localizado no APERJ

Ao lado direito de Aragão, levantando o braço, também com um largo sorriso no rosto, aquele que chamamos de “o soldado desconhecido”.⁷³² O rebelde sem nome. Apesar de ter mostrado

⁷³² “Túmulo do Soldado Desconhecido” é o nome que recebem os monumentos erigidos para honrar os soldados que morreram em tempo de guerra, sem que os seus corpos tenham sido identificados. Na maioria das vezes, é um túmulo simbólico, representando os soldados de um país que morreram em determinado conflito sem identidade conhecida. No entanto, alguns contêm os restos mortais de soldados falecidos durante esses acontecimentos. A tradição desta prática teve início no Reino Unido quando, ao fim da Primeira Guerra Mundial, o país enterrou um combatente desconhecido em nome de todos os exércitos do Império britânico, na Abadia de Westminster em 1920. Este ato simbólico levou outras nações a seguir o exemplo. Um dos túmulos mais famosos

essa imagem a vários contemporâneos dos acontecimentos, não o consegui identificar. Ele é a representação da face inalcançável desta e de todas as histórias.

Mesmo que um dia venhamos a descobrir sua identidade, ficaria ele, assim como Marcos Antonio e os demais marinheiros e fuzileiros que aparecem nas imagens da época, escondidos por trás da alcunha de “marinheiros rebeldes que levantaram Aragão”. Imagem essa que, nas memórias dos golpistas de 1964, civis e militares, ficou marcada como o mais notório sinal da indisciplina, da subversão, da agitação social, e da falta de comando do presidente João Goulart, conforme já demonstrei aqui.



Em destaque, o “soldado desconhecido”

Indiscutivelmente, Aragão é o personagem central da foto. Não é à toa que essa imagem foi escolhida como capa do livro de Duarte, em 2012. É a confirmação que nas memórias dos marinheiros ele não morreu em novembro de 1998. Aragão ainda continua bem vivo nas lembranças daqueles que foram protegidos por ele em momentos de grande agitação social no País. Embora também ele seja um *soldado desconhecido* dos fuzileiros navais contemporâneos, os vestígios do passado recente do Brasil ainda perturbarão as sentinelas que guardam a chave do cofre onde seu quadro foi escondido.

Certamente, aqueles que o carregavam em 1964 queriam chegar onde ele chegou: ser um oficial-general. Pois ele fora um deles.

é o que está sob o Arco do Triunfo de Paris, que foi instalado em 1921 para honrar os mortos da Primeira Guerra Mundial. Texto disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/livrariadafolha/ult10082u658828.shtml>. Acesso em: 19 jan. 2014.

Conclusão

Aragão foi um homem que viveu intensamente os embates de seu tempo. Sua vida é também uma viagem pelas disputas políticas, ideológicas e projetos de sociedade que dividiam indivíduos, famílias, instituições e nações ao longo do século XX.

Nascido ainda antes da Primeira Guerra Mundial, viveu com intensidade, após sua ida para o Rio de Janeiro – então capital do País –, os mais quentes conflitos que marcaram a história política do Brasil e do mundo a partir da década de 1930, quando já era militar. Foi soldado, cabo, sargento, tenente, capitão, comandante, almirante. Foi militar, político, negociador, protetor, disciplinador, viajante, jogador, amante.

A Revolução de 1930; a Revolta Comunista em 1935; a tentativa da Ação Integralista em 1938 e os impasses do chamado “Estado Novo”, no mesmo ano; a Segunda Guerra Mundial; a campanha do Petróleo; o fim da Era Vargas; o golpe preventivo do marechal Lott e os anos JK; a renúncia de Jânio Quadros; os embates pelas reformas de base do presidente Jango; o golpe; o exílio; a democracia uruguaia; o socialismo cubano de Fidel e a teoria do foco; o comunismo chinês; a guerra do Vietnã, a guerrilha, a força das armas; a experiência socialista no Chile; a Argentina do nacional-estatismo de Perón e Portugal do “25 de Abril” estão entre os mais emblemáticos acontecimentos que marcaram o Brasil e o mundo. Aragão observou, participou, protagonizou em alguns momentos, foi coadjuvante em tantos outros. Teve dúvidas, incertezas, saiu e voltou, perdeu e ganhou em jogos de difícil decisão.

Em 2013, em data muito próxima dos quinze anos de sua morte, ele voltou à cena. No dia 31 de agosto, em um texto que obteve grande repercussão, os editores do Jornal *O Globo* – incomodados com as palavras de ordem “a realidade é dura, *a Globo* apoiou a ditadura”⁷³³ reverberadas pelos manifestantes que saíram às ruas do País protestando contra os gastos públicos para

⁷³³ “A Globo” é a maior rede de televisão aberta do Brasil e pertence ao mesmo grupo do jornal homônimo que publicou o editorial. Grifo meu.

a Copa do Mundo de Futebol e contra o aumento de passagens do transporte urbano – admitiram ter sido um erro o apoio editorial que deram aos golpistas em 1964. Em um dos trechos, o momento que já relatamos no segundo capítulo – quando Aragão impediu o jornal de circular – foi lembrado com mais detalhes:

Na noite de 31 de março de 1964, por sinal, O GLOBO foi invadido por fuzileiros navais comandados pelo *almirante Cândido Aragão*, do “dispositivo militar” de Jango, como se dizia na época. O jornal não pôde circular em 1º de abril. Sairia no dia seguinte, 2, quinta-feira, com o editorial impedido de ser impresso pelo almirante, “A decisão da Pátria”. Na primeira página, um novo editorial: “Ressurge a Democracia”⁷³⁴

Em 2014, ano que marcou a efeméride dos 50 anos do golpe, o nome de Aragão reapareceu. Ali, em um ou dois parágrafos, a imagem congelada no período compreendido entre a Rebelião dos Marinheiros e a derrota do governo Jango. Um dos exemplos é a obra de Marcos Napolitano, lançada já no *boom* de publicações do cinquentenário do golpe. Ao falar sobre a crise no governo Jango e particularmente na Marinha, a afirmação que:

O andar de baixo dos quartéis também se animou, só que em outra direção. Soldados e marinheiros transformaram os dias finais de março em um prelúdio revolucionário, apavorando de vez os membros do alto escalão, ainda indecisos se deveriam derrubar Goulart. No prédio do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, cerca de 2 mil marinheiros se rebelaram pelas “reformas de base”, por melhores condições de trabalho e pela reforma do draconiano código disciplinar da Marinha. [...] Os fuzileiros navais que foram encarregados de reprimir o movimento aderiram à causa, com apoio de seu comandante *Cândido Aragão*, e a população civil forneceu alimentos aos marinheiros. Jango teve uma atitude ambígua em relação aos amotinados. Proibiu a invasão do prédio, o que causou a renúncia

⁷³⁴ “Apoio editorial ao golpe de 1964 foi um erro”. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>. Acesso em: 25 jan. 2014. Até a data do acesso, o texto tinha 55 mil recomendações de leitura para uma rede social.

do ministro da Marinha, Silva Mota (sic). Em seguida, após um acordo, ordenou a prisão dos amotinados, enquanto preparava sua anistia, realizada em ato contínuo. É consenso na historiografia que o episódio convenceu os últimos oficiais hesitantes das Forças Armadas que o próprio governo patrocinava a sublevação dos quartéis e a quebra da hierarquia militar. Os legalistas mais convictos ficaram isolados.⁷³⁵

E cá está Aragão mais uma vez entre nós. Foi antes, durante e depois de tudo um nacionalista. Esteve ao lado do presidente Jango apoiando o projeto abortado de implantação das reformas de base. Esteve ombro a ombro com Carlos Marighella quando o guerrilheiro, desencantado com a impossibilidade de abreviar o período ditatorial por meios pacíficos, recorreu ao uso das armas, *combatendo nas trevas*.⁷³⁶ Quis invadir o Brasil. Acabar com a ditadura era a forma mais rápida de conseguir sua passagem de volta.

Por onde andou, como uma espécie de embaixador e símbolo dos militares cassados, tentou sempre chamar a atenção para o que acontecia em seu país. Talvez estivesse tentando cumprir o juramento que fez ao entrar para a Marinha, quando prometeu dedicar-se “inteiramente aos serviços da Pátria, cuja honra, integridade e instituições” defenderia com o sacrifício da própria vida.⁷³⁷

Ainda sobre o juramento citado, mais curioso ainda é que um dos maiores “pecados” de sua vida, envolver-se com

⁷³⁵ Napolitano, 2014, p. 57 e 58. Além dessa obra, também já se anunciava o lançamento dos seguintes títulos para o mesmo ano: Reis, 2014 [participo dessa coletânea com um artigo sobre a rebelião dos marinheiros de 1964]; Reis; Motta; Ridenti, 2014; Motta, 2014; Ferreira; Gomes, 2014; Villa, 2014; Fico, 2014. Ainda sobre o *boom* de publicações, até o encerramento desta pesquisa estava previsto o relançamento, pela Editora Intrínseca, da coleção do jornalista Elio Gaspari (A ditadura envergonhada; A ditadura escancarada; A ditadura encurralada e A ditadura derrotada) acrescida de mais um quinto volume, ainda sem título. Disponível em: <http://www.intrinseca.com.br/site/2013/01/elio-gaspari-na-intrinseca/>. Acesso em: 27 jan. 2014.

⁷³⁶ A expressão é de Jacob Gorender.

⁷³⁷ O juramento vem de uma longa tradição nas Forças Armadas brasileiras e ainda hoje marca o ritual de incorporação dos militares das três armas. Na Marinha, o juramento completo é: “Incorporando-me à Marinha do Brasil, prometo cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a quem estiver subordinado. Respeitar os superiores hierárquicos. Tratar com afeição os irmãos de armas e com bondade os subordinados. Dedicar-me inteiramente aos serviços da Pátria, cuja honra, integridade e instituições, defenderei com o sacrifício da própria vida”.

subalternos *como se fosse um deles*, à luz do que reza a tradição militar, pode ser visto como um gesto de obediência, do cumprimento do que havia jurado, já que o mantra repetido nas cerimônias militares o obrigava a “tratar com afeição os irmãos de armas e com bondade os subordinados”.

Por esse motivo, principalmente por esse, teve sua imagem apagada da história da instituição que ajudou a construir, o Corpo de Fuzileiros Navais. Essa é a atitude mais vingativa, do ponto de vista do ressentimento das direitas em relação a ele.

Nas memórias em geral, aqui incluo também as esquerdas, apesar dos significativos avanços ocorridos com a chegada à Presidência da República do ex-líder sindical Luís Inácio Lula da Silva, em 2003 – como, por exemplo, a criação do Projeto e Prêmio Memórias Reveladas, do Arquivo Nacional, sobre pesquisas que envolvem o período da ditadura. Apesar de que desde 2011 uma ex-militante das ações de propaganda dos grupos armados ocupasse o cargo máximo do poder executivo nacional, Dilma Rousseff. Apesar de ela ter conseguido a difícil missão de criar a polêmica e necessária Comissão Nacional da Verdade (CNV) com o objetivo de apurar os crimes durante a ditadura. Apesar da significativa vitória com a aprovação da Lei de Acesso a Informações Públicas...⁷³⁸ Ainda restam *ilhas* intocadas.

Uma delas é a Ilha das Cobras, na Baía da Guanabara, onde fica a Fortaleza de São José, sede do Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. De lá são comandados cerca de 15 mil homens e mulheres, espalhados por todo o País, que hoje constituem o Corpo de Fuzileiros Navais.⁷³⁹ Para eles, a história da existência de um soldado que chegou a almirante ainda é desconhecida. Embora, em suas publicações institucionais, principalmente na revista *O Anfíbio*, exista uma seção chamada Projeto Memória,

⁷³⁸ Para a criação da Comissão Nacional da Verdade, ver: BRASIL, Lei 12.528, de 18 de novembro de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm. Acesso em: 28 jan. 2014. Para a Lei de Acesso à Informações Públicas, ver: BRASIL, Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm. Acesso em: 28 jan. 2014.

⁷³⁹ Com a publicação da Lei 12.216, de 11 de março de 2010, o CFN, no prazo de duas décadas, aumentará o seu efetivo em cerca de 4.800 militares. Cf. *O Anfíbio*, ano XXIX, edição extra, p. 63 e 64.

que visa, entre outras coisas, “preservar tanto a história da instituição quanto a memória de seus comandantes”.⁷⁴⁰

Mas é a *história* e a *memória* selecionadas, escolhidas e garimpadas de acordo com propósitos que não condizem com a tradição de que o CFN proclama ser herdeiro. A tradição de compromisso com a verdade e a lealdade com os chefes supremos que governaram e governam o País.

Na lápide que identifica o túmulo, nenhuma inscrição em referência ao *fuzileiro* Aragão. Fotografado em traje civil, não há indicação de que foi um almirante. Lá, apenas o nome Cândido da Costa Aragão. Mas o seu epitáfio revela que ali está sepultado alguém que não se negou a enfrentar, à sua maneira, as tempestades de seu tempo.

Quatro palavras se destacam no pequeno texto: glória, *tempo*, ruína e *história*.⁷⁴¹

⁷⁴⁰ Revista *O Anfíbio*, n. 30, ano XXX, 2011, p. 72. Disponível em: https://www.mar.mil.br/cgfn/downloads/oanfibo/oanfibo_esp.pdf. Acesso em: 27 jan. 2014.

⁷⁴¹ O epitáfio completo é: “Na Cruz de Cristo eis a minha Glória, vencedora do tempo e da ruína, toda luz da sagrada história, nela se revela santa e divina. Anjo Candido”. Grifos meus.

Fontes

Arquivos, bibliotecas e outras instituições

Arquivo Eclesiástico da Paraíba

Arquivo Edgard Leuenroth, Universidade de Campinas

Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiro – AMNE, Portugal

Arquivo Nacional – Coordenação Regional de Brasília

Arquivo Nacional da Torre do Tombo – ANTT, Portugal

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

Arquivo Público do Estado de São Paulo

Associação 25 de Abril, Portugal

Biblioteca da Associação Brasileira de Imprensa

Biblioteca Nacional, Brasil

Biblioteca Nacional de Portugal - BNP

Câmara de Vereadores do município do Rio de Janeiro

Cartório Azevêdo Bastos – João Pessoa/Paraíba

Fundação Mário Soares, Portugal

Movimento Democrático pela Anistia e Cidadania – Modac, Rio de Janeiro

Unidade de Mobilização Nacional pela Anistia – UMNA, Rio de Janeiro

Entrevistas

ALMEIDA, Ângelo Nolasco. Ângelo Nolasco de Almeida. Depoimento, 1986. Rio de Janeiro, CPDOC, 1990, p. 60. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista29.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2012.

ANTUNES, Carlos Carneiro. Entrevista ao autor. Lisboa, 20 de novembro de 2012.

ARAGÃO, Dilma da Costa. Entrevista ao autor. Rio de Janeiro, 13 de outubro de 2009.

COSTA, Raimundo Porfírio. Entrevista ao autor. Rio de Janeiro, 20 de maio de 2009.

COUTINHO, Paulo Novaes. Entrevista ao autor. Rio de Janeiro, 9 de nov. 2008.

GUERREIRO, Manuel Martins. Entrevista ao autor. Lisboa, sede da Associação 25 de Abril, 20 de setembro de 2012.

LUZ, Enoir de Oliveira (Seu Juca). Entrevista ao autor. Lisboa, Restaurante Brasuca, 28 de setembro de 2012.

PALMEIRA, Vladimir. Disponível em: <http://historia.abril.ig.com.br/gente/entrevista-vladimir-pereira-476699.shtml>. Acesso em: 25 ago. 2009.

TEIXEIRA, Francisco. Depoimento, 1983/1984. Rio de Janeiro, CPDOC, 1992, p. 251. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista102.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2012.

Jornais e periódicos

Jornal do Brasil, Jornal O Globo, Jornal Última Hora, Jornal Folha de São Paulo, Jornal Amnistia (Portugal), Tribuna do Mar, Tribuna da Imprensa, Diário Carioca, Panfleto, Correio da Manhã, Coojornal, Diário de Lisboa (Portugal), Revista O Cruzeiro, Revista Manchete, Revista Fatos e Fotos, Revista Veja, Revista O Anfíbio, Revista Versus, Revista Carta Capital.

Audiovisual

Caparaó (Documentário). Direção Flávio Frederico. Kinoscópio, 2006.

Jango (Documentário). Direção Sílvio Tendler. Caliban Produções, 1984.

Linha Direta Justiça. Rede Globo de Televisão, 05 de julho de 2007. Apresentação de Domingos Meireles.

Militares da democracia – Os que disseram não. Direção Sílvio Tendler. TV Brasil, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6hD8JIHbu3w>

Utopia e barbárie (Documentário). Direção Sílvio Tendler. Caliban Produções, 2010.

Referências

- ABREU, Alzira Alves et al. *Dicionário Histórico-biográfico brasileiro pós-30*; vol. 1. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001.
- ABREU, Alzira A. Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel (Org.). *As esquerdas no Brasil: nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- ALBUQUERQUE, Durval M. *A invenção do nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2009.
- ALMEIDA, Anderson da Silva. Almirante Aragão: do Golpe de 1964 ao exílio no Uruguai. In: *Revista Perseu – história, memória e política*, edição especial, ano 8, mar. 2014, p.11-37.
- _____. In: QUADRAT, Samantha V. e ROLLEMBERG, Denise. *História e memória das ditaduras do século XX*, vol.1. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2015, p. 211-231.
- _____. *Todo o leme a bombordo: marinheiros de ditadura civil-militar no Brasil: da Rebelião de 1964 à Anistia*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.
- _____. Letras revolucionárias: a carta de Marighella ao almirante Aragão. In: *Dia-logos*, n. 5. Rio de Janeiro: Uerj, outubro, 2011.
- ALMEIDA, José Américo de. *A Parahyba e seus problemas*. Porto Alegre: Globo, 1937.
- ALVES, Márcio M. *Torturas e torturados*. 2ª ed. Rio de Janeiro: P.N.S.A, 1967.
- ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- ARGOLO, José Amaral. Dominação e Informação (Para Além da Batalha das Mídias). In: *Revista da Escola Superior de Guerra*, v. 24, n. 49, p. 227-256, jan/jun. 2008.

ARQUIVO NACIONAL. *Os presidentes da República: Deodoro da Fonseca a Luiz Inácio Lula da Silva*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004.

ASSIS FILHO, Jaime F. A participação da Marinha do Brasil na Força Interamericana de Paz (FIP) na República Dominicana (1965-1966). *Revista O Anfibio*, n. 23, ano XXIV, Rio de Janeiro, 2004.

AUGUSTO, Cláudio de F. *A Revolução portuguesa*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BANDEIRA, Luiz Alberto M. *O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 8ª ed. São Paulo: Ed. da Unesp, 2010.

BARROS, Zelinda dos Santos et al. *Educação e relações étnico-raciais*. Salvador: CEO\UFBA, p. 31-32. Disponível em http://www.ceao.ufba.br/livrosevideos/pdf/livro4_EducacaoeRER-04.08.10.pdf. Acesso em: 26 jan. 2013.

BASSO, Carlos. *El ultimo secreto de Colonia Dignidad*. Santiago: Editorial Mare Nostrum, 2002.

BASTOS, Paulo M. *Salvo-conduto: um voo para a história*. Rio de Janeiro: Família Bastos, 2003.

BASTOS, Paulo M. *A caixa-preta do golpe de 1964*. Família Bastos, 2006.

BIELINSKI, Alba Carneiro. *Os fuzileiros navais na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Agência 2ª Comunicação, 2008.

BIERRENBACH, Júlio de S. *1954-1964: uma década política*. Rio de Janeiro: Domínio Público, 1996.

BITTENCOURT, Armando de Senna (Org.). *A importância do mar na História do Brasil*. Coleção Explorando o ensino, n.13. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

BOITEUX, Henrique. *Os Nossos Almirantes*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1915-1917, 1920; citado em FAUSTO, Boris (dir.). *O Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BORDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína. In: *Usos e abusos da História oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

- BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2011.
- BRITO, Alexandra B. *As ditaduras da América Latina: os casos do Chile e do Uruguai – razão de ser e dinâmica de repressão*. In: ROSAS, Fernando e OLIVEIRA, Pedro A. (Orgs.). *As ditaduras contemporâneas*. Lisboa: Colibri, 2003.
- CANTARINO, Geraldo. *1964: a Revolução para inglês ver*. Rio de Janeiro: Mauad, sd.
- CAPELATO, Maria Helena R. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.
- CAPITANI, Avelino. *A Rebelião dos marinheiros*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.
- CARDOSO, Lucileide. *Criações da memória: defensores e críticos da ditadura*. Cruz das Almas: UFRB, 2012.
- CARLONI, Karla. *Forças Armadas e democracia no Brasil: o 11 de novembro de 1955*. Rio de Janeiro: Garamond/Faperj, 2012.
- CARVALHO, José Murilo de. Vargas e os militares. In: PANDOLFI, Dulce C. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- CASCARDO, Francisco C. P. *O tenentismo na marinha*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- CASTRO, Celso. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.
- CONY, Carlos Heitor. *O ato e o fato: o som e a fúria das crônicas contra o golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.
- COSTA, Carlos Augusto. *Fuzileiros Navais: da praia de Caiena às ruas do Haiti*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2005.
- COSTA, Geraldo Adjailson de Lima. *Em defesa da liberdade: a história de vida de José Adeildo Ramos*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2008.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Um olhar à esquerda: a utopia tenen-
tista na construção do pensamento marxista de Néelson Werneck
Sodré*. Rio de Janeiro: Revan; Fapesp, 2002.

_____. Militares e anistia no Brasil: um dueto desarmônico. In:
TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). *O que resta da dita-
dura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon e
CASTRO, Celso (Orgs.). *Visões do golpe: a memória militar de
1964*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

DELGADO, Lucília de A. N. Nacionalismo como projeto de nação:
a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964). In: FERREIRA,
Jorge e REIS, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil: nacionalis-
mo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização
Brasileira, 2007.

DINES, Alberto et al. *Os idos de março e a queda em abril*. 2ª ed.
Rio de Janeiro: José Álvaro Editor, 1964.

DOSSE, François. *O desafio biográfico*. São Paulo Edusp, 2009.

DUARTE, Antônio. *A luta dos marinheiros*. Rio de Janeiro:
Inverta, 2005.

DUARTE, Antônio. *Almirante Aragão: fragmentos de uma vida*.
Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

ELIAS, Norbert. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro:
Jorge Zahar, 1995.

FAUSTO, Boris (Dir.) e PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). As
Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador.
História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano. Tomo
III, vol. 9 – Sociedade e instituições (1889-1930). Rio de Janeiro:
Bertrand Brasil, 2006.

FERNANDES, Ananda Simões. *Quando o inimigo ultrapassa
a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-mili-
tar brasileira e o Uruguai (1964-1973)*. Dissertação (Programa
de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul). Porto Alegre, 2009.

FERNANDES, Moisés S. O maoísmo: leninismo confuciano chinês. In: ROSAS, Fernando e OLIVEIRA, Pedro A. *As ditaduras contemporâneas*. Lisboa: Edições Colibri, 2003.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Livro 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Crises da República: 1954, 1955, 1961. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de A. Neves. *O Brasil republicano – o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____ e GOMES, Angela Maria de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Lúcia F. G. A seca como manifestação político-social: oligarquias e cangaço na Paraíba. Disponível em: http://historiadaparaiba.blogspot.com.br/2007/12/seca-como-manifestao-poltico-social_21.html. Acesso em: 9 abr. 2012.

FERREIRA, Marieta de Moraes e SARMENTO, Carlos Eduardo. A República brasileira: pactos e rupturas. In: GOMES, Angela de Castro, PANDOLFI, Dulce Chaves e ALBERTI, Verena. *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/ Editora da FGV, 2002.

FERRO, Marc. *Os tabus da História: a face oculta de acontecimentos que mudaram o mundo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

_____. *O ressentimento na História: compreender o nosso tempo*. Lisboa: Teorema, 2009.

FICO, Carlos. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo – o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2014.

- FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- FILHO, João R. Martins. Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de A. Neves. *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Livro 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FILHO, Ciro M. *O capital da notícia*. São Paulo: Ática, 1989.
- FILHO, Pio P. Os Arquivos do Centro de Informações do Exterior (CIEIX): o elo perdido da repressão. In: *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v.21, n.2, jul/dez. 2008.
- FREIRE, Américo. Ecos da estação Lisboa: notas sobre o exílio das esquerdas brasileiras em Portugal. In: QUADRAT, Samantha Viz (Org.). *Caminhos Cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2011.
- FROTA, Sylvio. *Ideais traídos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- GABEIRA, Fernando. *O que é isso companheiro?* 18ª ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada: as ilusões armadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GIANNOTTI, Vito. *História dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: NPC/ Mauad X, 2007.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – as esquerdas brasileiras: das ilusões perdidas à luta armada*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1987.
- GRINBERG, Lucia. Uma memória política sobre a Arena: dos “revolucionários de primeira hora” ao “partido do sim, senhor”. In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto S. *O golpe e a ditadura militar – 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004.
- GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. *História Contemporânea da América Latina: 1960-1990*. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

- HEYMANN, Luciana Quillet. O dever de mémoire na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos. In: GOMES, Angela de Castro (Coord.). *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- JÚNIOR, Mário C. M. Lanna. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília A. N. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- JUREMA, Abelardo. *Sexta-feira, 13: os últimos dias do Governo João Goulart*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1964.
- KUPERMAN, Esther. *A guerrilha de Caparaó (1966-1967): um ensaio da resistência*. Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 1992.
- LABORIE, Pierre. *Lês français dès années troubles. De la guerra d'Espagne a la Liberation*. Paris: Seuil, 2003.
- LEITE, Eraldo Gueiros. *Pareceres e Julgados*. Vol. 1. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1975.
- LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína. In: *Usos e abusos da história oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René. *Por uma História política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003, p.143.
- LORCH, Carlos. *Fuzileiros Navais: combatentes anfíbios do Brasil*. Rio de Janeiro: Action Editora, 1998.
- LORCH, Carlos. *Fuzileiros Navais: combatentes anfíbios do Brasil*. Rio de Janeiro: Action Editora, 2007.
- LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1998.
- _____. *O pequeno x: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- LOUZEIRO, José. *Neiva Moreira: depoimento*. São Paulo: Terceiro Mundo, 1989.

MAGALHÃES, Mário. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MAIA, Doralice S. et al. A iluminação pública na cidade da Parahyba: século XIX e início do século XX. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*. Vol. 6, ano VI, nº 2, abr. 2009. Disponível em http://www.revistafenix.pro.br/PDF19/Artigo_03_Doralice_Satyro_Maia.pdf. Acesso em 01 mai. 2012.

MAIO, Marcos Chor e CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de A. Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do nacional estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Livro 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MARQUES, Artemio S. *A Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) e o embate ideológico na esquerda brasileira, 1960: o caso do PCB*. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-Americana da Universidade Federal de Santa Maria). Santa Maria, 2009.

MARQUES, Roberval Pizarro (Apresentação). *Histórico do corpo de fuzileiros navais* (livreto). Rio de Janeiro, 1974.

MARQUES, Tereza Cristina S. *Militância política e solidariedades transnacionais: a trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França (1968-1979)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre, 2011.

MARIANO, Serioja R. C. Na teia das relações de poder: as juntas governativas e os militares na Paraíba (1821-1823). *Saeculum – Revista de História* [15]; João Pessoa, jul./ dez./ 2006.

MARTINHO, Francisco Carlos P. A ordenação do trabalho e a nostalgia do Império: o Estado Novo português e as razões do consentimento (1933-1974). In: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz. *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX, Europa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, v. 1.

MATOS, Ralfo E. S. Alguns aspectos sobre a importância das migrações internas para o Sudeste: uma questão histórica não resolvida. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1992/T92V01A17.pdf>. Acesso em 07 set. 2013.

MAUAD, Ana Maria. Memória, comunidade e identidade social. (Texto discutido no curso de Pós-Graduação Lato-Sensu em História Contemporânea). Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2008-2009.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. História, cativa da memória: para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. In: *Revista Instituto Brasileiro*, SP, 34: 9-24, 1992.

MONTEIRO, Tobias. *Funcionários e Doutores*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1919.

MORAES, Denis de. *A esquerda e o golpe de 64*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1989.

MORAVIA, Alberto. *A Revolução cultural chinesa*. Braga: Publicações Europa-América, 1970.

MOTTA, Aricildes de Moraes (Coordenação Geral). *1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003. 14 Tomos.

MOTTA, Marly Silva. O relato biográfico como fonte para a história. *Revista Vydia*, nº 34. Santa Maria, jul./dez. 2000.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

_____. O MDB e as esquerdas. In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel (Org.). *As esquerdas no Brasil: revolução e democracia – 1964...vol. 3*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOURÃO FILHO, Olympio. *Memórias: a verdade de um revolucionário*. Porto Alegre: L&PM, 1978.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

- NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Cidadania, cor e disciplina na revolta dos marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Faperj/ Mauad X, 2008.
- NASCIMENTO, Edna M. F. Prudência e aventura: Revista *O Cruzeiro* e formas de vida da mulher na década de 40. In: *Revista Alfa*, São Paulo, 53 (2), 2009.
- NETO, João Miguel Arias. *João Cândido 1919-1968: arqueologia de um depoimento sobre a Revolta dos Marinheiros*. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/JoaoCandido1910-1968.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2013.
- NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. In *Projeto-História*, PUC, SP, (10), dez. 1993.
- OLIVEIRA, Lúcia L. Sinais da modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio. In: FERREIRA, Jorge e DELGADA, Lucília de A. N. *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- PADRÓS, Enrique S. Uruguai: o Pachecalato e a escalada autoritária no final dos anos 60. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo, 2011, p.02. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300628025_ARQUIVO_TEXTOENRIQUESERRAPADROS.pdf. Acesso em: 13 dez. 2013.
- _____. *Uruguai na mira*. Disponível em: <http://www.revista-dehistoria.com.br/secao/artigos/uruguai-na-mira>. Acesso em 20 nov. 2013.
- PAIVA, Cláudio Lacerda (Org.). *Carlos Lacerda: depoimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.
- PEREIRA, Lígia Maria L. Algumas reflexões sobre histórias de vida, biografias e autobiografias. *Revista História Oral*, nº 3, 2000.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, vol.2, n. 3. Rio de Janeiro, 1989.
- POMAR, Wladimir. *A Revolução Chinesa*. São Paulo: Editora da Unesp, 2003.
- PRATES, Tatiana Alves. A Escola Naval. *Revista de Villegagnon*, Rio de Janeiro, 2010, p. 66-69. Disponível em: https://www.mar.mil.br/en/historia_en.pdf. Acesso em 4 abr. 2012.

PRESOT, Aline. Celebrando a “Revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. vol. 2. Brasil e América Latina.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

QUADRAT, Samantha Viz. A ditadura civil-militar em tempo de (in) definições (1964-1968) In: MARTINHO, Francisco C. P. (Org.). *Democracia e ditadura no Brasil.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.

REBELLO, Gilson. *A guerrilha de Caparaó.* São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

REIS, Daniel Aarão. *A construção do socialismo na China.* São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: Daniel Aarão Reis, RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo P. (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois: 1964-2004.* Bauru: Edusc, 2004.

_____. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas. In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel (Org.). *As esquerdas no Brasil: revolução e democracia – 1964... vol.3.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1954 à Constituição de 1988.* Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____, MOTTA, Rodrigo Patto Sá e RIDENTI, Marcelo (orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964.* Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REZOLA, Maria Inácia. *25 de Abril: mitos de uma revolução.* Lisboa: Esfera dos livros, 2007.

ROCHA, Solange Pereira. *Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual.* São Paulo: Edusp, 2009.

RODRIGUES, Flávio Luís. *Vozes do mar: o movimento dos marinhos e o golpe de 1964.* São Paulo: Cortez, 2004.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. La biografía como género historiográfico: algunas reflexiones sobre sus posibilidades actuales. In: SCHIMDT, Benito (Org.). *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

ROMERO, Luis Alberto. *História contemporânea da Argentina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

RONIGER, Luis. Reflexões sobre o exílio como tema de investigação: avanços teóricos e desafios. In: QUADRAT, Samantha Viz (Org.). *Caminhos Cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2011.

ROSAS, Fernando. *Lisboa revolucionária, 1908-1975*. Lisboa: Tinta da China, 2010.

SADER, Emir. *Chile: 40 anos*. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Blog/Blog-do-Emir/Chile-40-anos/2/28927>. Acesso em: 1 mai. 2014.

SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.

SCHILLING, Paulo. *Como se coloca a direita no poder: os protagonistas*. vol. 1. São Paulo: Global, 1979.

_____. *Como se coloca a direita no poder : os acontecimentos*. vol. 2. São Paulo: Global, 1979.

SCHMIDT, Benito Bisso. *Construindo biografias... historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos*. *Estudos históricos*, nº 19. Rio de Janeiro, 1997.

_____. (Org.). *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

_____. História e Biografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2012.

SETEMY, Adrianna Cristina L. O Itamaraty e a institucionalização das políticas de repressão ao comunismo: revisões e novos apontamentos historiográficos. In: *Clio – Revista de Pesquisa Histórica*, nº 31.2. Recife: UFPE, 2013.

SILVA, Cátia Cristina de Almeida. *Repressão, exílio e informação: brasileiros no Chile (1964-1973)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT. Cuiabá, 2009.

SILVA, Edjane L. et al. Reformas urbanas: cidade de João Pessoa - 1850 a 1920. Disponível em <http://www.webartigos.com/artigos/reformas-urbanas-cidade-de-joao-pessoa-1850-a-1920/36777/>. Acesso em: 1 mai. 2012.

SILVA, Hélio. *1964: golpe ou contragolpe?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SILVA, Manoel Caetano. *Histórias de fuzileiros navais brasileiros: subsídios para a história do corpo de fuzileiros navais*. 1ª ed. Guanabara: Folha Carioca Editora, 1961.

SILVA, Paulo Renato. República de Perón. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/republica-de-peron>. Acesso em: 12 dez. 2013.

SILVA, Ricardo Santos. *Os não anistiados: os militares da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista. Marília, 2011.

SIQUEIRA, Marcelo N. *Resistência e Enfrentamento: o movimento estudantil na Guanabara de 1964 a 1968*. http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300848314_ARQUIVO_ArtigoAnpuh2011.pdf. Acesso em: 9 nov. 2013.

SOUSA, Ione Celeste Jesus de. *Escolas ao povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia – 1870 a 1890*. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP, 2006.

SOUZA, Percival. *Eu, cabo Anselmo*. São Paulo: Globo, 1999.

SPENCE, Jonathan D. *Em busca da China moderna: quatro séculos de história*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1996.

TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. São Paulo: Editora Globo, 1999.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo e SÁ MOTTA, Rodrigo Patto (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004.

VASCONCELOS, Cláudio Beserra. *A política repressiva aplicada a militares após o golpe de 1964*. Tese (Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ). Rio de Janeiro, 2010.

VECCIO, Angelo Del. Política e Potência no Regime Militar Brasileiro. *Projeto História*, PUC-São Paulo, (29) tomo I, dez. 2004.

VELHO, Gilberto. Ciências Sociais e biografia individual (Aula inaugural). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 38, julho-dezembro, 2006.

VILLA, Marco Antonio. *Vida e morte no sertão: história das secas no nordeste nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Ática, 2001.

_____. *Jango: um perfil (1945-1964)*. São Paulo: Globo, 2004.

_____. *Ditadura à brasileira*. São Paulo: Leya, 2014.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. O Regime Militar Brasileiro e sua política externa. In: FILHO, João Roberto M. (Org.) *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: EdUFSCar, 2006.

WILLIAM, Wagner. *O soldado absoluto: uma biografia do marechal Henrique Lott*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

WINN, Peter. *A Revolução Chilena*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

Lista de abreviaturas e siglas

ABI – Associação Brasileira de Imprensa
ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
AEL – Arquivo Edgard Leuenroth
AEPB – Arquivo Eclesiástico da Paraíba
AI – Ato Institucional
AIB – Ação Integralista Brasileira
ALN – Ação Libertadora Nacional
AMFNB – Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil
AMNE – Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros (Portugal)
AN-Coreg – Arquivo Nacional (Coordenação Regional de Brasília)
ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Portugal)
AP – Ação Popular
API – Ação Popular Independente (Chile)
Aperj – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
ApeSP – Arquivo Público do Estado de São Paulo
Arena – Aliança Renovadora Nacional
BN – Biblioteca Nacional
BNM – Brasil Nunca Mais
BNP – Biblioteca Nacional de Portugal
CACO – Centro Acadêmico Cândido de Oliveira
CAM – Centro de Armamento da Marinha
CBA – Comitê Brasileiro pela Anistia
CEMA – Chefe do Estado-Maior da Armada
Cenimar – Centro de Informações da Marinha
CFN – Corpo de Fuzileiros Navais
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores
CIA – Central Intelligence Agency
CIEX – Centro de Informações do Exterior
CNT – Confederação Nacional dos Trabalhadores

CNTI – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria
Cospal – Comitê de Solidariedade aos Povos da América Latina
CPAGB – Comitê Português pela Anistia Geral no Brasil
CPDoc – Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil
CPOR – Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
CR – Conselho da Revolução (Portugal)
CT – Contratorpedeiro
CTI – Comando dos Trabalhadores Intelectuais
DGPM – Diretoria Geral do Pessoal da Marinha
DINA – Dirección de Inteligencia Nacional (Chile)
DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social
EB – Exército Brasileiro
FAB – Força Aérea Brasileira
FEB – Força Expedicionária Brasileira
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FMP – Frente de Mobilização Popular
FPN – Frente Parlamentar Nacionalista
Frelimo – Frente de Libertação de Moçambique
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFOCS – Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca
IOCS – Inspetoria de Obras Contra a Seca
IPM – Inquérito Policial Militar
ISE – Instituto Superior de Economia (Portugal)
ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros
JSN – Junta de Salvação Nacional (Portugal)
MAI – Ministério da Administração Interna (Portugal)
MB – Marinha do Brasil
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MFA – Movimento das Forças Armadas (Portugal)

MIR – Movimento de Izquierda Revolucionaria (Chile)
MNR – Movimento Nacionalista Revolucionário
Modac – Movimento Democrático pela Anistia e Cidadania
Morena – Movimento Revolucionário Nacionalista
MRMN – Movimento de Resistência Militar Nacionalista
MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro
NTrT – Navio Transporte de Tropas
OEBU – Organização dos Exilados Brasileiros no Uruguai
OIJ – Organização Internacional dos Jornalistas
OLAS – Organização Latino-Americana de Solidariedade
PAIGC – Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde
PCA – Partido Comunista da Argentina
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCCh – Partido Comunista Chinês
PCU – Partido Comunista Uruguaio
PCP – Partido Comunista Português
PCV – Partido Comunista Venezuelano
PDC – Partido Democrático Cristão
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PN – Partido Nacional
PREC – Processo Revolucionário em Curso
PRP – Partido Revolucionário do Proletariado (Portugal)
PS – Partido Socialista (Portugal)
PSD – Partido Social Democrático
PT – Partido dos Trabalhadores (Brasil)
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PUA – Pacto da Unidade e Ação
QE – Quadro Especial
QP – Quadro Permanente

RAN – Resistência Armada Revolucionária
RC – Revolução Cultural
RDA – Regulamento Disciplinar para a Armada
ROU – República Oriental do Uruguai
RPC – República Popular da China
RTP – Rádio Televisão Portuguesa
SNI – Serviço Nacional de Informações
STF – Supremo Tribunal Federal
STM – Superior Tribunal Militar
Supra – Superintendência para a Reforma Agrária
UMNA – Unidade de Mobilização Nacional pela Anistia
UNE – União Nacional dos Estudantes
Unicamp – Universidade de Campinas
VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

Agradecimentos

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pela concessão da bolsa de estudos que me proporcionou tranquilidade e recursos para a aquisição de livros, realizar viagens e copiar centenas de páginas de documentos que foram de preciosa contribuição para a realização da obra que ora apresento.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível superior – Capes, pela concessão da bolsa sanduíche para pesquisa em Portugal. Essa fase de minha trajetória acadêmica ficará marcada não apenas pelo inegável acréscimo quantitativo e qualitativo das fontes utilizadas na pesquisa, mas também em minha formação integral como ser humano.

A todos que fazem o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense – UFF, por terem me acolhido desde o ano de 2007 quando ingressei no curso de especialização em História Contemporânea. Foram oito anos de uma relação não apenas entre instituição e aluno, mas sim de muito respeito, atenção e carinho com um navegante que não era “da casa”. Agora sou.

Ao professor Paulo Ribeiro da Cunha, da Unesp-Marília, pelas dicas e diálogo profícuo. Da mesma forma, ao amigo, escritor e crítico literário Aderaldo Luciano, pela inestimável contribuição, fruto de suas visitas aos arquivos paraibanos e contatos no Rio de Janeiro. Agradeço também ao pesquisador Felipe Augusto dos Santos Ribeiro, que contribuiu de maneira decisiva para a diversificação das fontes aqui utilizadas.

Aos funcionários do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e da Coordenação Regional em Brasília pela forma profissional com que fui recebido. Da mesma maneira, aos arquivistas, porteiros, recepcionistas e demais funcionários do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Arquivo Edgard Leuenroth, da Universidade de Campinas; Biblioteca Nacional; Biblioteca da Associação Brasileira de

Imprensa – ABI; Arquivo Eclesiástico da Paraíba e Cartório Azevedo Bastos, em João Pessoa.

Em Portugal, aos profissionais do Arquivo Nacional da Torre do Tombo – ANTT; Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros – AMNE; Biblioteca Nacional de Portugal – BNP; Fundação Mário Soares e Associação 25 de Abril. Também não posso esquecer a feliz recepção que tive dos eficientes funcionários do Instituto de Ciências Sociais de Universidade de Lisboa (ICS-UL).

Um agradecimento especial ao professor-doutor António Costa Pinto, da Universidade de Lisboa, que mesmo com uma agenda lotada em virtude do prestígio que possui na comunidade académica portuguesa e na sociedade em geral, sempre encontrou tempo para me receber, orientar e incentivar. Obrigado eu, Pá!

Minha gratidão ao professor Francisco Carlos Palomanes Martinho, da USP, pela ajuda providencial quando de minha ida para Portugal, fazendo contatos e me auxiliando quanto a questões importantes de hospedagem e procedimentos que envolvem o processo de encontrar acomodações em outro continente.

Também agradeço de forma afetiva, àqueles que entrevistei além-mar: almirante Manuel Martins Guerreiro, Sr. Enoir de Oliveira Luz (Seu Juca do Restaurante Brasuca) e Carlos Carneiro Antunes, por terem confiado e confidenciado parte de suas vidas a um estranho pesquisador que procurava saber sobre um exilado brasileiro. Mais do que isso, Martins Guerreiro – militar membro do Conselho da Revolução do 25 de Abril –, montou uma rede de contatos telefônicos, e-mails e mensagens com o objetivo de contribuir para meu trabalho. Por isso tudo, meus sinceros agradecimentos.

Ainda em Portugal, à senhora Maria Manuel Marques Rodrigues, nossa Miúcha, pela ótima acolhida e atenção durante minha estadia em Lisboa. Tê-la por perto, sem dúvida, me deu a confortável sensação de estar protegido de quaisquer imprevistos e eventualidades. Obrigado, nossa embaixadora!

Sou grato aos marinheiros e fuzileiros de 1964, rebeldes de ontem e de sempre, por terem colaborado comigo desde a pesquisa do mestrado.

À senhora Dilma Aragão, por ter me recebido em sua residência e ter aberto o livro de sua vida e seu álbum de fotografias, literalmente e metaforicamente.

Aos professores que participaram da Banca de Qualificação e Defesa, Angela de Castro Gomes e Américo Freire, pela leitura atenta e cuidadosa traduzida em ótimas sugestões que muito contribuíram para o resultado que agora apresento. Aos professores Daniel Aarão Reis e Carlos Fico, pelas importantes observações durante a defesa final da tese que originou este livro.

À minha heroína, Dona Berna, que sempre sonhou em ter um filho doutor, mesmo que este não vista branco. Às minhas irmãs Andreia e Ane e minhas sobrinhas Maria Eduarda e Ana Júlia.

Um agradecimento mais que especial à minha esposa Rita e minha filha Joana por terem compreendido, apoiado, incentivado e por torcerem juntas para que tudo desse certo e, como ninguém é de ferro, que acabasse logo. Sei que estou em falta com vocês, mas pagarei minha dívida com gratidão, respeito, carinho e muito amor.

À minha querida, atenciosa, sincera, autêntica, dedicada e competente orientadora Samantha Viz Quadrat. Sou grato por ter me aturado ao longo de quase sete anos. Obrigado por seu incentivo, apoio e paciência. Juntos, ganhamos um Prêmio a nível nacional. Depois disso, não pararam os convites para eventos e publicações. Obrigado pela oportunidade de ter saído do país e conhecido outros mundos. Obrigado por ter contribuído de maneira determinante para que após 14 anos “fora de casa”, eu pudesse voltar para meu mundo, no agreste sergipano. É daqui, da Serra de Itabaiana, que escrevo essa simples, mas verdadeira homenagem.

Por fim, aos profissionais da Eduff, pela preciosa atenção e compreensão ao longo do trabalho oculto de revisão e edição, em especial a Mariana Simões Lourenço e Aníbal Bragança.

Obrigado por tudo!

Título: ...como se fosse um deles: almirante Aragão. Memórias, silêncios e ressentimentos em tempos de ditadura e democracia
Autor: Anderson da Silva Almeida
Série: Nova Biblioteca
Volume: 22

Equipe de realização

Editor responsável: Aníbal Bragança
Coordenadora de produção: Mariana Simões
Supervisão gráfica: Marcio Oliveira
Revisão: REC Design e Rozely Campello Barroco
Capa e diagramação: REC Design
Foto da capa: autor desconhecido
(CPDoc JB, uso autorizado)

Formato: 16 x 23 cm
Tipologia: Minion Pro 11/14
Papel: Pólen Soft 80 g/m² (miolo)
Cartão Supremo 250 g/m² (capa)
Número de páginas: 356
Tiragem: 500 exemplares

Impresso e acabado na IMO's Gráfica e Editora - Rua Capitão Pires, 170, Bento Ribeiro, Rio de Janeiro, RJ, em setembro de 2017



O papel usado neste livro é
produto de árvores originárias
de manejo florestal certificado

A447c Almeida, Anderson da Silva.
...como se fosse um deles: almirante Aragão. Memórias, silêncios e ressentimentos em
tempos de ditadura e democracia / Anderson da Silva Almeida. – Niterói : Eduff, 2017. –
356 p. : il. ; 23 cm. – (Nova Biblioteca, 22)

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-228-1267-7
BISAC BIO008000 BIOGRAPHY & AUTOBIOGRAPHY / Military

1. Aragão, Cândido da Costa, 1907-1998. 2. Almirantes – Brasil - Biografia. I. Título. II.
Série.
CDD 920

No dia 11 de novembro de 1998, morria, aos 91 anos de idade, o almirante Cândido da Costa Aragão, um dos símbolos da resistência ao golpe civil-militar de 31 de março de 1964. Aragão, o almirante vermelho ou o almirante do povo, morria como um anônimo, sem honras políticas ou militares. Embora sua foto sendo carregado nos braços dos marinheiros envolvidos na rebelião da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil seja um dos símbolos mais fortes dos acontecimentos pré-golpe e esteja presente em várias publicações sobre 1964, a trajetória de Aragão é praticamente desconhecida pela maioria dos brasileiros. [...]

Este livro elucidada, através da abordagem biográfica, a trajetória de uma das figuras mais importantes daqueles idos de 1964 – um incentivo e um convite à reflexão sobre a nossa história recente, sobre a ditadura e a democracia.

Samantha Viz Quadrat

Universidade Federal Fluminense

